

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FÁBIO PENDIUK

CENÁRIOS E CAMPANHAS: IMAGENS DE CURITIBA E PORTO ALEGRE NAS  
PROPAGANDAS ELEITORAIS DE 2004 E 2008

CURITIBA  
2013

FÁBIO PENDIUK

CENÁRIOS E CAMPANHAS: IMAGENS DE CURITIBA E PORTO ALEGRE NAS  
PROPAGANDAS ELEITORAIS DE 2004 E 2008

Tese apresentada como requisito parcial para  
obtenção do grau de Doutor em Sociologia no  
Curso de Pós-Graduação em Sociologia do  
Departamento de Ciências Sociais, Setor de  
Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade  
Federal do Paraná,

Orientador: Prof. Dr. Nelson Rosário de Souza

CURITIBA  
2013

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

FÁBIO PENDIUK

**CENÁRIOS E CAMPANHAS: IMAGENS DE CURITIBA E PORTO ALEGRE NAS  
PROPAGANDAS ELEITORAIS DE 2004 E 2008**

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no curso de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Setor de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Prof. Dr. Nelson Rosário de Souza (Orientador)

Prof. Dr. Luciana Panke

Prof. Dr. Doacir Gonçalves de Quadros

Prof. Dra. Luciana Fernandes Veiga

Prof. Dr. Emerson Urizzi Cervi

Curitiba, 28 de junho de 2013.

*A Alcenir Pendiuk e Airle Teixeira Pendiuk,  
meus pais, por tudo!*

## **AGRADECIMENTOS**

Ao professor e orientador Dr. Nelson Rosário de Souza, pelo acompanhamento e revisão do estudo, aos professores Dr. Emerson Urizzi Cervi e Dra. Luciana Fernandes Veiga, pelas contribuições, à Sandra Avi dos Santos, pela ajuda com os dados, aos pesquisadores do Núcleo de Estudos sobre Comunicação Política e Opinião Pública, por seus esforços, a todo corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná, pelo conhecimento, à Alexsandra Padilha Guerra, pelo apoio, e a todos os outros que estiveram ao meu lado, pela amizade.

*“Je m’en vais chercher un Grand Peut-être!”*

*François Rabelais*

## RESUMO

Buscando evidenciar o papel da imprensa na construção de cenários políticos eleitorais em diferentes contextos, esta tese analisa a relação entre as imagens das cidades de Curitiba e Porto Alegre, construídas em seus principais periódicos impressos ao longo dos anos que antecedem as disputas de 2004 e 2008, e as campanhas apresentadas nos Horários Gratuitos de Propaganda Eleitoral por seus candidatos a prefeito. Para isso, filia-se aos estudos de mídia e seus efeitos de tematização e *framing*, esclarecendo o processo pelo qual os atores políticos definem e dão sentido aos assuntos tratados pelos meios de comunicação de massa em seus discursos através da apropriação de temas e enquadramentos enfatizados ao longo das coberturas da imprensa. Como resultado, verificou-se uma grande incidência destes elementos na programação dos candidatos analisados e, em alguns casos, discursos mais próximos dos cenários construídos na imprensa do que o esperado para suas posições na disputa.

Palavras-chave: Mídia Impressa. Cenários Eleitorais. Tematização. Enquadramento.

## **ABSTRACT**

Attempt to clarify the role of mass media in building political scenarios in different electoral contexts, this thesis analyzes the relationship between the images of the cities of Curitiba and Porto Alegre, built into its main print journals over the years preceding the 2004 and 2008 disputes, and the campaigns presented in political advertising by their leading candidates for mayor. For this, is affiliated to the studies of mass media and its effects of thematization and framing, explaining the process by which political actors define and give meaning to the subjects treated by the media in his speeches, through reproduction or manipulation of the themes and frameworks identified over the media coverage in argumentative structures of the campaigns. As result, there was a high incidence of these elements in the programming of candidates analyzed and, in some cases, speech closer to the sets built in the media than expected for their positions in dispute.

Keywords: Impress Media. Electoral Scenarios. Thematization. Framing.

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1 – A IMAGEM DE CURITIBA: TEMAS E ENQUADRAMENTOS DE 2003 E 2004 .....	58
QUADRO 2 – A IMAGEM DE CURITIBA: TEMAS E ENQUADRAMENTOS DE 2007 E 2008 .....	79
QUADRO 3 – A IMAGEM DE PORTO ALEGRE: TEMAS E ENQUADRAMENTOS DE 2003 E 2004 .....	92
QUADRO 4 – A IMAGEM DE PORTO ALEGRE: TEMAS E ENQUADRAMENTOS DE 2007 E 2008 .....	111
QUADRO 5 – CARACTERÍSTICA DOS CENÁRIOS DE 2004 E 2008 .....	115
QUADRO 6 – ESTRUTURAS DOS DISCURSOS EM 2004 .....	152
QUADRO 7 – ESTRUTURAS DOS DISCURSOS EM 2008 .....	154
TABELA 1 - TEMAS ABORDADOS NOS HGPES DE 2004 E 2008 EM CURITIBA E PORTO ALEGRE .....	119

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2 MÍDIA E POLÍTICA: TEORIAS E ABORDAGENS</b> .....	15
2.1 OS EFEITOS DA MÍDIA DE MASSA .....	15
2.2 A NOTICIABILIDADE DOS FATOS .....	19
2.3 O PODER DE AGENDA DA MÍDIA DE MASSA .....	22
2.4 A TEORIA DA TEMATIZAÇÃO .....	25
2.5 MÍDIA DE MASSA E PERSONALISMO NA DEMOCRACIA DE PÚBLICO .....	28
2.6 OS ENQUADRAMENTOS DA NOTÍCIA .....	34
<b>3 A IMAGEM DAS CIDADES NOS JORNAIS</b> .....	38
3.1 AS DISPUTAS ELEITORIAS DE 2003 E 2004 EM CURITIBA E PORTO ALEGRE .....	38
3.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS .....	41
3.3 CURITIBA NO JORNAL GAZETA DO POVO (2003-2004) .....	41
3.4 CURITIBA NO JORNAL GAZETA DO POVO (2007-2008) .....	60
3.5 PORTO ALEGRE NO JORNAL ZERO HORA (2003-2004) .....	82
3.6 PORTO ALEGRE NO JORNAL ZERO HORA (2007-2008) .....	94
<b>4 OS CENÁRIOS NAS CAMPANHAS</b> .....	118
4.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS .....	118
4.2 TEMAS ABORDADOS NOS HGPEs DE 2004 E 2008 EM CURITIBA E PORTO ALEGRE .....	118
4.3 TEMATIZAÇÃO E <i>FRAMING</i> DAS CAMPANHAS DE 2004 .....	121
4.4 TEMATIZAÇÃO E <i>FRAMING</i> DAS CAMPANHAS DE 2008 .....	135

4.5 AS CONSTRUÇÕES RETÓRICAS E AS CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS CENÁRIOS .....	152
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	<b>157</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>163</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Marcos da transição de perfis de liderança política nas capitais do Paraná e Rio Grande do Sul, as disputas pela prefeitura de Curitiba e Porto Alegre em 2004 e 2008 apresentam-se como terrenos férteis para estudos sobre a transformação dos cenários políticos locais. Em ambas as cidades os processos eleitorais marcaram a eleição e a reeleição de candidatos que não pertenciam aos grupos políticos que se mantiveram hegemônicos na administração municipal pelos quatro mandatos anteriores. Diante desta semelhança, esta tese filia-se aos estudos de mídia e política para busca contribuir com novos elementos para o debate sobre a relação entre o espírito de mudança que havia envolvido as campanhas de seus principais candidatos e as imagens das cidades construídas pela imprensa ao longo dos anos que antecederam as disputas, através de uma análise comparativa da incidência destes cenários nas propagandas eleitorais.

Na relação estabelecida entre os meios de comunicação de massa e a política ao longo de processos eleitorais, a que este trabalho se volta para analisar seus efeitos, nota-se, atualmente, que a imprensa tornou-se o principal elo entre a elite política e seus eleitores (GOMES, 2004; MIGUEL, 2005). O crescente impacto destes meios na sociedade fez com que surgissem novas preocupações quanto à administração da imagem dos candidatos a cargos políticos, fazendo com que a habilidade no uso dos critérios de noticiabilidade reconhecidos pela imprensa fosse vista como um elemento importante não só para um bom desempenho nas corridas eleitorais como também para a manutenção dos cargos. A mídia é também apontada como responsável pela produção de boa parte da agenda pública, fazendo com que o cidadão volte suas preocupações para as questões de maior destaque nos meios de comunicação, obrigando, assim, os líderes políticos a darem uma resposta a elas, o que amplia o jogo de influências entre os veículos de comunicação e os agentes políticos ao incluir nessa relação as reações dos eleitores diante do comportamento dos veículos de comunicação de massa (MCCOMBS, 2006). Além disso, a atual centralidade dos meios de comunicação de massa nas esferas social e cultural aponta para a importância de seu papel na construção da

realidade política através de suas representações e da tematização de seus discursos (FONTCUBERTA, 1999; LUHMANN, 2000; MEYER e HINCHMAN, 2008).

Neste contexto, operando com uma definição mais ampla dos tipos de mensagens geralmente consideradas relevantes, indo além dos conteúdos explicitamente políticos e com o objetivo de contribuir para a análise de conjunturas eleitorais, sob a hipótese de tematização das campanhas pela imprensa, este estudo busca identificar os temas e enquadramentos enfatizados na cobertura dos jornais *Gazeta do Povo* e *Zero Hora*, quando estes se referiam, respectivamente, às cidades de Curitiba e Porto Alegre, para verificar a incidência destes elementos no discurso de seus principais candidatos a prefeito e comparar as formas como estes dialogaram com os cenários construídos na mídia impressa durante os Horários Gratuitos de Propaganda Eleitoral de 2004 e 2008.<sup>1</sup>

Deve-se levar em consideração os motivos pelos quais se justifica o estudo dos veículos de comunicação impressa no Brasil, sendo este um país de poucos leitores. Segundo Cervi (2003), nota-se um poder maior de agenda dos veículos de comunicação impressos quando comparado aos meios eletrônicos, onde os conteúdos são mais fragmentados, o que dificulta o aprofundamento nos debates, além do fato de os grandes jornais impressos serem fontes de notícias para rádios e emissoras de tevê em todo o país, o que geraria uma influência indireta dos conteúdos da mídia impressa àqueles que não lêem jornais. Outra justificativa é a presença dos formadores de opinião na relação de agendamento público pelos meios de comunicação de massa. Trata-se de um tipo social mais informado dos acontecimentos noticiados, em especial pelos periódicos impressos, que serviria de intermediário entre o conteúdo político dos noticiários e os não-leitores, atuando como parceiros sociais dos meios de comunicação no processo de disseminação das informações de interesse público (AZEVEDO, 2006; NETO, 2008; CRUZ, 2011). Para esta análise, a escolha dos jornais *Gazeta do Povo* e *Zero Hora* se deve, principalmente, ao fato destes pertencerem a grandes grupos de comunicação do Paraná e do Rio Grande do Sul – Rede Paranaense de Comunicação e Rede Brasil

---

<sup>1</sup> Para esta análise, foram selecionados dois candidatos de cada cidade com os maiores índices de intenção de votos durante as campanhas e que mantiveram esta liderança até o final das disputas. Nas eleições de 2004: Beto Richa (PSDB) e Ângelo Vanhoni (PT), em Curitiba, e José Fogaça (PPS) e Raul Pont (PT), em Porto Alegre. Nas eleições de 2008: Beto Richa (PSDB) e Gleisi Hoffmann (PT), em Curitiba, e José Fogaça (PMDB) e Maria do Rosário (PT), em Porto Alegre.

Sul de Comunicação –, ambos ligados à Rede Globo, que lidera a audiência na maior parte de sua programação, dada a complementaridade entre estas empresas, visto que as notícias em destaque nos jornais impressos ganham as telas nos noticiários locais, e vice-versa, além de suas tiragens e circulações diárias serem muito superiores a outros periódicos locais.

Outro importante objeto de estudo utilizado aqui que vem ganhando espaço entre as pesquisas de comunicação e política no Brasil é o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE). Além de manter o eleitor informado sobre as propostas de seus candidatos e o contexto geral das eleições, o HGPE, em especial o televisivo, pelos altos índices de audiência, é extremamente valorizado pelos atores políticos na hora de calcular e projetar os futuros lances de suas carreiras ou buscarem alianças. Nota-se também que, atualmente, as campanhas eleitorais situam-se cada vez mais nas telas do que nos palanques, atrelando o discurso político a um padrão estabelecido pela grande mídia. Uma adaptação da retórica política que vem se apresentando como uma realidade cada vez mais efetiva e irreversível. De acordo com Figueiredo e Aldé (2003), ao transformar-se em uma peça fundamental da democracia, o horário eleitoral gratuito fez surgir, ao contrário do que alguns possam acreditar, um público significativo que o reconhece como sendo importante dentro da campanha, principalmente entre os eleitores indecisos. Evidencia-se, também, a importância de estudos de comunicação política que sirvam de fonte para a avaliação e compreensão das estratégias utilizadas pelos candidatos para persuadir o eleitorado (FIGUEIREDO, ALDÉ, DIAS e JORGE, 2000; CERVI, SOUZA e VEIGA, 2007, 2011). Desta forma, para contribuir com novos elementos no debate da comunicação política, este estudo pretende traçar uma ponte entre o comportamento da mídia de massa e seus efeitos sobre as construções retóricas do discurso eleitoral.

O texto a seguir estrutura-se em três partes. No primeiro capítulo são apresentadas as dimensões teóricas referentes à problemática desta análise. Presentes nesta construção conceitual estão os efeitos cumulativos e de longo prazo dos poderes de agendamento e construção da imagem da realidade social pela imprensa, os critérios de noticiabilidade, a teoria da tematização e o enquadramento de notícias (*framing*). O segundo capítulo destina-se a uma análise qualitativa da produção de imagens das cidades de Curitiba e Porto Alegre pelos jornais Gazeta

do Povo e Zero Hora. Foram selecionados os seguintes períodos: 2003-2004 e 2007-2008; neles, a análise recaiu sobre os enquadramentos construídos nas coberturas dos temas referentes às cidades. O objetivo foi identificar os principais elementos dos cenários construídos nos períodos que antecederam os pleitos eleitorais.<sup>2</sup> Finalmente, o terceiro capítulo trata da análise comparativa dos temas abordados nas campanhas apresentadas nos Horários Gratuitos de Propaganda Eleitoral com os elementos dos cenários construídos na imprensa, buscando evidenciar as características dos processos de tematização e *framing* e esclarecer seu papel na construção de diferentes estratégias eleitorais através da apropriação do discurso midiático pelos candidatos.

---

<sup>2</sup> A delimitação deste período para a análise, iniciada em estudos anteriores, se deve ao fato de importantes temas abordados pela *Gazeta do Povo*, ao longo dos meses que antecedem à disputa eleitoral de 2004, terem a origem de suas ênfases em acontecimentos noticiados durante o primeiro semestre de 2003 (PENDIUK e SOUZA, 2009). Visando dar continuidade à pesquisa, decidiu-se por manter a mesma delimitação temporal no estudo do jornal *Zero Hora* e dos pleitos seguintes com a intenção de contribuir para o debate do tema com uma análise comparativa entre diferentes contextos. Além disso, considera-se um período significativo para analisar o comportamento adotado pelo jornal e verificar a construção de cenários.

## 2 MÍDIA E POLÍTICA: TEORIAS E ABORDAGENS

Este capítulo apresenta os aportes teóricos sob os quais este estudo se orienta. Parte-se da reflexão sobre a evolução histórica dos estudos de mídia e política que delimitam o campo do conhecimento científico no qual se insere o objeto de pesquisa, para, em seguida, serem apresentados os conceitos que servirão de embasamento para sua análise empírica.

### 2.1 OS EFEITOS DA MÍDIA

Antes de iniciar uma explicação detalhada dos conceitos utilizados como base teórica das análises a seguir, cabe aqui fazer um ensaio resumido dos caminhos percorridos pelos estudos dos meios de comunicação de massa para que fique clara a linha de estudo a que este se filia.

Diante da impossibilidade de se chegar a uma síntese significativa dos fragmentados conhecimentos produzidos pelas pesquisas sobre o comportamento e os efeitos dos meios de comunicação de massa, buscando definir a principal área temática dos estudos deste tipo de mídia e escolher qual seria a base disciplinar capaz de unificá-los, os debates teórico-ideológicos da disciplina, a partir dos anos 70, voltaram-se para a elaboração de uma abordagem baseada em um conjunto de hipóteses e metodologias capaz de homogeneizar o campo e conter a dispersão de conhecimentos. Aos poucos esta busca pela homogeneidade foi dando forma a uma área temática específica. Até este momento, salvo alguns casos que já apontavam para as transformações futuras, boa parte dos estudos dos efeitos da mídia era caracterizado por análises de casos isolados e de curto prazo, produzindo resultados não comparáveis, o que dificultava a elaboração de uma teoria geral. Outra dificuldade encontrada nos estudos precedentes dizia respeito às relações entre os meios de comunicação de massa e a sociedade como um todo, sendo negligenciadas, em função de seus objetivos práticos, ou tratadas de forma genérica pelas teorias conspirativas, que abordavam o desenvolvimento dos meios de comunicação em contextos vagos, marcando seu funcionamento com objetivos únicos de manipulação do público.

Essa oposição dentro do debate a respeito da relação entre a mídia e a sociedade, apontava para certa polarização dos estudos sobre comunicação de massa: de um lado, a pesquisa administrativa, que se interessava exclusivamente pelos processos da comunicação, enfatizando a centralidade de seus dispositivos; do outro, a pesquisa crítica, cuja exclusividade da abordagem sociológica, descuidava dos processos da comunicação, enfatizando apenas a relevância das estruturas organizacionais e dos processos sociais. É neste contexto que o reconhecimento da necessidade de um estudo multidisciplinar dentro da delimitação sociológica e a mudança da perspectiva temporal no âmbito das pesquisas, reforçado a partir dos anos 70, se apresenta como o marco de uma mudança histórica nos estudos de comunicação de massa: a superação do conflito entre as pesquisas administrativa e crítica. É importante pontuar aqui que nem todo o conhecimento da área produzido até então se limitava a uma posição polarizada em um destes dois paradigmas. Desde a década de 50, alguns estudos britânicos (*Cultural Studies*) já vinham propondo uma articulação das relações entre o sistema da mídia e outras estruturas e instituições sociais, situando-se, assim, em uma posição intermediária, o que já apontava para o rumo tomado nas décadas seguintes pelos estudos dos meios de comunicação de massa (WOLF, 2005).

A progressiva introdução da sociologia do conhecimento nestas pesquisas proporcionou importantes mudanças na temática dos efeitos, fazendo com que as preocupações se voltassem cada vez mais para os processos de construção de imagens cognitivas. A importância desse tipo de abordagem já aparecia nos estudos de Lazarsfeld (1940), quando este se mostrava consciente da existência de efeitos relativos à aquisição de conhecimentos e de representações da realidade. Foi nos estudos ligados ao paradigma dos *efeitos limitados*, uma teoria dos meios de comunicação de orientação sociológica, desenvolvida a partir da década de 40, na qual eram salientadas as influências das relações interpessoais e do papel dos líderes de opinião no comportamento dos espectadores menos ativos, além da influência exercida diretamente pelos meios de comunicação de massa, e onde se destacaram autores como Lazarsfeld (1940), Merton (1949) e Katz (1957), que se desenvolveram os primeiros motivos para redefinição do problema dos efeitos, baseando-se nos limites deste tipo de mídia em exercer uma influência direta sobre as escolhas do público, especificamente, durante processos eleitorais. Isso, somado

à percepção de Lang e Lang (1962) de que os meios de comunicação de massa moldam as imagens dos candidatos e seus partidos e definem a atmosfera da competição eleitoral num período maior do que os limites da campanha, realçou a necessidade de uma medida a respeito do conteúdo e do significado do que a imprensa expõe de maneira cotidiana e continuada, contribuindo assim para o desenvolvimento do paradigma dos efeitos de longo prazo. Com o desenvolvimento dos meios de comunicação e a forma predominantemente midiática assumidas pelas campanhas eleitorais, a partir dos anos 60 e 70, surgia a necessidade de formulação de um novo modelo de investigação que reexaminasse a questão dos efeitos e o papel da mídia na construção da realidade através de um processo cumulativo, o que resultou na retomada de alguns argumentos das primeiras teorias sobre os poderes dos meios de comunicação de massa, porém, sem desconsiderar as limitações já identificadas, como a importância dos formadores de opinião ou o prazo para construção de imagens cognitivas.

Segundo Roberts (1972), os meios de comunicação de massa, através da análise de seu conteúdo acumulado, mostra-se capaz de estruturar a imagem da realidade social ao enfatizar elementos implícitos nesta imagem, formulando e sustentando, assim, crenças e opiniões. Contemporânea, Noelle-Neumann (1973) vai mais longe e, além da acumulação, que se refere à capacidade da mídia de criar e sustentar a relevância de um tema, cujas conseqüências estão ligadas à repetitividade da produção midiática, aponta mais duas características da mídia de massa que conferem a ela a capacidade de moldar o conjunto de conhecimentos sobre a realidade social: a consonância, ligada aos traços comuns encontrados nas informações passadas pela mídia e à presença de um padrão no processo de produção das mensagens; e a onipresença, ligada ao poder de difusão e publicidade dos meios de comunicação e a constante exposição do público ao seu conteúdo. Assim, através de sua expressão e visibilidade, os pontos de vista difundidos pela mídia de massa se fundem com a opinião pública a respeito das experiências com o mundo que se encontra além das esferas de interação de seus espectadores.

Atualmente, os temas mais significativos dos estudos de meios de comunicação de massa dividem-se entre aqueles que abordam a questão dos efeitos diretos dos meios de comunicação de massa, ou seja, seu poder de agendamento de assuntos considerados importantes pelo público, o que orientaria o

espectador diante dos acontecimentos confrontados em variadas conjunturas sociais, e os que tratam de seus efeitos cognitivos, não pontuais, mas cumulativos, que a tornam capaz de construir a imagem da realidade social.<sup>3</sup> É justamente na união destas duas linhas de pesquisa, ambas voltadas para os efeitos de longo prazo, que se baseia o presente trabalho ao supor que os cenários construídos na imprensa através de suas representações da realidade, quando reproduzidos nas construções retóricas do discurso eleitoral, delimitam a forma como os temas são abordados no debate eleitoral, resultando em cenários políticos afinados com o comportamento adotado pelas mídias de massa ao longo dos anos que antecedem as disputas.

São apresentadas, a seguir, as abordagens desenvolvidas no campo dos estudos que tratam das relações entre os veículos de comunicação e a política que fundamentam teoricamente a análise empírica deste estudo. Primeiramente, faz-se uma reflexão sobre a lógica da produção de notícias através dos critérios de noticiabilidade, dado que é na análise delas que se tem início qualquer investigação dos supostos efeitos da imprensa sobre o público. Em seguida, dedica-se às teorias e conceitos que relacionam estes efeitos sobre a construção da realidade social construída em processos eleitorais e a apropriação de seus elementos pelos agentes políticos, como o poder de agenda, o personalismo das campanhas eleitorais conseqüente de uma sociedade onde a mídia de massa ocupa um espaço central nas relações entre representantes e representados e os pressupostos teóricos envolvendo os processos de tematização e *framing* aos quais se dedicam os capítulos seguintes.

---

<sup>3</sup> No que diz respeito à produção acadêmica brasileira, nas últimas décadas, vem crescendo o número de estudos sobre mídia e política. Uma tradição que teve início nos anos 80, posteriormente impulsionada pelas eleições presidenciais diretas de 1989. Atualmente, percebe-se, através de uma vasta literatura produzida por autores ligados a núcleos de pesquisa em comunicação e política de boa parte das grandes universidades do país, que o estudo dos processos políticos e do comportamento de seus atores encontra na mídia brasileira, tanto a impressa quanto a televisiva, um caminho sólido para a realização de análises empíricas, sendo possível destacar alguns, dentre muitos, estudos nacionais dedicados às análises do impacto dos meios de comunicação de massa na relação entre representantes e representados (MIGUEL, 2003; VEIGA e PAULA, 2007), do papel político da imprensa brasileira (AZEVEDO, 2010), da cobertura da mídia durante campanhas eleitorais (CERVI e SOUZA, 2005; QUADROS *et al.*, 2011) e da cobertura das instituições políticas (CERVI e FUKS, 2005; PAULA, 2012).

## 2.2 A NOTICIABILIDADE DOS FATOS

A maneira como a imprensa se organiza e a compreensão de como se dá o processo de transformação dos acontecimentos e assuntos em notícias são de suma importância para uma interpretação eficaz de sua cobertura. Assim, para que seja compreendida a dinâmica da construção de agendas coincidentes e enquadramentos predominantes, que atuam direta ou indiretamente na formação da opinião pública, é necessário salientar, previamente, a lógica do processo produtivo de notícias nos meios de comunicação de massa, onde se evidencia o estabelecimento de rotinas profissionais e de pressões exercidas pelos interesses das empresas de comunicação que condicionam o trabalho cotidiano dos jornalistas e exprimem determinados critérios no processo seletivo do que deve ou não tornar-se notícia.

De acordo com Wolf (2005), a seleção dos fatos que serão noticiados é feita em relação a um conjunto de valores que incluem critérios profissionais e organizacionais, como a eficiência, a produção de notícias e o tempo disponível para seu tratamento, o que evidencia uma lógica de produção específica da imprensa. Enquanto o público é pouco conhecido pelos jornalistas, o contexto profissional-organizacional-burocrático exerce uma influência decisiva nas escolhas. Isso não significa que a imagem que os meios de comunicação têm de seus consumidores não tenha importância na escolha daquilo que se tornará ou não notícia, mas quando se trata de meios de comunicação de massa, onde boa parte das características do público não são uma constante, as exigências de produção, ou seja, as referências implícitas no grupo de colegas e no sistema de fontes, prevalecem sobre as referências implícitas no público.

A partir desta abordagem, que já nos anos 50 exaltava a importância de uma sociologia dos emissores, os estudos sobre os critérios de noticiabilidade (*newsmaking*) passaram a levar em conta a questão da *manipulação inconsciente* produzida na cobertura informativa, relacionando as características de produção de cada meio com suas práticas profissionais e seus valores compartilhados e interiorizados, ao invés de reduzir todas as manipulações exclusivamente às pressões e influências externas. Neste sentido, características da organização do trabalho e elementos da cultura profissional definem o que é ou não notícia e

legitimam o processo de produção indiferentemente da existência de tais forças externas, que poderiam estar encobertas nesse processo, o que também acabaria prevenindo as críticas de um público preocupado com a imparcialidade dos meios de comunicação. Assim, não sendo esta influência externa uma constante, o conceito de noticiabilidade deve, antes, ser entendido através de um complexo de requisitos – criados a partir dos pontos de vista da estrutura do trabalho nos aparatos informativos e do profissionalismo dos jornalistas – exigidos de cada evento para que ganhe o espaço público em forma de notícia (SOUSA, 1999).

Levando-se em consideração que parte do *modus operandi* do jornalista limita sua função ao relato de eventos, mas que o processo rotineiro de produção delimita seus critérios de seleção e tratamento destes eventos, conclui-se que os acontecimentos de maior noticiabilidade são aqueles que se apresentam passíveis de serem utilizados sem muitas alterações do ciclo de produção normal e que em algum ponto despertam o interesse do público. Porém, nada impede que, diante de eventos excepcionais, o aparato informativo tenha certa elasticidade para adaptar-se à situação. Revela-se, assim, uma perspectiva prática, voltada não apenas para a seleção de acontecimentos mais ou menos noticiáveis, mas também para a seleção do que é mais noticiável em um determinado evento para torná-lo atrativo aos espectadores. Surge aí o elemento valor-notícia, que, segundo seu conceito, ao derivar de uma série de admissões implícitas e considerações de aspectos substantivos da notícia, aparece como indicador de quão interessante é um acontecimento para ser exposto no noticiário, como afirma Sousa (1999) na passagem abaixo.

Há muitas listas de atributos que tornam uma mensagem noticiável. (...) Por exemplo, o momento do acontecimento, a intensidade ou magnitude do mesmo, a inexistência de dúvidas sobre o seu significado, a proeminência social dos sujeitos envolvidos, a proximidade, os valores sócio-culturais, a continuidade, ou seja, ser o desenvolvimento de algo já noticiado, etc. (...) Mas existem outras perspectivas (...) como o papel das constrições ligadas à organização do trabalho e das convenções profissionais criadas nesse sistema enquanto elementos da noticiabilidade. Parece-me também que esses critérios, que atribuem a qualidade de noticiáveis a um acontecimento ou a uma mensagem (os critérios de valor-notícia), são, essencialmente, de índole social, ideológica e cultural, embora não excluam a ação pessoal (por exemplo, os diretores terão maior poder de definição do que é notícia). (SOUSA, 1999, p.14).

É importante também considerar que entre a seleção de um evento e sua publicação há um importante processo de hierarquização que determina o tratamento e o espaço deste no noticiário. Para compreender os critérios que levam um fato a ser considerado noticiável é necessário situar o conceito de valores-notícia no universo mais amplo do conceito de noticiabilidade, levando-se em consideração a importância destes valores no tratamento hierárquico dado às notícias, ou seja, o valor de noticiabilidade de um fato pode estar nas possibilidades de tratamento dado a ele. Entende-se, assim, que os valores-notícia estão presentes não apenas na rotina de seleção das notícias, mas também permeando os procedimentos posteriores ao guiar, implícita ou explicitamente, o trabalho redacional e seus agentes, sugerindo o que deve ser enfatizado ou omitido na apresentação do material ao público e estabelecendo, desta forma, critérios de fácil e rápida aplicação diante da urgência em que se dá todo o processo (SILVA, 2005).

Nota-se, então, que esta seleção não pode ser explicada como uma simples escolha feita de forma pessoal pelo jornalista, sendo necessário encará-la como um processo complexo desenvolvido durante todo o ciclo de trabalho, realizado com base em diferentes fatores, funções e valores organizacionais, e onde nem todas as motivações são reduzíveis à necessidade direta de escolher quais notícias serão difundidas. Visto desta maneira, tal processo se apresenta como uma dimensão objetiva que viabiliza a análise científica das posições assumidas pelos meios de comunicação de massa diante da seleção das notícias e do tratamento dado a elas, principalmente durante ou às vésperas de processos políticos, como, no caso desta pesquisa, as eleições majoritárias, onde diferentes grupos poderiam ser explicitamente favorecidos com a seleção do que freqüentemente se torna ou não notícia, ou do que nesta é enfatizado.

Vale lembrar também que, de toda essa complexidade, ainda que levadas em consideração as variações ligadas à diversidade do contexto e as diferenças organizacionais, pouco transparece no produto acabado. Assim, inúmeras restrições que aos poucos influenciam a escolha das notícias são apagadas por uma apresentação que intencionalmente se dá como o simples relato dos acontecimentos do dia.

### 2.3 O PODER DE AGENDA DA MÍDIA DE MASSA

Do mesmo modo que as rotinas de produção e os critérios de relevância em sua aplicação constante formam um quadro institucional e profissional onde os jornalistas percebem a noticiabilidade dos eventos, uma série de estudos específicos constatou que os meios de comunicação, ao enfatizar certos temas por um longo período, formam esquemas cognitivos em seus espectadores, determinando de maneira mais ou menos consciente o sentido dos eventos observados, o que trouxe grandes avanços para a compreensão do poder da mídia de massa e de sua relação com diversas esferas da sociedade, principalmente a política. Neste contexto, porém retomando um argumento que se distanciava dos estudos culturais, surge o conceito de *agenda-setting*, desenvolvido pelos pesquisadores Maxwell McCombs e Donald Shaw (1972), que, ao testar empiricamente os efeitos da comunicação de massa na preferência política e eleitoral do público, sustentam, enquanto hipótese da análise, que o público tende a incluir ou excluir de seus conhecimentos aquilo que os meios de comunicação, em longo prazo, incluem ou excluem de seu conteúdo<sup>4</sup>.

A partir da afirmação de Bernard Cohen de que a mídia de massa, na maioria das vezes, não obtém tanto sucesso em dizer *como* o público deve pensar quanto *em que* deve pensar, McCombs e Shaw (1972), em um artigo pioneiro, analisaram a capacidade dos meios de comunicação de agendar discussões durante a campanha presidencial de 1968 nos Estados Unidos, verificando o que os eleitores da cidade de Chapel Hill, no norte da Califórnia, acreditavam ser os conteúdos mais importantes das campanhas para em seguida comparar com os assuntos cobertos por diversos veículos de mídia (impressa e televisiva). Assim, os autores concluíram

---

<sup>4</sup> Há uma discussão entre pesquisadores que acreditam que a teoria da *agenda-setting* seja um reforço dos efeitos poderosos dos meios de comunicação sobre seu público e aqueles que o tratam como um conceito filiado ao paradigma dos efeitos limitados (COLLING, 2001). Parte desta discussão tem início com o argumento de que quando o conceito de *agenda-setting* foi criado, a teoria dos efeitos limitados já havia conquistado um espaço significativo entre os estudos de comunicação e, ao retomar a idéia de que a mídia tinha um poder sobre seu público, o de pautar as discussões com temas colocados por ela, o conceito estaria reafirmando as antigas teses dos efeitos absolutamente previsíveis. Porém, o próprio McCombs (1996) afirma que suas pesquisas atestam os efeitos limitados ao revelarem que o poder de agenda nem sempre é verificado, havendo casos em que a opinião pública prevalece sobre a cobertura das notícias. Entende-se, assim, o conceito como uma ferramenta teórica para a análise dos efeitos da mídia. É importante registrar que esta pesquisa fundamenta-se no conceito de *agenda-setting* como hipótese, à maneira como foi colocada desde o início por McCombs e Shaw (1972), a partir da qual se baseia o estudo do comportamento de um veículo de mídia e sua suposta influência na propaganda eleitoral, e, portanto, não encara o agendamento como uma condição *sine qua non*, que desconsidera o poder de outros elementos ou agentes envolvidos, como o poder de negociação do público com o conteúdo vinculado na mídia, o papel dos formadores de opinião ou mesmo a possibilidade de não haver um agendamento.

que os meios de comunicação analisados haviam realmente pautado os interesses daquele público, visto que o que não era preocupação antes, passou a ser após a ênfase dada pelos meios de comunicação a determinados temas. Além disso, evidenciou-se que, através de informações características do público entrevistado, a mídia impressa influenciava mais aqueles que se interessavam por política do que a televisão e que tanto para os que se interessavam pouco por política, quanto para os interessados, o que mais influenciava não era diretamente os meios de comunicação, mas as conversas entre as pessoas, fato que não diminui a importância do papel da mídia nesta relação, mas ressalta a importância dos formadores de opinião.<sup>5</sup>

Entende-se por *agenda-setting* a capacidade da mídia de massa de pautar a comunicação para além dela e influenciar a maneira como os acontecimentos são projetados na opinião pública. Desta forma, tratando-se de uma sociedade moderna, onde os meios de comunicação de massa assumem um importante papel como fonte de informação, pressupõe-se que a maneira como a realidade social é vista e encarada pela opinião pública é fornecida, em grande parte, por este tipo de mídia, devido a constante exposição do público a seu conteúdo e seu efeito cumulativo e de longo prazo. Ou seja, ao longo de sua cobertura, os noticiários constroem quadros de referência que são utilizados pelos espectadores para interpretar os temas da agenda pública.

Ferreira (2001) explica que a imposição da agenda pela imprensa se dá em dois níveis: no primeiro, a tematização proposta pelos noticiários, conhecida como ordem do dia, que serão os assuntos e argumentos presentes em suas agendas; e no segundo, a hierarquização temática, que são os temas em relevo na agenda e que supostamente assumirão um relevo na opinião pública, da mesma forma que os temas sem grande relevância nos meios de comunicação terão uma relevância correspondente junto ao público. O autor destaca também alguns pressupostos em geral adotados para que se verifique o agendamento, como o fluxo contínuo de informações e as influências dadas a médio e longo prazo. Para a análise proposta aqui, supõe-se que a hipótese de agendamento se estenda aos agentes políticos

---

<sup>5</sup> Nota-se que os autores não haviam identificado um poder ilimitado e direto dos meios de comunicação sobre seu público, o que confirma o argumento do próprio McCombs (1996) de que sua pesquisa, mesmo identificando um poder de agenda, não seguia na contramão do paradigma dos efeitos limitados. Mostra-se, assim, o poder de agenda dos meios de comunicação de massa como uma hipótese a ser sempre testada em diferentes casos.

durante as campanhas eleitorais, que, para dar conta dos temas agendados a médio e longo prazo na opinião pública, buscariam aproximar seus discursos das representações construídas pela imprensa.

Percebendo que as relações de agendamento não se limitam aos envolvimento dos meios de comunicação de massa com seu público, visto que estas relações se realizam de diferentes formas na sociedade, Barros Filho (2001) classifica cinco tipos de agenda: (a) agenda individual ou intrapessoal, que corresponde às preocupações sobre as questões públicas que cada indivíduo interioriza; (b) agenda interpessoal, ligadas a percepção que cada sujeito tem dos temas discutidos em suas relações com outros sujeitos; (c) agenda pública, constituída pelo conjunto de temas que a sociedade como um todo estabelece como relevante, (d) agenda institucional, estabelecida pelas prioridades temáticas de uma instituição e (e) agenda da mídia, que corresponde ao elenco temático selecionado pelos meios de comunicação. Quanto aos estudos de *agenda-setting*, estes, em sua maioria, voltam-se para a relação entre agenda da mídia e a agenda pública, sendo uma preocupação constante dos pesquisadores analisar os efeitos dos meios de comunicação sobre a opinião pública.

Segundo Hohlfeldt (2001), além da relação de influências entre os veículos de comunicação e seus receptores, nota-se um interagendamento entre diferentes tipos de mídia de massa evidenciada na hierarquia assumida pela mídia impressa sobre a mídia eletrônica, tanto pelo poder de agendamento do receptor em geral, devido sua maior permanência e poder de introspecção através da leitura, quanto pela sua maior dinamicidade e flexibilidade para expandir a informação e complementá-la.

Estabelece-se uma espécie de *suíte sui generis*, em que um tipo de mídia vai agendando a outra. Lembremos o episódio Collor de Melo, em que as revistas *Isto É* e *Veja* terminaram por *agendar* literalmente as televisões e os jornais, ainda que tivessem apenas edições semanais, graças às entrevistas, com o motorista ou a secretária, capazes de trazer novos enfoques ao tema. (...) Pode-se ainda relembrar o episódio anterior que foi o agendamento, pela opinião pública, da TV Globo, quando da chamada *Diretas Já*, em que aquela rede tentou esquivar-se o quanto pôde à cobertura do evento, mas acabou rendendo-se às pressões do receptor e do restante da mídia, com destaque ao jornal *Folha de São Paulo* e ao noticiário noturno da *TV Manchete*. (HOHLFELDT, 2001, p.198)

De certa forma, justifica-se, assim, a análise a seguir, cujo objeto é a relação de agendamento que supostamente se daria entre dois canais de comunicação: a

mídia impressa e a propaganda eleitoral televisiva, entendida aqui como um tipo de mídia, apesar de sua origem distinta e do fato de não se tratar de um veículo socialmente mediado, cujo produto é resultado de interesses individuais específicos, o que não o isenta da possibilidade de ser influenciado pelos cenários construídos pela imprensa, partindo do pressuposto de que os candidatos estruturariam suas retóricas baseando-se em eleitores informados por ela.

Quanto às características particulares dos receptores para a formação de agenda, Hohlfeldt (2001) afirma que tudo depende dos graus de percepção da relevância ou importância do tema, além dos diferentes níveis de necessidade de orientação dos receptores, sejam estes o público em geral ou algum outro tipo de mídia de massa específico. Segundo o autor, o agendamento só ocorrerá de maneira eficiente caso seja alto o grau de relevância do tema em um determinado contexto, como é o caso da imagem das cidades construída nos noticiários, analisadas neste trabalho, enquanto protagonistas do cenário político eleitoral em pleitos municipais, sendo esta relevante tanto para os cidadãos comuns, ao nortear suas preocupações, quanto para as elites políticas envolvidas na disputa, ao ser utilizada em suas campanhas para atingir o eleitorado. Ainda que a análise proposta aqui não contemple a questão da recepção do conteúdo midiático voltada para a formação da opinião pública, este conceito é apresentado aqui como premissa teórica que justifica o intuito da análise do comportamento da imprensa e da relação de agendamento estabelecida entre a sua cobertura e as campanhas eleitorais.

## 2.4 A TEORIA DA TEMATIZAÇÃO

Paralelamente desenvolvida e relativamente próxima à hipótese do *agenda-setting* está a Teoria da Tematização, formulada inicialmente por Niklas Luhmann (1978) em sua análise do estabelecimento e reconhecimento público dos grandes temas através da comunicação social. Orientada para a compreensão dos efeitos sóciocognitivos da comunicação de massa e seu papel na construção social da realidade, a tematização surge no processo de mediação das relações entre o sistema político e a opinião pública, considerando os meios de comunicação como mediadores desta relação, ao invés de protagonistas (como faz a *agenda-setting*), e a opinião pública como uma estrutura limitada de adaptação dos temas colocados

pela comunicação às necessidades de decisão da sociedade e seu sistema político, dado que, diante de uma infinidade de temas veiculados diariamente, o público se atentaria apenas a alguns em destaque nos meios de comunicação (SOUSA, 2002). A opinião pública se definiria, então, através de uma atividade seletiva exercida pelos meios de comunicação ao atribuir relevância a determinados temas na comunicação pública.

De acordo com Berger e Luckmann (1987), toda ação condizente à construção da realidade social implica um processo prévio de institucionalização das práticas socialmente reconhecidas, que cristaliza um acordo comunicativo ou uma confiança de negociação entre os produtores e os receptores da informação como consequência da competência institucionalizada atribuída aos primeiros. Estabece-se, assim, uma condição propícia ao processo de tematização, favorecida pela atual visibilidade da produção midiática, o que instiga a reflexão sobre a origem, o tratamento e as formas de reprodução dos fatos selecionados e, jornalisticamente, pautados do campo social (CORREIA, 2004).

A comunicação surge, então, como um processo seletivo que se desenvolve nos níveis da produção, da difusão e da reprodução do conteúdo informativo, que, por sua vez, desencadeia novos processos de seleção e manipulação que tendem a reduzir a complexidade dos fatos. Assim, a teoria da tematização analisa a capacidade dos meios de comunicação de canalizarem os temas de um modo que contribua para diminuir a complexidade da configuração política da realidade, pressupondo a produção de temas institucionalizados que limitam o entendimento do que é possível (real). Segundo Luhmann (2000), os meios de comunicação não podem dizer tudo, mas apenas o que permitem seus critérios próprios de seleção. Uma perspectiva que implica em uma dimensão censurante implícita no campo midiático.

Ainda que dotado de poder de seleção daquilo que lhe é relevante, o público, afastado do meio pela complexidade social, seleciona os temas sob critérios suscetíveis ao favorecimento de sua atenção (LUHMANN, 2000). Critérios estes, definidos por Böckelmann (1983), ao aprofundar tal proposta, como: (a) referências ao pessoal, ao privado e ao íntimo; (b) sintomas de êxito pessoal; (c) novidade; (d) sintomas de exercício do poder político; (e) distinção entre normalidade e anormalidade; (f) projeções de violência, agressividade e dor nas figuras dos autores

e das vítimas; (g) perspectiva de competições com conotações afetivas de competência, *status* ou rivalidade pessoal; (h) crescimento da propriedade, das receitas e das posses e enriquecimento; (i) crises e sintomas de crise no sistema e (j) observação do extraordinário, do singular e do exótico. Entendidos por Sousa (1999) como critérios de valor-notícia, fariam a atenção pública orbitar tendencialmente em torno das temáticas propostas pelos meios de comunicação de massa. Em outras palavras, Saperas (1993, p. 91) afirma que “a opinião pública manifesta-se como uma estrutura formada por temas institucionalizados, obedecendo a uma valoração de relevância apresentada pelos meios de comunicação em função das necessidades do sistema político”. Desta forma, ao enfatizar a adoção de critérios implícitos, que simplificam os fatos, poupando o público das incertezas que supostamente seriam geradas por suas complexidades, e limitam a percepção do mundo a uma perspectiva adotada no processo de produção da notícia, a teoria da tematização aponta para certa autonomia dos meios de comunicação de massa, ainda que compreendida sua função mediadora entre os fatos e a reprodução de suas representações na esfera pública (FONTCUBERTA, 1999).

Apesar de sua proximidade com a *agenda-setting*, a tematização se diferencia por sua fundamentação teórica e pela contextualização mais abrangente do processo de inscrição dos temas na agenda pública, enquanto o conceito desenvolvido por Maxwell McCombs se encontra mais no campo das hipóteses do que entre as estruturas rígidas das teorias da comunicação vigentes (SOUSA, 2002). Ainda assim, a tematização fornece os efeitos da agenda ao articular os critérios de relevância dos meios de comunicação utilizados para destacar uma informação e salientar sua centralidade e significado em relação ao fluxo de informação não-tematizada, colocando-a na ordem do dia da atenção do público. Considera-se, portanto, a capacidade dos meios de comunicação de converter um acontecimento em um problema de relevância político-social capaz de revelar um caráter público favorável a sua tematização.

Neste processo, inserindo a informação em um contexto político, econômico e social, ao invés de apenas apresentá-la como um simples fragmento do real, a imprensa amplia a notícia e contextualiza os fatos. Vale destacar o papel da imprensa escrita nesta contextualização, quando comparada à característica mais

fragmentada das informações veiculadas nos telejornais (RESENDE, 2000). Desta forma, os pressupostos da tematização reforçam o embasamento teórico sobre o qual se fundamenta esta pesquisa, ainda que a opinião pública não seja contemplada, visto que seu objetivo se limita a capacidade dos meios de comunicação tematizarem as campanhas eleitorais, evidenciando seu papel na construção dos cenários eleitorais através da apropriação dos temas de maior relevância na mídia impressa pelos agentes políticos envolvidos nas disputas.

## 2.5 MÍDIA DE MASSA E PERSONALISMO NA DEMOCRACIA DE PÚBLICO

De acordo com Fernando Antônio Azevedo (2004), em um artigo sobre o agendamento político, as teorias que tratam da capacidade da mídia de pautar a comunicação para além dela ganham relevância quando relacionadas à formação da opinião pública em sociedades midiáticas, como as *Democracias de Público*, descritas por Bernard Manin (1995). A partir da freqüente afirmação de que a representação política estaria passando por uma crise nos países ocidentais, Manin (1995) identifica as principais transformações ocorridas nos governos representativos para saber se estaríamos mesmo diante de uma crise ou se apenas presenciamos o surgimento de uma nova forma de representação. Segundo o autor, esta idéia de crise, que passa a imagem de um crescente abismo entre representantes e representados, advém do surgimento de uma política cada vez mais personalista, onde as estratégias eleitorais visam a construção de imagens que projetam a personalidade dos líderes, fazendo com que os eleitores se preocupem mais com a figura do candidato do que com as políticas que desejam ver executadas. Neste contexto, chegam ao poder apenas aqueles que possuem maior habilidade e experiência com os meios de comunicação onde suas imagens são construídas, fazendo com que a arena política seja dominada por fatores técnicos que os cidadãos não dominam.

Manin (1995) analisa os modelos de governo representativo mais significativos e estáveis da história da representação política (parlamentar e democracia de partido) e, através da exaltação das principais características do atual contexto da representação política, desenvolve um terceiro modelo, como um tipo-ideal, chamado Democracia de Público, para mostrar que estamos diante de

uma nova forma de representação política que está longe de representar seu declínio ou mesmo seu fim.

Segundo o autor, em uma *democracia de público*, que caracteriza o tipo de representação política que vem se desenvolvendo desde a década de 70 nas democracias ocidentais, no que se refere às eleições, os resultados eleitorais não são mais explicados pelas características sociais, econômicas ou culturais dos eleitores. Tendendo a variar de uma eleição para outra, ainda que inalteradas suas condições socioeconômicas e culturais, um eleitorado flutuante surge, dando uma dimensão relativa ao voto. De acordo com Manin (1995), isso ocorre devido a uma personalização da escolha eleitoral, ou seja, cada vez mais se escolhe um candidato por suas qualidades pessoais, ignorando o partido a que pertence, sugerindo assim, para alguns, uma crise do governo representativo. Para o autor, as causas desse personalismo são: (1) o uso da mídia, ou seja, os meios de comunicação, principalmente o rádio e a televisão, afetaram a natureza da relação de representação, aproximando os candidatos de seus eleitores e dispensando a rede de relações partidárias, além de conferirem uma intensidade maior à personalidade dos candidatos, o que lembra a natureza face a face da representação característica do modelo parlamentarista; (2) o aumento do âmbito das atividades do governo, o que tornou mais difícil para os políticos fazerem promessas muito detalhadas, levando-os a construir suas campanhas sobre promessas vagas e assuntos gerais, sem entrar em detalhes específicos, pois, do contrário, os programas ficariam muito extensos, e (3) a complexidade das circunstâncias políticas após a II Guerra Mundial, que, com a crescente interdependência econômica, fez com que as decisões passassem a envolver um número cada vez maior de atores. De acordo com Manin (1995), neste tipo de representação política, os eleitores estão cientes de que o governo terá de enfrentar imprevistos, o que torna a confiança pessoal inspirada pelo candidato um critério mais adequado do que o exame de incertos projetos para o futuro. O que não significa que não existam mais candidatos que se identifiquem com diferentes clivagens sociais – não apenas se identificam como também assinalam as diferenças para delimitar seu público (eleitor) alvo e, assim, angariar adeptos. Desta forma, o autor afirma que o que, a primeira vista, pode parecer uma crise da democracia, é na verdade o surgimento de uma nova forma de representação política adaptada à evolução dos meios de comunicação de massa.

Daí a importância de se analisar o comportamento destes meios durante os períodos eleitorais e a apropriação de seu discurso pelos candidatos para se verificar as características desta relação de representação em diferentes conjunturas.

Este personalismo, indicado por Manin (1995), que, a partir do seu ponto de vista, substitui os ideais partidários por atributos de competência e honestidade dos candidatos como fatores de decisão na escolha do voto, quando analisado em casos específicos, podem revelar-se resultado de inter-relações entre características da formação de uma determinada cultura política, além daquelas citadas pelo autor. Borba (2005), por exemplo, ao analisar o comportamento do eleitor brasileiro, aponta o impacto que as idéias tecnocráticas e autoritárias tiveram na configuração da cultura política personalista do país. Segundo ele, ao longo da história republicana do Brasil, os dois regimes autoritários organizaram o aparelho do Estado a partir de uma racionalização inspirada em argumentos tecnocráticos que, somados à promoção de um desprestígio das instituições políticas que constituem a democracia, como o parlamento e os partidos políticos, resultaram em um sistema partidário fragmentado, instável e extremamente frágil como mediador político entre a sociedade e o Estado. Isso, somado aos aspectos da estrutura econômica da sociedade brasileira, onde boa parte dos cidadãos não tem acesso a condições mínimas de subsistência, ou seja, a conjunção de eleitores pouco sofisticados com a constante difusão de ideologias antidemocráticas, contribuiu para a formação de um eleitor de tipo personalista, que decide seu voto a partir de atributos individuais.

Quanto às estratégias de campanha adotadas pelos partidos e candidatos durante os períodos eleitorais, para Albuquerque e Dias (2002), o argumento de que, em todo o mundo democrático, os meios de comunicação de massa têm deslocado os partidos de diversas das suas funções, perde boa parte de sua eficácia quando aplicado a realidades políticas específicas, como no caso brasileiro da propaganda política na televisão. De acordo com os autores, este argumento da substituição, produto da convergência entre as hipóteses de que há um declínio do papel dos partidos como protagonistas da representação política e uma atuação crescente dos meios de comunicação de massa como agentes políticos dotados de uma lógica particular, peca quando encara suas hipóteses como dependentes entre si, ou seja, que o declínio dos partidos é explicado pelo aumento da importância dos meios de comunicação na esfera política. Entende-se, assim, que estas não são instituições

que se substituem, mas que convivem, articulando e alterando seus padrões de interação de forma dinâmica.

Ainda assim, Albuquerque e Dias (2002) consideram o texto um esforço teórico-analítico importante, porém capaz apenas de explicar algumas realidades históricas específicas, como boa parte dos países da Europa Ocidental e América do Norte. Os autores notam a impossibilidade de uma aplicação integral do modelo criado por Manin para explicar as dinâmicas política e institucional brasileiras, visto que o Brasil nunca teve um sistema partidário particularmente sólido e, mesmo que o papel da televisão na esfera política venha se consolidando ao longo dos últimos anos, no caso da propaganda política, o meio de comunicação perde sua autonomia diante da legislação brasileira que dá acesso gratuito a este veículo, dado que estes são livres para construir suas estratégias. Assim, tomando o Partido dos Trabalhadores como um exemplo atual de coletivismo partidário, os autores identificam a possibilidade dos partidos adotarem estratégias eleitorais coletivistas.<sup>6</sup> Além disso, o resultado das eleições de 2002 apontou para um fortalecimento do sistema partidário brasileiro com a concentração de cadeiras legislativas nacionais entre sete partidos.

Para os autores, o personalismo político, que ficou evidente com a multiplicação do número de legendas partidárias na década de 80, em especial aquelas que serviam de suporte para projetos pessoais, enfraqueceu a partir de 1990 com a concentração de alguns partidos na cena política nacional, o que, segundo eles, reflete no comportamento do eleitorado voltado para estas legendas. Desta forma, Albuquerque e Dias (2005) concluem que é possível encontrar resultados diferentes, senão opostos, aos encontrados por Manin no que se refere à substituição do papel dos partidos pelos meios de comunicação de massa, na medida em que são consideradas as circunstâncias históricas e institucionais de cada caso em específico.

Outra crítica à existência de uma Democracia de Público no Brasil, onde os partidos teriam dado lugar à figura do candidato enquanto referência no momento de escolha do voto, se encontra em um artigo de Luciana Veiga (2006), onde a autora, a partir do estudo do comportamento eleitoral brasileiro, com base nos dados do

---

<sup>6</sup> Ver Quadros (2012).

Eseb (Estudos Eleitorais Brasileiros) correspondentes ao período pré-eleitoral de 2002, propõe uma tipologia dos eleitores e identifica como as imagens que estes têm dos partidos influencia suas decisões de voto. Os dados da pesquisa apontam para um eleitor de perfil falso alheio, ou seja, um eleitor que, em um primeiro momento, se recusa a manifestar sua preferência partidária, mas após certa insistência acaba por manifestá-la. Esta preferência, como mostram os resultados da pesquisa, tem uma influência considerável na hora de decidir em quem votar. De acordo com a autora, esta rejeição aos partidos por parte dos eleitores pode ser explicada pela percepção de que “a justificação dos partidos políticos não corresponde aos seus padrões de funcionamento. Os eleitores acreditam que os partidos políticos não cumprem o seu papel de representar os interesses do povo e se atêm apenas a seus interesses imediatos” (VEIGA, 2006, p.74).

Segundo Veiga (2006), o sentimento pelo partido pode ser visto como atalho para decisão eleitoral, como no caso do eleitor que descarta a possibilidade de voto nos candidatos das legendas que rejeita e volta sua atenção para os candidatos dos partidos com os quais simpatiza. Para a autora, o partido pode servir também de avalista do candidato, visto que os eleitores sentem mais confiança em candidatos que pertencem a partidos que passam a imagem de serem integrados por pessoas honestas do que as demais legendas. Conclui então que, para além de uma rejeição inicial, os eleitores demonstram conhecer os partidos e possuir uma imagem dos mesmos que se mostra um fator decisivo na escolha do voto. Diante disso, ainda que considerado o lugar dos partidos no processo eleitoral, em especial nas escolhas do eleitorado, este estudo se baseia na idéia de que o cenário político da disputa é ainda profundamente marcado por um caráter personalista difundido pelas estratégias de campanha e refletido pelo comportamento descritivo da mídia, voltado mais para a cobertura das agendas dos candidatos do que para suas plataformas eleitorais.

Como se pode ver, através dos estudos citados aqui, parece haver certa distância entre o modelo de Democracia de Público desenvolvido por Manin (1995) e a realidade brasileira. Porém, um ponto que não pode ser desconsiderado é que Manin (1995) cria a Democracia de Público como um tipo ideal. Para Weber (2005, p. 106), o objetivo de um tipo ideal é formar um “juízo de atribuição” a partir da reunião das relações de um conjunto histórico ou de uma seqüência de

acontecimentos, ou seja, uma construção conceitual obtida através da acentuação de alguns elementos da realidade. De acordo com ele, a realidade social passa a ser conhecida quando os traços que interessam ao pesquisador são exagerados para formular com clareza questões relevantes sobre suas relações com os fenômenos observados empiricamente (WEBER, 2005).

Desta forma, conclui-se que, mesmo não correspondendo integralmente a algumas realidades específicas, o tipo-ideal criado por Manin (1995), que exalta importantes características do contexto geral da representação política atual nos países ocidentais, em especial o personalismo e o uso dos meios de comunicação de massa, não deve ser descartado, visto que pode ser utilizado como referência para a análise de diferentes casos de representação, podendo este aproximar-se ou não da realidade, o que não invalida a esforço do autor. Vale lembrar que, até mesmo no caso brasileiro, onde os partidos possuem alguma influência sobre a decisão de voto, é possível encontrar características personalistas associadas ao uso dos meios de comunicação de massa que o aproximam dos argumentos utilizados por Manin (1995), como o espaço reservado a construção da imagem dos candidatos nas propagandas eleitorais muito próximas ao comportamento já identificado em coberturas da imprensa, significativamente factuais e muito pouco voltadas para assuntos substantivos das disputas, como as plataformas e propostas de governo (CERVI, 2003; PENDIUK e SOUZA, 2009). Ainda assim, esta análise se propõe a evidenciar o lugar das representações da mídia nos discursos eleitorais, supondo que as mesmas características que teriam favorecido o personalismo político, como a complexidade das circunstâncias políticas e o aumento das atribuições da administração pública, que em conjunto com o papel central dos meios de comunicação de massa na relação entre representantes e representados também resultariam em um ambiente propício para que os candidatos se apropriassem do discurso midiático relevante ao debate eleitoral em suas estratégias de campanha. É neste sentido que o tipo ideal de Democracia de Público é tomado neste estudo como ponto de referência capaz de esclarecer algumas características do processo eleitoral aqui analisado, sejam estas próprias ou comuns, que se aproximam ou não de seus pressupostos.

## 2.6 OS ENQUADRAMENTOS DA NOTÍCIA

Um importante complemento às teorias de tematização e agendamento público pela mídia, que aparece nesta pesquisa para analisar as características dos cenários construídos na cobertura dos temas referentes às cidades selecionadas, é o conceito de *framing* ou enquadramento. Utilizada inicialmente por Erving Goffman, em 1974, a expressão *framing* descrevia os esquemas interpretativos que permitem ao público identificar e classificar eventos e informações, facilitando o processo de construção de significados e perspectivas. Quando apropriada por pesquisadores dedicados à notícia, a expressão passou a ser caracterizada como esquemas de construção do conteúdo jornalístico (GAMSON, 1985; ENTMAN, 1993). Segundo Gamson (1985), o que caracteriza o enquadramento de notícias são os esquemas de seleção e ênfase aplicados no processamento da informação. Nestes termos, enquadrar seria selecionar alguns aspectos de um evento noticiável e torná-los mais salientes no texto comunicativo de modo a promover uma definição particular da interpretação, avaliação ou tratamento do tema por parte do público (ENTMAN, 1993).

Relacionado aos ângulos de abordagem dos assuntos pautados nos meios de comunicação, o termo *frame* passa, então, a designar a moldura de referência utilizada tanto pelos meios de comunicação, na construção dos temas e acontecimentos midiáticos, quanto pela audiência, na interpretação desses eventos, originando duas correntes complementares de investigação. Assim, enquanto o quadro midiático seria o tipo de organização de pontos de vista ou idéias que sugerem a questão essencial de um determinado evento noticiado, o quadro de referência do público seria o processo cognitivo de armazenamento das idéias que guiam o processamento da informação até sua interpretação (GUTMANN, 2006).

Em outras palavras, o conceito de *framing* pressupõe que, ao salientar alguns aspectos de uma informação ou acontecimento, o jornalista determina o enquadramento da notícia, promovendo uma definição particular do evento e indicando sua interpretação (PORTO, 2004). A partir deste pressuposto, a análise da cobertura da imprensa se volta não apenas para os temas abordados por ela, mas também para o tipo de ênfase dado a estes temas em cada notícia. Esta ênfase pode ser identificada nos discursos jornalísticos através da observação de imagens,

metáforas, símbolos ou palavras-chave repetidas insistentemente ou em destaque para que se ressalte uma determinada ideia ou ponto de vista, entendidos aqui como elementos definitivos dos cenários representativos da realidade, construídos a longo prazo nos meios de comunicação (Cf. MCQUAIL, 2003; ENTMAN, 2007).

McQuail (2003) observa que o termo possui dois significados, se referindo tanto à maneira como o conteúdo da notícia é marcado e enquadrado pelos jornalistas num dado contexto de referência e de acordo com certa estrutura latente de significado, quanto ao seu efeito no público, que supostamente adotaria os quadros como referência para compreender a realidade noticiada. Deduz-se, portanto, sua divisão entre *frames* da mídia e *frames* do público (*individual frame*). Duas funções capazes de articular as instâncias de emissão e recepção das notícias, contribuindo significativamente para a análise de como estes processos, juntos, interferem na construção da realidade social. Um modelo que procura identificar os quadros de referência criados pelos meios de comunicação em sua produção das mensagens e sua reapropriação pelo público na interpretação da realidade social e na discussão sobre ela.

Vale ressaltar que o *framing* também pode se revelar como uma estratégia tendenciosa, na medida em que envolve um processo de seleção e exclusão que incorpora tendências estruturais e ideológicas envolvidas no processo de produção de notícias com a intenção de incentivar determinadas compreensões da realidade e limitar interpretações alternativas dos fatos (BANTIMAROUDIS e KAMPANELLOU, 2007). Vale lembrar que nesta seleção do que vai ou não virar notícia, estão envolvidos os critérios de valores-notícia, através dos quais os jornalistas em algum momento acabam por fazer uma escolha entre cobrir um ou ambos os lados de uma questão, aplicar suas próprias interpretações ou enfatizar declarações conclusivas sobre um determinado assunto, simplificar eventos ou destacar certos detalhes do mesmo, ou simplesmente dando maior cobertura a um determinado tema em detrimento de outro. Ainda que não haja a intenção de se manipular a recepção, o que dificilmente transpareceria no material publicado, ao qual este estudo se limita a analisar para identificar os enquadramentos incidentes na cobertura da imprensa, pressupõe-se que o tratamento dado a determinados temas passíveis de serem utilizados estrategicamente em um jogo de interesses, poderiam, por um lado, favorecer uma ou mais posições entre os receptores que vinculassem seus

discursos às representações delimitadas pelo *frame* ou que tivessem suas imagens explicitamente vinculadas na origem das notícias e, por outro, levar as partes desfavorecidas à manipulação dos enquadramentos, visando uma construção retórica alternativa da realidade representada nos meios de comunicação. Desta forma, quando transposto para a análise da relação entre o conteúdo veiculado nos meios de comunicação de massa e os processos políticos, como intenta a análise a seguir, o *framing* pode ser entendido como o processo pelo qual os atores políticos definem e dão sentido aos assuntos tratados pela imprensa em seus discursos (CALLAGHAN e SCHNELL, 2001). Pressupõe-se, neste caso, a relação entre o *frame* da mídia e o *frame* reproduzido ou manipulado pelos receptores na construção retórica da realidade socialmente compreendida. Portanto, trabalha-se com a possibilidade de se estabelecer uma situação de oposição entre estes *frames*, onde um tema enquadrado de forma positiva no noticiário não seria reproduzido da mesma forma por um agente político que se oponha a este viés positivo, vindo a manipular o *frame* da mídia em benefício de sua posição, invertendo seu sentido ou adaptando-o no tratamento de outro tema que lhe seja conveniente. Ainda assim o processo de *framing* se estabeleceria, já que o quadro adotado pela imprensa teria sido tomado como referência na construção argumentativa do agente.

De acordo com esta definição, há três processos de enquadramentos que se articulam entre si: (a) a construção e o uso dos enquadramentos por parte dos jornalistas sob pressões de rotina, que precisam aplicar critérios de valores-notícia ao reportar os acontecimentos, (b) a transmissão enquadrada de notícias e (c) a reprodução ou a manipulação dos conteúdos transmitidos no campo da recepção (SCHEUFELE, 1999; MCQUAIN, 2003). A análise a seguir dedica-se apenas às duas últimas etapas, limitando-se a testar as hipóteses de tematização e *framing* em campanhas eleitorais, através da incidência de temas e enquadramentos da mídia nas construções retóricas de seus candidatos.

Destacam-se, por fim, nas linhas teóricas apresentada aqui como fundamentos deste estudo, os conceitos que dialogam diretamente com seus dados empíricos: (a) as características de acumulação e consonância da mídia, nas quais se baseia a análise dos cenários construídos nos jornais Gazeta do Povo e Zero Hora, pressupondo a sustentação da relevância de determinados temas referentes às cidades de Curitiba e Porto Alegre, tratados com traços comuns (*frames*) ao

longo dos anos que antecederam as disputas de 2004 e 2008; (b) o personalismo das campanhas, que dividiria espaço com a apropriação dos enquadramentos da mídia pelos candidatos, aproximando as conjunturas analisadas do tipo ideal de sociedade midiaticizada descrita como Democracia de Público e (c) os processos de tematização e *framing*, tomados como as principais hipóteses a serem testadas através da incidência dos temas veiculados na imprensa, e seus respectivos quadros interpretativos, nas construções retóricas dos programas apresentados nos Horários Gratuitos de Propaganda Eleitoral pelos principais candidatos a prefeito de cada cidade.

### 3 A IMAGEM DAS CIDADES NOS JORNAIS

Entendendo a cidade como protagonista do discurso eleitoral em pleitos municipais, e, portanto, considerando sua imagem como um importante elemento do cenário construído na mídia às vésperas da disputa, este capítulo tem como objetivo analisar a formação de quadros de sentido sobre as cidades de Curitiba e Porto Alegre na cobertura realizada por seus principais periódicos impressos ao longo dos anos que antecederam as eleições de 2004 e 2008.

#### 3.1 AS DISPUTAS ELEITORIAS DE 2003 E 2004 EM CURITIBA E PORTO ALEGRE

Antes da análise dos cenários midiáticos construídos através dos enquadramentos referentes às cidades em seus principais periódicos, vale contextualizar os cenários político-eleitorais tomados como objetos deste estudo. Em Curitiba, o rompimento público do candidato e então vice-prefeito, Beto Richa (PSDB), com o prefeito Cassio Taniguchi (PFL), e sua vitória no segundo turno do processo eleitoral de 2004 abalou, aparentemente, o perfil tecnocrático dos últimos gestores, visto que o candidato do PSDB, apesar de ter sido vice-prefeito e receber o apoio de Jaime Lerner (PSB), líder dos urbanistas<sup>7</sup>, não tinha origem naquele grupo, nem havia associado sua imagem ao planejamento urbano durante a campanha.<sup>8</sup> É possível que o cenário eleitoral anterior já apontasse para uma vontade de mudança, por parte do eleitorado, no perfil de liderança daqueles que exerciam a hegemonia na cidade desde 1970<sup>9</sup>, dado que nas eleições de 2000, a

---

<sup>7</sup> A produção da imagem da cidade apoiada na espetacularização de sua política de urbanismo consolidou o título de “cidade modelo” e das “inovações urbanísticas” como fruto das estratégias de projeção e eficácia de seu planejamento a partir da década de 1970 e se estabeleceu como identidade local e carro chefe do discurso oficial de um mesmo grupo político ao longo de suas gestões, construindo uma representação do interesse dominante que contribuiu para legitimar a estabilidade hegemônica dos urbanistas na administração de Curitiba (GARCÍA, 1997).

<sup>8</sup> Vale sublinhar que o grupo da situação estava, então, dividido entre o candidato apoiado por Taniguchi, Osmar Bertoldi (PFL), que se apresentava como integrante daquele grupo, e Beto Richa (PSDB), apoiado por Lerner, que representava certa mudança no tipo de gestão realizada até aquele momento. É importante lembrar também que em 2004 o cenário político nacional estava ainda envolvido por um espírito de mudança com a vitória de Lula (PT) nas eleições presidenciais de 2002.

vitória não havia sido tão fácil quanto em eleições anteriores, tendo o crescimento do candidato da oposição, Ângelo Vanhoni (PT), surpreendido o grupo da situação<sup>10</sup>. Em 2008, toda disputa foi marcada pelo continuísmo indicado pelas pesquisas que apontavam o prefeito, então candidato à reeleição, como o favorito das intenções de voto durante todo o processo eleitoral. Enquanto Beto Richa (PSDB) permaneceu com resultados entre 72% e 74% das intenções de voto e um índice de rejeição sempre abaixo de 7%, sua principal concorrente, Gleisi Hoffmann (PT), não conseguiu superar a marca dos 20% das intenções, mantendo uma rejeição em torno de 22%. Ao final do processo, o candidato tucano venceu a eleição com 778.514 votos (77%), conquistando a maior votação da história do município desde 1988, quando Jaime Lerner ficou com 57% dos votos válidos<sup>11</sup>. Embora os resultados das urnas tenham evidenciado as intenções do eleitorado de substituir a elite política tecnocrática que exercia a hegemonia na cidade desde os anos 70, evidencia-se a escolha de uma mudança menos radical deste perfil do que a representada pelo Partido dos Trabalhadores, que distanciava sua imagem de qualquer vínculo com os antigos gestores.

Em Porto Alegre, a disputa pela prefeitura em 2004 também alterou a cena política estabelecida desde 1988, quando Olívio Dutra foi eleito prefeito da capital riograndense pelo Partido dos Trabalhadores, iniciando uma série de sucessões do partido na gestão da cidade. O PT havia atingido o auge de sua popularidade ao final de seu segundo mandato, quando a administração do então prefeito Tarso Genro obteve 70% de aprovação, elegendo seu sucessor, Raul Pont, em 1996, logo no primeiro turno. Um desempenho que passa a perder força dois anos depois da vitória na capital, ao conquistar o governo do estado com Olívio Dutra, acirrando a disputa política com a oposição, que havia elegido a maioria dos deputados na Assembléia Legislativa.<sup>12</sup> Em 2000, as prévias do partido colocam Tarso Genro

---

<sup>9</sup> De 1970 a 2004, o grupo político de técnicos urbanistas, liderados pelo arquiteto Jaime Lerner (então filiado ao PDT) só não esteve à frente do executivo municipal entre 1983 e 1989, início do período de redemocratização, quando nas administrações de Maurício Fruet e Roberto Requião, ambos do PMDB.

<sup>10</sup> No primeiro turno das eleições de 2000, o candidato do grupo dos urbanistas, Cassio Taniguchi (PFL), teve 43,97% dos votos válidos, tendo Ângelo Vanhoni (PT) garantido sua ida para o segundo turno com 35,37% dos votos. No segundo turno Taniguchi vence a disputa com 51,48% dos votos, contra 48,52% de Vanhoni.

<sup>11</sup> Fontes: Ibope, Datafolha e RPC/Gazeta do Povo.

<sup>12</sup> Uma série de acusações mobilizadas pela oposição, com grande repercussão na mídia, envolvendo as negociações sobre a vinda da montadora Ford para o Rio Grande do Sul, iniciadas na gestão anterior à de Olívio Dutra, que resultaram na desistência da empresa em se instalar na região, fez com que o PT se desgastasse diante da manifestação de populares pela manutenção do projeto de instalação da fábrica (SILVEIRA, 2002).

como o candidato favorito para a disputa que se aproximava, porém, a escolha gera ressentimentos internos motivados por acusações de personalismo e individualismo por parte do ex-prefeito. Um embate que viria a se repetir em 2002 nas prévias disputadas com Olívio Dutra. Ainda que a escolha de Raul Pont para concorrer o pleito de 2004 não tenha sido resultado de prévias e consolidado um acordo entre os grupos de Olívio Dutra e Tarso Genro, era evidente o desgaste do partido com sua permanência à frente dos legislativos municipal e estadual e a repercussão de seus impasses internos na imprensa local.<sup>13</sup> Durante o período eleitoral de 2004, a permanência de José Fogaça (PPS) no segundo lugar das intenções voto e sua ida para o segundo turno, apoiado por um forte grupo de oposição, já indicava a força dos opositoristas obstinados em derrubar o candidato da Frente Popular com campanhas baseadas no desgaste do PT após tantos mandatos consecutivos e na derrota do partido nas últimas eleições estaduais. Era, ainda, a luta contra um gigante, que contava com um mote de campanha baseado em sua experiência e no apoio do governo federal, e que se mantinha no topo das pesquisas. Mas veio o segundo turno e a vitória do candidato do Partido Popular Socialista (PPS), com 431.820 votos (55%), marcou uma quebra na hegemonia do grupo. Em 2008, o período pré-eleitoral mostrava que os antigos gestores do PT ainda tinham força na capital para garantir sua presença no segundo turno. O pleito foi marcado pela liderança nas intenções de voto de José Fogaça, agora do PMDB, que mesmo não tendo conseguido chegar ao segundo turno em sua tentativa de reeleição nas eleições estaduais, contava com o marketing da gestão de seu candidato nos últimos quatro anos para concorrer com a esquerda, que disputava o segundo lugar de forma fragmentada, já que o PC do B e o PSOL haviam lançado candidaturas próprias. Ao final do segundo turno, Fogaça vence a disputa com Maria do Rosário, do PT, garantindo 470,696 votos (59%) e impedindo, assim, a volta do antigo grupo hegemônico<sup>14</sup>.

Diante de disputas marcadas pelo signo da transição nos perfis de liderança que resultaram na eleição e reeleição de candidatos que não pertenciam aos grupos políticos hegemônicos há dezesseis anos na administração das cidades, a análise

---

<sup>13</sup> Para um aprofundamento da cena política riograndense envolvendo o desempenho eleitoral e as disputas internas do Partido dos Trabalhadores, ver Silveira (2002).

<sup>14</sup> Fontes: Ibope, Datafolha e RBS/Zero Hora.

empírica deste capítulo busca contribuir com novos elementos para o debate sobre o espírito de mudança que havia envolvido as campanhas a partir das imagens das cidades construídas pela imprensa ao longo dos anos que antecederam as eleições.

### 3.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A análise a seguir toma como referencial teórico-metodológico o conceito de *frame* de mídia ou enquadramento midiático e seu pressuposto de que a cobertura noticiosa constrói sentidos sobre a realidade social ao adotar padrões persistentes de apresentação e interpretação durante os procedimentos de seleção e ênfase de determinados aspectos dos fatos na produção da notícia (GANSON, 1985, ENTMANN, 1993; PORTO, 2004). Sob tais orientações, volta-se, de forma qualitativa e descritiva, para os elementos discursivos enfatizados pelos jornais Gazeta do Povo e Zero Hora na cobertura dos temas que se referiam as cidades de Curitiba e Porto Alegre ao longo dos anos que antecederam as disputas eleitorais (2003-2004 e 2007-2008) para que, no capítulo seguinte, sejam verificados os processos de tematização e *framing* das campanhas através do uso destes elementos nos discursos eleitorais.

Os enquadramentos são identificados a partir de argumentos, metáforas, símbolos e palavras-chave repetidas e/ou em destaque nos títulos e ao longo dos textos publicados no formato reportagem (Cf. MCQUAIL, 2003; ENTMAN, 2007). Foram selecionados para este estudo, 660 edições publicadas em cada jornal ao longo dos 22 meses que antecederam cada um dos pleitos municipais, com exceção do período que precede as eleições de 2008, em Curitiba, onde o candidato fora reeleito no primeiro turno, contabilizando um total de 635 edições da Gazeta do Povo.

### 3.3 CURITIBA NO JORNAL GAZETA DO POVO (2003-2004)

A partir da análise da cobertura do Jornal Gazeta do Povo, quando este se referia à cidade de Curitiba, durante o período de janeiro de 2003 a outubro de 2004, precisamente um ano e dez meses que precederam as eleições municipais, foi

possível identificar elementos que construíram a imagem da cidade na mídia e já apontavam para sua importância no cenário político eleitoral.

Durante a pesquisa, o assunto que mais chamou a atenção na cobertura do jornal foi a ênfase dada aos problemas que a cidade vinha enfrentando com o aumento da violência. Matérias sobre o crescimento do número de assaltos e as preocupações da população com a segurança, ou melhor, com a falta dela, se acumulavam nas páginas do jornal quase que diariamente, fazendo com que a imagem de uma cidade assolada por crescentes índices de violência, que se refletiam nas reivindicações da população por melhorias na segurança pública, se apresentasse como um importante elemento do cenário que construiria a imagem da cidade às vésperas de seu processo eleitoral.

Pouco associada a problemas sociais, o enquadramento utilizado pelo jornal em grande parte de sua cobertura do tema, atribuía a violência à falta de policiamento, com exceção de alguns casos, em que o uso de entorpecentes fora apontado para explicar a causa dos delitos noticiados. Problemas com a segurança pública, como assaltos e assassinatos ocorridos na cidade, eram noticiados quase que diariamente em reportagens que enfatizavam o medo da população diante de um policiamento escasso. Evidenciava-se, à primeira vista, uma postura crítica do jornal diante do tema da segurança pública ao noticiar as reivindicações dos curitibanos por mais policiamento, citando argumentos como a manifestação da população para chamar a atenção das autoridades e o uso político do aumento do policiamento somente em épocas de campanha.<sup>15</sup>

Em grande parte das matérias, a cobertura não se limitava ao simples relato dos crimes do dia, havendo especulações sobre os problemas relacionados à segurança pública. Algumas reportagens anunciavam que o número de delitos acontecidos na cidade eram provavelmente maiores do que os índices divulgados pelos órgãos estaduais de segurança devido ao fato das vítimas não denunciarem os

---

<sup>15</sup> “Moradores do Bacacheri denunciam riscos de assaltos – Comunidade pede mais policiamento para a região: Faixas pedindo paz e o fim dos assaltos estão sendo usadas como estratégia para alertar a comunidade e chamar a atenção das autoridades para a falta de segurança no bairro” (GAZETA DO POVO, 23 de janeiro de 2003, p. 12). “Curitibanos pedem que governo reative os módulos policiais – Apenas 23 postos, dos 74 construídos, continuam em funcionamento na capital: Um grupo de moradores do Jardim Social, em Curitiba, está se mobilizando para combater um problema comum a diversos bairros da capital. Eles reclamam do abandono de um módulo policial, que enquanto funcionava ajudou a melhorar os índices de segurança pública. Segundo o coronel Itamar dos Santos, o uso político dos módulos colaborou para suas desativações. As guaritas eram construídas em época de campanha, mas o policiamento ficava por conta do estado que não tinha policiais suficientes para atender a demanda” (GAZETA DO POVO, 25 de março de 2003, p. 3).

crimes, o que era atribuído a um descrédito no serviço prestado pela polícia por parte da população. Em determinado momento, o jornal chega a encomendar uma pesquisa para saber se o índice de criminalidade na capital era ainda maior do que os números divulgados pelos órgãos de segurança diante da omissão das vítimas.<sup>16</sup> Desta forma, o jornal construía um cenário da segurança pública que desqualificava as autoridades estaduais ao enfatizar a falta de confiança da população no trabalho da polícia e atribuir os altos índices de violência à falta de policiamento, atacando, assim, o governo do estado, enquanto responsável pelo controle repressivo da situação, sem introduzir elementos críticos ao senso-comum, e deixando de abordar outros aspectos que poderiam alimentar um debate sobre o problema, como a exclusão social diante das desigualdades ou a violência e a corrupção policial. Nota-se, assim, que a postura crítica do jornal em relação ao aumento da criminalidade possuía um caráter conservador que se revelava na forma como eram abordados os casos, tratando-os apenas como um problema da esfera estadual de governo, sem abordá-los através de outros fatores que envolviam a cidade ou de possíveis providências locais, o que desresponsabilizava totalmente a administração municipal.

A imagem de uma cidade com sérios problemas com o crescimento da violência e a falta de segurança é ainda mais enfatizada quando a Rede Paranaense de Comunicação (RPC) – Jornal Gazeta do Povo e TV Paranaense – lança um projeto chamado “RPC nos Bairros” que, através da instalação de urnas eletrônicas nos principais bairros de Curitiba, coletava a opinião dos moradores sobre o que há de positivo e negativo nos serviços públicos prestados na região onde vivem.<sup>17</sup> O

---

<sup>16</sup> “Falta de confiança na polícia faz registro de ocorrências ser menor – Não apresentação de queixas indica que criminalidade é ainda maior na capital: A falta de confiança da população em relação à eficiência da polícia aumenta ainda mais o problema da segurança pública em Curitiba. Uma pesquisa encomendada pela Gazeta do Povo ao Instituto Paraná Pesquisa revela que menos da metade das vítimas de violência informou a ocorrência aos órgãos de segurança. (...) O coronel Itamar dos Santos, chefe do Comando de Policiamento da Capital (CPC) da Polícia Militar, concorda e admite que a subnotificação é consequência do descrédito que as polícias têm junto à população. (...) Mesmo com informações mais precisas sobre os crimes na cidade, os problemas crônicos de falta de recursos e de pessoal nas duas polícias permaneceriam. O comandante do CPC informa que o telefone 190 da PM recebe 9 mil ligações por dia. Como não há viaturas e homens suficientes para atender a todos os chamados, é feita uma triagem dos casos mais graves” (GAZETA DO POVO, 07 de março de 2003, p.3)

<sup>17</sup> “Para moradores, segurança é o pior serviço – Pesquisa do Projeto RPC nos Bairros começou pela região do Cajuru – Para 43% da população, o combate à violência é muito ruim: Os moradores do bairro Cajuru, um dos mais populosos de Curitiba, cerca de 90 mil habitantes, elegeram a segurança e a saúde como piores serviços oferecidos à comunidade. (...) O pedreiro José Pereira, 41 anos, está entre os 43% que apontaram a segurança como pior serviço. Ele, que mora na Vila Camargo, cobra a presença de viaturas da polícia nas ruas. (...) Depois de ter a casa invadida e ter sido assaltado duas vezes, Dorival Sardinha, 35 anos, morador da Vila Oficinas, não

projeto durou de abril a junho de 2003. Neste período, a Gazeta do Povo enfatizou, em 8 reportagens que acompanhavam o projeto, os resultados da pesquisa, que apontavam a segurança em primeiro lugar e a saúde em segundo, como os piores serviços prestados.<sup>18</sup> Entre os melhores serviços estavam a coleta de lixo e o transporte coletivo; porém, este resultado teve pouca relevância nas matérias que abordavam a votação ao serem privilegiadas as discussões sobre os votos negativos, através de entrevistas com os moradores sobre o motivo de suas escolhas e dos títulos das reportagens, que chamavam a atenção para o índice de desaprovação à segurança pública. Assim, reportagens onde a insatisfação da população com os serviços de segurança pública era enfatizada através das sondagens de opinião, ganharam espaço significativo nas páginas do jornal. Nota-se, a partir deste momento, certa espetacularização do tema e a preocupação com o agendamento deste na opinião pública ao destacar as preocupações dos entrevistados, que, em suas declarações, reproduziam a maneira como o jornal vinha tratando o assunto. Durante o período analisado, em nenhum momento a Gazeta do Povo abordou o tema por outro viés que não fosse o da falta de policiamento nas ruas e o descrédito das autoridades, mesmo diante da ambigüidade dos argumentos de que a população pedia por mais policiamento, mas não confiava na polícia.

Fica evidente também que, durante o período em que foram divulgados os resultados das pesquisas do projeto e nos meses que se seguiram, o jornal enfocou ainda mais o problema ao aumentar o número de matérias que abordavam o crescimento dos índices de criminalidade. Algumas reportagens chegavam a questionar os números apresentados pelos órgãos oficiais, alegando que os índices poderiam ser ainda maiores, e enfatizavam o fato de que o governo do estado descartava a hipótese de contratar mais policiais, priorizando a modernização da

---

tem dúvidas sobre a insegurança no bairro. “Quando a gente liga, a polícia ainda demora horas para chegar”, reclama. (...) Para o funcionário público, Amauri Ferreira do Valle, de 49 anos, a criação de postos de atendimento da polícia militar e o reforço do patrulhamento escolar estão entre as medidas urgentes para melhorar a questão da segurança no Cajuru” (GAZETA DO POVO, 05 de abril de 2003, p. 12)

<sup>18</sup> “Preocupações da população são as mesmas em diferentes bairros – Levantamento da RPC mostra opiniões semelhantes sobre os piores serviços: As 20 mil pessoas que participaram em Curitiba da votação do projeto “RPC no Bairros”, da Rede Paranaense de Comunicação, indicam uma situação comum em relação aos serviços prestados à população nos bairros, independentemente de localização e características econômicas da região analisada. Nos dez bairros onde foi instalada a urna eletrônica da RPC, transporte coletivo e coleta de lixo foram escolhidos os dois melhores serviços entre as oito opções de votação. A votação mais expressiva, no entanto, aconteceu para a escolha do pior serviço. A segurança foi unanimidade, sendo a primeira colocada em todos os bairros, com o voto de 80% dos participantes” (GAZETA DO POVO, 08 de junho de 2003, p. 3)

polícia e o afastamento dos policiais corruptos para controlar a situação, o que ia contra o enquadramento da escassez de policiamento dado às notícias até então pelo jornal.<sup>19</sup>

Após o término do projeto “RPC nos Bairro”, a Gazeta do Povo continuou a enfatizar os casos de segurança pública em matérias que espetacularizavam ainda mais o problema, como no caso de uma reportagem em que fora apresentada uma lista descrevendo os maiores assaltos a imóveis de luxo ocorridos nos últimos três anos na cidade e ainda destacava a opinião da Polícia Civil, segundo a qual a cidade era rota de quadrilhas de assaltantes vindas de São Paulo e do Rio de Janeiro.<sup>20</sup>

Ao longo do período analisado, alguns casos noticiados ligados à segurança, que remetiam ao imaginário social construído pela grande mídia, de crimes comuns a grandes metrópoles como as capitais paulista e carioca, ganharam maior destaque na Gazeta do Povo, contribuindo para construir a imagem midiática de uma cidade que estava se tornando cada vez mais violenta. Entre eles, destacam-se as chacinas envolvendo guerras entre traficantes nos bairros da periferia, os freqüentes seqüestros a ônibus e uma série de mortes por balas perdidas em diversas regiões da capital.<sup>21</sup>

---

<sup>19</sup> Cresce o número de crimes violentos – De janeiro a março, o número de homicídios em Curitiba foi 24,5% superior ao do ano passado – Governo estuda pacote de medidas para melhorar a segurança, mas não contratará policiais: O número de assassinatos, roubos, estupros e outros crimes violentos aumentou em Curitiba no primeiro trimestre deste ano, em relação ao mesmo período de 2002. Dados oficiais da Polícia Militar e da Delegacia de Homicídios, mostram que entre janeiro e março as ocorrências aumentaram, na média, 30%. (...) Embora sejam oficiais, os dados podem não retratar integralmente a realidade. (...) Basta ver o que acontece com os homicídios: a estatística da PM registra cinquenta e sete casos no primeiro trimestre, e a Delegacia de Homicídio informa que foram 122. (...) O jornalista Benedito Pires, assessor de imprensa do governador Roberto Requião, que está em estudo um pacote de medidas para modernizar e reaparelhar a polícia, dotando-a de recursos com um sistema de geoprocessamento para mapear a criminalidade. Não há previsão de contratação de policiais. “É bobagem empilhar policiais sem antes reorganizar a polícia”, diz. Pires diz que a prioridade é fazer a anunciada “faxina” na polícia, com o afastamento dos policiais corruptos. (GAZETA DO POVO, 23 de abril de 2003, p. 12)

<sup>20</sup> “Veja os principais assaltos ocorridos em Curitiba nos últimos três anos – Para a Polícia Civil, cidade é rota de quadrilhas, que usam olheiros: Nos últimos três anos Curitiba teve uma ampla lista de assaltos a imóveis de luxo e de ações contra empresas e instituições financeiras. Segundo a Polícia Civil, o estado é rota de quadrilhas paulistas e cariocas que usam “olheiros” locais e planejam assaltos e furtos milionários. Somente em maio, a Delegacia de Furtos e Roubos de Curitiba registrou 45 assaltos a residências de alto padrão, sendo que 15 envolvidos foram identificados, mas apenas dois estão presos” (GAZETA DO POVO, 03 de Julho de 2003, p. 4).

<sup>21</sup> “Cinco pessoas são mortas em chacina no Uberaba – Grupos rivais disputam poder na mesma área de invasão – Briga entre gangues causou outros homicídios na mesma região: Dois grupos que teriam envolvimento com assaltos e tráfico de drogas, disputam o poder na área e os assassinatos de ontem aconteceram para vingar outras mortes ocorridas nos últimos meses” (GAZETA DO POVO, 28 de fevereiro de 2003, p. 5). “Balas perdidas fazem polícia intensificar desarmamento – Periferia de Curitiba, que tem tiroteios freqüentes, é principal alvo da PM” (GAZETA DO POVO, 05 de agosto de 2003, p. 3). “Recorde de assalto a ônibus coloca Curitiba em alerta – Em 6 meses, número de casos chegou a 3.586, uma média de 17 por dia: Número é 33,8% maior que o do primeiro semestre de 2002” (GAZETA DO POVO, 12 de setembro de 2003, p. 1).

Outro fato ligado à segurança que ganhou destaque no jornal foi o impasse entre a prefeitura e o governo estadual. Ao denunciar a escassez de policiais e viaturas das polícias Civil e Militar, que são responsabilidade do estado, o jornal adotou um enquadramento que enfatizava a imagem de um conflito entre a prefeitura e o governo estadual associado a um impasse político ao reservar um espaço privilegiado às acusações do então prefeito, Cassio Taniguchi, de que o governo do estado estava deteriorando a segurança na cidade por razões políticas.<sup>22</sup>

A análise do grande número de matérias que tratavam dos casos ligados à segurança mostra que a Gazeta do Povo adotou uma postura crítica em relação a alguns aspectos da política de segurança pública, utilizando, em boa parte de suas reportagens, um enquadramento que apontava para a falta de policiamento como um fator explicativo da onda de crimes que vinha assolando a cidade e alegando que os índices anunciados pelas autoridades não retratavam a realidade. Porém, nota-se que esta crítica apresentava-se através de um enquadramento que desfavorecia um debate do assunto para além dos termos em que era normalmente tratado. Além disso, a constante desqualificação das autoridades estaduais e a preocupação com a ordem, estabelecida de forma repressiva através do policiamento, desviavam a discussão da esfera política municipal, favorecendo o grupo da situação em detrimento dos opositores, que administravam as outras esferas governamentais.

Quanto à questão da saúde pública, que havia sido apontada pelas reportagens que cobriam as pesquisas do “RPC nos Bairros” como o segundo pior serviço, pouco foi explorado pelo jornal após o término do projeto, tendo apresentado apenas uma reportagem de destaque (de página inteira) sobre o

---

<sup>22</sup> “Prefeito amplia a guarda para conter criminalidade – Falta de segurança em Curitiba é creditada ao governo do estado: Há uma ordem explícita do governador Requião para deteriorar o máximo possível a questão da segurança pública. O governador determinou à polícia que não atendesse ou deixasse deteriorar a segurança em Curitiba, diz Cassio Taniguchi, prefeito de Curitiba. (...) Segundo o prefeito, o reforço do efetivo da guarda, aliado à autorização para o porte de armas, deve combater o estado de deterioração a que foi submetida a capital nos últimos meses. Há uma sensação de insegurança na cidade e a responsabilidade deve-se em grande parte ao setor de Segurança Pública do estado, afirmou” (GAZETA DO POVO, 9 de setembro de 2004, p. 9). “Prefeito culpa governo estadual pelos problemas de segurança pública – Convênio que previa integração entre a PM, Polícia Civil e a Guarda Municipal foi cancelado ano passado: A discussão sobre a segurança pública na capital abriu mais uma divergência política entre a prefeitura de Curitiba e o governo do estado. (...) Cassio Tanguchi afirmou que o governador Roberto Requião está discriminando a população curitibana na área de segurança pública por “pura birra”. No ano passado, afirmou Taniguchi, o governo do estado cancelou, unilateralmente e sem explicações, um convênio que tinha com a prefeitura desde 1998 e que previa a integração das ações de segurança entre as duas esferas governamentais. O prefeito propôs uma trégua ao governador e conclamou Requião a “não esperar o fim das eleições” e a retomar as ações conjuntas que visam reduzir a violência na cidade” (GAZETA DO POVO, 26 de outubro de 2004, p. 20).

problema da demora no atendimento dos postos de saúde da cidade.<sup>23</sup> Nota-se que a reportagem desviava da administração municipal parte da responsabilidade do problema ao enfatizar, como agravante da situação, o uso do sistema de saúde por moradores de cidades vizinhas, onde o sistema de saúde era muito pior. Além disso, as declarações citadas no texto indicavam que a situação em Curitiba, mesmo com a falta de médicos para atender a demanda, não era tão grave quando comparada com outras capitais.

Somente em setembro de 2004, após o início do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral e do aparecimento do tema entre as propostas de alguns candidatos, a questão da saúde pública voltou às páginas do jornal. Naquele momento, as reportagens passaram a dar mais ênfase às denúncias de demora no atendimento dos postos e a necessidade de contratação de médicos, principalmente especialistas, porém, sem deixar de reservar espaço para as declarações da Secretária Municipal de Saúde, que admitia o problema e apresentava os esforços da prefeitura para melhorar a situação, o que dava um tom mais neutro ao tratamento do tema.<sup>24</sup>

Além da segurança e da saúde pública, os problemas que a cidade vinha enfrentando com a habitação também foram enfatizados na cobertura do jornal em matérias que abordavam o aumento das invasões de terrenos irregulares e o crescimento das favelas. O assunto toma fôlego quando, no dia 7 de junho de 2003,

---

<sup>23</sup> “Fila no atendimento de saúde pública chega a nove meses – Consultas de moradores de cidades vizinhas ajudam a sobrecarregar o sistema – Serviços especializados são os mais demorados, espera começa às 5 horas: (...) Segundo os usuários, na maioria dos 104 postos de saúde da capital, eles perdem o dia para conseguir fazer uma consulta básica, como clínicos gerais e pediatras. Quem precisa de um especialista, chega a esperar até nove meses – como é o caso de atendimentos de oftalmologia. (...) A falta de estrutura no atendimento de saúde dos municípios da região metropolitana prejudica o atendimento na capital, já que a cidade acaba atendendo os moradores vizinhos. Por mais que existam dificuldades, temos um sistema organizado e de melhor qualidade que em outras cidades. Mas a necessidade da população aumenta em uma proporção e nossa capacidade em outra, explica a médica Edimara Seegmüller, superintendente da Secretaria Municipal de Saúde. Seegmüller diz que o município precisaria contratar mais 40 médicos para regularizar o atendimento nas unidades de saúde. Para o presidente do Conselho Regional de Medicina, Luiz Sallim Emed, filas nas unidades de saúde são comuns em grandes cidades e Curitiba enfrenta situação menos grave se comparada a outras capitais brasileiras. O que sobrecarrega o atendimento em Curitiba é a falta de estrutura do setor nas cidades da região metropolitana, o que faz com que muitos moradores busquem as unidades de saúde da capital” (GAZETA DO POVO, 16 de julho de 2003, p. 3)

<sup>24</sup> “Especialidades são gargalo da saúde – Demora é principal reclamação dos usuários dos postos de saúde; rede municipal precisa de mais 120 médicos: A secretária municipal de saúde, Edimara Seegmüller, admite que o atendimento das especialidades é um dos “gargalos” da rede pública de saúde. Segundo ela, o problema ocorre sobretudo na realização dos exames. Edimara diz que há alguns tipos de procedimentos como poucos profissionais e hospitais capacitados a fazê-los e assegura que a secretaria já está trabalhando para dinamizar o atendimento e a realização de exames por meio da criação de um sistema independente da rede de postos nas áreas das especialidades. Por meio desse sistema, o paciente não precisará voltar ao posto de saúde toda vez que precisar marcar exame solicitando pelo especialista” (GAZETA DO POVO, 13 de setembro de 2004, p. 9).

um grupo integrado por 40 famílias de sem-teto, sob a bandeira do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), invade um prédio abandonado do antigo Banco Banestado, no centro de Curitiba, e lá permanece por quase dois meses.

O fato, que havia sido anunciado com uma simples nota, despertou, no início, pouco interesse no jornal em ser agendado. Somente após 4 dias, com o desenrolar do caso em trâmites entre os ocupantes do prédio, a companhia de habitação popular e a prefeitura, é que o assunto passou a ter destaque no jornal. A partir de então, nota-se que a Gazeta do Povo adotou uma posição no debate entre os ocupantes do prédio e o órgão responsável pela habitação na cidade. Reportagens de páginas inteiras destacavam essa posição, privilegiando a opinião da diretora-presidente da Cohab em detrimento dos integrantes do movimento após enfatizar a ameaça de uma onda de invasões pelos sem-teto, além de ilustrar as matérias com opiniões de populares que desaprovavam a atitude do movimento.<sup>25</sup>

Este tratamento dado ao caso ao longo de sua cobertura, tendo o jornal privilegiado as declarações do órgão municipal de habitação em detrimento dos sem-teto, responsabilizando o governo federal ao creditar a ineficácia dos planos de habitação da prefeitura às dificuldades que o país vinha enfrentando na área, remetem ao enquadramento de crítica a outras esferas governamentais, que não a municipal, com que o tema da segurança já vinha sendo tratado.

Após o início da cobertura deste caso, o jornal passou a reservar um espaço significativo ao tema da habitação. Um exemplo da disposição do jornal em dar ênfase ao assunto é uma reportagem de página inteira apresentando as dificuldades do órgão de habitação da prefeitura em atingir as metas para a habitação anunciadas no início do mandato e a opinião da oposição sobre o problema.

---

<sup>25</sup> Sem-teto reivindicam lotes e sugerem onda de invasões – Grupo tem atrito com a Cohab, que exige retratação e nega furar fila em loteamentos: Curitiba pode enfrentar, dentro de um mês, uma onda de invasões de prédios desocupados ou de áreas onde a prefeitura pretende implantar loteamentos populares. Um grupo de 50 membros do MNLN entregou ontem a reivindicação à diretora-presidente da Cohab, Teresa Gomes de Oliveira. Ela descartou a possibilidade de “furar” a fila de 60 mil pessoas que esperam por um lote, para beneficiar os integrantes do movimento. Teresa também reconheceu que o país vive problemas na área de habitação e que a fila da Cohab tem avançado em um ritmo mais lento do que o esperado. Mas esse não é um problema só de Curitiba, afirma” (GAZETA DO POVO, 12 de julho de 2003, p. 3). “Sem-teto querem erguer “cidade de lona” – Invasores do prédio do Banestado em Curitiba dizem que montarão acampamento ao sair de edifício: (...) Não adianta tentar discutir uma ordem judicial, observou o aposentado Aílson Lopes, 62 anos. Na opinião de Lopes, o movimento que invadiu o edifício pode estar sendo usado por líderes que estão bem distante da realidade brasileira, embora o problema social seja bastante sério. O representante comercial Ulisses Hatschback, 46 anos, diz acreditar que a forma como os sem-teto estão agindo não é a mais correta. Acho que essa não é a forma de lutar pela moradia. Eles deveriam lutar para mudar os governantes, colocar gente competente no governo para resolver o problema. Se for assim, vou invadir também, diz Ulisses” (GAZETA DO POVO, 03 de agosto de 2003, p. 5)

Também neste caso nota-se que o jornal adotou um enquadramento que privilegiava as justificativas do órgão responsável pela habitação, que alegava que o apoio do governo federal ao município era insuficiente para resolver o problema, dedicando pouco espaço para o argumento da oposição de que o problema estava no valor destinado à habitação pela prefeitura.<sup>26</sup>

A cobertura dos assuntos referentes à habitação seguia, durante boa parte do período analisado, com matérias que tratavam do crescimento das favelas e as dificuldades de regularização das áreas de invasão. A partir de 2004, ano eleitoral, as reportagens que tratavam do tema passaram a apresentar um enquadramento voltado para as dificuldades enfrentadas pelos moradores destas áreas. As reportagens que então chamavam a atenção para um número cada vez maior de favelados e o surgimento de novas favelas dividiam-se entre a atenção dada aos argumentos da presidência da Cohab e a opinião dos moradores das favelas, que viviam sob as ameaças de desocupação.<sup>27</sup>

Nota-se que o jornal enfatizava a gravidade dos problemas que a cidade vinha enfrentando com a habitação ao mesmo tempo em que continuava a desresponsabilizar a administração do município, privilegiando as declarações da presidência do órgão municipal de habitação popular de que uma crise nacional no

---

<sup>26</sup> “Em Curitiba, 50 mil famílias vivem em terrenos irregulares – No início do atual mandato a prefeitura anunciou a meta de fornecer 10 mil escrituras até o fim de 2004, resolvendo pelo menos 20% do problema: Sabemos que ainda estamos longe de conseguir esse número. Há diversos obstáculos a serem superados, mas acredito que ainda vamos cumprir a meta, afirma Teresa Oliveira, presidente da Cohab. Segundo ela, os trâmites burocráticos foram feitos em boa parte das áreas. Agora vamos conseguir andar mais rápido, diz. Para a oposição, o problema está no valor destinado pela prefeitura ao tema. Em 2002, apenas 0,2% do orçamento foi para a habitação. Foram previstos R\$ 4,9 milhões e gastos R\$ 3,7 milhões, segundo dados do relatório anual de execução orçamentária da prefeitura. A Cohab afirma que não é certo relacionar os recursos aplicados pelo município à solução do problema. Ninguém conseguiria resolver uma situação dessas com verbas municipais, diz Tereza Oliveira. Ela afirma que o governo federal precisa apoiar mais as prefeituras e estados, retomando um sistema nacional de financiamento da casa própria. Atualmente, a principal arma da prefeitura para tentar reduzir as áreas irregulares é o Fundo Municipal de Habitação. Parte dos recursos vêm da construção civil, que paga taxas ao município para poder erguer prédios maiores do que prevê a Lei de Zoneamento. Como o mercado imobiliário está andando devagar, o fundo também passa a recolher menos recursos” (GAZETA DO POVO, 10 de Junho de 2003, p.3)

<sup>27</sup> “Favela é lar de 200 mil em Curitiba – Número de pessoas vivendo em áreas irregulares cresce 34% mais do que média da cidade: Um em cada oito habitantes de Curitiba mora em favelas. São 200 mil pessoas faveladas. E essa proporção tende a aumentar nos próximos anos se não for contido um fenômeno identificado pelo IBGE, segundo o qual, o aumento do número de favelados é 34,12% superior ao crescimento médio da população da capital. Segundo a presidente da Cohab, Teresa Oliveira, a queda no ritmo das atividades da construção civil é um dos motivos da escassez de recursos. (...) Outro problema, segundo Teresa, é que a liberação de recursos federais para a habitação popular está deixando a desejar. Segundo ela, a falta de recursos não pode ser usada como justificativa pelo governo federal. É uma triste realidade, mas existem muitas pessoas que preferem viver em favelas a mudar para uma casa regularizada, onde terão que pagar prestação, luz e água. A catadora de papel Maria Zinco, moradora da Vila Audi, é uma dessas pessoas. “Aqui não pagamos aluguel nem água e luz, porque temos ligações clandestinas. Gostaria de ir para um lote regular, mas lá teremos que pagar a Cohab, luz e água. Não tem dinheiro para isso”, afirma” (GAZETA DO POVO, 15 de maio de 2004, p. 4)

setor da construção civil e a falta de recursos enviados pelo governo federal, que, segundo a presidente da Cohab, não poderia usar o mesmo argumento para se justificar, eram as causas da imobilidade da prefeitura diante do problema. A responsabilidade da gestão municipal é ainda mais reduzida com o argumento de que alguns moradores de favelas preferiam permanecer nas áreas irregulares a mudar para um loteamento popular, onde teriam que pagar água, luz e prestações. Com a aproximação das eleições, as reportagens que abordavam o tema passaram a dar um espaço mais significativo às declarações dos moradores das áreas de invasão ao lado dos argumentos que enfatizavam a gravidade do problema.<sup>28</sup>

Fica evidente, com a análise do tratamento dado às reportagens sobre a gravidade da situação da habitação na cidade, que a Gazeta do Povo havia desviado o problema da esfera municipal de governo ao privilegiar as críticas à escassez de recursos enviados pelo governo federal e as alegações de que aquele não era um problema exclusivo da cidade, mas de todo o país. Nota-se também a postura conservadora do jornal diante das invasões, que, no caso da ocupação do prédio no centro da cidade, havia adotado um tom de reprovação à atitude do movimento dos sem-teto e, ao abordar as constantes ocupações de terrenos irregulares, tratado as invasões como quase que inevitáveis, já que as soluções argumentadas se encontravam além do alcance do órgão de habitação municipal. Consolidava-se, assim, a representação de uma crise no setor público de habitação como um dos elementos que contribuíram para a construção da imagem da cidade na mídia durante o período analisado.

O grande número de matérias que abordavam temas como a violência e a habitação escassa construía no jornal a imagem de uma cidade que vinha enfrentando com dificuldade os males das grandes metrópoles. Ao longo do período analisado, o problema era realçado com matérias que destacavam o aumento da desigualdade de renda, o crescimento do número de habitantes com o processo migratório de pessoas vindas de outros estados e do interior, o esgotamento das

---

<sup>28</sup> "Agilidade marca consolidação de invasão de terra em Curitiba – 355 famílias que se instalaram na área, segundo números dos próprios invasores, fazem parte de um universo de pelo menos 200 mil curitibanos, que vivem em favelas: "Todo mundo está consciente de que pode ser tirado 'na marra' daqui, a qualquer minuto. Só que se a gente resolveu entrar aqui é porque não tinha outro lugar para ir", disse ontem um dos ocupantes, que pediu para não ter o nome publicado" (GAZETA DO POVO, 11 de setembro de 2004, p. 3).

áreas livres e o trânsito cada vez mais caótico, devido aos congestionamentos e ao alto índice de acidentes.

Em algumas reportagens que tratavam da escassez de áreas livres para a habitação, o jornal associava o problema a um crescimento nocivo da população com altos índices de migração, o que resultava em um empobrecimento maior do que o enfrentando por grandes centros como São Paulo. Ainda que abordando pontos negativos da cidade, o jornal enfatizava os argumentos do instituto responsável pelo planejamento urbano de Curitiba (Ippuc), que afirmava que mesmo os bairros mais distantes, localizados nos limites da cidade, haviam recebido a atenção da prefeitura com melhoramentos, como asfalto e linhas de transporte coletivo, e apontava a solução do problema com um crescimento vertical da cidade.<sup>29</sup>

Evidencia-se, assim, um comportamento que não difere do adotado até então na cobertura de outros temas. Assim como nos casos anteriores, as reportagens indicam um caráter conservador do cenário construído nas páginas da Gazeta do Povo através dos enquadramentos adotados para tratar os problemas que a cidade vinha enfrentando, enfatizando-os ao mesmo tempo em que enaltecia o trabalho da prefeitura até então. Em determinado momento, ao abordar os desafios de uma migração contínua em busca de oportunidades na cidade, citando a década de 70, data da primeira gestão do grupo dos urbanistas, como o marco do desenvolvimento da região.<sup>30</sup>

---

<sup>29</sup> “Curitiba já esbarra em seus limites – Parte das áreas livres não pode ser ocupada, porque está protegida por leis ambientais – Na capital paranaense, resta apenas uma faixa de terras para os grandes loteamentos: A expansão horizontal está chegando ao fim. Após décadas em que foram abertos novos bairros e estruturados eixos que unem transporte coletivo, serviços e prédios altos, a cidade está perto de seus limites geográficos. (...) Entre 1990 e 2000, foram construídos quase 120 mil domicílios em Curitiba. Hoje são 410 mil habitações, no total. As novas construções se concentraram nas zonas próximas dos eixos de transporte, bairros que tiveram o uso do solo alterado e loteamentos populares em novas áreas. Com isso, quase todos os extremos da cidade receberam, além de habitantes, algum tipo de melhoria, como linhas de ônibus e antipó. Não há grandes espaços livres, diz a engenheira Rosane Valduga, coordenadora de política urbana do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (Ippuc). Horizontalmente, a cidade não tem mais para onde ir” (GAZETA DO POVO, 28 de setembro de 2003, p. 5)

<sup>30</sup> “Curitiba enfrenta desafios de uma migração que não pára – Desde a década de 70 a capital recebe levas de pessoas de outros estados e do interior em busca de oportunidades: Enquanto a região metropolitana de São Paulo recebeu pouca quantidade de migrantes nos últimos anos, Curitiba não pára de receber população, vinda principalmente de outras cidades do Paraná. No estado de São Paulo, outras grandes cidades, como Campinas e São José dos Campos, vêm abrigando essa população, que se muda em busca de uma oportunidade de emprego, explica Rosa Moura, técnica do Ippuc. O resultado para a capital paranaense é uma taxa de pobreza superior a da região metropolitana de São Paulo e também de todas as capitais da região Sul” (GAZETA DO POVO, 2 de novembro de 2003, p. 3)

Além dos problemas com o aumento da população, o destaque das matérias que abordavam as conseqüências do aumento desenfreado do número de carros em circulação na cidade e os conseqüentes congestionamentos, também contribuía para associar as dificuldades acarretadas pelo crescimento da cidade às grandes metrópoles do país. O assunto passou a ganhar destaque no jornal a partir de 2004, com a proximidade da disputa eleitoral. Durante o período, reportagens de páginas inteiras se aprofundavam no debate sobre as possíveis soluções para o problema. O que chama atenção é o enquadramento dado a algumas reportagens, que enfatizavam o sucesso do planejamento urbano, iniciado a partir da década de 70, em evitar o caos completo do trânsito e os projetos em andamento do órgão responsável pelo urbanismo na cidade que prometiam trazer grandes melhorias para a situação. Mais uma vez, porém agora às vésperas das eleições, o jornal se posicionava a favor do grupo político da situação.<sup>31</sup>

Outro destaque da cobertura do jornal Gazeta do Povo eram os aumentos consecutivos das tarifas do transporte coletivo de Curitiba, que ocuparam um espaço significativo nas páginas do periódico desde o início de 2003. A possibilidade da tarifa chegar a dois reais e o fim do sistema integrado de transporte, que garantia uma tarifa única para os ônibus que ligam a capital à região metropolitana, somado à redução do número de ônibus para manutenção da tarifa, eram temas recorrentes na cobertura feita pelo jornal, passando a imagem de uma crise no sistema de transporte coletivo da cidade. O assunto passou a ter uma cobertura ainda maior quando, no dia 26 de janeiro de 2004, o então prefeito em exercício, o vice Beto Richa, em um ato polêmico, cancelou um decreto que aumentava a tarifa de ônibus de R\$ 1,65 para R\$ 1,90 assinado pelo prefeito titular Cassio Taniguchi, que na época estava em viagem à Europa. O acontecimento, que criou um impasse entre o

---

<sup>31</sup> “Frota de carro cresce mais rápido do que a população – Planejamento iniciado na década de 70 foi fundamental para evitar o caos: A proporção carro habitante começou a se inverter nas grandes cidades com a alta na produção da indústria automobilística nacional, fomentada no governo dos anos 60. Menos de uma década depois, urbanistas curitibanos perceberam a necessidade de delimitar o espaço de carros e pedestres. O primeiro grande impacto foi transformar a Rua XV em via exclusiva para pedestres. Os passos seguintes foram a abertura dos cinco corredores para o trânsito crescente, chamados eixos Norte e Sul (entre 1972 e 1974), Boqueirão (1977) e Leste e Oeste (1980), todos com o inédito sistema trinário, com faixas nos dois sentidos e canaleta central exclusiva para ônibus. (...) O presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (Ippuc), Luiz Hayakawa, acredita que o Eixo Metropolitano de Transporte, que está em fase de licitação, irá solucionar esse problema. Este será o sexto grande corredor da capital e, segundo Hayakawa, a exemplo dos demais também servirá como indutor de desenvolvimento da região. Segundo ele, sem qualquer um deles, o fluxo de carros no centro e em algumas regiões da cidade seria caótico” (GAZETA DO POVO, 24 de setembro de 2004, p. 3)

prefeito e seu vice, gerou uma série de matérias a respeito e fez aumentar ainda mais as discussões sobre o transporte coletivo de Curitiba no jornal. Em sua cobertura do caso, o jornal beneficiou a atitude do então vice-prefeito ao anunciar o fato ilustrando a notícia com a indignação dos leitores com o aumento do preço da passagem.<sup>32</sup>

Se até então o jornal vinha dedicando um espaço privilegiado aos argumentos dos órgãos da prefeitura diante de outros problemas da cidade, na cobertura do caso das tarifas não foi diferente. As reportagens sobre os reajustes que se sucederam, ao enfatizarem os argumentos da presidência da empresa que gerencia o transporte coletivo, colocavam os aumentos como inevitáveis e a população descontente como vítimas da falta de reajustes salariais diante do crescimento da inflação.<sup>33</sup>

Assim como na cobertura do tema da segurança pública, ao longo do período analisado, o jornal publicou um significativo número de matérias que atribuíam o prolongamento da crise no sistema de transporte coletivo da cidade a uma série de divergências entre o órgão estadual responsável pelo planejamento urbano no entorno da capital (Comec) e a empresa subordinada à prefeitura que administra o transporte coletivo da cidade (Urbs), contribuindo para a construção de um cenário político marcado pelo impasse entre a prefeitura e o governo estadual que estaria prejudicando a população. No enquadramento utilizado para tratar do impasse, as matérias destacavam as acusações do grupo político da situação na cidade e argumentavam sobre o prejuízo da população com o fim da benfeitoria realizada pelo governo anterior, de Jaime Lerner, através de um acordo de integração entre os

---

<sup>32</sup> “Prefeitura volta atrás e suspende reajuste da passagem de ônibus – Tarifa, que era de R\$1,90 ontem, volta a custar R\$ 1,65 hoje: O reajuste foi anunciado na noite de sexta-feira, no mesmo dia em que Beto Richa assumiu a prefeitura, por conta da viagem do prefeito Cassio Taniguchi a Portugal. (...) A notícia do aumento da tarifa do transporte coletivo em Curitiba fez com que muitos leitores enviassem sua opinião, por e-mail, à Gazeta do Povo. Veja o que pensam alguns leitores do jornal: O aumento além de abusivo é totalmente inaceitável. As pessoas agora pagam R\$3,80 para ir e voltar do trabalho. Esse transporte só serve para passar nas campanhas políticas e nas reportagens que falam da qualidade de vida dos curitibanos. (...) O valor do diesel caiu R\$ 0,04 em relação ao último aumento; a inflação de 2003 ficou em 9,5%. Como pode a passagem sobre aumento de 15%? (...) A prefeitura faz campanha para que os cidadãos parem de usar veículos próprios e passem a utilizar o transporte público, mas aplica um reajuste exorbitante” (GAZETA DO POVO, 27 de janeiro de 2004, p. 3).

<sup>33</sup> “Tarifa sobe mais que salário e afasta usuários dos ônibus – Número de passageiros cai 5% em Curitiba em um ano – Salário mínimo de hoje compra 20 passagens a menos que o de 1994: Segundo o gerente de Operação de Transporte da Urbs (empresa que gerencia o sistema), Luiz Filla, a redução reflete uma tendência nacional. Neste último ano, entretanto, a queda foi superior à projetada. (...) O presidente da Urbs, Sérgio Galante Tocchio, aponta como motivo para a queda a elevação das tarifas em percentuais maiores do que os reajustes salariais. (...) O poder de compra seria ainda menor caso a Urbs reajustasse a tarifa para R\$ 1,90 como pretendido inicialmente. A população sentiu a queda do seu poder de compra, mas não tem a dimensão do impacto do transporte coletivo nesse processo” (GAZETA DO POVO, 03 de março de 2004, p. 3)

órgãos estadual e municipal de transporte público, com o descumprimento deste acordo pelo governo do estado, então administrado pelo grupo político rival.<sup>34</sup>

A imagem da cidade construída na Gazeta do Povo, entre janeiro de 2003 e outubro de 2004, não se limitava aos problemas que esta vinha enfrentando. Um grande número de reportagens mostrava Curitiba como um bom lugar para viver e visitar, graças ao sucesso em diversas áreas do planejamento urbano, que a haviam transformado em uma cidade modelo para outras cidades do Brasil e do mundo. O jornal reproduzia o discurso oficial utilizado pelo grupo dos urbanistas ao longo de suas gestões ao enfatizar a eficácia do planejamento implantado por eles ao longo das últimas décadas.<sup>35</sup> Além disso, a administração do então prefeito, Cassio Taniguchi, membro daquele grupo político, tinha uma boa repercussão no jornal, ao serem enfatizadas suas preocupações com a área social e a infra-estrutura.<sup>36</sup> Além de publicar uma série de matérias que enfatizavam o sucesso dos projetos sociais desenvolvidos pela prefeitura e comparavam suas vantagens sobre outras cidades, o que reproduzia a imagem da “capital social” utilizada como slogan daquela gestão, o jornal dispôs um espaço significativo ao prefeito para divulgar seus investimentos na área social.<sup>37</sup>

---

<sup>34</sup> “Impasse sobre a tarifa de ônibus leva crise ao sistema integrado – Discordância entre prefeitura e governo afeta 5,5 milhões de passageiros por mês – Presidente da Urbs acusa Comec de tratar o assunto como uma questão política: O debate sobre a tarifa gerou uma série de acusações entre autoridade do municipais e o governo do estado, e coloca em jogo a integração do transporte metropolitano. O governo do estado está transformando a passagem de ônibus em uma questão política, acusa o presidente da Urbs, companhia subordinada a prefeitura da capital que administra o transporte da cidade. Um convênio assinado em 1996 deu à Urbs poder para administrar também as linhas metropolitanas, que antes estavam sob jurisdição da Comec. A iniciativa tinha por objetivo ampliar a Rede Integrada de Transporte, que permite aos usuários transitar por várias linhas pagando uma única passagem e trocando de carros nos terminais e estações-tubo. Na época, a prefeitura e o governo do estado eram administrado pelo mesmo grupo político. Agora que adversários históricos ocupam os cargos, a discórdia era previsível” (GAZETA DO POVO, 11 de março de 2003, p. 3).

<sup>35</sup> “Transporte coletivo de Curitiba desperta interesse da Coréia – Prefeito da capital coreana visita o Paraná: Há cerca de dois anos, membros da Câmara Municipal da cidade coreana também visitaram Curitiba e levaram informações sobre projetos. Hoje, o roteiro prevê uma passagem pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, visitas aos parques da cidade e um encontro com o prefeito Cassio Taniguchi” (GAZETA DO POVO, 22 de janeiro de 2003). “Bairros curitibano são pequenas cidades dentro da metrópole – Com 311 anos, Curitiba é formada por localidades que funcionam quase como municípios: Hoje, Curitiba abriga pequenas outras cidades – bairros que cresceram na mesma velocidade de Curitiba e que apresentam uma dinâmica própria, autonomia e infra-estrutura que muitas vezes superam a de uma cidade pequena do Paraná. Na opinião de urbanistas, incentivar o crescimento de forma polinucleada ajuda na qualidade de vida da população” (GAZETA DO POVO, 29 de março de 2004, p. 3).

<sup>36</sup> “Programa curitibano ajuda as famílias ao dar comida a idosos – Sem a cesta básica passaríamos fome, diz aposentada beneficiada pelo programa Vale-vovó” (GAZETA DO POVO, 25 de janeiro de 2003). “Prefeitura inicia troca de pneus velhos por alimentos – Programa será implantado em 28 comunidades e atenderá 5 mil famílias” (GAZETA DO POVO, 22 de fevereiro de 2003, p. 5). “Curitiba reduz índice de mães adolescentes – Desempenho é creditado à eficiência de programas municipais de planejamento familiar” (GAZETA DO POVO, 19 de abril de 2004, p. 5).

Um assunto que também teve espaço significativo na cobertura do jornal e que contribuiu para a boa imagem da administração da cidade, foram as expectativas geradas em torno do projeto de construção do Eixo Metropolitano de Transportes, que previa a implantação de uma avenida com seis pistas e três linhas de ônibus biarticulados ao longo da BR-476 (antiga BR-116), ligando a Cidade Industrial de Curitiba ao Bairro do Atuba. Boa parte das matérias que abordavam o projeto enfatizava as declarações do prefeito e dos urbanistas responsáveis sobre os benefícios que o projeto traria à cidade, expondo suas expectativas de por fim a boa parte dos congestionamentos das principais vias do centro, melhorar o transporte coletivo e desenvolver economicamente as regiões próximas à avenida, o que dava um tom de otimismo à cobertura e contribuía para a boa imagem da cidade e do grupo dos urbanistas. Além disso, ao longo da cobertura dos trâmites para seu financiamento, o projeto aparecia como uma espécie de continuidade das benfeitorias realizadas pelos urbanistas durante as últimas gestões, visto que as maiores reportagens e chamadas de primeira página sobre o assunto eram ilustradas com alguns símbolos das gestões dos urbanistas, como as estações-tubo, os ônibus biarticulados e o paisagismo das grandes avenidas.<sup>38</sup>

Quanto à cobertura do cenário político da cidade, o assunto mais recorrente nas páginas do jornal foi o impasse entre o Partido dos Trabalhadores (PT), que lançaria o Deputado Estadual Ângelo Vanhoni como candidato a prefeito, e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que tentava se decidir entre apoiar o

---

<sup>37</sup> “Prefeito diz que vai priorizar a área social – Taniguchi diz que sua administração busca reduzir as desigualdades sociais: A prefeitura de Curitiba vai investir 45% do seu orçamento na área social em 2003. O percentual corresponde a R\$ 540 milhões do orçamento do município de R\$ 1,2 bilhão para este ano. Cassio aproveitou para reafirmar que a preocupação com a área social não é novidade em seu governo. “Curitiba não é a capital social apenas no slogan, mas sim a da prática efetiva da inclusão social”, disse referindo-se ao lema “Curitiba, capital social” adotado em seu segundo mandato” (GAZETA DO POVO, 18 de fevereiro de 2003, p. 6).

<sup>38</sup> “Missão do BID dá aval e obras na BR-116 começam ainda este ano – Licitação do Eixo Metropolitano de Transporte começa em julho: Pelo projeto, 22 quilômetros e 13 paradas de ônibus, que farão a interligação do sistema de transporte da BR-476 com as linhas regionais. Além da canaleta, serão construídas seis pistas para veículos. A avenida terá ainda ciclovias e um parque linear com áreas de lazer em toda sua extensão. (...) Prefeitura aposta que antiga rodovia vai e transformar rápido. (...) Na opinião do urbanista Adhail Sprenger Passos, a transformação da BR em via urbana elimina obstáculos para expansão da cidade. Ele acredita que a prefeitura deve começar a urbanizar as marginais da rodovia o mais rápido possível” (GAZETA DO POVO, 7 de junho de 2003, p. 3). “Trecho urbano da antiga BR-116 será usado no projeto de transporte Eixo Metropolitano – Obras de R\$ 387 milhões devem integrar bairros da região leste: O prefeito declarou que o projeto não se reduz à implantação do eixo de transportes. A lei de zoneamento aprovada em 2000 passou a permitir novos tipos de empreendimentos ao longo da rodovia, o que deve mudar o perfil econômico dos 23 bairros cortados pela obra. (...) Entre os argumentos que embasam o projeto estão a possibilidade de melhorar a integração dos bairros a Leste da rodovia, onde vivem 590 mil pessoas, e a necessidade de desviar parte da demanda que há sobre o biarticulado que liga o Pinheirinho ao Centro. Além de novas pistas, haverá ciclovias, jardins e calçadas ao longo da pista” (GAZETA DO POVO, abril de 2004, p. 6).

candidato do PT ou lançar candidatura própria. O impasse levou a uma divisão do PMDB em duas alas que disputavam, uma pela aliança, liderada pelo então governador do estado Roberto Requião, que havia recebido apoio do Partido dos Trabalhadores em sua última campanha e planejava formar uma frente de oposição ao grupo dos urbanistas, e outra pela candidatura própria, liderada pelo pretendente a candidato e então presidente regional do partido, o Deputado Federal Gustavo Fruet. Durante a cobertura dos impasses entre alas dos dois partidos, a Gazeta do Povo voltou suas atenções para as declarações de Fruet, que defendia o lançamento de sua candidatura. Nas reportagens que envolviam seu nome, o deputado aparecia argumentando que alguns membros de seu partido estariam agindo de maneira equivocada ao fazerem declarações de apoio ao candidato do Partido dos Trabalhadores, já que as características do pleito que se aproximava eram completamente diferentes de anos anteriores. Fruet afirmava que o fato de não se tratar de um ano de reeleição e o grupo lernista estar dividido<sup>39</sup> diante da perspectiva de que o PFL e o PSDB (partidos do prefeito e seu vice) saíssem em diferentes chapas próprias não tornavam o contexto favorável para a criação de uma frente de oposição. Além disso, pouco espaço foi reservado a outros atores envolvidos no caso, como os partidários do PT e seu candidato, Ângelo Vanhoni, quando comparado às declarações dos peemedebistas prós e contra o lançamento de uma candidatura própria.<sup>40</sup>

No dia 16 de junho de 2004, o episódio chega ao fim quando, em convenção do partido, decide-se, através do voto dos peemedebistas, pela coligação com o PT e o apoio da candidatura de Ângelo Vanhoni, o que mais tarde culminaria na saída

---

<sup>39</sup> O argumento de Gustavo Fruet sobre a divisão do grupo lernista (urbanistas) se baseava nos fatos do grupo não possuir uma unidade partidária e de seu líder, Jaime Lerner (PSB), ter transferido seu domicílio eleitoral para o Rio de Janeiro, sugerindo, assim, um enfraquecimento do grupo.

<sup>40</sup> “Ala do PMDB declara apoio à candidatura de Vanhoni – Anúncio provoca a reação dos que defendem candidatura própria – Deputado Gustavo Fruet classifica atitude como equivocada: A declaração de apoio a Vanhoni ataca diretamente a candidatura do deputado federal e presidente do diretório estadual do PMDB, Gustavo Fruet. Para o deputado Gustavo Fruet, o grupo de Doático Santos tomou uma atitude equivocada ao tentar criar uma animosidade gratuita. Estão gastando energia em um processo autofágico, quando deveríamos construir um projeto para a cidade, afirma Fruet” (GAZETA DO POVO, 14 de maio de 2003, p.9). “Fruet diz que frente de oposição é ditadura – Deputado afirma que próxima disputa terá características próprias: O presidente do diretório estadual peemedebista, Gustavo Fruet, que é pré-candidato à prefeitura, tachou ontem a idéia da frente de ditadura e afirmou que é incoerente e equivocada a tese de Moura, que alega que a união das oposições reforçaria as chances de vitória sobre o candidato do prefeito Cassio Taniguchi (PFL). O Nereu (Moura) está se baseando nas eleições de 2000 para apresentar essa proposta, mas esqueceu que o momento é completamente diferente, afirmou. Fruet considerou frágil a argumentação de Moura, segundo a qual a união das oposições pode garantir a vitória, ao lembrar que o petista Ângelo Vanhoni só disputou o segundo turno com Cassio Taniguchi em 2000 porque os demais partidos lançaram candidatos. ‘Não fosse assim, o prefeito teria liquidado a fatura na primeira etapa’, analisou” (GAZETA DO POVO, 10 de outubro de 2003, p. 9).

de Gustavo Fruet do partido. A Gazeta do Povo anuncia então o desligamento de Fruet, explicando o caso desde o início e especulando um possível apoio do então deputado federal à candidatura de Beto Richa (PSDB). Na matéria, o deputado, que havia se tornado o protagonista do caso na cobertura do jornal, era elogiado pelo presidente estadual do PMDB e fazia acusações sobre a liderança do PMDB que teriam sido acatadas em silêncio pelo partido.<sup>41</sup> Nota-se, assim, que a cobertura do jornal havia beneficiado a imagem de Gustavo Fruet em detrimento de outros atores envolvidos no caso, que pouco espaço tiveram no jornal para exporem seus argumentos em defesa de uma aliança entre os partidos de oposição. Pode-se dizer que, também neste caso, a Gazeta do Povo apresentou um enquadramento favorável ao grupo político da situação, não estimulando o debate entre as alas do PMDB e o PT ao dedicar um espaço significativo ao grupo contrário ao fortalecimento da oposição através de uma aliança entre os maiores partidos rivais do grupo lernista.

Durante o período eleitoral, é possível encontrar, em algumas matérias que cobriam as campanhas dos candidatos, enquadramentos que construíram a imagem da cidade no jornal ao longo dos anos que antecederam a disputa. Fica evidente também que, com a aproximação das eleições, houve uma sensível diminuição no número de matérias sobre a cidade, cedendo espaço à cobertura das campanhas. Apesar do pequeno número de reportagens que abordavam as propostas dos candidatos, destacam-se duas delas que tratavam do problema da segurança e das tarifas de transporte coletivo. Nelas, eram enfatizadas as propostas do candidato apoiado pela prefeitura, Osmar Bertoldi (PFL), que em seus argumentos apontavam os governos estadual e federal como os maiores responsáveis pelos problemas que a cidade vinha enfrentando com o aumento da violência e os preços das tarifas.<sup>42</sup> O

---

<sup>41</sup> “Fruet deixa o PMDB e recebe convite do PSDB – Desligado do partido onde atuava há 13 anos, deputado deve ingressar na campanha de Richa: Em nota oficial, o presidente estadual do PMDB disse que Gustavo Fruet seguiu o exemplo do pai Maurício Fruet, exercendo a política com dignidade e garra. (...) Segundo Fruet, além de não incentivar a renovação de lideranças, o partido é comandado por um grupo que controla a legenda como se fosse um cartório. “Até hoje não sabemos quantos filiados têm em Curitiba. Precisei recorrer à justiça em três ações”, afirmou. As acusações de Fruet foram recebidas em silêncio pelas lideranças peemedebistas” (GAZETA DO POVO, 10 de setembro de 2004, p. 14)

<sup>42</sup> “PFL adota segurança como mote de campanha – Programa de tevê do partido foi ao ar na noite de ontem: Nos primeiros blocos do programa, são exibidos depoimentos de pessoas exaltando os pontos positivos da cidade. Na mesma linha de campanha adotada anteriormente por Jaime Lerner, o programa do PFL tenta justificar tecnicamente as soluções apresentadas para a cidade. (...) O tema principal do programa ficou para o final, apontando a falta de segurança como o grande problema da cidade. Bertoldi aparece fazendo críticas ao

assunto é ainda mais enfatizado quando o jornal publica uma matéria onde o governador do estado aparece declarando em um comício que não haveria integração entre o governo do estado e a prefeitura de Curitiba caso o candidato Ângelo Vanhoni (PT) não se elegeisse, o que remete ao impasse político apontado pelo jornal ao longo de sua cobertura dos problemas que a cidade vinha enfrentando. Ao fim da matéria são lembradas as declarações feitas no mês anterior pelo prefeito Cassio Taniguchi (PFL), onde o prefeito acusava o governo estadual de ter cancelado um acordo de integração entre as polícias estaduais e municipais por razões políticas, o que vinha dificultando o combate à criminalidade.<sup>43</sup>

Através da análise dos enquadramentos utilizados pelo jornal Gazeta do Povo na cobertura dos temas que se referiam à cidade de Curitiba, foi possível identificar uma série de elementos que construíram a imagem da cidade na mídia. O quadro a seguir mostra os temas e enquadramentos que fizeram parte desta construção.

TEMAS	ENQUADRAMENTOS
Administração Municipal	- Sucesso dos programas sociais da prefeitura; - O uso das soluções urbanísticas de Curitiba por outras cidades do Brasil e do mundo (cidade modelo).
Habitação	- Crescimento das favelas; - Dificuldades de regularização das áreas de invasão; - Descaso do governo federal; - Desqualificação do movimento dos sem-teto.
Planejamento Urbano	- Expectativas de melhorias com a construção do

governo federal e estadual, pela falta de segurança e cita a solução adotada em Nova Iorque, no mandato de Rudolph Giuliani, como um modelo a ser copiado pela capital paranaense” (GAZETA DO POVO, 1 de junho de 2004, p. 9). “Entre o ideal e o possível para as tarifas de ônibus – O prefeito Cassio Taniguchi considera inviáveis as propostas de redução de tarifa de transporte coletivo sugeridas pelos candidatos que querem sucedê-lo: A alteração do valor da passagem só será possível se for modificada a atual estrutura do sistema e desfeita a integração com as cidades da Região Metropolitana, diz ele. (...) O candidato que tem apoio do prefeito, Osmar Bertoldi (PFL), diz que só é possível diminuir o preço da passagem tirando tributos, que representariam 38% da tarifa. “Depende mais do governo estadual e federal do que de ações municipais”, comenta. “As propostas dos outros candidatos são um verdadeiro campeonato de mentira”, diz Bertoldi (GAZETA DO POVO, 12 de agosto de 2004, p. 10).

<sup>43</sup> “Requião: integração só se Vanhoni vencer – Em showmício do PT, governador diz que eleitor “tem apenas duas opções: somar ou dividir”: O governador Roberto Requião (PMDB) descarta a possibilidade de integração com a Prefeitura da capital caso o vencedor da eleição não seja o petista Ângelo Vanhoni. (...) No final de agosto, o prefeito Cassio Taniguchi (PFL) atacou o governo estadual pelo fim da integração na área e segurança. Segundo ele, o governo do estado cancelou, “unilateralmente e sem explicações”, um convênio que tinha com a prefeitura desde 1998 e que previa a integração das ações de segurança entre as duas esferas governamentais. O prefeito propôs uma trégua ao governador e conclamou Requião a “não esperar o fim das eleições” e a retomar as ações conjuntas que visam reduzir a violência na cidade” (GAZETA DO POVO, 12 de setembro de 2004, p. 12)

	<p>Eixo Metropolitano de Transporte;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Melhorias conquistadas ao longo das últimas gestões;</li> <li>- Transformação de Curitiba em “cidade modelo”.</li> </ul>
Política	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desqualificação do grupo em pró de uma aliança entre o PT e o PMDB para a formação de uma chapa única de oposição.</li> </ul>
População	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento do número de migrantes em busca de oportunidades em Curitiba;</li> <li>- Escassez de áreas habitáveis;</li> <li>- Problemas comuns às grandes metrópoles;</li> <li>- Amenização do problema graças ao planejamento urbano.</li> </ul>
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Demora no atendimento das especialidades nos postos de saúde;</li> <li>- Agravamento do problema com o uso do sistema de saúde pública por moradores de cidades vizinhas;</li> <li>- Necessidade de contratação de novos médicos;</li> <li>- Situação melhor do que a de outras cidades.</li> </ul>
Segurança	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Crescimento dos índices de criminalidade;</li> <li>- Escassez de policiais nas ruas.</li> <li>- Descrédito das autoridades perante a população;</li> <li>- Impasse político entre a prefeitura e o governo do estado;</li> <li>- Desqualificação do governo estadual.</li> </ul>
Trânsito	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Congestionamentos nas principais avenidas;</li> <li>- Amenização do problema graças ao planejamento urbano implantado a partir da década de 70.</li> </ul>
Transporte Coletivo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumentos consecutivos das tarifas;</li> <li>- Impasse político entre a prefeitura e o governo do estado;</li> <li>- Desqualificação do governo estadual e federal;</li> </ul>

QUADRO 1 – A IMAGEM DE CURITIBA: TEMAS E ENQUADRAMENTOS DE 2003 E 2004  
 FONTE: O autor.

Evidencia-se, com a análise deste período, a opção do jornal por trabalhar de forma crítica os temas que preocupavam a população, utilizando enquadramentos que atacavam às esferas governamentais para além da esfera municipal, privilegiando as declarações dos representantes da gestão em curso, o que contribuía para a construção da imagem de uma cidade que carecia de mudanças, pois passava por diversas dificuldades que tendiam a aumentar com seu inevitável crescimento nos próximos anos e a falta de apoio dos governos estadual e federal,

mas que ainda conservava as qualidades de um bom lugar para se viver, graças às soluções urbanísticas implantadas pelas gestões anteriores e o sucesso de uma série de programas sociais da prefeitura que tinham o reconhecimento de seus habitantes e serviam de exemplo para outras cidades do mundo. Assim, mesmo apontando os pontos negativos da cidade, o grande número de matérias voltadas para as declarações dos órgãos municipais, que na maioria dos casos repassavam a responsabilidade dos problemas para outras esferas de governo e enfatizavam os resultados conquistados até o momento, construía no jornal um cenário marcado pela imagem da “cidade dos urbanistas” consolidada ao longo das últimas gestões.

### 3.4 CURITIBA NO JORNAL GAZETA DO POVO (2007-2008)

A análise da cobertura da cidade de Curitiba no jornal Gazeta do Povo ao longo dos anos que antecederam as eleições municipais de 2008 evidencia algumas mudanças significativas nos enquadramentos dos temas ressaltados pelo periódico quando comparada à análise do período anterior. Um ponto que chama a atenção logo nos primeiros meses do período selecionado para a análise da cobertura é a ênfase dada ao tema do planejamento urbano através do destaque dado às reportagens que tratavam dos projetos da prefeitura para o sistema viário da cidade, em especial as obras da Linha Verde – projeto urbanístico, financiado pelo Banco Internacional de Desenvolvimento, que faria a transformação do trecho urbano da antiga BR 116 em uma avenida que integraria as regiões leste e oeste da cidade, abrigando o sexto corredor de transporte de Curitiba.<sup>44</sup> Em sua cobertura do início das obras, o jornal adotou um enquadramento voltado para as expectativas em torno dos investimentos no sistema viário. Além de promover os futuros benefícios da Linha Verde, o jornal apontava para o fato das obras darem continuidade ao antigo modelo viário da cidade, destacando as declarações de seu coordenador, que a apresentava como um projeto autenticamente curitibano – uma alusão aos corredores de transporte com vias exclusivas para ônibus construídos nas gestões

---

<sup>44</sup> O projeto inicial havia sido apresentado ao BID ainda no governo anterior, pelo prefeito Cassio Taniguchi (PFL), porém com o nome de “Eixo Metropolitano” e esteve presente na cobertura do período anterior.

anteriores –, além de contar com a presença do ex-prefeito Jaime Lerner para justificar sua importância.<sup>45</sup>

Outro enquadramento enfatizado no tratamento dado ao tema do planejamento urbano indicava o aparecimento de um tom mais crítico à cobertura do jornal com o relato dos transtornos causados pelas obras após o início de suas execuções. Nas reportagens, congestionamentos nas proximidades das áreas transformadas em canteiros, prejuízos ao comércio local e moradores indignados com a velocidade dos carros nas vias concluídas, dividiam as páginas com as declarações dos responsáveis pelas obras da prefeitura, que salientavam a grande quantidade de obras e pediam paciência aos envolvidos, afirmando que os transtornos seriam temporários e que o retorno seria grande o suficiente para compensar o caos durante a execução dos projetos.<sup>46</sup> Ao expor os diferentes pontos de vista em sua cobertura do projeto viário, o jornal cedeu um espaço significativo no texto para os argumentos dos agentes responsáveis pela implantação do projeto, mas colocava em destaque, na abertura das reportagens, o argumento daqueles que criticavam o andamento das obras, o que conferia, em um primeiro momento,

---

<sup>45</sup> “Prefeitura lança oficialmente o projeto que pretende revitalizar a antiga BR-116 – Linha Verde terá 3 linhas de ônibus e sistema de binários: É o que garantiu ontem o prefeito Beto Richa, durante lançamento oficial da Linha Verde, na Vila São Pedro. “A linha Verde unirá a cidade e trará mudanças significativas no transporte e na vida dos curitibanos”, afirmou. “Quando melhoramos o transporte coletivo, em consequência melhora-se o trânsito como um todo”, concordou o presidente da Urbs, Paulo Schimdt. O projeto é considerado uma das transformações mais drásticas no trânsito curitibano nas últimas décadas” (GAZETA DO POVO, 13 de janeiro de 2007, p. 5). “Linha Verde vai concluir o único trinário incompleto de Curitiba – Ruas paralelas à avenida Floriano Peixoto vão atravessar a BR-476: O coordenador da Linha Verde, Wilson Justus, explica que o trinário é um sistema de tráfego genuinamente curitibano, composto por três vias. Depois de 32 anos, o modelo do trinário se consolidou em Curitiba e tem sido até mesmo copiado por outras cidades brasileiras. (...) O trinário foi uma solução que evitou longas esperas e gastos excessivos com desapropriações para a construção de vias com grandes dimensionamentos. Afastar os dois lados da rua prejudicaria o comércio e os moradores. Fico feliz que a solução continue sendo útil e oportuna, afirma o ex-prefeito Jaime Lerner” (GAZETA DO POVO, 14 de abril de 2007, p. 3). “Genuinamente Curitibano – O trinário é um sistema de trânsito desenvolvido há cerca de 30 anos pelo Ippuc” (GAZETA DO POVO, 14 de abril de 2007, p. 4).

<sup>46</sup> “Obras mudam o trânsito e causam lentidão em ruas de Curitiba – Pelo menos 18 mil motoristas serão atingidos em horários de pico do tráfego: Nos próximos seis meses, obras em 11 ruas de Curitiba deverão influenciar o dia-a-dia de pelo menos 18 mil motoristas que trafegam em oito bairros nos horários de pico. (...) O secretário municipal de Obras de Curitiba, Mario Tookuni, diz que essas as obras que envolvem maior tráfego, mas que há cerca de 330 intervenções em toda a capital que acabam influenciando até mesmo vias de menor fluxo. São obras de saneamento, pavimentação e ampliação de redes de iluminação pública. Escolhemos concentrá-las nessa época do ano porque o fluxo de veículos é menor devido às férias escolares, diz Tookuni” (GAZETA DO POVO, 23 de janeiro de 2007, p. 3). “Obras da Linha Verde atrapalham o comércio local – Dificuldades de acesso à BR-476 fazem faturamento cair pela metade: Comerciantes viram a receita de seus empreendimentos despencar por causa do caos inevitável das obras. Com o acesso à rodovia prejudicado, eles dizem que, em média, o faturamento caiu 50%. (...) Para o coordenador da Linha Verde, Wilson Justus, a população deve pensar no benefício posterior à conclusão das obras. “Não adianta querer se iludir que a obra não traz problemas, mas é temporário. O retorno é grande. Difícil quem defenda o caos que estava a BR e que ache que a obra não era necessária. O sonho da Linha Verde é um sonho da cidade”, diz. (GAZETA DO POVO, 22 de agosto de 2007, p. 3)

um tom mais crítico às matérias, apesar de contemplar o contraponto exposto pela administração municipal.

Além das obras da Linha Verde, outros assuntos relacionados ao planejamento urbano ganharam destaque na Gazeta do Povo. É o caso do Plano de Revitalização do Centro, que em sua cobertura o jornal adotou um enquadramento que enfatizava as expectativas futuras idealizadas por diversos projetos que contemplavam as preocupações apontadas por moradores e transeuntes. Também eram destacados os resultados já registrados com as obras iniciadas a partir de 2004 que se caracterizavam como investimentos da prefeitura capazes de garantir um ciclo virtuoso ao Centro ao acarretarem o desenvolvimento imobiliário na região.<sup>47</sup> Também neste caso, algumas reportagens apresentaram o mesmo tom crítico encontrado nas reportagens que abordavam a insatisfação da população com os transtornos das obras do projeto viário, ao contemplar opiniões de especialistas e resultados de pesquisas que ressaltavam a segregação dos pobres e os entraves da segurança pública na revitalização do centro e a submissão do poder público municipal aos interesses privados dos grandes empreendimentos.

Ao tratar do descaso de alguns projetos que utilizavam os recursos federais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)<sup>48</sup> diante das oportunidades de uma revitalização social do Centro através do investimento em habitações populares na região, o que estaria de acordo com o Estatuto da Cidade, evidencia-se o destaque dado às declarações de especialistas que apresentavam pontos de vista alternativos aos colocados pelas declarações dos agentes da administração municipal.<sup>49</sup> Evidencia-se, assim, uma cobertura mais equilibrada em relação ao

---

<sup>47</sup> “Projeto pretende recuperar a imagem da Praça Tiradentes – Marco Zero de Curitiba sofre com o abandono e a falta de segurança: A prefeitura, por meio do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (Ippuc), preparou um projeto de revitalização que pretende acabar com parte dos problemas apontados por transeuntes e comerciantes” (GAZETA DO POVO, 9 de janeiro de 2007, p. 3). “O ciclo virtuoso do Centro – O centro de Curitiba está prestes a entrar no que especialistas chamam de um ciclo virtuoso” (GAZETA DO POVO, 15 de março de 2007, p. 5). “Pelos calçadas da velha Marechal – Em um mês, avenida do centro se torna a passarela de Curitiba, com aumento de 8% do movimento habitual” (GAZETA DO POVO, 19 de agosto de 2007, p. 7).

<sup>48</sup> Programa do governo federal que visa a distribuição de recursos aos estados e municípios para o financiamento de projetos que invistam em infra-estrutura, priorizando áreas como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos, entre outros (Decreto No. 6.025 de 22 de janeiro de 2007)

<sup>49</sup> “Estatuto da segregação – Zonas centrais não têm imóveis transformados em habitação social: Favelas se transformam em canteiros de obras, mas movimento gerado pelo PAC passa longe do proposto pelo Estatuto da Cidade. Os pobres continuam morando longe. (...) O projeto poderia ser aproveitado para transformar vazios urbanos e imóveis desocupados em habitação de interesse social em Curitiba. A habitação social provoca diversidade, e a diversidade gera mais circulação de gente. Caso contrário, a tendência é estagnar. A habitação social não é aplicada porque o mercado imobiliário continua sendo o grande gestor da cidade. E o mercado é

período anterior, ao enfatizar diferentes pontos de vistas sobre a administração do planejamento urbano.

Com a proximidade das eleições, outro enquadramento surge através do destaque dado às declarações de ex-prefeitos quando questionados sobre a atual situação do urbanismo na cidade. Nota-se, nestas reportagens, o tom de crítica em relação à gestão atual quando solicitado a eles que fizessem sugestões ao próximo administrador. Apontamentos sobre a falta de inovações urbanísticas na cidade e integração com as cidades vizinhas, a necessidade de inovações para promover o orgulho cívico e a atual incapacidade do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba de implantar soluções com a descentralização das decisões e a perda de espaço do órgão no planejamento da cidade, fomentavam ainda mais o debate em torno do urbanismo.<sup>50</sup>

Assim como no período analisado anteriormente, os problemas que a cidade vinha enfrentando com a segurança pública tiveram um significativo destaque no jornal ao longo de 2007 e 2008. Reportagens de páginas inteiras destacavam os números da violência na cidade através de pesquisas que apresentavam a média diária de homicídios, colocando Curitiba a frente de Porto Alegre em número de assassinatos e alertando para o fato do índice de homicídios dos primeiros dois meses de 2008 terem representado um terço do total registrado no ano anterior.<sup>51</sup>

---

imediatista, não vê o campo de possibilidades da classe C – uma classe que só agora está sendo mais conhecida, opina a arquiteta e urbanista Gislene Pereira, professora de Desenho Urbano no curso de Arquitetura da UFPR. (...) José Antônio Peres Gediel, professor de Direito Civil na UFPR e diretor do Instituto de Terras e Cartografia do Paraná, fecha com Gislene. Ganha a cidade que for mais plural, que tiver menos espaços tipificados, diz, sem pestanejar diante das possibilidades de transformar um prédio do Centro num condomínio para população de baixa renda” (GAZETA DO POVO, 6 de julho de 2008, p. 14)

<sup>50</sup> “As sugestões e críticas de quem já esteve no poder em Curitiba – Quatro ex-prefeitos de Curitiba dão idéias para melhorar a cidade: Num momento em que são feitas críticas à falta de capacidade de Curitiba inovar e se “reinventar”, Ivo Arzua, Saul Raiz, Rafael Greca e Cássio Taniguchi fizeram uma avaliação dos aspectos negativos e positivos da cidade. Saul Raiz: Aproximação com a região metropolitana. (...) Rafael Greca: Integração com áreas vizinhas (...) Cassio Taniguchi: É preciso voltar a inovar para resgatar nos cidadãos o sentimento de orgulho cívico e pertencimento a uma cidade de vanguarda” (GAZETA DO POVO, 31 de agosto de 2008, p. 5). “O trânsito é o principal problema de Curitiba atualmente e decorre de deficiências na administração do sistema de transporte coletivo: A opinião é de Cassio Taniguchi (DEM), ex-prefeito de Curitiba entre 1997 e 2004. O ex-prefeito falou da necessidade de modernizar a gestão da cidade e fortalecer o papel do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (Ippuc)” (GAZETA DO POVO, 19 de abril de 2008, p. 16).

<sup>51</sup> “Ritmo de homicídios dobra em Curitiba – Em 67 dias, capital já registrou um terço do total de assassinatos ocorridos em 2007 Seguindo esta escala de violência, a capital pode chegar perto dos mil homicídios até o final do ano. (GAZETA DO POVO, 16 de março de 2008, p. 7). “Curitiba bate Porto Alegre em casos de assassinatos – Delegacia de homicídios tem 142 registros em 2008: Curitiba registrou no início deste ano mais do que o dobro dos homicídios ocorridos em Porto Alegre (RS), única cidade da região sul com população semelhante à da capital paranaense – ambas possuem hoje cerca de 1,7 milhão de habitantes. (...) Um levantamento completo realizado pela Gazeta do Povo ao Instituto Médico Legal mostra que, se fossem considerados todos os

Além de reportagens que tratavam dos altos índices de homicídios, uma série de matérias apontando os pontos de maior incidência de assaltos na cidade alertavam sobre um cenário de violência e falta de segurança que vinha aterrorizando a população e degradando espaços públicos antes considerados seguros. Ruas do centro e parques considerados cartões postais da cidade apareciam como ambientes perigosos, sujeitos a roubos e tiroteios entre bandidos e policiais. Em algumas destas matérias, era enfatizado o desconhecimento dos casos pela Guarda Municipal, responsável pela segurança nos parques da cidade, que alegava a possibilidade das vítimas terem sido orientadas pela Polícia Militar. Já o relato da população, apontava para o descaso das autoridades em relação aos cuidados com os espaços públicos.<sup>52</sup>

O sentimento de insegurança da população também foi quantificado em pesquisas encomendadas pela Gazeta do Povo sobre as principais preocupações dos curitibanos quanto à violência na cidade. Em janeiro de 2007, o jornal dá início a uma série de reportagens sobre os medos urbanos e os anseios da população por mais informações sobre a situação da segurança nos espaços públicos.<sup>53</sup> Outros enquadramentos ganharam destaque no tratamento dado aos resultados das pesquisas, como a insatisfação da população com a qualidade do policiamento e a falta de integração entre as polícias estaduais e a municipal. Nota-se também que, ao contrário do que acontecia no período anterior, esta falta de integração não era mais atrelada a um impasse político entre governo do estado e prefeitura, mas apontada como um dos interesses da população identificado nas pesquisas.

---

assassinatos, a estatística curitibana no mesmo período subiria ainda mais, para 197 mortes, ou seja, o triplo da capital gaúcha” (GAZETA DO POVO, 18 de março de 2008, p. 4).

<sup>52</sup> “Assaltos diários assustam região central de Curitiba – Tiroteio entre polícia e bandidos deixa um ladrão ferido na capital: Em cerca de 72 horas o centro de Curitiba foi palco de pelo menos quatro assaltos realizados à luz do dia, em meio à multidão. Em dois deles houve troca de tiros entre policiais e bandidos, com perseguição pelas ruas da cidade e com feridos encaminhados ao hospital” (GAZETA DO POVO, 10 de janeiro de 2007, p. 5). “Ladrões aterrorizam turistas em parques – Visitantes e usuários denunciam assaltos e uso de drogas em quatro parques de Curitiba: Se no Tanguá e no São Lourenço, os assaltos já são comuns, no mais popular parque de Curitiba, o Barigüí, os relatos são de tiroteios e mortes. No Parque Bacacheri, os relatos são de roubos e uso de drogas. (...) A prefeitura de Curitiba, por meio de sua assessoria, confirmou ontem que a responsabilidade pela segurança dos frequentadores dos parques na cidade, bem como das instalações, é da Guarda Municipal. A Guarda Municipal disse desconhecer casos e vítimas de violência que podem ter sido orientados pela Polícia Militar, pelo telefone 190” (GAZETA DO POVO, 21 de junho de 2007, p. 4).

<sup>53</sup> “Medos Urbanos – Levantamento do Paraná Pesquisas mostra que curitibano se sente inseguro em espaços públicos” (GAZETA DO POVO, 28 de janeiro de 2007, p. 5). “Sete em dez curitibanos se sentem inseguros – Insegurança, desconfiança e desconhecimento: Os dados fazem parte de um levantamento encomendado pela Gazeta do Povo ao instituto Paraná Pesquisas, que ouviu mais de 600 moradores da capital na semana em que a Polícia Militar completou 153 anos. A pesquisa também mostra que os curitibanos sentem falta de mais policiamento nas ruas e de uma maior integração entre PM, Polícia Civil e Guarda Municipal” (GAZETA DO POVO, 12 agosto de 2007, p. 9).

Assim como na cobertura do tema do planejamento urbano, a presença de especialistas em violência e segurança pública também fomentou o debate do tema para além dos argumentos apresentados pelos órgãos públicos responsáveis. Estas participações também conferiam um tom crítico ao tratamento dado ao tema da segurança pública ao serem aprofundadas questões que envolviam os números apresentados pelas pesquisas e opiniões sobre possíveis soluções para conter a violência na cidade. Desta forma, o argumento da quantidade de policiamento dava espaço às qualidades dos serviços prestados, modernização da polícia, utilização de penas alternativas e críticas aos casos de impunidade.<sup>54</sup>

A partir de 2008, ano eleitoral, ao mesmo tempo em que a violência na cidade era reforçada e debatida como nos casos acima, as ações da prefeitura para conter a criminalidade passaram a serem enfatizadas em reportagens sobre as expectativas em torno da instalação de câmeras de vigilância com novas funções e mais eficientes do que as que já vinham sendo utilizadas desde 2000 em uma única rua do Centro. As notícias de ampliação do número de câmeras nos principais espaços públicos eram apresentadas pelos agentes municipais responsáveis como um instrumento capaz de reduzir os índices de assaltos, vandalismos e tráfico de drogas nas áreas monitoradas.<sup>55</sup> Por outro lado, a presença de especialistas na cobertura das instalações das novas câmeras, também cedeu espaço para críticas sobre a eficácia do sistema de vigilância adotado pela prefeitura. Pesquisadores de outras cidades questionavam os argumentos das autoridades e relatavam

---

<sup>54</sup> “Você tem medo do quê? – Inseguros: Para o cientista social Pedro Bodê, do Centro de Estudos de Segurança Pública e Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraná (UFPR), o medo é muito mais estudado como problema psicológico do que como fenômeno social. Para Bodê, entrevistados curitibanos encontraram um objeto concreto para representar o medo abstrato que sentem da cidade: os espaços públicos – lugares que metade considera deixados ao deus-dará. As pessoas relacionam a rua com o perigo porque esses lugares abertos não lhe são familiares. Não se reconhecem neles porque deixaram de ser espaços de convivência”, ilustra Bodê – com uma crítica à queima-roupa: o primeiro impulso da população é exigir mais policiamento, como se aumento na vigilância fosse resolver o problema. Medidas policiais e tolerância zero não são sinônimos de segurança, comenta” (GAZETA DO POVO, 28 de janeiro de 2007, p. 5). Segurança Pública – Sociólogo quer mais penas alternativas e modernização da polícia: Segundo o sociólogo Pedro Bodê, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), algumas frentes precisam ser mudadas radicalmente. “Uma delas passa pela modernização da polícia. A outra é repensar as formas de punição, defende” (GAZETA DO POVO, 1 de janeiro de 2008, p. 4).

<sup>55</sup> “Prefeitura anuncia locais de instalação de novas câmeras – Além das novas câmeras, o sistema de controle dos equipamentos será digitalizado. As imagens captadas pelas câmeras são monitoradas 24 horas” (GAZETA DO POVO, 21 de fevereiro de 2008, p. 5). “Curitiba ganha mais 22 câmeras de segurança – Monitoramento reduz violência no calçadão da Rua XV: Segundo o coronel Itamar dos Santos, secretário municipal de Defesa Social, o monitoramento eletrônico reduziu em 80% o número de ocorrências na XV (assaltos, tráfico de drogas e atos de vandalismo) entre 2001 e 2005. De acordo com Fernando Weigert, diretor-geral da Alias Networks, que forneceu a tecnologia, a capital usa hoje os equipamentos mais modernos do país” (GAZETA DO POVO, 28 de março de 2008, p. 4).

experiências sobre a migração dos criminosos para outras áreas sem monitoramento, a inexistência de pesquisas eficazes que apontem a redução dos índices de criminalidade, a importância de se verificar o custo-benefício da adoção e manutenção deste sistema e o uso político das instalações feitas no Brasil.<sup>56</sup> Nota-se que um assunto que poderia favorecer a imagem dos administradores municipais, acabou ganhando um outro ponto de vista crítico sobre as soluções adotadas.

Um assunto que ganhou destaque a partir de 2008 no jornal foi o tráfico de drogas e o consumo de entorpecentes nas ruas da cidade. O jornal volta sua atenção para estes casos após a divulgação da criação de uma secretaria municipal para o combate ao uso de drogas no início do ano. Apesar de apresentar as expectativas da administração municipal, enfatizando a escolha de Fernando Francischini, então Delegado do Setor de Repressão a Entorpecentes da Polícia Federal, que havia conquistado notoriedade nacional ao liderar a operação que prendeu no ano anterior o narcotraficante colombiano Juan Carlos Ramirez Abadia, as especulações em torno da secretaria apontavam para as futuras dificuldades que seriam enfrentadas na delimitação de suas funções, já que a repressão ao tráfico seria tarefa do estado, e no relacionamento com os órgãos estaduais, que já possuía um histórico de impasses.<sup>57</sup>

A partir de então, matérias sobre o consumo de *crack* chamavam a atenção de famílias e autoridades para o problema do tráfico da droga na cidade. Além das declarações das autoridades da segurança pública associando o aumento dos homicídios ao consumo de *crack*, como a frase do presidente da Comissão de

---

<sup>56</sup> “Equipamentos só fazem a violência mudar de lugar, diz especialista: Especialistas da área de segurança e violência afirmam que atribuir a redução no índice da criminalidade ao monitoramento por câmeras de vídeo é subjetivo e sem consistência efetiva” (GAZETA DO POVO, 21 de julho de 2008, p. 9). “Missão Política – Crescem investimentos no olho biônico contra o crime na capital: Segundo o professor Fernando Salla, do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP), o custo-benefício desses aparelhos também deve ser observado. “Qual é o custo para a implantação dessas câmeras e quanto vai ser gasto para mantê-las? As câmeras geralmente inibem o crime, mas se o criminoso sabe onde ela está, ele simplesmente muda seu lugar de ação. Isso é muito comum no tráfico de drogas, por exemplo. Tudo isso deve ser levando em conta”, diz. “Hoje, a instalação de câmeras é usada mais como uma missão política”, aponta. (GAZETA DO POVO, 12 de agosto de 2008, p. 9)

<sup>57</sup> “Secretaria Especial Antidrogas nasce em meio a lacunas – Departamento é criado em Curitiba para tentar frear o tráfico e a violência: De acordo com a própria prefeitura, a criação da secretaria foi motivada pelos índices que têm colocado Curitiba no grupo de capitais mais violentas do país. A recepção do projeto da prefeitura recebe críticas e a pergunta é: por que só agora? A questão é delicada, visto que a repressão ao tráfico é tarefa do estado, enquanto a prevenção deve ser promovida pelos municípios, em parceria com os governos. Essa repartição tem uma face nefasta: diante do aumento do crime e do consumo, responsabilizam-se as forças policiais. No caso de Curitiba, esse repasse de responsabilidades tomou um rumo insustentável, já que havia uma reivindicação da sociedade para que o poder municipal se envolvesse mais no assunto” (GAZETA DO POVO, 19 de fevereiro de 2008, p. 3)

Segurança Pública da Assembléia Legislativa, Mauro Moraes, destacada na primeira página da edição de 16 de abril de 2008, afirmando que “Curitiba vive uma epidemia do *crack*, que está matando mais do que a dengue no Rio”, ao longo de sua cobertura, o jornal também enfatizou em suas reportagens os argumentos de especialistas e agentes que tratavam do caso como um problema de saúde pública, criticando os anseios da sociedade por repressão, em detrimento de campanhas e programas sociais, e a situação precária do sistema de saúde da cidade no tratamento dado aos usuários ao apontarem a falta de estrutura e a ineficácia do modelo adotado para tratar os casos de dependência.<sup>58</sup> Comparado ao cenário identificado nos anos que antecederam as eleições de 2004, nota-se que o tema da segurança pública fora tratado através de uma cobertura que contribuía para um debate mais equilibrado ao serem adotados enquadramentos que enfatizavam diferentes opiniões sobre os casos abordados neste período.

O tema da habitação também permaneceu em destaque durante o período analisado. Uma onda de ocupações irregulares que teria começado em 2006 e o sucesso da parceria entre a prefeitura e o governo federal na administração das obras voltadas para moradia popular se destacaram em reportagens de páginas inteiras e chamadas de primeira página, dividindo o cenário entre o surgimento de novos problemas com as ocupações e as soluções dos casos mais antigos com a realocação das famílias para os novos bairros. Apesar dos órgãos municipais terem sido consultados e apresentados como conscientes dos casos de invasão, o agravamento dos problemas era apontado como responsabilidade do governo estadual, por não cumprir as decisões judiciais de reintegração de posse.<sup>59</sup> O

---

<sup>58</sup> “Crack é a pedra no meio do caminho – Droga que divide agentes pode abortar princípios da reforma psiquiátrica e põe em risco a política de redução de danos: O técnico em dependência química José Antônio Schardong e a psicóloga Janaína Treierweiler têm um sonho. A criação de uma rede de proteção para os usuários de crack em Curitiba. Falta uma iniciativa que aglutine os agentes do setor. Quem sabe a Secretaria Municipal Antidrogas consiga isso, sugere Janaína. Nos últimos cinco anos, com o avanço no número de usuários de pedra, aumentaram também os problemas dos que trabalham na prevenção e tratamento de dependentes químicos. Estima-se, por exemplo, que cerca de 400 leitos foram extintos na grande Curitiba. Além do mais, não há um espaço apropriado para crianças e adolescentes em processo de desintoxicação – obrigando-os à convivência nada recomendável com adultos na mesma situação. Sem falar no fetiche da sociedade pela repressão, em detrimento das campanhas e ações sociais” (GAZETA DO POVO, 19 de abril de 2008, p. 4).

<sup>59</sup> “Onda de ocupações irregulares preocupa autoridades da capital – Desde o fim de 2006, invasões aumentam na capital e as reintegrações não são cumpridas: As lonas e os barracos que tomaram conta de três terrenos no bairro Santa Quitéria durante o carnaval vêm chamando a atenção para um problema antigo em Curitiba, mas que ganhou força a partir do fim do ano passado. Segundo a prefeitura, desde novembro de 2006, vêm sendo registradas inúmeras ocupações irregulares na cidade, principalmente nos bairros que compõem a Regional Portão. A prefeitura não sabe precisar o número de novas invasões na capital, mas o tema já chamou a atenção

envolvimento do estado no caso ganha destaque ainda maior quando outra invasão é anunciada sob a denúncia de que um assessor especial do então governador Roberto Requião teria auxiliado a ação dos sem-teto.<sup>60</sup>

Ao longo de 2007, o jornal acompanhou os casos de ocupação destacando as cobranças feitas à Secretaria Estadual de Segurança Pública para que cumprissem as liminares de desocupação das áreas invadidas e, a partir do dia 20 de março, passa a acompanhar os relatórios de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada pela Câmara de Vereadores para investigar as invasões. A cobertura dos casos ainda ganha fôlego quando, em novembro do mesmo ano, um promotor de justiça do Ministério Público do Paraná critica os resultados do relatório final da comissão e solicita ao comando da Polícia Civil a instalação de uma investigação para apurar a possível participação de pessoas ligadas ao governo do estado na coordenação de invasões na cidade.<sup>61</sup>

No tratamento dado ao tema da habitação, a prefeitura também ganhou espaço na cobertura das obras realizadas pelo “Programa Moro Aqui” com financiamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que previa a regularização e urbanização de 37 ocupações da capital, a começar pelas áreas localizadas às margens dos rios. Durante todo o período analisado, o sucesso da

---

da Câmara de Vereadores e da Secretaria Municipal de Urbanismo. O único procedimento possível a um proprietário atingido é recorrer à Justiça e pedir a reintegração de posse. A ordem para a reintegração pode ser repassada às forças policiais assim que o juiz expede uma liminar, mas aí começa outro problema: a demora do estado em cumprir a decisão judicial. A reportagem entrou em contato com a assessoria da Secretaria de Estado da Segurança Pública para obter um posicionamento em relação ao assunto, mas não houve resposta até o fechamento desta edição” (GAZETA DO POVO, 02 de março de 2007, p. 3).

<sup>60</sup> “Curitiba é alvo da segunda invasão em 15 dias – Assessor do governador teria interferido em ação” (GAZETA DO POVO, 7 março de 2007, p. 12). “Nove meses depois, vila “nasce” no Santa Quitéria – Ocupação ocorrida em Fevereiro ganha a cada dia mais imóveis e nenhuma solução: Os terrenos pertencem ao Consórcio Nacional Cidadela e à empresa Residencial Plano Leve S/A. A 5.<sup>a</sup> e 13.<sup>a</sup> Varas Cíveis de Curitiba já expediram liminares para que duas áreas – na Rua Rezala Simão, ao lado dos condomínios Atlanta 1 e 2, e na Rua João Scussiato – fossem desocupadas, mas as ordens não foram cumpridas pela Secretaria Estadual de Segurança Pública” (GAZETA DO POVO, 16 de novembro de 2007, p. 3).

<sup>61</sup> “CPI quer ouvir direção da Cohab sobre invasões – Vereadores instalam comissão para investigar ocupações: Vereadores querem investigar se há uma ação organizada para as ocupações de terrenos públicos e particulares, além de saber de que forma a prefeitura está procedendo para resolver o problema de déficit habitacional na cidade” (GAZETA DO POVO, 20 de março de 2007, p. 9). Invasões – Promotor investiga responsabilidades: O promotor de Justiça Edson Luiz Peters, do Centro de Apoio Operacional às Promotorias Ambientais da Região Metropolitana de Curitiba, do Ministério Público do Paraná, vai solicitar ao comando da Polícia Civil a instalação de uma investigação para apurar a possível participação de pessoas ligadas ao governo do estado na coordenação de invasões nos bairros Santa Quitéria e Campo Comprido. Os indícios de participação de Doático Santos (secretário estadual para Assuntos de Curitiba) e de Carlos Alberto Lima (assessor da governadoria) foram apontados no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) realizada neste ano na Câmara Municipal de Curitiba. Peters adianta, no entanto, que o relatório da CPI chegou a poucas conclusões. “Não há conclusão nenhuma sobre se alguém está promovendo essas invasões de forma criminosa e muito menos sobre quem está promovendo as invasões”, afirma o promotor. Pessoas que incentivam invasões podem ser condenadas pelo crime de esbulho possessório, cuja pena prevista é de um a seis meses de prisão e pagamento de multa. (GAZETA DO POVO, 16 de novembro de 2007, p. 3)

parceria entre a administração municipal e o governo federal era comemorado em matérias ilustradas com as expectativas dos moradores das áreas atendidas e o acompanhamento da realocação das famílias para as novas casas.<sup>62</sup>

Outro tema que permaneceu em destaque foi a situação do trânsito na cidade, que aparecia em matérias especiais apresentadas em reportagens especiais de até três páginas, onde pesquisas encomendadas pelo próprio jornal e consultas a especialistas enfatizavam números alarmantes sobre o aumento da frota de veículos motorizados, que superavam o crescimento da população, e o argumento de que os títulos conquistados no passado, de capital ecológica e do transporte coletivo eficiente, caíam por terra diante da situação. Quando contempladas as opiniões da população, a crítica voltava-se para a ineficiência do sistema de transporte coletivo, que diante da lentidão, do desconforto e da superlotação dos ônibus, viam no carro a melhor opção, ainda que considerados os congestionamentos.<sup>63</sup> Ao mesmo tempo em que enfatizava a crítica à falta de investimento no sistema de transporte visando melhorias do trânsito, o jornal reservava um significativo espaço às propostas de agentes dos dois órgãos municipais responsáveis pelo planejamento e administração do trânsito na cidade, o Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano (IPPUC) e o órgão de Urbanização de Curitiba (URBS), que apontavam seus planos e soluções em andamento para o problema dos congestionamentos, entendidos por eles como uma das conseqüências inevitável do progresso.<sup>64</sup>

---

<sup>62</sup> “Adeus Favela – Parceria entre governo federal e prefeitura municipal regularizará e urbanizará 36 ocupações irregulares da capital, beneficiando 8.510 famílias. O investimento é de 177,5 milhões” (GAZETA DO POVO, 28 de outubro de 2007, p. 6). “Nove mil famílias serão relocadas das beiras de rios – Parceria do governo federal com a Cohab trará investimentos de R\$ 188 milhões do PAC para obras de Curitiba” (GAZETA DO POVO, 2 de abril de 2008, p. 5).

<sup>63</sup> “1 milhão de carros em Curitiba – Levantamento da Paraná Pesquisas mostra que 82% dos motoristas da capital usam seus carros todos os dias: Curitiba chegará no fim deste mês a uma marca histórica: os especialistas no assunto acreditam que ainda em julho a frota da cidade passará a contar com 1 milhão de veículos. “O fato de Curitiba chegar a ter 1 milhão de carros põe por terra dois símbolos da cidade”, opina Fábio Duarte, professor do mestrado em Gestão Urbana na PUCPR. “O primeiro é o da Capital Ecológica. O segundo é o do transporte coletivo eficiente”, afirma. No que diz respeito ao segundo ponto, a população parece concordar em gênero, número e grau. Quando foram perguntados sobre por que não pegavam mais ônibus, os motoristas citaram que eles são lentos, demoram a chegar e são desconfortáveis. Acima de tudo, são superlotados. Mais de 42% afirmaram que não vale a pena andar espremido na condução curitibana das 6 horas da tarde” (GAZETA DO POVO, 01 de julho de 2007, p. 6).

<sup>64</sup> “A incrível cidade feita de lata - Em Curitiba, a atribuição de achar uma maneira de desatar os nós cabe a dois grupos de técnicos. Um fica no Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano, o Ippuc, e pensa as grandes linhas de desenvolvimento da cidade. O outro fica na Urbs, e é encarregado de melhorar o transporte coletivo e dar um jeito no trânsito do dia-a-dia, com todos os seus problemas” (GAZETA DO POVO, 1 de julho de 2007, p. 9).

Ao longo do primeiro ano analisado, o trânsito de Curitiba também era tratado a partir do grande número de obras no sistema viário realizadas pela prefeitura.<sup>65</sup> O enquadramento dado às matérias era o das expectativas de melhorias apresentadas por seus gestores, principalmente os agentes do IPPUC, que prometiam o escoamento do tráfego para solução dos congestionamentos e a abertura de novas linhas de ônibus, afirmando que as obras consolidavam um projeto iniciado há uma década. Junto ao significativo espaço dado às obras realizadas pela prefeitura, o jornal passa a associar os índices de aceitação do prefeito aos projetos viários iniciados em sua gestão. De acordo com o enquadramento dado pelo jornal, Beto Richa havia conseguido consolidar a imagem de “tocador de obras viárias” entre os curitibanos, que justificavam sua preferência pelo atual gestor nas próximas eleições municipais destacando seu desempenho na pavimentação de ruas e melhorias no trânsito.<sup>66</sup>

A partir de 2008, com as obras idealizadas no ano anterior já em andamento, o enquadramento predominante em sua cobertura passa a ser os transtornos causados por elas. Atalhos que confundiam os motoristas e deixavam o trânsito ainda mais lento, somavam-se aos argumentos de especialistas que criticavam as soluções implementadas pela prefeitura, afirmando serem pontuais e sem um planejamento a longo prazo, o que dividia a cobertura das obras do sistema viário entre as expectativas de melhorias apresentadas por seus responsáveis e a crítica de usuários e engenheiros.<sup>67</sup>

---

<sup>65</sup> Abertura de rua vai melhorar o trânsito – Nova via dividirá o terreno do Clube Juventus, em Curitiba, onde Shopping poderá ser construído: Com isso queremos recuperar o uso público de um bem público, afirma o presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (Ippuc), Luís Henrique Fragomeni” (GAZETA DO POVO, 6 de fevereiro de 2007, p. 4). “A rua que vai cortar o Batel – Conjunto de obras vai permitir ligação entre os bairros Água Verde e Bigorriho: Uma nova obra lançada pela prefeitura de Curitiba deve transformar, em pouco tempo, um dos últimos trechos ainda pacatos do Batel. “Na verdade, esse projeto está sendo construído há uma década já e aos poucos essa ligação está se consolidando”, explica o coordenador do plano de mobilidade urbana e do Programa Circulação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (Ippuc), José Álvaro Twardowski. (GAZETA DO POVO, 11 de novembro de 2007, p. 3)

<sup>66</sup> “Beto consolida imagem de tocador de obras viárias – Prefeito entra em 2008 com 84,64% de aprovação dos curitibanos: O prefeito de Curitiba, Beto Richa (PSDB), fecha hoje seu terceiro ano de mandato com a aprovação de 84,64% dos curitibanos e uma imagem consolidada na percepção dos moradores da cidade: a de que é um tocador de obras viárias, com destaque para a Linha Verde, a transformação da antiga BR-116 (atual BR-476) em avenida” (GAZETA DO POVO, 31 de dezembro de 2007, p. 7).

<sup>67</sup> “Benefícios são pontuais e breves, dizem engenheiros: Os novos caminhos de Curitiba – binário Brasília, binário Santa Bernadethe, binário Mário Tourinho/Major Heitor Guimarães, Ligação Capão da Imbuia-Hauer e Linha Verde – não devem melhorar o trânsito na capital paranaense de maneira global, dizem os especialistas. Segundo eles, os benefícios serão pontuais e por um curto período de tempo” (GAZETA DO POVO, 7 de setembro de 2008, p. 4)

Além dos congestionamentos gerados pelo crescente número de automóveis em circulação nas ruas da cidade e a grande quantidade de obras no sistema viário, ao longo do período analisado o jornal chamou a atenção para o uso da bicicleta como um meio de transporte econômico, saudável, ecológico e viável para contornar os problemas que a cidade vinha enfrentando no trânsito.<sup>68</sup> As reportagens contavam com a presença do grupo de ciclo-ativistas denominado Bicicletada Curitiba, que reivindicava mais incentivo e investimentos ao meio de transporte por parte da prefeitura, enfatizando os resultados de testes realizados junto ao grupo de ciclistas quanto à eficiência da bicicleta nos horários de pico e as negociações com o prefeito para a instalação de ciclo-faixas.

Assim como no tema anterior, em sua cobertura da situação do trânsito de Curitiba, a Gazeta do Povo apresentou um equilíbrio entre enquadramentos que enfatizavam tanto as críticas de especialistas quanto as expectativas de melhorias com os projetos que vinham sendo implantados pela administração municipal, além de associar o grande número de obras do sistema viário ao índice de aceitação do prefeito.

Um tema que contribuiu para criar uma imagem negativa da cidade e de sua administração foi o transporte coletivo. O assunto entra em cena no início de 2007 a partir do momento em que passam a ser divulgadas as discussões na Câmara dos Vereadores sobre um projeto de lei elaborado pela procuradoria-geral do município e pela URBS, que, entre exigências de melhorias no transporte público, previa a contratação de uma nova empresa de ônibus, o que não acontecia há 50 anos, quando foi criado o sistema de transporte coletivo da cidade. Em sua cobertura do caso, o jornal apontava a demora da Câmara em agendar a votação da Lei dos Transportes e a falta de empenho da prefeitura em fomentar e aprofundar o debate sobre o projeto, classificando a atitude o prefeito Beto Richa como tímida ao

---

<sup>68</sup> Bicicleta é o meio de transporte mais eficiente – Pedalar polui menos, é mais econômico e faz chegar ao destino mais rápido: Mais rápida. Mais econômica. Menos poluente. Uma propaganda que tentasse convencer a população de uma cidade a aderir à bicicleta como meio de transporte poderia usar qualquer um desses argumentos sem estar mentindo. Ou poderia reduzir a argumentação a um único ponto: mais eficiente. Essa é a conclusão do relatório produzido pelo grupo Bicicletada-Curitiba, que divulgou nesta semana os resultados do Desafio Intermodal, realizado em 10 de outubro. Segundo Luís Patrício, da Bicicletada, a prefeitura de Curitiba deveria desenvolver mais estudos simples, como os desafios intermodais, para identificar regiões congestionadas e trabalhar para reduzir o tráfego, com a restrição do uso de automóveis. “Boa parte da verba do sistema viário acaba beneficiando apenas as classes mais altas, que fazem uso de veículos particulares e são obviamente uma minoria”, afirma. Para ele, estes recursos poderiam ser usados para tornar o transporte público atraente até mesmo para os usuários de carros. (GAZETA DO POVO, 14 de dezembro de 2007, p. 3)

discursar sobre o assunto.<sup>69</sup> Quando anunciada a votação, em dezembro de 2007, o jornal publicou uma reportagem de página inteira com chamada na primeira página, afirmando que a lei não traria novidades aos passageiros além da licitação para contratação de uma nova empresa. Em uma postura crítica ao projeto, o jornal enfatizava os argumentos do presidente da empresa municipal responsável pelo transporte coletivo (URBS) de que os direitos exigidos já eram garantidos, além de destacar as principais lacunas apontadas pelo presidente do Sindicato das Empresas de Ônibus de Curitiba.<sup>70</sup>

Durante todo o período analisado, a situação precária do sistema de transporte coletivo da cidade manteve-se em destaque. O ônibus, que já havia sido considerado um modelo para outras cidades do mundo, aparecia nas páginas do jornal como um meio de transporte saturado, que não acompanhou o crescimento populacional e o desenvolvimento de novas regiões na cidade. Porém, havia uma contradição no resultado das pesquisas encomendadas pelo jornal, que apontavam o descontentamento da população com as superlotações e a insuficiência de ônibus nos horários de pico, mas que ainda considerava o sistema como ótimo ou bom. Ainda assim, as matérias destacavam apenas os pontos negativos, afirmando ainda

---

<sup>69</sup> “Richa faz cobrança tímida pela lei do transporte – Câmara informa que nova legislação será votada ainda este ano: Ao discursar na abertura dos trabalhos do segundo semestre da Câmara Municipal de Curitiba, o prefeito Beto Richa (PSDB) fez uma cobrança “de leve” aos vereadores para aprovarem o projeto de lei, enviado há um ano, que propõe mudanças no sistema de transporte coletivo da cidade. Em um discurso com quatro páginas, Richa dedicou poucas linhas sobre a intenção de melhorar ainda mais a qualidade do sistema, com adoção de nova legislação” (GAZETA DO POVO, 02 de agosto de 2007, p. 9). “Licitação do transporte pode sair em outubro – Sindicatos reclamam da falta de discussão do projeto: Há mais de um ano tramita na Câmara Municipal de Curitiba um projeto de lei que prevê licitação para a contratação de empresas para o transporte coletivo na cidade. O presidente do Setransp, Rodrigo Corleto Hoelzl, é um crítico do projeto e afirmou que discussões sérias e aprofundadas ainda não ocorreram. A prefeitura quer as mudanças, mas não apresenta as melhoras nem quais serão. A prefeitura gerencia, mas não discute o sistema de forma ampliada. Não diz como nem para onde mudar. Está jogando para a torcida, afirma. Para ele, a prefeitura não prevê as consequências de mudanças. Até agora, por exemplo, não foi estabelecida a gestão dos recursos do sistema. O que estão fazendo é uma afronta aos direitos dos operadores. Os nossos contratos são válidos, estão em vigor, e sequer foi discutida como será a transição, diz” (GAZETA DO POVO, 2 de agosto de 2007, p. 9)

<sup>70</sup> “Nova lei trará poucas novidades aos passageiros – Direitos dos usuários do sistema já são garantidos: Apesar de mudar diversas regras importantes no funcionamento do sistema de transporte da cidade, o passageiro não deve sentir grandes mudanças no dia-a-dia, ao menos de imediato. O projeto estabelece direitos para os passageiros: o direito a ter um ponto de ônibus a, no mínimo, 500 metros de casa ou do local de trabalho; uma tarifa compatível com o serviço; garantia de ser conduzido com segurança e em ônibus limpos e de não sofrer com atrasos. O presidente da Urbs, Paulo Schmidt, diz que os direitos dos usuários já estão garantidos hoje e que as empresas que os desrespeitam também já são penalizadas, por meio de regras da Urbs. A fiscalização é feita durante todo tempo de operação do sistema. Temos cerca de 270 fiscais do transporte coletivo, fora o controle de frota e a fiscalização que os agentes de trânsito exercem, disse. O Sindicato das Empresas de Ônibus de Curitiba e Região Metropolitana criticou, em nota, o projeto que será votado hoje. Segundo as empresas, ele não define regras claras de licitação e transição do modelo velho para o novo. Outra crítica, de acordo com o sindicato, é que esses pontos terão de ser regulamentados depois pela Urbs” (GAZETA DO POVO, 12 de dezembro de 2007, p. 3)

que aqueles que utilizavam o transporte coletivo, o faziam por absoluta falta de opção, considerando-o como um mal necessário.<sup>71</sup>

A questão da superlotação dos coletivos ganha ainda mais espaço no jornal quando a prefeitura implanta uma nova frota com carros menores e sem cobrador, onde o motorista passa a cobrar as passagens. Em reportagem publicada em agosto de 2008, o jornal critica a ação da prefeitura com base nas reclamações dos usuários e chega a contestar a declaração da assessoria da URBS de que os microônibus seriam utilizados somente em horários de baixa procura, dado que a equipe de reportagem havia presenciado a circulação dos carros ao final da tarde e o aumento das filas nos pontos, que dobraram de tamanho. Evidencia-se, neste caso, o tom crítico adotado no tratamento dado aos argumentos da prefeitura e da agência municipal de trânsito.<sup>72</sup>

Outro enquadramento das matérias que tratavam do transporte coletivo da cidade foi o encontrado na cobertura das manifestações de estudantes que reivindicavam o direito ao passe livre. A cobertura dos protestos tem início em abril de 2008, quando a guarda municipal é acusada de agredir alunos durante uma manifestação do movimento estudantil no centro da cidade, mas a questão do passe livre e dos protestos reivindicando sua implantação ganha espaço significativo no jornal com a proximidade das eleições, após a declaração de alguns manifestantes de que pré-candidatos do PT e do PSDB teriam utilizado o evento como palanque da oposição para criticar o prefeito Beto Richa. Outro argumento enfatizado era o da prefeitura, que havia anunciado em sua página oficial na *internet* que a gratuidade do serviço para os estudantes lesaria os usuários comuns com o aumento da

---

<sup>71</sup> “Superlotação é o maior problema do ônibus – Superlotação nos horários de pico, ônibus em número insuficiente e demora são as principais reclamações dos usuários do transporte coletivo de Curitiba” (GAZETA DO POVO, 30 de outubro de 2007, p. 3). “Ônibus virou um “mal necessário” – Demora, superlotação, desconforto e insegurança são as principais queixas dos passageiros, que só usam o transporte coletivo por absoluta falta de opção” (GAZETA DO POVO, 31 de março de 2008, p. 9)

<sup>72</sup> “O ônibus encolheu! – Uso de microônibus sem cobrador, só motorista, em horários de pico irrita usuários, que reclamam de superlotação: Na teoria, o objetivo da prefeitura de Curitiba é tornar o transporte coletivo “atraente”, a fim de evitar o aumento do número de veículos nas ruas. Mas, na prática, o que se observa são ações que podem afastar ainda mais os usuários. Uma dessas medidas, a utilização dos microônibus, tem irritado usuários nos horários de pico. Segundo a Urbs, empresa que gerencia o transporte coletivo na capital, atualmente há 132 microônibus na cidade, em diversas linhas convencionais (amarelas), de acordo com a demanda. Além de ter uma capacidade menor em relação aos veículos convencionais, no microônibus há apenas um funcionário – o motorista também faz o papel de cobrador. A assessoria da Urbs informou na quinta-feira que os “microespeciais” são utilizados em linhas e horários com baixa procura. Não foi o que a reportagem observou entre as 18 e as 19 horas do mesmo dia na Praça Rui Barbosa e em pontos próximos. Em pelo menos oito linhas havia filas dobradas e reclamações: Cajuru, Vila Izabel, Palotinos, Juvevê-Água Verde, Santa Bárbara, Santa Quitéria, Abranches e Vila Rosinha. Em quatro destas linhas, microônibus partiram lotados e usuários permaneceram no ponto” (GAZETA DO POVO, 3 de agosto de 2008, p. 7).

tarifa.<sup>73</sup> Logo o assunto envolveu os outros pré-candidatos, porém, a tentativa de fomentar o debate foi frustrada pela falta de propostas e expectativas de uma solução de curto prazo para implantar o passe livre. As declarações dos candidatos se limitaram à suspeitas do valor do aumento informado pela prefeitura caso fosse atendida as reivindicações dos estudantes e a crença no possível envolvimento do governo federal no auxílio aos custos. O enquadramento utilizado para tratar do assunto foi a inviabilidade do passe livre diante da falta de perspectivas favoráveis a sua implantação.<sup>74</sup> Nota-se que o tema do transporte coletivo recebeu uma cobertura baseada em enquadramentos críticos em relação a situação em que se encontrava o sistema e as ações da prefeitura, enfatizando a indignação dos usuários e a falta de novas propostas para solucionar os problemas apontados.

Outro tema que ganhou espaço nas páginas da Gazeta do Povo apenas no início do ano eleitoral foi a saúde pública do município. Assim como na análise do período anterior, o jornal apresentou a saúde pública de Curitiba como um sistema em crise, onde o número de leitos destinados a pronto-atendimento não havia acompanhado o crescimento da população e tinha sua situação agravada pelo atendimento de pacientes vindos de cidades vizinhas.<sup>75</sup> Enquanto eram enfatizadas as declarações de agentes representantes de conselhos médicos, sociedades de terapia e diretores de hospitais, que apontavam para a necessidade de novas

---

<sup>73</sup> “Passe livre dá início à eleição – Evento no Colégio Estadual teria servido de palanque à oposição para criticar Beto Richa. Prefeito contra-ataca pelo site oficial justificando a não-gratuidade: A luta do movimento estudantil pelo passe livre nos ônibus de Curitiba acabou sendo o estopim da campanha eleitoral para a prefeitura. Os protestos de estudantes pela gratuidade da passagem, realizados na semana passada e na terça-feira, municiaram a oposição para criticar o prefeito Beto Richa (PSDB), que deve tentar a reeleição. O tema esquentou o clima entre aliados de Richa e a oposição na Câmara Municipal e chegou a ser debatido até na Assembléia Legislativa. Ontem, mais um capítulo desse embate: a prefeitura usou o site oficial do município para justificar a não-implantação da gratuidade da passagem para estudantes” (GAZETA DO POVO, 17 de abril de 2008, p. 15).

<sup>74</sup> “Passe livre não terá solução rápida – A maioria dos pré-candidatos à prefeitura evita assumir o compromisso de adotar a passagem gratuita para estudantes e diz que o assunto precisa ser estudado: A maioria dos pré-candidatos a prefeito de Curitiba não vê uma solução de curto prazo para implantar o passe livre para estudantes” (GAZETA DO POVO, 11 de abril de 2008, p. 3).

<sup>75</sup> “Prontos-socorros em crise – População da cresce, mas número de hospitais que atendem emergência continua o mesmo: (...) A superintendente de gestão da Secretaria Municipal de Saúde, Eliane Chomatas, diz que em grande parte a sobrecarga se deve ao aumento da violência, principalmente acidentes de trânsito e agressões físicas. Dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública mostram que a violência é crescente em Curitiba e região. No comparativo do primeiro semestre de 2008 com o mesmo período de 2007, os homicídios aumentaram 14% na capital e 29% na região metropolitana. Além disso, há o atendimento de pacientes da região metropolitana. Se considerarmos a questão da sobrecarga de pacientes que vêm da região metropolitana, diria que o sistema hoje está realmente no limite. Em alguns momentos há situação maior de estrangulamento, diz Eliane. Para a prefeitura, se o serviço fosse organizado nos municípios da região metropolitana haveria um desafogamento em todo o sistema da capital. Precisa organizar a atenção, principalmente os serviços de urgência e emergência nessas cidades, enfatiza Eliane” (GAZETA DO POVO, 31 de maio de 2008, p. 4).

unidades de atendimento, no espaço reservado aos argumentos da prefeitura, a Secretaria Municipal de Saúde tratava das causas externas do problema, apontando dados da Secretaria Estadual de Segurança sobre o aumento da violência e a sobrecarga gerada pelos usuários vindos da região metropolitana. O jornal adotava, assim, um enquadramento que apontava a gravidade do problema, mas desviava a responsabilidade de sua solução para os municípios vizinhos.

Uma reportagem publicada no início do período eleitoral que mostra a forma como fora tratado o tema da saúde pública, é o relato do planejamento orçamentário da prefeitura em relação aos gastos com postos de saúde quando comparados com os investimentos em publicidade. Nota-se que apesar do título da matéria chamar a atenção para o fato de que os valores gastos com propaganda seriam maiores do que as despesas com construção de postos de saúde e compra de materiais para equipar as unidades, a prefeitura teve um espaço significativo ao longo do texto para explicar que os dados sobre investimentos na saúde representavam apenas uma pequena parcela das despesas, pois o município dispunha de mais recursos vindos do governo do estado, o que mostra uma postura mais polêmica em relação à saúde pública do que crítica à administração municipal.<sup>76</sup>

Em 2008, o tema da educação também ganha espaço na Gazeta do Povo através da cobertura da situação do atendimento nos Centos de Educação Infantil de Curitiba. A partir de um levantamento realizado pelo Ministério Público do Paraná, o jornal passa a enfatizar o grande número de crianças fora das creches e as declarações da diretora do departamento de educação infantil da Secretaria Municipal de Educação, que contestava os números, porém, admitia a falta de vagas e alegava se tratar de um problema nacional, agravado pelo crescimento da cidade, mas que a prefeitura vinha trabalhando para resolver.<sup>77</sup> No início do período

---

<sup>76</sup> “Gasto com publicidade será maior que em posto de saúde – Investimento da prefeitura em propaganda vai ser de R\$ 8,8 milhões neste ano, contra R\$ 8,6 milhões destinados à construção de unidades médicas para o atendimento da população curitibana: (...) O secretário de Finanças da prefeitura, Luiz Eduardo Sebastiani, explica que os investimentos em obras de saúde se referem a uma pequena parcela das despesas da área. Segundo ele, o principal gasto em saúde ocorre na manutenção dos serviços. O valor usado para a construção de um posto de saúde, por exemplo, tem o mesmo custo para manter três meses da prestação de serviço. A prefeitura informou ainda que, para a expansão dos serviços de saúde em Curitiba, nos últimos quatro anos o município contou com recursos do governo do estado, o que levou à administração municipal a alocar menos recursos na área. Segundo o órgão, a verba da prefeitura e do governo do estado para obras na área de saúde totalizam R\$ 50 milhões no período” (GAZETA DO POVO, 5 de julho de 2008, p. 15).

<sup>77</sup> “Faltam 45 mil vagas em creches de Curitiba – Levantamento do Ministério Público do Paraná foi feito nos Conselhos Tutelares: A prefeitura de Curitiba contesta e apresenta outros números. De acordo com o levantamento de 2005, o último disponível, o cadastro de fila de espera está em 10 mil crianças. Contudo,

eleitoral, é publicado um levantamento feito pela própria prefeitura junto aos cadastros da Secretaria Municipal de Educação, com uma quantidade menor do que a apontada anteriormente. Nota-se que o enquadramento dado pelo jornal ao tema da educação apontava o problema da falta de vagas nas creches sem críticas diretas à administração municipal, já que esta conservava um espaço significativo para suas declarações. Mais uma vez o jornal adotava uma cobertura equilibrada entre a crítica ao problema e os argumentos da prefeitura, que, ao mesmo tempo em que alegava se tratar de um fenômeno nacional, resultado do crescimento da cidade, enfatizava seu empenho em reverter a situação.<sup>78</sup>

Na cobertura do cenário político de Curitiba, o assunto mais recorrente na Gazeta do Povo ao longo de 2007 foram as trocas de acusações entre o prefeito Beto Richa e o governador do estado Roberto Requião. O impasse mais uma vez ganhava espaço nas páginas do jornal a partir do início daquele ano com a notícia de declarações do governador acusando o prefeito da capital de ter sido beneficiado com verba desviada do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná durante sua campanha ao governo do estado em 2002. Defendendo-se, o prefeito e outros envolvidos na denúncia negaram a acusação e contra-atacaram o governador, afirmando que seu objetivo era apenas desviar o foco do envolvimento de sua administração com o superfaturamento de obras e os elevados preços gastos na compra de aparelhos de televisão para escolas.<sup>79</sup> Logo após as primeiras trocas

---

segundo a prefeitura, podem haver cadastros duplos e até tripos (pais que procuram mais de uma unidade), o que faz com que o déficit real seja inferior às 10 mil vagas. A prefeitura pretende finalizar um novo levantamento no segundo semestre deste ano, que deve mostrar qual é o real tamanho da fila e a verdadeira demanda. Estão sendo avaliados quesitos como idade, renda e trabalho, para certificar-se da necessidade da família. Desde 2005, de acordo com a prefeitura, vem se trabalhando para se diminuir as listas de espera por creches em Curitiba. Nos últimos três anos foram criadas 7,1 mil vagas com a construção de 19 novas creches e a reforma e ampliação de outras 140. Até o fim do ano, a meta é fazer com que esse número chegue em 8,5 mil novas vagas, o equivalente a 85% do déficit de 2005. A prefeitura vem trabalhando arduamente para resolver o problema e dar conta da demanda. É um problema nacional, agravado pelo crescimento da cidade. Curitiba tem buscado solucionar e ampliar as vagas, afirma a diretora do departamento da educação infantil da Secretaria Municipal de Educação, Ida Regina Moro Milléu de Mendonça” (GAZETA DO POVO, 22 de abril de 2008, p. 4).

<sup>78</sup> “Curitiba tem mais de 9 mil crianças sem creche – A prefeitura de Curitiba admite: há mais de 9 mil crianças que não conseguem freqüentar creches na cidade: De acordo com a versão oficial, precisariam ser criadas mais 9.283 vagas para atender todos os interessados. Os dados são o resultado do Sistema de Cadastro da Educação Infantil Municipal e indicam uma quantidade bem menor do que a apresentada anteriormente pelo Ministério Público. A prefeitura alega que, com o cadastro, foi possível detectar que muitas mães inscreviam os filhos nas filas de várias creches e, por isso, a demanda parecia maior” (GAZETA DO POVO, 25 de julho de 2008, p. 9).

<sup>79</sup> “Requião e Beto Richa entram em guerra – Governador e prefeito trocam denúncias e acusações: O governador Roberto Requião (PMDB) e o prefeito de Curitiba, Beto Richa (PSDB), trocaram denúncias e acusações durante todo o dia de ontem. As relações entre os dois, que já vinham se deteriorando desde as eleições do ano passado, passaram para um novo nível de agressividade” (GAZETA DO POVO, 14 de fevereiro de 2007, p. 10).

de acusações entre o governador e o prefeito, o jornal anuncia que o conflito vinha ultrapassando o campo da política e prejudicando a população ao comprometer o andamento de obras na capital. Enfatizando a suspensão do repasse de verbas destinadas às reformas no sistema viário da capital, a quebra de acordos e as declarações de Beto Richa sobre a discriminação sofrida por Curitiba, as reportagens desqualificavam o governo do estado.<sup>80</sup> O caso ainda ganha fôlego na cobertura do jornal com o destaque dado aos argumentos de especialistas que reprovavam o impasse e apontavam para o desencadeamento de uma crise política com reflexos negativos no funcionamento das instituições públicas.<sup>81</sup>

O cenário político reproduzido na Gazeta do Povo também foi marcado pelos casos de nepotismo na administração municipal. Uma série de reportagens sobre a existência de parentes de vereadores contratados pela prefeitura de Curitiba em uma suposta troca de favores entre os dois poderes, ganha destaque no jornal a partir do início de 2007, quando o Ministério Público Estadual recomenda que o Tribunal de Contas, a Câmara Municipal e a Prefeitura exonerem os cargos comissionados de parentes de até terceiro grau. Enquanto a prefeitura não se manifestava sobre o assunto, o jornal dá início a uma série de investigações sobre os casos de nepotismo a partir das denúncias de um ex-funcionário comissionado. Em sua cobertura, além da ênfase às denúncias, também eram cobradas ações da administração municipal diante de sua imparcialidade em relação aos casos até aquele momento. É quando o prefeito se declara a favor da contratação de parentes desde que estes sejam qualificados para função e nega a existência de cargos ofertados em troca de favores do poder legislativo.<sup>82</sup> Nota-se um tom crítico em

---

<sup>80</sup> “Guerra de Beto e Requião afeta obras em Curitiba – Governo suspende R\$ 50 milhões em obras viárias: A guerra aberta entre o governador Roberto Requião (PMDB) e o prefeito de Curitiba, Beto Richa (PSDB), extrapola o campo político e está trazendo reflexos diretos à população da capital. Desde o fim da campanha eleitoral, em novembro, o governo do estado suspendeu cerca de R\$ 50 milhões em investimentos em obras de infra-estrutura na capital. Beto Richa acusou ontem o governador de retaliação política ao segurar os repasses” (GAZETA DO POVO, 17 de fevereiro de 2007, p. 12). “Governo suspendeu repasse de R\$ 65 milhões para a capital - Richa critica Requião por “discriminar” Curitiba: O prefeito de Curitiba, Beto Richa (PSDB), decidiu partir para o confronto público com o governador Roberto Requião (PMDB) pelo corte de recursos de convênios para obras na capital, suspensos desde as eleições de 2006” (GAZETA DO POVO, 26 de junho de 2007, p. 8).

<sup>81</sup> “Especialistas detectam crise política no Paraná – Cientistas e políticos dizem que instituições são desrespeitadas” (GAZETA DO POVO, 25 de fevereiro de 2007, p. 11).

<sup>82</sup> “Nepotismo cruzado na prefeitura prossegue – Há um mês, gazeta denunciava o caso, mas quase nada mudou: Quase nada mudou na prefeitura de Curitiba um mês depois de a Gazeta do Povo ter denunciado que parentes de pelo menos cinco vereadores tinham sido nomeados para cargos comissionados na administração municipal, o que caracteriza nepotismo cruzado. A única medida tomada pela prefeitura foi a exoneração de Francisco Pereira da Silva, cunhado do parlamentar José Roberto Sandoval (PSC). Silva era acusado de não trabalhar na prefeitura e, mesmo assim, receber salário. A assessoria da prefeitura ontem confirmou que

relação à postura da prefeitura e às declarações do prefeito ao serem enfatizados os casos investigados pelo jornal que não haviam sido explicados por sua assessoria de imprensa.

Outro enquadramento ganhou destaque a partir do momento em que Ministério Público deu início à investigação de uma denúncia de funcionário fantasma envolvendo a sogra do então chefe de gabinete de Beto Richa, quando este ainda ocupava o cargo de deputado estadual, antes de assumir a prefeitura como vice de Cássio Taniguchi. Dentre os poucos argumentos apresentados pela prefeitura, a ênfase foi dada à declaração de Beto Richa de que não controlava a presença de seus funcionários quando estava na Assembléia Legislativa e, portanto, não estava ciente da existência de fantasmas em seu antigo gabinete, o que, segundo seu advogado, o isentava de qualquer culpa. Porém, ao acompanhar o caso, a Gazeta do Povo revela que o evolido permanecia como funcionário da prefeitura mesmo após ter sido exonerado do cargo de chefe de gabinete, o que revelaria que as acusações não haviam abalado a confiança do prefeito em seu assessor. Nota-se que o enquadramento adotado pelo jornal, mais uma vez, atribuía um tom negativo a postura do prefeito diante do caso.<sup>83</sup>

Em 2008, o elemento mais recorrente do cenário político-eleitoral foram as especulações em torno da possível candidatura de Beto Richa ao governo do estado

---

familiares dos vereadores Jair César (PTB), Custódio da Silva (PAN), Mário Celso Cunha (PSDB) e Paulo Frote (PSDB) continuam a trabalhar na administração municipal. No início de abril, os vereadores negaram que as nomeações de seus familiares no Executivo fossem resultado de troca de favores entre Câmara e prefeitura. "Parente de algum vereador agora está impedido de exercer uma função pública ou ter algum cargo de confiança na minha administração?", questionou o prefeito. "Não existe esse tipo de coisa. Não há nepotismo cruzado", declarou Richa. A assessoria da prefeitura não soube informar o motivo da exoneração do parente do vereador Sandoval, Francisco Pereira da Silva. Segundo o vereador, porém, a demissão do cunhado ocorreu por causa da reportagem da Gazeta do Povo, publicada em 2 de abril. Na ocasião, Francisco Silva afirmou que nunca havia sido empregado da prefeitura. Ontem, Sandoval, porém, voltou a dizer que o cunhado trabalhava na administração municipal. "Ele não ficava no prédio da prefeitura. Fazia serviço externo, no sistema comunitário do município", disse. A nomeação do cunhado de Sandoval consta no Diário Oficial do município do dia 4 de maio de 2006" (GAZETA DO POVO, 4 de maio de 2007, p. 9).

<sup>83</sup> "Imbróglio – Não tinha como controlar a presença: O prefeito Beto Richa (PSDB) comentou ontem pela primeira vez o resultado da sindicância realizada pela Assembléia Legislativa sobre o caso da sogra fantasma, Verônica Durau" (GAZETA DO POVO, 14 de setembro de 2007, p. 9). "Mesmo após exoneração, Ezequias continua trabalhando na prefeitura: Depois de um mês da exoneração do chefe de gabinete de Beto Richa, a prefeitura de Curitiba admitiu na quinta-feira que Ezequias Moreira Rodrigues nunca deixou a administração municipal. A exoneração - ocorrida após o envolvimento dele no caso da "sogra fantasma" - foi apenas do cargo que Ezequias ocupava, de chefe de gabinete. Mas ele não foi nem será devolvido, ao menos por enquanto, para a Sanepar, empresa que o cedeu à prefeitura. E continuará, portanto, prestando serviços ao município em outra função. A revelação de que Ezequias nunca deixou a prefeitura revela que as denúncias que o envolveram não tiraram a confiança do prefeito Beto Richa em seu ex-chefe de gabinete. Ezequias inclusive chegou a confessar publicamente, por meio de uma carta entregue para a comissão de sindicância da Assembléia Legislativa, que ele sabia que a sogra dele, Verônica Durau, recebia salário do Legislativo sem trabalhar. A Assembléia, nesta semana, concluiu que Ezequias foi um dos culpados por ter mantido uma funcionária fantasma no Legislativo. (GAZETA DO POVO, 14 de setembro de 2007, p. 9)

dois anos após as eleições municipais. Ao longo da cobertura, as matérias destacavam os interesses das alianças partidárias ao apoiar a reeleição com vistas no pleito estadual, já que as pesquisas apontavam Beto Richa como favorito nas intenções de voto, o que resultou na manifestação da oposição, ao por em dúvida o compromisso com os eleitores da capital de cumprir seus quatro anos de mandato, caso fosse eleito.<sup>84</sup>

A análise do tratamento dado ao tema da política durante este período mostra que a postura adotada pela Gazeta do Povo dividia o cenário em enquadramentos que desqualificavam tanto o governador do estado, na cobertura do impasse político com a capital, quanto a postura do prefeito, diante dos casos de nepotismo cruzado e da funcionária fantasma. Já no tratamento dado à possibilidade de Beto Richa, caso eleito, deixar a prefeitura em 2010 para concorrer ao governo do estado, o jornal apenas reproduziu os discursos dos partidos aliados ao prefeito e da oposição, limitando-se a reportar os interesses de cada um.

Evidencia-se, através da análise dos enquadramentos encontrados na cobertura dos temas referentes à cidade de Curitiba, importantes elementos do cenário construído na mídia durante os anos que antecederam as eleições de 2008. O quadro a seguir, expressa com maior clareza o resultado da análise do tratamento dado aos temas que construíram a imagem da cidade na cobertura da Gazeta do Povo ao longo do período analisado.

TEMAS	ENQUADRAMENTOS
Educação	- Falta de vagas nas creches municipais; - Empenho da prefeitura em solucionar o problema.
Habitação	- Onda de ocupações irregulares e envolvimento de pessoas ligadas ao Governo do Estado; - Sucesso da parceria entre Prefeitura e Governo Federal na regularização e urbanização das ocupações.

<sup>84</sup> “De olho no Palácio Iguazu, PSDB lança Beto Richa à reeleição – Bloco aliado deixa claro a costura política para o governo do estado em 2010” (GAZETA DO POVO, 10 de junho de 2008, p. 1). “De olho em 2010, PSDB lança Beto Richa à reeleição” (GAZETA DO POVO, 15 de junho de 2008, p. 10). “DEM vai com Richa de olho em 2010” (GAZETA DO POVO, 10 de junho de 2008, p. 17). “PT cobra compromisso de Beto ficar até 2012 – Uma das últimas cartadas da oposição ao prefeito é levantar dúvida sobre a permanência de Richa no cargo, já que ele poderia tentar o governo em 2010” (GAZETA DO POVO, 01 de outubro de 2008, p. 8).

Planejamento Urbano	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grande número de projetos da prefeitura para o sistema viário;</li> <li>- Transtornos causados pelas obras do projeto viário;</li> <li>- Obras da Linha Verde davam continuidade aos projetos iniciados por antigos gestores;</li> <li>- Importância dos projetos revitalização do centro;</li> <li>- Necessidade de integração com a Região Metropolitana;</li> <li>- Expectativas em torno dos planos de metrô;</li> <li>- Críticas dos ex-prefeitos ao planejamento (necessidade de voltar a inovar, integração com cidades vizinhas, fortalecimento do Ippuc).</li> </ul>
Política	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Impasse entre prefeito e governador: troca de acusações.</li> <li>- Desqualificação do governo estadual: falta de repasses de verbas estaduais à capital.</li> <li>- Imparcialidade da prefeitura diante dos casos de nepotismo e funcionária fantasma;</li> <li>- Especulações sobre Beto Richa disputar as eleições estaduais em 2010.</li> </ul>
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Região metropolitana satura hospitais e postos de saúde da capital;</li> <li>- Investimentos na saúde não acompanharam o crescimento populacional da capital e da região metropolitana.</li> <li>- Falta de estrutura e ineficiência do modelo adotado para tratar usuários de drogas.</li> </ul>
Segurança	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Crescimento alarmante dos índices de homicídios;</li> <li>- Assaltos e tiroteios no centro e nos parques da cidade;</li> <li>- Sentimento de insegurança da população;</li> <li>- Instalação de câmeras de monitoramento pela prefeitura e dúvidas sobre eficácia do sistema;</li> <li>- Criação da Secretaria Municipal Anti-drogas (lacunas no relacionamento com secretaria estadual, falta de verba própria e dependência de programas federais);</li> <li>- Epidemia de Crack: tráfico e violência atrelada ao uso da droga na capital.</li> </ul>
Transito	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Caos: aumento dos congestionamentos atrelado ao crescimento do número de carros nas ruas;</li> <li>- Obras da prefeitura escoariam o trânsito, mas causavam transtornos durante a execução;</li> <li>- Imagem do prefeito atrelada às obras do projeto viário;</li> <li>- Uso da bicicleta como boa alternativa (ciclo faixas).</li> </ul>
Transporte Coletivo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Transporte coletivo saturado (superlotação e necessidade novas frotas);</li> <li>- Demora na aprovação do projeto de licitação para contratação de nova empresa de ônibus (projeto traria poucas novidades aos usuários);</li> <li>- Situação piora com a troca da frota antiga por microônibus sem cobrador.</li> </ul>

- A inviabilidade da implantação do passe livre reivindicado pelo movimento estudantil em protestos.

QUADRO 2 – A IMAGEM DE CURITIBA: TEMAS E ENQUADRAMENTOS DE 2007 E 2008

FONTE: O autor.

A análise deste segundo período evidenciou interessantes mudanças na cobertura dos assuntos referentes à cidade ao se verificar uma ênfase maior em outros temas, como os que envolviam o sistema viário da cidade, além de dar outro tratamento a eles ao deixar de privilegiar somente as declarações dos órgãos municipais, abrindo espaço para que especialistas de diferentes áreas também opinassem sobre as questões que envolviam a cidade. Desta forma, pesquisadores e professores das principais universidades da capital expunham suas opiniões, proporcionando um maior aprofundamento no debate dos temas. Estes, por sua vez, davam um tom mais crítico ao conteúdo das matérias ao afirmarem que a revitalização do centro da cidade esbarrava na falta de segurança, que as soluções propostas pela administração municipal para evitar os congestionamentos teriam alternativas mais eficazes e menos custosas, que as causas sociais da violência não eram atingidas com as medidas paliativas adotadas pela prefeitura e que as funções das instituições eram desrespeitadas diante da crise política que se estabelecia com os impasses entre governo estadual e prefeitura.

Outro fato que chamou a atenção na análise deste período é o espaço dado às declarações feitas pelos ex-prefeitos de Curitiba, membros do grupo político dos urbanistas, sobre o planejamento urbano da cidade. Isso mostra que, apesar de ganhar um tom mais crítico aos problemas que a cidade vinha enfrentando, ressaltando elementos que desconstruíam a imagem da *cidade modelo*, cujo crescimento vinha saturando sua infraestrutura de vanguarda, o cenário construído no jornal ainda sofria influências das opiniões dos urbanistas. Por outro lado, assim como no período anterior, a incidência de enquadramentos voltados para as declarações de agentes ligados a órgãos municipais sobre seu empenho na implantação de novos projetos e suas ações nas áreas de habitação popular, planejamento do sistema viário e educação infantil, também contribuía para a consolidação de uma imagem positiva de seus gestores, ainda que enfatizadas as possibilidade de melhorias e ações alternativas apontadas por especialistas e ex-

administradores da cidade. Trata-se, portanto, de um cenário com elementos mais propícios ao fomento do debate dos temas em pauta durante as campanhas e que também fornecia mais munição para a oposição do que o cenário identificado no período analisado anteriormente.

### 3.5 PORTO ALEGRE NO JORNAL ZERO HORA (2003-2004)

A análise da cobertura dos temas referentes à cidade de Porto Alegre pelo jornal Zero Hora no período que antecede as eleições de 2004 evidencia uma significativa diferença em relação ao comportamento apresentado pela Gazeta do Povo. Ao contrário do que foi visto nas análises anteriores, a cobertura da Zero Hora não reservou espaço para temas que pudessem construir uma imagem positiva da cidade ou da administração de seus últimos gestores. Ao longo de todo o período analisado, o jornal voltou sua atenção apenas para os problemas que a cidade vinha enfrentando, apresentando, assim, um olhar extremamente crítico em relação ao presente. Além disso, as únicas referências ao passado, tratavam do desgaste de seus gestores ao longo dos últimos quatro mandatos na administração municipal e a constatação de que alguns dos problemas enfrentados naquele momento já se estendiam por anos.

A segurança pública foi o tema de maior destaque na cobertura do jornal. Em contraposição a certa ausência nas chamadas de primeira página, a cidade teve seu espaço garantido nas páginas policiais.<sup>85</sup> A rotina violenta da cidade era relatada em reportagens de páginas inteiras que detalhavam os crimes com fotos, declarações de testemunhas e reconstituições gráficas de assaltos à estabelecimentos comerciais, tiroteios e balas perdidas.

Nota-se, também, que o tratamento dado ao tema da segurança pública não se limitava ao simples relato da rotina de crimes ocorridos em Porto Alegre. A

---

<sup>85</sup> Durante o período analisado (um ano e dez meses, totalizando 670 edições), a cidade de Porto Alegre ganhou destaque significativo na primeira página do jornal Zero Hora em apenas nove edições. Entre os assuntos tratados estavam o início do Fórum Social Mundial (19, 22 e 23 janeiro de 2003), a notícia de que o próximo prefeito receberia os cofres da capital em situação deficitária (21 de dezembro de 2003), o tráfico e o consumo de drogas na região central da capital (20 de fevereiro e 10 de março de 2004), a venda de lugares nas filas dos postos de saúde (21 de abril de 2004), uma chacina ocorrida na periferia (27 de abril de 2004) e uma enchente na Avenida Nilo Peçanha (17 de junho de 2004). Entende-se, aqui, como significativas, as chamadas destacadas dentre as demais por letras grandes e vistosas ou ilustradas por imagens, geralmente posicionadas no alto da página ou centralizadas, conhecidas como manchetes no jargão jornalístico.

imagem de uma cidade violenta e perigosa também era enfatizada através de um enquadramento que denunciava a situação da região central da capital como uma “área livre para o crime”, diante do descaso das autoridades e a falta de policiamento, baseando-se em uma série de investigações realizadas pela equipe de reportagens do jornal.<sup>86</sup> Além disso, enquadramentos que atribuíam o aumento da criminalidade na região central à demora na instalação de câmeras de vigilância prometidas pela prefeitura e a falta de integração entre os órgãos municipais, o governo do estado e o setor privado, reproduziam uma imagem negativa da cidade e de sua administração.

A partir de março de 2004, a Zero Hora passa a tratar do uso de câmeras de vigilância por outros municípios do estado, enfatizando que na capital este projeto não havia superado a fase das promessas.<sup>87</sup> Quando, em setembro do mesmo ano, o jornal anuncia o lançamento de um novo projeto para instalação de câmeras e centrais de monitoramento, fruto de uma parceria entre o governo do estado e a prefeitura de Porto Alegre, o destaque é dado aos sete anos de atraso com que o programa chegava à capital.<sup>88</sup> Em agosto, às vésperas das eleições, o jornal publica uma matéria apontando a necessidade de maiores investimentos na revitalização da região central da cidade, destacando as ações da prefeitura que haviam fracassado.<sup>89</sup> Assim, mesmo que o policiamento fosse responsabilidade maior do

---

<sup>86</sup> “Noite da capital tem poucos policiais – Encontrar policiamento ostensivo é um desafio na Capital no período noturno: O levantamento, iniciado às 22h, foi feito até pouco mais da meia-noite durante dois dias. Em cinco das nove avenidas percorridas não se avistou policiamento em nenhuma das noites. Nesses locais, nenhuma viatura cruzou pela equipe de ZH, que circulou em baixa velocidade para tentar localizar os soldados” (ZERO HORA, 15 de maio de 2003, p. 32). “Centro da Capital: Área livre para o crime – Série de reportagens flagra a atuação de traficantes e contrabandistas no coração da cidade de Porto Alegre: Transformadas em escritórios a céu aberto para criminosos, calçadas e esquinas do centro de Porto Alegre abrigam desde tráfico de drogas e assaltos até venda de cheques e celulares, além de produtos piratas. Circular pelo centro de Porto Alegre é o mesmo que fazer um passeio pelos crimes previstos no Código Penal. Ruas e praças viraram território de estelionatários, assaltantes e traficantes” (ZERO HORA, 26 de junho de 2004, p. 4).

<sup>87</sup> “Uso de câmeras para combater a criminalidade cresce no Estado e começa a ser adotado por municípios – Capital não superou a fase de promessas: Mesmo com os mais altos índices de criminalidade do Estado, a Capital não monitora as vias centrais. Promessas de colocação de câmeras vêm sendo adiadas desde 1997. A previsão mais recente é para junho, segundo a prefeitura” (ZERO HORA, 7 de março de 2004, p. 40-41).

<sup>88</sup> “Olhos eletrônicos sobre a Capital – Depois de sete anos de espera, projeto que utiliza câmeras para reprimir a criminalidade na área central nasceu sob polêmicas: Com pelo menos sete anos de atraso, uma antiga promessa das autoridades para tentar reduzir a criminalidade em Porto Alegre começa a se concretizar. Foi lançado ontem o programa de vigilância eletrônica das ruas da Capital” (ZERO HORA, 28 de setembro de 2004, p. 4-5).

<sup>89</sup> “Como salvar o centro da Capital – Especialistas defendem soma de esforços em setores público, privado e comunidade: Como conter a atuação de delinquentes e revitalizar o local por onde passam diariamente 500 mil pessoas? Especialistas já concordam que essa não é uma tarefa restrita a um governo. Resultados efetivos dependem da integração entre diversos atores, unindo órgãos públicos e privados, Estado e município. (...) Por mais de uma década, a prefeitura realizou ações isoladas para tentar revitalizar o local, como a implantação da

governo do estado, a cobertura do jornal fez com que os problemas com a segurança recaíssem também sobre a administração municipal ao enfatizar as ações frustradas da prefeitura no passado, além de associar o aumento da criminalidade à ausência de câmeras de vigilância nos pontos de maior incidência criminal e a falta de integração da prefeitura com outros agentes envolvidos.

Outros enquadramentos que contribuíram com elementos negativos para construção da imagem de Porto Alegre construída no jornal Zero Hora durante este período, foram encontrados na cobertura do tema da saúde pública. Em março de 2003, o anúncio da greve de médicos e servidores dos postos de saúde, descontentes com a remuneração e a imposição do cumprimento da carga horária feita pela prefeitura, deu origem a uma série de reportagens sobre as ameaças de um colapso no sistema de atendimento médico gratuito da capital naquele momento. Apesar do argumento do secretário municipal de saúde de que o descumprimento da carga horária e o pagamento de horas não cumpridas não fosse uma prática ética e legal, as reportagens deram uma ênfase maior ao drama dos usuários, privilegiando a descrição de diversos casos de pacientes prejudicados pela paralisação do sistema.<sup>90</sup>

O tema volta a ganhar destaque a partir de julho daquele ano, diante de cortes de repasses da prefeitura para hospitais da Capital e a consequente redução de leitos e cancelamento de cirurgias.<sup>91</sup> A crise de um sistema que vinha gerando insatisfações e queixas em pacientes, servidores e dirigentes de hospitais, ganha um espaço ainda maior na cobertura do jornal a partir de agosto de 2003 quando o

---

Rua 24 horas e a abertura de vias para circulação de veículos. Não funcionou. Na Rua 24 horas, segundo a prefeitura, o problema foi a falta de atrações culturais articuladas com outros estabelecimentos. Os investimentos de revitalização da Praça da Alfândega foram insuficientes para reaproximar os porto-alegrenses. Hoje, a praça é inóspita durante o dia e perigosa à noite. A secretaria Municipal de Produção, Indústria e Comércio (Smic) reforçou a fiscalização ao comércio irregular nos últimos anos. O esforço, porém, foi insuficiente. Como demonstram as reportagens, camelôs irregulares encontram no Centro um campo fértil. Uma reforma nas Escadarias da Travessa 24 de maio, entre a Duque de Caxias e a André de Rocha, prometia recuperar a segurança com investimento em iluminação, pavimentação e saneamento. A obra iniciada em 2000 foi interrompida antes de sua conclusão por problemas financeiros" (ZERO HORA, 27 de agosto de 2004, p. 36).

<sup>90</sup> "Médicos, dentistas e servidores de postos de saúde de Porto Alegre suspendem atendimento - Greve pode afetar 100 mil pacientes por dia: Esta é a estimativa alcançada a partir da soma das 16,5 mil consultas e dos 83 mil atendimentos ambulatoriais que seriam afetados por dia em caso de adesão total dos grevistas" (ZERO HORA, 13 de março de 2003, p. 32). "Greve aumenta drama de usuários do SUS – Paralisação em postos da Capital afeta atendimento prestado por médicos, dentistas e servidores a milhares de pessoas" (ZERO HORA, 14 de março de 2003, p. 34).

<sup>91</sup> "SUS encolhe em hospitais da Capital – Corte de repasses pela prefeitura desde junho está levando estabelecimentos a reduzir leitos e cancelar cirurgias: Enquanto as doenças de inverno engrossam as filas de espera nos hospitais que atendem pelo Sistema Único de Saúde em Porto Alegre, leitos estão sendo desativados, salas de cirurgia fechadas, aparelhos caros desligados e médicos dispensados" (ZERO HORA, 16 de julho de 2003, p. 26).

secretário municipal de saúde, Joaquim Kliemann, deixa o cargo, que passa a ser ocupado por Sandra Fagundes. O fato foi anunciado como um ato de coragem da nova secretária, dada a situação precária e conflituosa em que se encontrava a saúde pública da capital.<sup>92</sup> Ao longo dos meses que se seguiram à posse da nova secretária, mais três greves de servidores colocaram o sistema de saúde em destaque no jornal. Assim como na primeira paralisação, as reportagens não enfatizavam as reivindicações dos grevistas ou a posição da prefeitura, apresentando uma cobertura voltada para as suas conseqüências, com um enquadramento marcado pela ênfase dada ao sofrimento dos usuários com a falta de atendimento.<sup>93</sup>

A partir de junho de 2004, o jornal também passou a explorar a opinião dos usuários dos postos de saúde da capital ao realizar um levantamento sobre a qualidade dos serviços prestados. Esta ênfase no ponto de vista dos pacientes resultou em uma série de reportagens com um enquadramento voltado para a indignação destes com a demora no atendimento das especialidades e a dificuldade de se conseguir medicação gratuita.<sup>94</sup>

Os problemas com a infraestrutura para evitar enchentes em diversos pontos de Porto Alegre também tiveram um espaço significativo nas páginas da Zero Hora. O tema era tratado na cobertura de diversos casos de alagamentos ocorridos ao longo dos anos analisados, aparecendo em matérias de páginas inteiras e chegando a ser destaque na primeira página do jornal em junho de 2004, quando, ao tratar das

---

<sup>92</sup> “Sociedade pede melhorias na saúde – Sandra Fagundes assume comando de secretaria de Porto Alegre que enfrenta insatisfação de usuários, médicos e servidores: Ninguém pode acusar Sandra Fagundes, desde ontem secretária de Saúde da Capital, de falta de coragem. Ao aceitar o cargo ocupado por Joaquim Kliemann ao longo dos últimos 31 meses, a psicóloga de 45 anos assumiu a responsabilidade por um sistema em crise” (ZERO HORA, 5 de agosto de 2003, p. 4-5)

<sup>93</sup> “Paralisação aumenta drama de pacientes – Atendimento restrito a casos com risco de vida tumultuou as emergências dos hospitais de Clínicas e Conceição: A manhã de ontem foi como tortura para a jovem Ana Paula Oliveira, de 23 anos. Com dor no útero cauterizado, o abdômen inchado e andando a pé, ela precisou percorrer três hospitais da capital até conseguir atendimento de emergência” (ZERO HORA, 6 de agosto de 2003, p. 34). “Nova paralisação afetará hospitais em Porto Alegre – Meio ano de espera frustrada: Foram seis meses de espera e a dona de casa Jesus Cacilda, 66 anos, teve adiada novamente uma consulta para avaliar a bronquite, a pressão alta e quatro exames médicos devido ao protesto de servidores da saúde que paralisou o setor de emergências em cinco hospitais da Capital” (ZERO HORA, 18 de agosto de 2003, p. 36). “O menino desamparado pelo sistema de saúde – Paralisação do atendimento de emergência em hospitais da Capital desde terça-feira agrava o drama dos pacientes” (ZERO HORA, 21 de agosto de 2003, p. 34).

<sup>94</sup> “Teste avalia postos de saúde da Capital – Levantamento realizado em Porto Alegre ouviu aleatoriamente 80 pessoas em seis unidades de diferentes bairros: Do total de entrevistados, 60% manifestaram insatisfação com a qualidade do serviço, incluindo quem teve seus problemas solucionados. A avaliação indicou que a maioria dos usuários enfrenta dificuldade para marcar consultas com especialistas, ser atendido rapidamente e conseguir medicação gratuita” (ZERO HORA, 25 de junho de 2004, p. 38).

ocorrências na Avenida Nilo Peçanha, na Zona Norte da capital, além relatar os estragos e o drama vivido pelas vítimas, como vinha fazendo na cobertura de outros casos, apresentou um enquadramento que enfatizava pareceres técnicos sobre a incapacidade do sistema de drenagem pluvial e a admissão do problema pela prefeitura, que, no ano anterior, havia contestado os laudos.<sup>95</sup> Nota-se que no tratamento dado aos problemas de infraestrutura, além da ênfase aos tumultos e ao pânico levados pelas enchentes ao longo das últimas décadas, o jornal adota uma postura crítica em relação ao descaso da prefeitura, que, até aquele momento, não havia admitido o mal funcionamento do sistema de escoamento da água das chuvas.

Ao longo de todo o período analisado, o tema do trânsito da capital ganhou destaque na cobertura das obras do projeto viário da Terceira Perimetral, que transformaria o trecho que liga a zona sul à zona norte na maior via urbana da cidade, formada por um conjunto de ruas unificadas. O projeto, que visava desafogar as vias com uma rota de doze quilômetros, evitando a passagem pelo centro, ganhou visibilidade através de reportagens que tratavam do descumprimento dos prazos estipulados para entrega de trechos da via, dos transtornos causados pelas obras aos comerciantes da região e o impasse entre a prefeitura e uma das empreiteiras licitadas, devido à lentidão na execução de um dos trechos.<sup>96</sup> No tratamento dado ao tema, ainda que fosse apontada a importância do projeto para o trânsito da capital, o jornal não enfatizou, ao longo do período analisado, as expectativas da prefeitura em relação às melhorias ou os benefícios apontados no

---

<sup>95</sup> “Drenagem da Nilo Peçanha é insuficiente – Laudos e prefeitura confirmam que canos que formam sistema são incapazes de escoar toda a água da chuva: Nas últimas duas décadas, dois laudos periciais e quatro mortes lançaram um sóbrio alerta aos porto-alegrenses: a região próxima ao cruzamento das avenidas Teixeira Mendes e Nilo Peçanha, na Zona Norte, se transforma em uma armadilha fatal em dias de chuva. Em outubro do ano passado, um novo laudo voltou a apontar a baixa capacidade da rede como causa dos constantes alagamentos no local. Os laudos, sob análise do juiz, foram contestado pelos advogados da prefeitura” (ZERO HORA, 18 de junho de 2004, p. 26).

<sup>96</sup> “Contrato para erguer viaduto da Nilo poderá ser rompido – Construção na avenida é integrante das obras da Terceira Perimetral: O viaduto é a obra mais problemática da Terceira Perimetral. A prefeitura alega que a construção foi abandonada. ‘A obra não está paralisada. Estamos trabalhando com ritmo lento e tendo o cuidado de não suspender as construções. O motivo do impasse é a falta de recursos para mantermos um ritmo acelerado’, diz José Ovídio Rodrigues, diretor da Empresa Sul-Brasileira de Engenharia” (ZERO HORA, 22 de janeiro de 2003, p. 38). “Terceira Perimetral: um canteiro sem obras – Trabalhos em empreendimentos para o trânsito de Porto Alegre estão paralisados: Quando já deveriam estar prontas ou em fase final de conclusão, importantes obras viárias se encontram paralisadas em Porto Alegre” (ZERO HORA, 26 de fevereiro de 2003, p. 54). “Obras de viaduto da Nilo são retomadas – Sob um ano e nove meses de atraso, viaduto será retomado com pompa de inauguração” (ZERO HORA, 19 de setembro de 2003, p. 46). “Obras na Dom Pedro esvaziam casas e comércio da Perimetral – Residências desocupadas, comércio fechado e imóveis para alugar ou vender se enfileiram ao longo da Rua Dom Pedro II, em Porto Alegre: O esvaziamento é resultado das obras de alargamento da via, iniciadas há 11 meses como parte da Terceira Perimetral” (ZERO HORA, 26 de março de 2004, p. 62).

projeto, o que torna evidente a opção por um enquadramento voltado para os pontos negativos de seu processo de implantação.

A habitação popular também teve espaço no jornal, com a cobertura de invasões de casas destinadas a programas populares de habitação e o grande número de sem tetos morando nas ruas de Porto Alegre. O tema é destacado desde o início de 2003, quando, em janeiro daquele ano, um grupo de famílias invadem 216 residências populares de uma parceria entre a prefeitura e a Caixa Econômica Federal, em fase de conclusão.<sup>97</sup> Os enquadramentos utilizados na cobertura do caso variavam entre a preocupação da Caixa Econômica Federal com a possibilidade de novas invasões e o drama das famílias inscritas no programa habitacional, que já aguardavam há 15 anos a entrega das moradias.<sup>98</sup> Ainda que citada como um dos agentes envolvidos, a prefeitura não ganhou destaque nem teve sua posição ou suas ações enfatizadas em nenhuma das reportagens.

No caso dos moradores de rua, além de enfatizar o grande número de pessoas vivendo nestas condições, o jornal destacou o drama daqueles que acumulavam seus pertences sob viadutos e marquises de prédios da região central, transformando espaços públicos em acampamentos improvisados e vivendo a mercê de promessas não cumpridas pela prefeitura, de quem esperavam um lugar para morar.<sup>99</sup> Neste último caso, o argumento do prefeito João Verle chega a ganhar algum espaço, porém a sua declaração era de que a retirada de crianças das ruas era impossível, o que contrariava a promessa de campanha assumida por seu

---

<sup>97</sup> "Casas da Caixa são invadidas na Capital – Brigada Militar, chamada para impedir ação, não conseguiu conter o grupo de famílias" (ZERO HORA, 25 de janeiro de 2003, p. 32).

<sup>98</sup> "Invasão de condomínio frustra espera de 15 anos – Famílias inscritas em programa aguardam decisão judicial" (ZERO HORA, 27 de janeiro de 2003, p. 36). "Ministério alerta para novas invasões – Deve aumentar a vigilância em empreendimentos da Caixa Econômica Federal: A Caixa teme novas invasões em condomínios do Programa de Arrendamento Residencial na Capital" (ZERO HORA, 28 de janeiro de 2003, p. 33).

<sup>99</sup> "Sem-teto montam casa na calçada – Seis adultos e uma crianças vivem sob marquise da Avenida Cristóvão Colombo para desespero dos vizinhos" (ZERO HORA, 8 de julho de 2003, p. 34). "População de rua cresce na Cidade Baixa – Zero Hora localizou 21 moradores das calçadas ao percorrer as principais vias do bairro durante uma hora" (ZERO HORA, 25 de outubro de 2003, p. 33). "Sem-teto vivem na rua da promessa – Cerca de 800 pessoas estão vivendo ao relento na Capital: Enquanto monitora o nível da água, Ribeiro, há 10 anos no local, fala sobre sua vida e culpa a prefeitura pela miséria em que vive. (...) Tão logo assumiu a prefeitura, em janeiro de 2001, Tarso anunciou um pacote de medidas de combate à pobreza. Na ocasião, disse que a retirada dos menores das ruas até o final daquele ano era uma das principais metas. Tarso deixou a prefeitura em abril de 2002 para concorrer a governador e seu sucessor, João Verle, não conseguiu cumprir a promessa. Para Verle, tirar todas as crianças da rua é um desejo, praticamente, impossível de ser realizado. Quem fizer essa promessa, afirma, deverá explicar o método a ser utilizado. Sempre teremos um resíduo, a não ser que passem com um caminhão recolhendo à força – diz Verle, por telefone à Zero Hora, no momento em que a chuva aumenta, o nível do arroio sobe e o grupo de moradores sob a ponte prepara a saída de emergência, rumo à proteção da marquise da loja da esquina" (ZERO HORA, 18 de julho de 2004, p. 13).

antecessor, o ex-prefeito Tarso Genro, antes de deixar a prefeitura para concorrer ao cargo de governador em 2002. Desta forma, enfatizando a gravidade do problema e o não cumprimento da promessa de campanha, o jornal adotava uma postura crítica em relação à situação dos sem-teto ao mesmo tempo em que desqualificava a falta de ação da administração municipal diante do problema.

Um tema que também ganhou destaque em grandes reportagens, de páginas inteiras, ao longo dos anos analisados, foi o aumento dos índices de desemprego em Porto Alegre e região metropolitana. O tratamento dado ao tema dividiu-se entre o enquadramento dos resultados das pesquisas divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que apontavam uma procura maior do que geração de empregos, acompanhada de um alto índice de postos de trabalho sem carteira assinada, e a luta diária de porto-alegrenses na tentativa de conquistar uma vaga de emprego na capital. Vale ressaltar que, ao final de boa parte destas reportagens, que inicialmente tratavam do problema que a cidade vinha enfrentando com a falta de oportunidades de trabalho, fora reservado espaço significativo e de destaque a contradição existente entre os altos índices de desemprego e as promessas e agendas do governo federal.<sup>100</sup> Nota-se também que, ao se referir a estas contradições, a esfera federal era personificada na figura do então presidente da república, Luis Inácio Lula da Silva. Desta forma, ainda que não tenha relacionado a situação com possíveis ações da administração municipal, o enquadramento desqualificava o governo do líder do partido que administrava a cidade em destaque na abertura das matérias.<sup>101</sup>

---

<sup>100</sup> “Desemprego em Porto Alegre fica em 7,0% - Taxa de pessoas sem ocupação sobe em janeiro para 11,2% em seis regiões pesquisadas pelo IBGE” (ZERO HORA, 27 de fevereiro de 2003, p. 18-19). “Renda aumenta, mas desemprego também – Porto Alegre registrou em agosto o maior aumento desde junho do ano passado: Procura é maior do que geração de vagas.” (ZERO HORA, 25 de setembro de 2003, p. 24-25). “Eu quero um emprego! Desempregada há dois meses, Cristiane ainda mantém a disposição: Encarregada de vendas em uma indústria farmacêutica de Porto Alegre, trabalhou por um ano e foi demitida em fevereiro. Desde então, cumpre uma rotina torturante e planejada, segundo sua própria definição. Torturante, porque é assim que qualifica a condição de estar desempregada. Planejada porque, apesar de ter de lidar com uma situação difícil, não deixou que a depressão a dominasse” (ZERO HORA, 20 de abril de 2004, p. 4-5). “Toda semana na fila – Sem trabalho dede o fim de 1999, auxiliar de serviços gerais caminha para a marca de cinco anos sem carteira assinada, e não vê perspectivas de mudança em sua situação” (ZERO HORA, 26 de maio de 2004, p. 6).

<sup>101</sup> “Por que o desemprego não cede: Embora o combate ao desemprego seja o item principal da agenda do presidente Luis Inácio Lula da Silva, as taxas teimam em não ceder” (ZERO HORA, 27 de fevereiro de 2003, p. 2003, p. 19). “Brasil tem 10 milhões de desempregados, o contrário do prometido pelo presidente Lula, 10 milhões de empregos” (ZERO HORA, 20 de abril de 2004, p. 4). “O que ainda não engrenou: Até o início do mandato, Lula prometia a geração de 10 milhões de vagas em quatro anos. Para atingir a meta, seria necessário criar um total de 2,5 milhões de vagas apenas no ano passado. No primeiro ano do governo, foram criados apenas 645,4 mil postos. Volume 15,3% inferior ao registrado no ano anterior” (ZERO HORA, 26 de maio de 2004, p. 6).

Porto Alegre também teve espaço no jornal em reportagens sobre seu sistema de transporte coletivo. Acontecimentos envolvendo o transporte público da cidade, ao longo dos anos analisados, fizeram com que o tema ganhasse um espaço significativo nas páginas da Zero Hora em sua cobertura dos aumentos consecutivos da tarifa e das paralisações realizadas por motoristas reivindicando reajustes salariais. O viés adotado pelo jornal para tratar do tema foi a ênfase nas conseqüências geradas por cada um destes acontecimentos. Desta forma, o peso do custo da passagem de ônibus para os trabalhadores, que os fazia optar por caminhar quilômetros para economizar no caminho de ida e volta do trabalho, o custo do vale-transporte para os empresários, que evitavam a contratação de operários residentes em regiões metropolitanas, e os congestionamentos e a indignação dos usuários gerados pelas paralisações e operações tartaruga realizadas por motoristas e cobradores de ônibus na região central, foram os destaques na cobertura dos problemas envolvendo o transporte coletivo da capital.<sup>102</sup> Evidencia-se, assim como em temas anteriores, que o jornal privilegiava o drama vivido pelas vítimas de um sistema em crise ao utilizar enquadramentos que colocavam em destaque as declarações da população, sem nenhuma ênfase aos argumentos de outros agentes envolvidos, como os grevistas ou o órgão municipal responsável pelo transporte público na cidade.

Ao longo de 2003, o tema da administração municipal ganhou destaque em reportagens que tratavam da situação deficitária em que se encontravam as contas da prefeitura. Enfatizando o anúncio de uma crise orçamentária na capital, a Zero Hora apresentou um enquadramento voltado para suas conseqüências no planejamento das contas e no andamento das obras e serviços prestados. Assim, cortes nos reajustes salariais dos servidores, adiamento e paralisação de obras por

---

<sup>102</sup> “Trabalhadores caminham quilômetros para economizar – Custo da passagem de ônibus pesa no bolso dos assalariados: Perpétua prefere andar cerca de quatro quilômetros até o trabalho e deixar a passagem para a filha ir ao colégio. Homem percorre 40 quilômetros diariamente: É o caso de Ubiratan Braga dos Santos, 47 anos, que diariamente percorre a pé o trajeto de sua casa até o trabalho – Saio de casa as 5h. O dinheiro da passagem, uso para comprar comida e gás – conta” (ZERO HORA, 26 de setembro de 2003, p. 46). “Capital fica refém de rodoviários – Por quase três horas, central de Porto Alegre ficou paralisada devido à operação tartaruga de motoristas e cobradores – Transtornos à rotina e aos planos de uma grande parcela da população da Capital” (ZERO HORA, 25 de janeiro de 2004, p. 4). “Vale-transporte vira armadilha contra trabalhador – O alto custo das passagens de ônibus leva empresários a preterirem operários residentes em cidades vizinhas” (ZERO HORA, 01 de abril de 2004, p. 36).

falta de pagamentos de empresas licitadas e falta de manutenção em equipamentos públicos eram creditados ao déficit de R\$ 30 milhões no caixa da prefeitura.<sup>103</sup>

Vale ressaltar que, em sua cobertura da situação do orçamento público de Porto Alegre, o jornal apontou a política de correção bimestral dos salários de funcionários municipais, o aumento dos gastos com pessoal pela prefeitura e a queda no repasse de recursos federais para o sistema de saúde da capital como as principais causas da crise. Desta forma, além de salientar as conseqüências da crise em diversos setores sob responsabilidade da prefeitura, o jornal adotava também um enquadramento que desqualificava as ações da administração municipal e a falta de apoio do governo federal ao apontar as principais causas da situação deficitária em que se encontravam os cofres públicos da capital.<sup>104</sup> Assim como no tratamento dado a outros temas, ao longo do período analisado, nenhum argumento de agentes da prefeitura foi enfatizado ou colocado em destaque nas reportagens que tratavam da crise orçamentária. De acordo com algumas reportagens, o prefeito se recusava a comentar sobre o assunto, o que era tratado com indiferença, já que os números e os fatos estariam falando por ele.

Quanto à cobertura da cena política de Porto Alegre, a atenção do jornal esteve focada nos fatos que envolviam o pleito eleitoral que se aproximava. Desde o início de 2003, as expectativas sobre a possibilidade de alianças que resultariam em uma disputa mais descentralizada do que em eleições anteriores, com um número maior de candidaturas próprias, ganharam destaque em reportagens que salientavam a mobilização da oposição animada pela derrota do Partido dos

---

<sup>103</sup> “Previsão de rombo surpreende Capital – Prefeitura adia obras e corta reajuste bimestral de servidores para evitar déficit de R\$ 75 milhões: A execução de empreendimentos mais caros tem sofrido atrasos. Entre eles estão a Avenida Juca Batista, loteamentos populares na Zona Sul e Pórtico Central do Cais” (ZERO HORA, 13 de junho de 2003, p. 4). “Crise deixa sinais nas ruas – Pagamento em atraso provocam queda de qualidade nos serviços oferecidos à população: Suspensão dos reajustes bimestrais do funcionalismo, atraso na conclusão de obras, falta de manutenção em equipamentos públicos, queda de recursos aplicados na saúde e redução de investimentos em 2004, são algumas das conseqüências” (ZERO HORA, 23 de dezembro de 2003, p. 9).

<sup>104</sup> “Porque a ilha de prosperidade submergiu na crise financeira? Aumento de despesas e queda de receitas provocam um déficit de R\$ 30 milhões no caixa da prefeitura: O prefeito de Porto Alegre não comenta o déficit orçamentário de R\$ 65 milhões alardeados em maio para 2003. Nem precisa. Os números falam por ele. Bimestralidade: Por conta da política de reajustes bimestrais a prefeitura já concedeu 46,7% de correção salarial desde 2001. (...) Cresce o peso da folha: As despesas com o funcionalismo cresceram mais rapidamente que a receita. Por isso, a relação entre o gasto com pessoal e a receita líquida subiu a cada quadrimestre. (...) Drama na saúde: Constrangida por despesas crescentes em outras áreas, a prefeitura cortou a sua complementação dada à saúde em 2002. O problema se agrava porque os repasses do SUS despencaram – 34,3% foi a queda no repasse federal do SUS em 2003” (ZERO HORA, 21 de dezembro de 2003, p. 8)

Trabalhadores nas últimas eleições estaduais e seu desgaste após 16 anos de hegemonia na administração da capital.<sup>105</sup>

Ao abordar a busca dos partidos para firmar alianças de oposição, a possibilidade de um segundo turno onde o PT enfrentaria um candidato com o apoio de quase todos os partidos e as expectativas de jovens eleitores que viram a cidade ser administrada pelo mesmo grupo desde que nasceram, a Zero Hora tratou, nestes diversos momentos, o cenário eleitoral de 2004 como a luta contra um “reinado” que havia se estabelecido no paço municipal.<sup>106</sup> Evidencia-se, assim, um enquadramento que enfatizava o desgaste do PT, baseando-se exclusivamente no tempo em que este havia permanecido à frente da administração da capital, ao mesmo tempo em que eram colocadas em destaque as alianças de oposição. Um comportamento muito distinto daquele identificado em Curitiba, na Gazeta do Povo, onde o grupo político dos urbanistas aparecia apenas em enquadramentos que apontavam sua importância no planejamento da cidade ao longo das últimas gestões e a iniciativa de formação de um chapa forte de oposição era desqualificada pela ênfase dada a um discurso crítico em relação à idéia.

Outro enquadramento incidente neste período, que se referia ao tema da política, foi o grande número de candidaturas de oposição lançadas por partidos que integravam a base de apoio ao Partido dos Trabalhadores no governo federal. Enfatizava-se que o fato, mais do que representar um retrato de infidelidade política, poderia retirar do candidato do PT o argumento de exclusividade de apoio do governo federal durante o mandato.<sup>107</sup> Mais uma vez o jornal adotava um viés

<sup>105</sup> “Desgaste do PT anima sucessão na Capital – Depois de quatro mandatos consecutivos do PT na prefeitura e a sua derrota nas eleições estaduais, as oposições começam a acreditar que poderão disputar o governo municipal pela primeira vez com chances” (ZERO HORA, 23 de março de 2003, p. 26). “Pelo menos 19 pré-candidatos estão entre as apostas das maiores legendas para disputar a cadeira de João Verle – Preocupados em evitar uma disputa interna para fugir de um desgaste ainda maior do que o de estar na vitrina há tanto tempo, os petistas fazem suas apostas enquanto as possibilidades de candidaturas se multiplicam” (ZERO HORA, 5 de maio de 2003, p. 12-13). “Possibilidade de mudança anima oposição – Disputa pelo comando da Capital deverá ser a mais difícil para o PT, há quase 16 anos à frente da prefeitura: Uma confiança sem precedentes toma conta dos partidos que há quase 16 anos fazem oposição à prefeitura” (ZERO HORA, 8 de junho de 2003, p. 12).

<sup>106</sup> “A adolescência de um reinado em Porto Alegre – Desde que começaram a engatinhar, só o PT governa Porto Alegre. Acabar com esse ciclo e impedir que jovens passem das fraudas à maioria sob o reinado do PT é a meta da oposição” (ZERO HORA, 9 de outubro de 2003, p. 4-5). “PDT e PFL buscam aliança inédita na Capital – Os dois partidos decidiram deixar de lado as divergências para tentar tirar o PT da prefeitura. Vêm na união o melhor caminho para tentar tirar o PT do reinado de 16 anos no Paço Municipal (ZERO HORA, 11 de novembro de 2003, p. 13). “Oposição desafia a era petista na Capital – Para tentar levar o reinado da Administração Popular à quinta gestão, Raul Pont deve encarar o segundo turno contra candidato que reunirá apoios de praticamente todos os partidos” (ZERO HORA, 1 de setembro de 2004, p. 6-7).

<sup>107</sup> “Cinco siglas aliadas de Lula disputam com PT na Capital – A engenharia política patrocinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva implodiu com o tradicional sistema de alianças e criou um cenário inusitado na Capital:

desfavorável ao candidato da situação, sugerindo que tal argumento poderia servir de munição à oposição, o que também apontava certo interesse em tematizar o debate eleitoral ao apontar possíveis estratégias aos concorrentes.

Os elementos encontrados na cobertura dos temas relacionados à cidade de Porto Alegre no jornal Zero Hora durante este período mostram um cenário capaz de indicar o clima de mobilização da oposição e o espírito de mudança que envolveria o discurso eleitoral de 2004. O quadro a seguir ilustra, com a relação de temas e enquadramentos identificados na análise, o tratamento dado à imagem da cidade nas páginas do jornal.

TEMAS	ENQUADRAMENTOS
Administração Municipal	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conseqüências da crise orçamentária da prefeitura: pagamentos em atrasos e queda na qualidade dos serviços prestados pela prefeitura.</li> <li>- Desqualificação da prefeitura e do governo federal, cujas ações resultaram na crise.</li> </ul>
Desemprego	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Crescimento nos índices de desemprego de Porto Alegre e Região Metropolitana;</li> <li>- Drama dos desempregados porto-alegrenses;</li> <li>- Desqualificação do governo federal pelo não cumprimento das promessas de geração de empregos.</li> </ul>
Habitação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Demora na entrega de residências populares agravada por invasões às casa ainda em fase de conclusão.</li> <li>- Difícil rotina de moradores de rua que vivem à mercê de promessas da prefeitura.</li> <li>- Desqualificação da prefeitura pelo não cumprimento de promessa de solucionar o problema dos moradores de rua.</li> </ul>
Infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Drama vivido pelas vítimas de alagamentos;</li> <li>- Insuficiência do sistema de drenagem da água das chuvas;</li> <li>- Desqualificação da administração municipal pela</li> </ul>

Dos oito possíveis adversários do candidato Raul Pont (PT) à prefeitura de Porto Alegre, cinco são partidos que integram a base de apoio do governo federal. Até mesmo o PSB, parceiro atual do PT na prefeitura, pretende concorrer com candidatura própria. Além de disputar a mesma fatia do eleitorado de Pont, os candidatos de oposição devem dividir com o petista o título de candidato do governo” (ZERO HORA, 23 de novembro de 2003, p. 11). “PL se une ao PDT e surpreende petistas – Aliados do PT na prefeitura e no governo federal, liberais entram na disputa como oposição, indicando o vice de Vieira da Cunha: Dirigentes do PDT, do PL e do PSL anunciaram ontem a formação de uma aliança tríplice para disputar a prefeitura de Porto Alegre. O PL, que indicará o vice, garante que terão o apoio do governo federal caso sejam eleitos” (ZERO HORA, 15 de junho de 2003, p. 8). “Pleito na Capital desafia alinhamento nacional: Em mais da metade das alianças já formadas, partidos inimigos no cenário nacional unem forças e contradizem o discurso de seus líderes em Brasília. A disputa pela prefeitura na capital é um retrato da infidelidade política, mas é provável os candidatos queiram tirar vantagem de seus apoios ao governo federal durante as campanhas” (ZERO HORA, 27 de junho de 2003, p. 10).

	demora em admitir as deficiências no sistema de drenagem.
Política	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Animação e mobilização da oposição diante do desgaste do Partido dos Trabalhadores após 16 anos de hegemonia.</li> <li>- Siglas da base de apoio ao PT no Governo Federal compõem a oposição, disputando a prefeitura com candidaturas próprias.</li> <li>- A perda da exclusividade de uso do argumento de apoio do governo federal pelo candidato do PT.</li> </ul>
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Drama vivido pelos usuários dos postos de saúde com a greve de médicos e servidores do sistema para pedir redução da carga horária e reajuste salarial;</li> <li>- Indignação da população com a demora no atendimento e falta de médicos e medicamentos nos postos.</li> </ul>
Trânsito	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Descumprimento dos prazos de entrega do projeto viário da Terceira Perimetral;</li> <li>- Transtornos causados pelas obras da Terceira Perimetral aos comerciantes da região;</li> <li>- Impasse entre prefeitura e empreiteira licitada para construção da Terceira Perimetral.</li> </ul>
Transporte Coletivo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumentos consecutivos da tarifa;</li> <li>- Drama de trabalhadores que percorrem quilômetros a pé para economizar o dinheiro da passagem;</li> <li>- Alto custo do vale-transporte para empresários da capital que evitavam a contratação de operários moradores da região metropolitana;</li> <li>- Atrasos e congestionamentos gerados pelas manifestações de motoristas e cobradores.</li> </ul>

QUADRO 3 – A IMAGEM DE PORTO ALEGRE: TEMAS E ENQUADRAMENTOS DE 2003 E 2004  
 FONTE: O autor.

A análise da cobertura de Porto Alegre, durante os anos que antecedem as eleições de 2004, mostra uma postura crítica do jornal *Zero Hora* na construção de um cenário que exaltava os problemas que a cidade vinha enfrentando, sem nenhuma ênfase ao posicionamento de seus administradores. Um comportamento que fica evidente na frequência com que a cidade ganhava espaço de destaque nas páginas policiais em reportagens com imagens, simulações e entrevistas, enfatizando que casos de violência e tráfico de drogas ocorriam diariamente enquanto a prefeitura não superava a fase das promessas em relação às providências cabíveis, transformando, assim, os problemas com a segurança pública

no principal elemento de sua cobertura. O tratamento dado aos outros temas também contribuíram para a construção de um cenário baseado em uma imagem negativa da cidade, com o destaque dado ao drama vivido por vítimas da falta de investimento em melhorias no atendimento dos postos de saúde, da incapacidade do sistema de drenagem para evitar alagamentos, das promessas não cumpridas aos moradores de rua, do crescimento dos já elevados índices de desemprego e da lentidão com que o projeto viário da Terceira Perimetral vinha sendo implantado.

Evidencia-se, assim, uma cobertura descomprometida com o fomento de um debate equilibrado sobre a cidade, ao serem adotados enquadramentos que privilegiavam apenas um viés negativo de sua imagem, compondo um cenário marcado por elementos que desqualificavam tanto a administração municipal quanto seu principal aliado, o governo federal, o que poderia servir de munição a seus opositores durante o período eleitoral, além de alimentar o espírito de mudança durante a disputa, visto que o cenário político reproduzido pelo jornal era composto ainda pela constante afirmação de um desgaste no Partido dos Trabalhadores após quatro mandatos consecutivos na prefeitura de Porto Alegre.

### 3.6 PORTO ALEGRE NO JORNAL ZERO HORA (2007-2008)

A análise dos enquadramentos adotados na cobertura dos temas relacionados à Porto Alegre durante o período que precedeu as eleições de 2008 revela algumas mudanças significativas no comportamento adotado pelo jornal Zero Hora quando comparado ao período anterior e traz importantes elementos do cenário que construiu a imagem da cidade na mídia até o momento da disputa.

A rotina violenta da cidade e outros problemas enfrentados com a segurança pública ainda ocupavam a maior parte do espaço reservado à Porto Alegre nas páginas da Zero Hora. O que chama a atenção neste período é que, além do destaque dado aos crimes ocorridos diariamente, foram publicadas diversas séries de reportagens com chamadas de primeira página e textos de até quatro páginas sobre o resultado de levantamentos realizados pela própria equipe do jornal, com base em relatórios e estatísticas da Polícia Civil, destacando os alarmantes índices de assaltos e homicídios, mapas indicando as regiões mais violentas e relatos de

diversos crimes registrados ao longo de único dia.<sup>108</sup> Nestas reportagens especiais sobre a situação violenta em que se encontrava a cidade, o jornal adotou um enquadramento enfatizando os números que a colocava entre as mais violentas do país, registravam recordes de assassinatos e alertavam sobre o crescimento da criminalidade em regiões que já haviam sido consideradas seguras. Nota-se que, ao contrário do que acontecia na cobertura de Curitiba, realizada pela Gazeta do Povo no mesmo período, a Zero Hora não buscava um aprofundamento do tema nestas reportagens, limitando-se a explorar os alarmantes resultados das pesquisas e a gravidade dos casos relatados.

Além da ênfase dada aos números e à geografia da violência na cidade, o jornal adotou também um enquadramento voltado para as deficiências em sua rede de proteção ao enfatizar que as áreas com maior incidência de crimes eram também as menos patrulhadas e que boa parte das câmeras de vigilância instaladas pela prefeitura não estavam funcionando.<sup>109</sup> O jornal apresentava, assim, um viés crítico ao enfatizar elementos negativos à administração municipal e à atuação da polícia militar através de suas denúncias de falta de policiamento e descaso com os equipamentos de segurança. Vale ressaltar que, ao mesmo tempo em era colocada em destaque a ineficiência das medidas de prevenção aos crimes em Porto Alegre, soluções para a segurança pública adotadas por outras cidades ganhavam, em outro espaço, destaque em grandes reportagens. Assim, a repressão aos pequenos

---

<sup>108</sup> “Ruas com mais furtos e roubos – Duas vias da capital são as mais visadas pelos criminosos” (ZERO HORA, 9 de março de 2007, p. 60-61). “24 horas de violência em Porto Alegre – O saldo do front: Entre 8h e quarta e as 8h de quinta-feira, foram registradas 527 ocorrências na Capital. Confira os principais casos” (ZERO HORA, 1 de abril de 2007, p. 41-45). “Juventude exterminada – A evolução da barbárie: Mesmo sob a vigência de uma das mais avançadas leis de proteção à infância e à juventude do mundo, Porto Alegre assistiu a um massacre que quase quadruplicou de tamanho em 25 anos” (ZERO HORA, 24 de junho de 2007, p. 44-45). “A capital do roubo de carros – Porto Alegre é a mais nova líder no ranking de roubo de veículos entre as capitais do país” (ZERO HORA, 1º de julho de 2007, p. 4-5). “Assassinatos: Porto Alegre bate recorde da década – A ascensão dos homicídios na capital” (ZERO HORA, 6 de janeiro de 2008, p. 5-7). “Flagrante da violência – Tarde trágica, noite sangrenta: Dez homicídios em sete horas e vinte minutos” (ZERO HORA, 8 de abril de 2008, p. 4-5). “Geografia do Crime – A violência no mapa da capital (ZERO HORA, 31 de agosto de 2008, p. 37-39). “Um furto ou roubo a cada seis minutos – Segundo dados oficiais registrados na Polícia Civil, número de furtos e roubos na Capital nos primeiros oito meses do ano chegou a 56.028, um a cada grupo de 25 habitantes da cidade” (27 de setembro de 2008, p. 46-47).

<sup>109</sup> “47% das câmeras em ruas não funcionam – Das 51 câmeras que deveriam estar vigiando as ruas de Porto Alegre, apenas 27 estão em funcionamento hoje.” (ZERO HORA, 9 de maio de 2007, p. 52). “Áreas campeãs em mortes são as menos patrulhadas – Cruzamento de dados sobre criminalidade obtidos pela Zero Hora revela distorção na distribuição de efetivo: As regiões campeãs em homicídios em Porto Alegre estão, contraditoriamente, entre as menos patrulhadas por PMs” (ZERO HORA, 1º de setembro, 2008, p. 39). “Tráfego age por falta de policiamento – Departamento monitorou ação de criminosos em 12 pontos da cidade. Traficantes agem livremente nestes locais: Para o diretor do Departamento Estadual de Investigações do Narcotráfico (Denarc), falta policiamento ostensivo nas ruas da Capital” (ZERO HORA, 3 de setembro de 2008, p. 51). “61% das câmeras estão quebradas – Dos 44 equipamentos eletrônicos, apenas 17 estão funcionando” (ZERO HORA, 25 de setembro de 2008, p. 60).

delitos para evitar crimes maiores em Nova York, as centenas de câmeras de vigilância controladas por um grande centro de monitoramento em Campinas, o numeroso efetivo da guarda municipal do Rio de Janeiro, a política de prevenção implantada através de jovens guardiões em Santos, entre outras experiências, eram apresentadas como lições e bons exemplos de ação contra a criminalidade e a violência urbana.<sup>110</sup> Apesar de não haver uma comparação direta e explícita com a situação de Porto Alegre nas matérias e, portanto, não se tratar de um elemento que contribuísse para a construção da imagem da cidade na mídia, estas reportagens evidenciam o interesse do jornal em polemizar o tema da segurança, apontando a possibilidade de melhorias a partir de ações da esfera municipal de governo.

Outro enquadramento relacionado ao mesmo tema, que ganhou destaque durante todo o período analisado neste capítulo, foi o consumo e o tráfico de entorpecentes nas ruas da capital.<sup>111</sup> Também aqui o jornal adotava uma postura crítica, sob o viés da denúncia, para tratar de um problema apontado como resultado da ineficiência do policiamento e que vinha alimentando o sentimento de insegurança da população. Em sua cobertura dos casos, a Zero Hora publicou uma série de investigações realizadas por sua equipe de reportagens nas regiões onde o consumo de drogas havia se disseminado sem nenhum controle das autoridades. As matérias enfatizavam o descaso da polícia diante da situação, chegando a colocar em destaque o fato de que as “cracklândias” já haviam se estabelecido até mesmo nos arredores do prédio da Secretaria Estadual de Segurança Pública. No pouco

---

<sup>110</sup> “O exemplo de Minas – Com planejamento de ações de repressão e a oferta de 450 oficinas para jovens, uma iniciativa mineira conseguiu reduzir 39% os homicídios de jovens em 13 comunidades (ZERO HORA, 24 de junho de 2007, p. 45). “O Estado modelo: São Paulo sufocou a violência – O município modelo: Diadema virou case mundial – O país modelo: Colômbia retomou a segurança” (ZERO HORA, 6 de janeiro de 2008, p. 6). “As lições d Nova York – Ela já foi a cidade mais violenta dos Estados Unidos. Agora é conhecida por ter derrotado o crime” (ZERO HORA, 6 de janeiro de 2008, p. 7). “Cidades que buscam uma solução – Campinas, uma cidade vigiada por câmeras – Rio de Janeiro: Guarda municipal desarmada – Santos: A política da prevenção” (ZERO HORA, 10 de fevereiro de 2008, p. 44-45).

<sup>111</sup> “Mercado das drogas – Traficante operam livremente em bairro de Porto Alegre: A imagem de uma região dentro de um dos bairros mais tradicionais de Porto Alegre, o Menino Deus, segue manchada pelo tráfico” (ZERO HORA, 26 de março de 2007, p. 40). “Cracklândia: Drogas e mortes no coração da Capital – O funeral de uma zona nobre: No espaço de duas quadras, em pleno coração de Porto Alegre, a droga encontrou terreno fértil e trouxe consigo um rastro de tragédias, destruindo vidas e assombrando moradores” (ZERO HORA, 11 de outubro de 2007, p. 40-41). “Tráfico sob os olhos das autoridades – Área em torno da Secretaria de Segurança Pública continua sendo um ponto de venda e de consumo de crack: Durante a noite, viaturas da Brigada Militar cruzam os pontos de consumo e venda de drogas com frequência. No período em que as equipes da RBS permaneceram no local, não foram verificadas abordagens” (ZERO HORA, 20 de maio de 2008, p. 42). “Nada mudou na cracklândia: Tráfico e consumo de tóxicos permanecem no centro de Porto Alegre – Nem a presença de um carro da BM inibe o consumo: Nove meses depois de retratar a venda e o consumo de drogas na Rua Marechal Floriano, uma equipe da Zero Hora voltou ao local na madrugada de ontem e constatou que nada mudou na cracklândia gaúcha.” (ZERO HORA, 19 de julho de 2008, p. 36).

espaço dado aos argumentos das autoridades, destacaram-se as declarações do secretário de segurança, que pedia providências da prefeitura para coibir o tráfico e o consumo de drogas através dos setores envolvidos com moradores de rua e a fiscalização de estabelecimentos comerciais irregulares que estariam acobertando criminosos nas áreas de maior incidência do crime. Em resposta ao pedido do secretário, o prefeito José Fogaça, limitou-se a se colocar à disposição para futuras ações integradas com a secretaria. Nota-se que ao privilegiar um único viés, o da denúncia, sem dedicar espaço a outros agentes envolvidos ou especialistas, com vinha fazendo a Gazeta do Povo em Curitiba, o jornal Zero Hora adotava uma postura unilateral, de crítica à situação diante do descaso das autoridades.

A imagem de uma cidade com espaços públicos depredados pelo vandalismo também foi sendo construída ao longo deste período. Com uma cobertura voltada para os casos de destruição do patrimônio público e os pedidos de ajuda feitos pela prefeitura à população para que colaborasse na preservação destes espaços através de denúncias às autoridades, o jornal adotou um enquadramento que colocava em destaque a situação precária do sistema de iluminação de dezenas de ruas e parques vítimas de furtos de sua fiação elétrica e depredação dos postes, além da deterioração das estruturas da Terceira Perimetral, projeto viário que havia sido inaugurado há pouco mais de um ano e já apresentava sinais de vandalismo.<sup>112</sup> Apesar de se tratar de um problema de segurança pública, o jornal não havia atrelado o problema à falta de policiamento, como vinha fazendo na cobertura de outros casos. Nota-se também que, além do destaque dado à situação das estruturas depredadas, os argumentos e as ações da prefeitura tiveram um espaço significativo nas reportagens, o que revela uma mudança no comportamento do jornal quando comparado à cobertura do período anterior, onde as declarações de

---

<sup>112</sup> “Luzes apagadas pelo Vandalismo: ZH mostra como a ação de vândalos e bandidos prejudica a iluminação pública na Capital – O vandalismo na iluminação pública de Porto Alegre levou a prefeitura a pedir a ajuda da população” (ZERO HORA, 15 de maio de 2007, p. 42). “Prefeitura pede ajuda contra vandalismo – Os porto-alegrenses são os aliados que a prefeitura espera arrematar no combate ao vandalismo que deixa dezenas de pontos sem luz na cidade (ZERO HORA, 14 de agosto de 2007, p. 50). “Depredação assola Terceira Perimetral – Vandalismo compromete investimento milionário: Concluída em novembro de 2006 a um custo de R\$ 150 milhões, a ligação entre as zonas sul e norte da Capital está maltratada. As estações de ônibus, estruturas mais visíveis estão depredadas. Isso deixa a Terceira Perimetral aparentando mais idade do que tem. (...) Na questão das depredações e pichações, agimos por meio de denúncias. Não temos uma equipe fixa para isso. Ela precisa estar atenta a todos os demais locais públicos dos quais é responsável. Temos projeto para ampliar o efetivo, mas depende de verbas. O fone 153 (dique-pichação) é a nossa grande arma, diz Valter Fernando de Oliveira, subcomandante interino da Guarda Municipal” (ZERO HORA, 27 de maio de 2008, p. 48).

agentes ligados à administração municipal receberam pouco espaço e nenhum destaque.

O tema da saúde pública de Porto Alegre aparece nas páginas da Zero Hora a partir de março de 2007, com a notícia de uma crise no Sistema Único de Saúde (SUS) do interior do Estado gerada pela falta de opções de atendimento gratuito, o que vinha sobrecarregando os postos e hospitais da capital. Além de adotar um enquadramento enfatizando a situação limite de superlotação dos estabelecimentos de atendimento médico gratuito de Porto Alegre, que já vinha ganhando contornos dramáticos desde 2003, a Zero Hora reservou espaço significativo para as declarações do secretário municipal de saúde, que responsabilizava o governo do Estado e a União pelo agravamento da situação devido à falta de repasse das verbas destinadas à saúde pública da capital e apontava o empenho da prefeitura, que já havia desembolsado quase dez vezes mais do que deveria para manter o sistema de saúde funcionando.<sup>113</sup>

A saúde pública da capital ganha ainda mais espaço no jornal a partir de maio de 2007, quando uma solicitação do Conselho Regional de Medicina para que fechassem um dos maiores postos de atendimento gratuito da cidade por falta de condições adequadas de trabalho chama a atenção para a deflagração de uma crise que atingia também os hospitais da capital. O jornal passa, então, a acompanhar as reivindicações de reabertura da unidade de saúde pela prefeitura e a reforma das instalações até a volta de suas atividades. O caso termina com o pedido de demissão, levado pela crise, do então secretário municipal de saúde, Pedro Gus, vindo a assumir o cargo o vice-prefeito Eliseu Santos.<sup>114</sup> Assim como no tratamento

---

<sup>113</sup> “Capital sobrecarregada: Crise no SUS no Interior – Secretaria municipal diz que o Estado deve R\$ 25,5 milhões: Grandes hospitais e postos de saúde de Porto Alegre estão entupidos de pacientes e sem margem para cuidar de tanta gente. A lotação, um problema antigo, ganhou contornos dramáticos a partir de 2003. Desde aquele ano mais de 2 mil leitos bancados pelo governo federal fecharam no Interior, sobrecarregando a Capital. (...) O secretário da Saúde da Capital, Pedro Gus, diz que a deterioração do atendimento no Interior impacta diretamente a Capital. O secretário diz que há meses o governo do estado não repassa valores para manter em dia a lista básica de medicamentos nos postos de saúde. Gus assinala que, para cada R\$ 1 investido pela prefeitura de Porto Alegre em saúde, o Estado deveria entrar com R\$ 1 e a União com R\$ 1,65. Mas a capital gaúcha participou com R\$ 10 milhões no ano passado, quando deveria ter desembolsado apenas R\$ 1,3 milhão. Só governo estadual deve R\$ 25,5 milhões, contabiliza a secretaria. A união não enviou R\$ 3,6 milhões prometidos para cirurgias, acrescenta Gus” (ZERO HORA, 26 de março de 2007, p. 4-5).

<sup>114</sup> “Posto de Saúde é interditado para médicos – Cremers proibiu exercício da medicina em pronto-atendimento: Uma lista de 20 itens a serem melhorados foi enviada à prefeitura. Segundo o Conselho Regional de Medicina (Cremers), as queixas e os pedidos de melhorias são antigos. Ontem, sem retorno quanto a instalações precárias, falta de médicos e falta de segurança, o conselho optou pela interdição” (ZERO HORA, 23 de maio de 2007, p. 46). “Começa reforma do Postão – Prefeitura libera recursos para reparos urgentes em posto de saúde da Capital: Os R\$ 100 mil destinados pela prefeitura pra ações emergenciais no Pronto Atendimento Cruzeiro do

dado aos casos de superlotação dos hospitais, a prefeitura teve espaço nas reportagens. Neste caso, com um enquadramento que enfatizava mais suas ações para resolver o problema do que a situação precária em que se encontrava a unidade interditada.

Outro caso que teve repercussão nas páginas da Zero Hora e que colocou novamente o sistema de saúde em evidência na cobertura dos temas relacionados à Porto Alegre foi a proximidade do término do contrato de prestação de serviço dos profissionais que integravam as equipes dos postos do Programa Saúde da Família. Médicos, enfermeiros e agentes de saúde já se encontravam cumprindo aviso prévio e, portanto, estavam impedidos de fazerem horas extras, o que vinha comprometendo o atendimento das unidades básicas de saúde. Na cobertura dos trâmites que envolviam o caso, a decisão da prefeitura por não renovar o contrato com a Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Faurgs), que atuava em parceria com o município desde o governo anterior, e sua intenção de contratar uma nova prestadora de serviços, chamou a atenção do jornal, que anunciou os fatos alertando para um possível colapso do programa.<sup>115</sup> Na cobertura que se seguiu ao anúncio de uma nova crise eminente, o enquadramento adotado passou a tratar o impasse entre a prestadora de serviços e a prefeitura a partir das declarações do secretário municipal de saúde de que, desde o início de 2005, a prefeitura vinha alegando a irregularidade de uma taxa de administração, estabelecida no contrato firmado em 2000 pelos antigos gestores da cidade, que teve seu pagamento suspenso no início do mandato atual. As reportagens destacavam também as ações da secretaria na recontração dos mesmos profissionais sem a intermediação da Faurgs e a implantação de um novo controle da carga horária dos funcionários após excluir os médicos do programa que

---

Sul (Pacs), o Postão, em Porto Alegre, começaram a ser utilizados ontem” (ZERO HORA, 29 de maio de 2007, p.40). “Postão retoma atendimentos – De cara nova, o Pronto-atendimento da Cruzeiro do Sul, o Postão, volta a atender” (ZERO HORA, 4 de julho de 2007, p. 46). “Secretário se demite após crise na Saúde – O anuncio foi feito ontem à tarde pelo prefeito Jose Fogaça, que confirmou o vice-prefeito Eliseu Santos como o novo titular da pasta” (ZERO HORA, 11 de julho de 2007, p.36).

<sup>115</sup> “Contagem regressiva na saúde da família – Município tem até dia 21 para substituir fundação em programa: A prefeitura de Porto alegre tem uma semana para evitar o colapso do Programa Saúde da Família (PSF)” (ZERO HORA, 14 de agosto de 2007, p. 42). “Demissões podem afetar atendimento – A polêmica troca de comando na administração dos 84 postos de Saúde da Família (PSF) da Capital pode afetar o atendimento a partir de hoje” (ZERO HORA, 21 de agosto de 2007, p.38).

triplicavam seus salários com horas extras.<sup>116</sup> Mais uma vez a administração municipal ganhava espaço no jornal para se justificar e apresentar novas ações diante dos problemas enfrentados pela cidade no setor de saúde, fazendo com que um elemento negativo de sua imagem pudesse ser explorado de forma favorável por seus atuais administradores, em detrimento do legado deixado pelos antigos gestores.

Em 2008, com a proximidade das eleições, o tema da saúde passou a ser atrelado aos futuros desafios a serem enfrentados pelo próximo prefeito. Nestas reportagens, os casos que haviam ganhado destaque na cobertura realizada no ano anterior eram colocados em pauta para que os candidatos opinassem sobre o tema ou apresentassem propostas para o próximo mandato. Assim, a crise que perpassava governos com a falta de repasses de verbas do estado e da união, a interdição do Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul pelo Conselho Regional de Medicina, a escassez de médicos no Programa Saúde da Família e o cumprimento da carga horária nos postos, eram destacados em matérias que apresentavam uma retrospectiva dos enquadramentos de 2007 e reservavam espaço aos candidatos, que se limitavam a breves comentários sobre a situação da saúde na capital. Além da ênfase dada às dificuldades da prefeitura em administrar uma crise desencadeada na gestão anterior e agravada pela falta de recursos estaduais e federais, desqualificando tanto a gestão anterior, quanto a falta de apoio de outras esferas de governo, evidência-se o interesse do jornal em tematizar as campanhas ao utilizar os mesmos enquadramentos no fomento do tema para o debate entre os candidatos.<sup>117</sup>

---

<sup>116</sup> “Impasse no PSF perdura há dois anos – Prefeitura de Porto alegre promete manter atendimento nos postos. Contratação emergencial atingirá 372 agentes: Em maio de 2005 um parecer da prefeitura apontou que seria ilegal a cobrança de uma taxa de administração, atualmente em R\$ 244 mil mensais. Como a Faurgs não aceitou a suspensão, instalou-se a crise. Ontem, o secretário municipal de Saúde, Eliseu Santos, reafirmou a ilegalidade da cobrança da taxa de administração e garantiu que o rompimento com a Faurgs não afetará o PSF (ZERO HORA, 23 de agosto de 2007, p. 48). “Prefeitura anuncia contratações para o PSF – Secretaria chamará, em caráter emergencial, 372 agentes comunitários de saúde para atuar em postos da Capital” (ZERO HORA, 26 de agosto de 2007, p. 46). “Prefeitura inaugura ponto digital em postos – Médicos que cumpriam carga horária de 20 horas semanais, por intermédio de um acordo firmado no antigo contrato, triplicavam o salário e horas extras e foram excluídos do quadro: O Ministério da Saúde determina o limite de 40 horas por semana, mas alguns cobravam por 60 e até 70 horas que diziam ter trabalhado, explica o secretário da saúde, Eliseu Santos” (ZERO HORA, 7 de dezembro de 2007, p. 38).

<sup>117</sup> “Saúde é desafio na Capital – O maior desafio do futuro prefeito de Porto Alegre é debelar a crise na saúde que perpassa governos: A crise derrubou o secretário municipal da Saúde, Pedro Gus, Coube ao vice-prefeito, Eliseu Santos, assumir a pasta. Eliseu reclama da omissão da União e do Estado, que deve cerca de R\$ 33 milhões ao município” (ZERO HORA, 30 de janeiro de 2008, p. 12). “Saúde pública na Capital: Candidatos

Outro tema que ganhou destaque durante este período foi o da assistência social, com uma cobertura voltada para os problemas que a capital vinha enfrentando com o grande número de sem-teto vivendo nas ruas e as medidas adotadas pela prefeitura. O tema, que já havia sido tratado pelo viés da habitação, como mostra a análise anterior, ganhou as manchetes do jornal logo no início de 2007, quando, em janeiro daquele ano, a prefeitura iniciou o fechamento do acesso aos vãos localizados abaixo das pontes e viadutos da cidade para impedir que os sem-teto se instalassem no local.<sup>118</sup> A medida adotada, inicialmente reproduzida pelo jornal a partir dos argumentos dos agentes da administração municipal de que os moradores despejados seriam encaminhados para albergues da prefeitura, logo teve seu tratamento alterado para a falta de soluções conjuntas ao fechamento das pontes. Assim, a falta de vagas em abrigos, o deslocamento dos desabrigados para outros espaços públicos e a indignação da população com o aumento de mendigos vivendo em calçadas e praças da cidade, atribuíram à cobertura um viés crítico à ação da prefeitura.<sup>119</sup>

A partir de 2008, outros enquadramentos surgem na cobertura do caso dos moradores de rua e a administração municipal passa a ter um espaço de destaque em reportagens que abordavam as ações realizadas pelo órgão municipal de assistência social e suas dificuldades encontradas no tratamento do problema. O enfoque dado às declarações de seus agentes atribuía um viés positivo em relação ao empenho da prefeitura diante da recusa dos sem-teto em deixarem as ruas acompanhados dos assistentes sociais e o argumento de que melhorias

---

discutem a carga horária dos médicos – O último secretário municipal de Saúde de Porto Alegre que enfrentou o caso não permaneceu no cargo” (ZERO HORA, 23 de agosto de 2008, p. 46).

<sup>118</sup> “Prefeitura fecha acessos de morador de rua a pontes – Moradores serão levados para abrigos: A prefeitura de Porto Alegre deu início ontem ao fechamento dos vãos onde vivem moradores de rua. (...) Segundo a Fundação de Assistência Social e Cidadania, os moradores que não terão mais os vãos das pontes para se alojar serão encaminhados para albergues da prefeitura. Conforme a Secretaria Municipal de Obras e Viação, houve um acordo entre os dois órgãos para atender moradores de rua que serão “despejados” das pontes” (ZERO HORA, 11 de janeiro de 2007, p. 54).

<sup>119</sup> “Moradores de Rua: Fechar pontes é a solução? – Sem-teto mudam endereço, mas se mantém nas ruas – Faltam vagas em abrigos: Se todo desabrigado buscasse vaga nos dois refúgios públicos da prefeitura, não haveria lugar para um terço dos necessitados. O último levantamento (2002) constatou a existência de cerca de 600 pessoas nas ruas da Capital. Três vezes o número de vagas dos abrigos. Hoje, a estimativa é de que haja o dobro de moradores de rua” (ZERO HORA, 12 de janeiro de 2007, p. 4-5). “Sem teto, sem viaduto e sem solução – O fechamento de espaços sob pontes, marquises e outras áreas públicas faz com que moradores de rua migrem para praças e frentes de prédios, acentuando o conflito em Bairros de Porto Alegre: Sem espaço sob as pontes e viadutos, moradores de rua transformam calçadas em dormitórios e latrinas” (ZERO HORA, 21 de janeiro de 2007, p. 42). “O camping dos sem-teto – Moradores de rua que deixaram os vãos de pontes fechados pela prefeitura da Capital migraram pra instalações improvisadas na vizinhança, tomando praças, vias e outras áreas públicas” (ZERO HORA, 18 de abril de 2007, p. 30).

conquistadas nos serviços públicos, que ampliavam a qualidade de vida na capital, também atraíam imigrantes moradores de rua.<sup>120</sup> Evidencia-se, assim, que o jornal havia adotado um enquadramento mais favorável aos gestores da cidade durante o ano eleitoral, ao salientar justificativas que desviavam as causas do problema e reforçavam o empenho da prefeitura em tentar solucioná-lo.

Outro tema que contribuiu com uma boa imagem da administração municipal no jornal foi o da habitação, durante a cobertura da entrega de novas casas dos programas de moradias populares da prefeitura. No tratamento dado ao processo de transferência dos moradores de favelas para loteamentos regularizados, a Zero Hora apresentou um enquadramento voltado para o contentamento dos beneficiados com as novas casas, além dos esforços da prefeitura para melhorar a qualidade dos imóveis e as expectativas de conclusão de projetos habitacionais que no passado permaneciam anos nas gavetas do Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre (Demhab).<sup>121</sup> O jornal adotava, assim, enquadramentos que destacavam o sucesso das ações da administração municipal e apontavam para o fato da atual gestão estar colocando em prática projetos que não eram normalmente executados no passado por falta de recursos.

O tema da habitação aparece também em reportagens que tratavam do surgimento de novas invasões em áreas de proteção ambiental da capital e a

---

<sup>120</sup> “Resgatados das ruas – Em 11 meses, programa da Fasc retirou 66 viciados de praças e viadutos de Porto Alegre – Inserção no mercado de trabalho: As Fasc, principal braço social da prefeitura da Capital, considera satisfatório o índice de moradores de rua que continuam com o tratamento. O próximo passo é encaminhá-los para o mercado de trabalho e para a convivência com a família” (ZERO HORA, 18 de janeiro de 2008, p. 47-48). “Árdua tarefa nas ruas de Porto Alegre – Programa faz abordagens em diferentes áreas de Porto Alegre” (ZERO HORA, 4 de julho de 2008, p. 32). “A juventude nas ruas – De um total de 1,2 mil pessoas adultas que perambulam nas ruas e foram contadas por pesquisa da prefeitura e da UFRGS, metade tem 34 anos, quase sempre vindas do interior: Por oferecer mais atividades econômicas e serviços públicos aos moradores de rua, Porto Alegre atrai migrantes. A melhoria dos serviços públicos ampliou a qualidade de vida, mas por outro lado, aumento o número de moradores de rua – analisou o sociólogo Ivaldo Gehlen, coordenador da pesquisa” (ZERO HORA, 30 de maio de 2008, p. 48-49).

<sup>121</sup> “Urgência de Brincar – Quem entra em Porto Alegre pela Avenida Castelo Branco enxerga às margens da pista uma das faces mais explícitas do drama habitacional da Capital. Ali, a prefeitura se esforça com investimentos para melhorar a qualidade das moradias: O Loteamento Dona Teodora é um deles, no qual foram aplicados R\$ 5,5 milhões. Em uma das novas casas decentes, a Zero Hora localizou Cássia. Aos cinco anos, Cássia tem urgência de adulto. Brincar era tarefa complicada até a família se mudar para o novo endereço” (ZERO HORA, 5 de abril de 2007, p. 11-12). “Vilas com data para mudar – A prefeitura promete entregar até 2009 condições dignas de moradia para habitantes de quatro vilas da Capital: A boa notícia, para quem mora onde o estado tem dificuldades para chegar, é que parte das obras já tem projetos de mudanças que incluem investimentos de infra-estrutura e construção de habitações e ruas regulares. A má é que esses projetos normalmente ficam anos na gaveta do Departamento Municipal de Habitação (Demhab) a espera de recursos que os concretizem. Quatro deles – que envolvem os casos mais problemáticos – já estão começando a sair do papel. A promessa da prefeitura é entregar até 2009 condições decentes de vida aos moradores das vilas Areia, Chocolate, Dique e Nazereth – a exemplo do que já aconteceu com os habitantes das vilas dos Papeleiros e Cabo Rocha” (ZERO HORA, 17 de novembro de 2007, p. 32-33).

ameaça de surgimento de novas favelas nestas áreas. Na cobertura dos casos, a Zero Hora destacou a gravidade do problema e enfatizou os esforços da prefeitura em tentar impedir a permanência dos invasores com a ação de fiscais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e as ações de regularização de outras áreas na tentativa de evitar a invasão das reservas ambientais.<sup>122</sup> Vale ressaltar que a presença de agentes da administração municipal na cobertura do tema, revelou um comportamento muito diferente do encontrado no jornal Zero Hora durante o período anterior, onde as ações da prefeitura ou as declarações de agentes ligados a órgãos municipais competentes não tiveram espaço significativo ou qualquer destaque, tendo sua imagem associada à demora na entrega das casas e ao descumprimento de promessas de campanha.

Ao longo do período analisado neste capítulo, outras reportagens enfatizavam ainda que o crescimento das favelas não era um fenômeno exclusivo da capital, apontando as dificuldades enfrentadas por outras cidades do estado no controle das áreas invadidas e a origem do problema na ordem econômica brasileira, que, desde meados do século 20, enfrentava a degradação do trabalho braçal, de mão-de-obra não especializada, o que criou uma massa de desempregados e resultou em um déficit de 7,9 milhões de moradias, somando um total de 30 milhões de habitantes sem acesso a condições dignas de habitação em todo o país. Desta forma, os enquadramentos utilizados na cobertura do tema da falta de habitação digna e regularizada, retratavam o caso a partir da ênfase em sua gravidade e chamavam a atenção para os esforços dos órgãos municipais responsáveis em tentar controlar

---

<sup>122</sup> “Feito cicatrizes, favelas estão minando uma das facetas mais belas de Porto Alegre, os morros – A prefeitura tenta evitar a proliferação de favelas por meio de duas iniciativas: Uma, tradicional, feita pelo Demhab, que cuida das vilas irregulares. Vastas áreas pertencentes ao município são loteadas e recebem residências, depois são repassadas aos necessitados por meio de uma lista de inscrições. A outra iniciativa é a gerência da regularização desses loteamentos, pela Procuradoria-geral do Município. (...) Assim se tenta evitar uma favela – Porto Alegre tem uma equipe de caçadores de favelas: Servidores da Secretaria Municipal do Meio Ambiente percorrem todo dia dezenas de quilômetros entre 485 vilas irregulares de Porto Alegre, na tentativa de evitar que barracos surjam na subida dos morros, na beira de riachos e no meio da mata” (ZERO HORA, 8 de julho de 2007, p. 48-49). “Sobrevôo de monitoramento feito por fiscais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente revela aumento de casebres em áreas de preservação – O que se viu ontem, durante um vôo de reconhecimento feito por fiscais da Smam, obriga a prefeitura a agir nos próximos dias para tentar controlar as invasões: (...) “O morro Santana será a nossa prioridade. Foi o caso que mais nos impressionou. A ocupação lá aumentou e está muito perto do limite permitido por lei. Iremos nos próximos dias para mapear os casebres que estão lá e colocar sinalização para limitar as construções”, afirma Alexandre Rodrigues Ferreira, chefe da fiscalização da Smam” (ZERO HORA, 10 de setembro de 2008, p. 54).

um fenômeno comum em todo estado e atribuído a questões de ordem econômica nacional.<sup>123</sup>

Um tema que também fora tratado através de um enquadramento que contribuía com elementos positivos para a imagem da cidade e de seus administradores, foi o transporte público. Apesar do destaque dado, em janeiro de 2007, aos protestos de estudantes contra o aumento na tarifa e ao fato do reajuste ter superado o índice de variação da inflação, no período em que se seguiu a análise, o jornal voltou sua atenção para as benfeitorias realizadas no sistema de transporte coletivo da cidade.<sup>124</sup> Ao anunciar as melhorias conquistadas com a implantação do sistema de monitoramento *online* de deslocamentos dos veículos, que facilitaria a utilização do sistema, o desconto de 50% concedido na segunda passagem, que beneficiaria usuários e empregadores, e a renovação da frota com alterações que proporcionariam maior conforto aos passageiros, a Zero Hora concedeu um espaço significativo, em reportagens de páginas inteiras, para as declarações do diretor da Empresa Pública de Transportes Coletivo de Porto Alegre (EPTC) e do secretário municipal de Transportes e Mobilidade Urbana, que enfatizavam as expectativas da prefeitura com as iniciativas implantadas.<sup>125</sup> Mais

---

<sup>123</sup> “O Rio Grande favelado – Os irmãos Tiago e Igor Nascimento da Silva passaram a última quinta-feira montando um barraco embaixo de uma torre de alta-tensão da CEE num morro do bairro Agronomia, em Porto Alegre: O barraco deles é mais um entre as mais de 227 mil moradias inadequadas do Estado, de acordo com mapeamento da Secretaria Estadual de Habitação, com base no último levantamento do IBGE” (ZERO HORA, 26 de agosto de 2007, p. 38-39). “Avanço das favelas na Capital – Número de favelados de Porto Alegre cresceu quase seis vezes em pouco mais de meio século - Números do Ministério das Cidades indicam que o déficit habitacional no país pulou de 6 milhões de residências para 7,9 milhões entre 2000 e 2005. Falta moradia digna para cerca de 30 milhões de brasileiros: A origem das favelas é econômica. Desde meados do século 20 os empregos se degradam no país, principalmente aqueles ligados às atividades braçais. Pessoas sem formação especializada têm cada vez mais dificuldade de encontrar serviço, o que significa não receber salário mínimo, quanto mais pagar um aluguel” (ZERO HORA, 27 de junho de 2008, p. 8).

<sup>124</sup> “Conselheiros analisarão a sugestão da prefeitura de aumentar a passagem de R\$ 1,85 para R\$ 2 – O índice é inferior ao pedido pelas empresas, que queriam aumento de 10,81%. Os 8,1% propostos pela EPTC ficaram acima dos principais índices de preços” (ZERO HORA, 30 de janeiro de 2007, p. 26). “Tarifa de ônibus subirá para R\$ 2 na Capital – Reajuste superou variação da inflação em um ano: Estudantes fizeram protesto do lado de fora do prédio da EPTC, onde era realizada a reunião que aprovou o aumento: Em breve, os porto-alegrenses deverão pagar R\$ 2 pela passagem, um aumento que ficou bem acima dos índices usados para medir a inflação” (ZERO HORA, 31 de janeiro de 2007, p. 5).

<sup>125</sup> “Ônibus na tela do computador – Serviço que monitora deslocamento de veículos poderá ser ampliado às 377 linhas e Porto Alegre: Uma novidade online pode facilitar a vida de quem utiliza o transporte coletivo da Capital” (ZERO HORA, 19 de abril de 2007, p. 47). “Lotações começam a mudar em Porto Alegre – Veículos ganham mais espaço no corredor, porta mais larga e letreiros eletrônicos, sem aumento da tarifa: As principais mudanças são internas, que conferirão mais espaço. Dar mais conforto aos passageiros era uma necessidade” (ZERO HORA, 24 de novembro de 2007, p. 54). “Desconto na tarifa beneficia empregadores – Sistema reduz em 50% o preço da segunda passagem de ônibus: Além dos usuários, a nova modalidade do sistema de bilhetagem eletrônica integrado, que começou a funcionar ontem na Capital e concede desconto de 50% no preço da segunda passagem de ônibus, deverá beneficiar os empresários que pagam o vale-transporte para seus funcionários” (ZERO HORA, 27 de agosto de 2008, p. 46).

uma vez, ressalta-se a significativa mudança na cobertura do tema quando comparado com o cenário construído no período anterior, composto apenas por enquadramentos desfavoráveis à imagem do transporte coletivo da cidade e de seus administradores, enquanto, neste período, o jornal havia apresentado apenas dois enquadramentos, sendo um favorável à administração municipal, incidido ao longo de todo o período analisado, e outro desfavorável, identificado em reportagens que, apesar de ganharem destaque em páginas inteiras, limitaram-se a um único mês no início de 2007.

Os constantes alagamentos ocorridos na cidade, ao longo dos anos analisados, expuseram novamente as deficiências no sistema de drenagem da água das chuvas na capital e colocaram seus problemas de infraestrutura em evidência na cobertura do jornal. No tratamento dado ao tema, além de chamar a atenção para a gravidade do problema, destacando, em chamadas de primeira página, imagens e textos de abertura, os cenários de destruição deixados pelas chuvas e o drama das famílias desabrigadas pelas enchentes, como havia feito no período anterior, a Zero Hora colocou em evidência os investimentos da prefeitura e as promessas de melhorias com os alargamentos dos condutos subterrâneos para o escoamento da água. Desde o início de 2007, período em que as chuvas foram mais intensas e os alagamentos mais freqüentes, as ações da prefeitura tiveram um espaço de destaque em reportagens de páginas inteiras que apresentavam os projetos em andamento e as expectativas com o término das obras.<sup>126</sup> Ao longo dos anos analisados, ainda que fossem apontados os transtornos causados ao trânsito durante a execução do projeto, o enquadramento mais incidente na cobertura enfatizava as declarações do diretor-chefe do Departamento de Esgotos Pluviais de Porto Alegre sobre as melhorias futuras e a quantidade de bairros que seriam beneficiados após o término das obras.<sup>127</sup>

---

<sup>126</sup> “Por que tanto estrago? Chuvarada expôs as deficiências do sistema de drenagem da Zona Sul e deixou moradores temerosos – Saiba mais sobre o que está sendo feito para amenizar o problema: Novas galerias pluviais na Rua Gávea, em Ipanema, e na Rua Celestino Bertolucci, na Hípica. Reconstrução da rede pluvial na Avenida Padre Cacique nas proximidades da Fase. Dragagem do Arroio Cavalhada. Estudo de locais na Tristeza que poderiam receber bacias de contenção. A explicação do DEP: A chuva do dia 3 de janeiro foi um caso isolado, mas trouxe à tona a atual insuficiência da rede de esgotos pluviais na região. Quando foram abertos os loteamentos antigos, não havia a preocupação de deixar pontos baixos nas ruas para evitar a entrada de água em residências” (ZERO HORA, 13 de janeiro de 2007, p. 32).

<sup>127</sup> “Obra contra alagamento começará na segunda – Investimentos em novas redes de drenagem no Centro e na Zona Sul exigirá bloqueios do trânsito em alguns pontos” (ZERO HORA, 6 de fevereiro de 2007, p. 31). “A promessa de acabar com os alagamentos – Mais do que acabar com os transtornos que deram um nó no trânsito

Com a inauguração do conduto de drenagem pluvial, em maio de 2008, o jornal passou então a relatar a comemoração da prefeitura com o sucesso do projeto que teria solucionado um dos mais antigos problemas enfrentados pela capital e o contentamento de comerciantes e moradores que sofriam com alagamentos a mais de 30 anos.<sup>128</sup> Desta forma, a cobertura dos alagamentos e das ações da prefeitura para solucionar o problema, através de enquadramentos que privilegiavam as declarações do diretor-chefe do órgão municipal responsável, contribuiu com elementos positivos à imagem dos gestores da cidade na mídia ao salientar as melhorias esperadas com o projeto de ampliação da rede pluvial e o empenho da prefeitura em atender uma antiga reivindicação da população.

Em 2008, o tema da infraestrutura também aparece em uma série de reportagens que denunciavam a situação precária em que se encontrava a iluminação pública em bairros, praças e vias movimentadas da capital, a partir de levantamentos feitos pela própria equipe do jornal.<sup>129</sup> Ao contrário do que vinha acontecendo na cobertura do sistema de drenagem pluvial, nas matérias que tratavam do grande número de lâmpadas de postes quebradas, deixando espaços públicos de Porto Alegre às escuras, nenhum destaque foi dado às declarações da prefeitura sobre o caso. Assim, mesmo considerando que a prefeitura estava ciente do problema ao alegar que a situação tinha origem em constantes atos de vandalismo e que esta pretendia renovar suas estruturas, que já tinham mais de 30 anos, a Zero Hora optou pelo enquadramento da crítica ao estado em que se encontrava a iluminação pública da capital e ao sentimento de insegurança da

---

da Capital por mais de mil dias, a inauguração do Conduto Forçado Álvaro Chaves-Goethe, na manhã de hoje, promete amenizar antigas chagas porto-alegrenses” (ZERO HORA, 46 de março de 2008, p. 46).

<sup>128</sup> “Prefeitura entregou ontem a moradores e comerciantes a obra que beneficiará nove bairros da cidade – Foi com palmas e até lágrimas que comerciantes, moradores e a prefeitura comemoraram ontem a inauguração do Conduto Forçado Álvaro Chaves-Goethe” (ZERO HORA, 19 de março de 2008). “Obra deve amenizar alagamentos – Travessa Venezianos – DEP amplia rede na via: O trabalho é uma reivindicação de mais de 30 anos dos moradores da Capital, que sofria com alagamentos históricos” (ZERO HORA, 20 de março de 2008, p.30). “Chubarada batiza o conduto Álvaro Chaves – O resultado foi comemorado pela prefeitura, que considerou a obra um sucesso” (ZERO HORA, 28 abril de 2008, p. 58).

<sup>129</sup> “Má iluminação deixa Cristóvão às escuras – Levantamento constatou que uma em cada quatro lâmpadas dos bairros Floresta e Moinhos de Vento não funciona – Além de das lâmpadas queimadas ou desligadas, ruas da Capital têm árvores e galhos que dificultam a luminosidade: Uma região praticamente às escuras” (ZERO HORA, 18 de janeiro de 2008, p. 46). “Escuridão na noite da Capital – Equipe de ZH flagrou vias movimentadas sem luz – Paradas de ônibus às escuras causam medo: Quando o sol se põe, circular por algumas das principais vias da Capital pode ser um desafio para motoristas e pedestres.” (ZERO HORA, 30 de maio de 2008, p. 54). “Praça da Alfândega nas sombras – Um dos cartões postais de Porto alegre está às escuras: Com medo de assaltos, pedestres evitam cruzar pelo local. Na escuridão quase completa, a Alfândega noturna se limitou a morada de mendigos e a local de trabalho de prostitutas e traficantes” (ZERO HORA, 19 de setembro de 2008, p. 56).

população que transitava nas ruas à noite. Vale ressaltar que, mesmo tendo um espaço menor diante do viés crítico adotado no tratamento do caso, a prefeitura ganhou algum espaço de contraponto, o que evidencia uma cobertura mais equilibrada no que se refere ao fomento do debate sobre o tema do que a identificada na análise do cenário construído no período anterior.

As ações da prefeitura de Porto Alegre também tiveram espaço na cobertura dos projetos de revitalização da região central da cidade. O tema do urbanismo era tratado na Zero Hora através de reportagens que mostravam a preocupação de seus gestores em recuperar e preservar pontos históricos da capital que há anos haviam perdido seu potencial turístico e de circulação de pessoas. Dentre os casos abordados, destacam-se a cobertura dos processos de elaboração, desenvolvimento e execução dos projetos de revitalização da orla do rio Guaíba e da região próxima ao Mercado Público, onde o uso de um enquadramento voltado para a importância das revitalizações, com base nas declarações de agentes municipais responsáveis pelos projetos e ilustrações de projeções futuras das áreas beneficiadas, reproduzia o trabalho da prefeitura de forma positiva.<sup>130</sup>

Um viés mais crítico adotado na cobertura do tema do urbanismo era encontrado, ao longo de 2007, nas reportagens que tratavam da poluição visual na cidade. Utilizando um enquadramento voltado para a situação crítica em que se encontravam as áreas de maior concentração do comércio, o jornal denunciava a gravidade do problema e destacava a lentidão com que o caso vinha sendo tratado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, órgão responsável pelo controle e a regularização de *outdoors* e painéis publicitários na cidade.<sup>131</sup> A partir de 2008, as

---

<sup>130</sup> “Para curtir a orla do Guaíba – Oito ruas da zona sul da Capital começam a ganhar portais com bancos, jardins, passeios e iluminação nova para apreciar a paisagem – Nosso objetivo é reaproximar a população do Guaíba, diz o coordenador do Grupo de Trabalho Orla da Secretaria do Planejamento Municipal (SPM), Marcelo Allet” (ZERO HORA, 2 de abril de 2007, p. 32-33). “Começa em maio a reforma do Mercado Municipal – Daqui a 10 dias, o prefeito José Fogaça assinará a ordem de serviço para início das obras que revitalizarão o Mercado Público de Porto Alegre e seus arredores: Segundo o titular da Secretaria Municipal de Produção, Indústria e Comércio (Smic), Idenir Cecchim, a intenção é modernizar a estrutura física e os serviços, sem perder as características originais, diz Cecchim” (ZERO HORA, 27 de abril de 2007, p. 54). “Renovação da orla se inicia na próxima semana – Pontos de contemplação da orla estão na lista de reestruturação da prefeitura e devem ganhar tratamento paisagístico” (ZERO HORA, DE 20 de junho de 2008, p. 56). “A nova cara do Centro – Mudar a imagem de uma região que se tornou perigosa, tumultuada e pouco atraente para os olhos da população e dos turistas. Com esse desafio, a prefeitura de Porto Alegre promete iniciar até dezembro o programa Viva o Centro, que prevê a revitalização da área central da cidade” (ZERO HORA, 7 de agosto de 2008, p. 56-57).

<sup>131</sup> “Porto Alegre também tem poluição visual – ZH percorreu a Capital com técnico, que flagrou irregularidades” (ZERO HORA, 9 de fevereiro de 2007, p. 40). “Projeto requer mais fiscais – Só 24 pessoas verificam publicidade nas ruas de Porto Alegre: O número preocupa, principalmente se comparado a dados de São Paulo, que tem 800 profissionais” (ZERO HORA, 8 de março de 2007, p. 54). “Lentidão para deter poluição visual – Quatro

críticas deram lugar ao empenho da prefeitura em solucionar o problema. Assim, além colocar em destaque as campanhas de conscientização dos lojistas sobre os limites da publicidade nas ruas, o jornal passou a enfatizar os argumentos dos agentes municipais de que a situação era menos pessimista do que parecia, já que boa parte da publicidade estava dentro dos padrões, precisando apenas ter sua licença regularizada, e que o problema tinha sua origem no desconhecimento das regras por parte dos comerciantes, o que justificava o caráter educativo da medida tomada pela prefeitura, além de evitar o prejuízo dos lojistas com o pagamento de multas e afastar decisões mais radicais, como as tomadas na cidade de São Paulo, onde fora proibido quase todos os tipos de propaganda nas ruas.<sup>132</sup> Desta forma, assim como na cobertura do caso dos moradores de rua, com a proximidade da disputa eleitoral, uma mudança significativa no tratamento do caso pode ser identificada, dado o destaque conferido à iniciativa do órgão municipal responsável e às declarações de seus agentes ao amenizar a situação de um problema que, no ano anterior, fora tratado através de um enquadramento que colocava em evidência a gravidade do problema e a crítica à qualidade das medidas tomadas pela prefeitura ao privilegiar argumentos de técnicos e dados levantados pela equipe do jornal.

Uma série de reportagens que contribuiu com elementos negativos para a imagem da cidade na mídia somente durante o ano de 2007, foi a cobertura dos problemas enfrentados com a insuficiência do serviço de coleta de lixo, a falta de lixeiras no centro e de manutenção das existentes. Desde o início de 2007, a Zero Hora vinha publicando reportagens que acompanhavam a situação precária em que se encontrava o serviço de recolhimento do lixo realizado pela empresa licitada pela

---

meses depois de anunciar uma ofensiva contra a poluição visual na Capital, Secretaria Municipal do Meio Ambiente só retirou seis dos 2,4 mil outdoors e painéis que estima como irregulares – um índice equivalente a 0,25% do total” (ZERO HORA, 29 de junho de 2007, p. 52).

<sup>132</sup> “Avenidas recebem blitz contra a poluição visual – Cartilhas que informarão sobre o tamanho limite das fachadas dos estabelecimentos serão entregues a lojistas: A prefeitura e o sindicato dos lojistas querem começar a interferir em uma guerra visual que polui duas grandes avenidas da Capital. Por meio de duas cartilhas, a intenção é acabar com a disputa de tamanhos entre os letreiros dos estabelecimentos, fazendo-os cumprir a legislação ambiental. A idéia é não sair por aí multando todo o mundo, explica o supervisor de Meio Ambiente da Smam, Maurício Fernando da Silva” (ZERO HORA, 8 de abril de 2008, p. 46). “Luta contra a poluição visual – Prefeitura e lojistas lançam campanha para esclarecer legislação – Para afastar a decisão radical da prefeitura de São Paulo, que proíbe desde o ano passado praticamente todo tipo de propaganda nas ruas, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Smam) e os comerciantes de Porto Alegre se reuniram para conversar: A estimativa do chefe de Equipe de Controle e Combate à Poluição Visual da Smam, Oscar Azevedo Neto, é que quase todos estão irregulares. Mas a situação é menos pessimista do que pode parecer. Segundo ele, a maior parte pode ser regularizada porque está dentro dos padrões, embora careça de licença da prefeitura” (ZERO HORA, 6 de junho de 2008, p. 62).

prefeitura, enfatizando a grande quantidade de lixo espalhada pelas ruas de Porto Alegre.<sup>133</sup> Porém, em novembro do mesmo ano, o jornal publica sua última reportagem sobre o tema, relatando a contratação de novas empresas de coleta pela prefeitura, destacando que não haveriam alterações nas datas e horários de recolhimento do lixo e que os novos caminhões coletores permaneceriam com o mesmo tamanho, não sendo previstas alterações no sistema que os porto-alegrenses já conheciam.<sup>134</sup> O tema então desaparece das páginas do jornal no restante do período analisado, deixando um retrato negativo do serviço público de coleta de lixo no cenário construído ao longo da cobertura dos temas referentes à cidade.

Quanto à cobertura dos casos estritamente políticos de Porto Alegre, a Zero Hora cedeu pouco espaço ao tema durante o primeiro semestre de 2007, salvo algumas reportagens que tratavam da indecisão do então prefeito José Fogaça quanto a sua participação como candidato à reeleição no ano seguinte e a dificuldade que este enfrentaria em manter os partidos aliados a sua gestão em torno de seu nome durante a disputa, já que muitos deles já esboçavam interesse em concorrer à prefeitura com chapas próprias. Somente no segundo semestre daquele ano é que a cena política da cidade passou a ganhar destaque e houve uma incidência maior de reportagens sobre o tema nas páginas do jornal com a cobertura dos desdobramentos do cenário eleitoral que se aproximava.

Com o anúncio de que José Fogaça mudaria de partido, deixando o PPS para ingressar no PMDB com vistas em sua reeleição, a Zero Hora volta sua atenção para o caso através do enquadramento das vantagens desta mudança para a candidatura do prefeito ao enfatizar que o partido estava decidido a apoiar uma adversária de peso, Manuela D'Ávila (PC do B), caso o prefeito continuasse no PPS,

---

<sup>133</sup> “Onde colocar o lixo no Centro? – Faltam 8 mil lixeiras em Porto Alegre: Pela ação de vândalos ou falta de conservação, as ruas da cidade padecem com poucos locais para descartar o lixo. A ausência é sentida principalmente onde há maior concentração de pessoas, como nas avenidas Borges de Medeiros e Salgado Filho, no Centro” (22 de março de 2007, p. 4). “Onde colocar o lixo no Centro? – Tocos de cigarro, papéis de bala e folhetos vagam pelas calçadas – Faltam 8 mil lixeiras em Porto Alegre (26 de maio de 2007, p. 49). “Descaso na coleta gera acúmulo de lixo nas ruas – Caminhões da empresa que presta o serviço estão sucateados – Prefeitura aguarda nova licitação: Sem serviço de coleta há dias, moradores de porto alegre estão vendo suas ruas se converterem em lixões a céu aberto. A falta de intestimentos por parte da empresa responsável pela coleta seria o motivo do acúmulo de lixo na Capital” (ZERO HORA, 26 de junho de 2007, p. 54)

<sup>134</sup> “Coleta de lixo será feita por novas empresas – Dias e horários de recolhimento permanecem os mesmos para não tumultuar o serviço, e o modelo do caminhão que presta serviço será o mesmo: Não estão previstas alterações no sistema que os porto-alegrenses já conhecem” (ZERO HORA, 12 de novembro de 2007, p. 49).

e as declarações do senador Pedro Simon, ao comentar a decisão do prefeito de concorrer novamente, alegando que não seria necessário permanecer por 16 anos na prefeitura (uma referência ao período em que o PT havia administrado Porto Alegre), mas que seria importante que outros partidos, não só o PMDB, apoiassem também uma reeleição para consolidar o trabalho de uma gestão.<sup>135</sup> Nota-se, ao longo da cobertura do caso, que o jornal não enquadrava as reações de membros de seu antigo partido ou de seus eleitores diante da mudança, limitando-se a comentar que a maior dificuldade de Fogaça ao tomar a decisão teria sido a resistência do PPS em aceitar a troca. Também não explorou de forma negativa as declarações de peemedebistas de que outro candidato seria apoiado se sua candidatura não fosse lançada através do partido. A Zero Hora optou, assim, por um enquadramento com ênfase no ponto de vista do PMDB, o que resultou em uma cobertura baseada em argumentos positivos em relação a decisão do prefeito.

Outro enquadramento que chamou a atenção no espaço dedicado à política no jornal a partir do segundo semestre de 2007, não apenas por sua significativa incidência, mas pelo destaque em reportagens de páginas inteiras, foi a expectativa de um conflito interno no Partido dos Trabalhadores durante as eleições para escolher quem seria lançado como candidato à prefeitura de Porto Alegre pela sigla, tendo como concorrentes a deputada federal Maria do Rosário e o ex-ministro do Desenvolvimento Agrário Miguel Rossetto. No tratamento dado às especulações sobre as eleições prévias do partido, o jornal remetia o caso às disputas entre seus membros durante a escolha dos candidatos das últimas eleições estaduais, que teriam sido reflexo da divisão do partido em alas de radicais e moderados. Ao salientar o clima acirrado nos bastidores da disputa, o jornal mencionou as declarações feitas em 2001, pelo ex-ministro José Dirceu, sobre uma suposta compra da antiga sede estadual da sigla com dinheiro de caixa dois, colocando o

---

<sup>135</sup> “Fogaça volta ao PMDB de olho na reeleição – O prefeito comunicou pela manhã ao PPS o desligamento e, à tarde, na presença do senador Pedro Simon, assinou ficha no PMDB, partido pelo qual tentará um segundo mandato – “Todos os partidos devem buscar a reeleição de Fogaça. Não é só o PMDB. É esse o entendimento em torno do Fogaça. Não precisa ficar 16 anos na prefeitura. Mas uma reeleição é importante” – afirmou o senador, referindo-se aos 16 anos que o PT administrou a Porto Alegre: Simon admitiu que lançaria como candidata a deputada federal Manuela D’Ávila (PC do B) caso Fogaça continuasse no PPS” (ZERO HORA, 29 de setembro de 2007, p. 6). “Com a batida de martelo do prefeito Jose Fogaça, que voltou ao PMDB na sexta-feira, candidaturas e alianças para sucessão em Porto alegre ficaram mais definidas para a eleição municipal de 2008 – Uma das vantagens para a candidatura de Fogaça é a redução de chances de uma candidata de peso. A deputada federal Manuela D’Ávila (PC do B) perdeu força com o sepultamento do possível apoio dos peemedebistas” (ZERO HORA, 30 de setembro de 2007, p. 7).

fato como um agravante da tensão entre as alas do partido, dado que Rosseto pertencia à ala dos radicais, cujos membros acusavam o grupo de Dirceu de ser responsável pela crise política após as denúncias do *mensalão*, e, por isso, era considerado por seus aliados como um candidato não atingido pelos escândalos de corrupção, enquanto Rosário, apesar de rechaçar qualquer ligação com os envolvidos em denúncias, recebia o apoio das facções moderadas.<sup>136</sup> A disputa chega ao fim em março de 2008, com a vitória de Maria do Rosário sendo anunciada pelo jornal como a queda do grupo que governou a cidade por dezesseis anos, já que os ex-prefeitos do partido não haviam apoiado sua candidatura.

Evidencia-se, assim, que a exposição do Partido dos Trabalhadores no jornal, durante a cobertura das eleições internas para escolha de seu candidato, aconteceu com um enfoque em elementos negativos para sua imagem ao atrelar a ala de apoio à candidata às denúncias de corrupção e alegar que sua vitória teria representado a derrubada da cúpula que liderava o partido e havia governado a cidade por dezesseis anos.<sup>137</sup>

Pouco explorada nas páginas da Zero Hora, com apenas dois casos repercutidos durante o período analisado, a cobertura da cena política de Porto Alegre revelou enquadramentos mais favoráveis ao candidato da situação, José Fogaça, ao trocar de partido às vésperas do período eleitoral, do que à imagem de sua principal concorrente, que, apesar do destaque dado a sua vitória nas prévias de lançamento da chapa, todo o processo de escolha do candidato da sigla fora tratado

---

<sup>136</sup> “Prévias reavivam clima acirrado no PT – Depois de quatro anos de trégua, o PT se prepara para reavivar o clima belicoso de prévias e escolher um nome com a missão de reconquistar a prefeitura de Porto Alegre: O aumento da tensão foi provocado por declarações do ex-ministro José Dirceu a respeito da suposta compra da antiga sede estadual da sigla com dinheiro de caixa 2. Ao dirigir suas críticas ao deputado estadual Raul Pont, um dos cabos eleitorais de Rosseto, Dirceu mirou na briga interna. Rosseto era vice-governador na época em que as denúncias vieram à tona, em 2001, e faz parte da ala mais à esquerda do partido que, desde 2005, acusa o grupo de Dirceu de ser responsável pela crise do mensalão. A entrada de Dirceu na polêmica interessa aos defensores de Rosseto que vêem na prévia uma extensão da luta entre radicais e moderados em nível nacional. Aos cerca de 4 mil petistas que devem votar na prévia, Rosseto é apresentado como representante do PT não-manchado por suspeitas de corrupção. (...) Apoiada pelas facções moderadas, Maria do Rosário rechaça qualquer ligação com envolvidos em denúncias. A campanha de Rosário prefere eleger o desempenho eleitoral como tema principal. Como a deputada aparece com melhores índices na pesquisa, o grupo acredita que os filiados vão entender que ela tem mais chances de retomar a prefeitura perdida em 2004 após 16 anos de comando petista” (ZERO HORA, 10 de janeiro de 2008, p. 10)

<sup>137</sup> “Uma vitória que derrubou os caciques – A escolha de Maria do Rosário para concorrer à prefeitura em outubro desequilibrou as forças internas do PT e alterou o cenário projetado pelo partido para as eleições ao governo de 2010: A derrota da cúpula gaúcha do partido, que apoiou em peso Rosseto, mudou os planos de líderes do PT. Gaúchos como o ministro Tarso Genro e o líder da bancada do PT na Assembléia Legislativa, Raul Pont, fazem parte do grupo. Entre os apoiadores de Rosseto, estavam todos os ex-prefeitos petistas que governaram a Capital por 16 anos ininterruptos” (ZERO HORA, 18 de março de 2008, p. 8).

no jornal através da exposição de conflitos internos e envolvimento do partido em caso de corrupção.

A análise dos enquadramentos utilizados na cobertura dos temas abordados acima, revelou importantes elementos do cenário construído sobre a imagem da cidade na mídia durante o período que antecedeu as eleições de 2008. O quadro a seguir esquematiza os resultados da pesquisa, apresentando de forma clara e resumida os temas e enquadramentos identificados.

TEMAS	ENQUADRAMENTOS
Assistência Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ineficiência da medida de fechamento de viadutos e pontes contra moradores de rua;</li> <li>- Grande número de sem-teto vivendo nas calçadas e praças da capital;</li> <li>- Empenho da prefeitura em solucionar o problema diante do desinteresse dos sem-teto em saírem das ruas e o aumento de migrantes sem-teto atraídos pelas melhorias nos serviços públicos da capital.</li> </ul>
Habitação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ações da prefeitura na implantação dos programas de habitação, colocando em prática projetos que no passado não saíam do papel (menção aos antigos gestores);</li> <li>- Expectativas com os futuros projetos de remoção de favelados para áreas do programa de habitação;</li> <li>- Ameaça aos patrimônios naturais pelo crescimento das favelas;</li> <li>- Ações da prefeitura pra evitar novas invasões;</li> <li>- Fenômeno de proliferação das favelas comum às grandes cidades e com origens na ordem econômica do país.</li> </ul>
Infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alagamentos na zona sul da cidade e exposição de antiga deficiência do sistema de drenagem (menção aos antigos gestores);</li> <li>- Empenho da prefeitura em tentar solucionar os problemas de alagamento com a maior obra de drenagem pluvial da cidade.</li> <li>- Precariedade da iluminação pública como conseqüência do vandalismo e as promessas de monitoramento pela prefeitura.</li> </ul>
Lixo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acúmulo de lixo pelas ruas gerado por insuficiência da coleta.</li> <li>- Falta de lixeiras nas ruas e descaso com a manutenção das existentes.</li> </ul>
Política	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fortalecimento da candidatura de José Fogaça com seu ingresso no PMDB e a importância do apoio à reeleição na opinião do partido;</li> <li>- Conflito entre as alas moderada e radical do PT</li> </ul>

	<p>durante as prévias para decidir o candidato da sigla (envolvimento da ala de apoio à candidata vencedora em caso de corrupção denunciado em 2001 e derrota do grupo dos ex-prefeitos)</p>
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atendimento sobrecarregado nos Postos do Programa Saúde da Família por crise no SUS do interior;</li> <li>- Situação precária dos postos pela falta de repasse de verbas do Estado e da União;</li> <li>- Cancelamento do pagamento de taxa irregular estabelecida durante a contratação de prestadores de serviços nos postos (menção à gestão anterior).</li> <li>- Descumprimento da carga horária pelos médicos;</li> <li>- Investimentos e ações da prefeitura para tentar amenizar a falta de apoio das outras esferas de governo.</li> </ul>
Segurança	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cotidiano violento da capital;</li> <li>- Deficiências na rede de proteção: câmeras de vigilância e patrulhamento;</li> <li>- Consumo de entorpecentes nas ruas do centro de Porto Alegre (Craklândias);</li> <li>- Cidade vítima de vandalismos (depredação, iluminação danificada e roubos de cabos).</li> </ul>
Transporte Público	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Protestos gerados pelo aumento na tarifa de ônibus;</li> <li>- Benefícios conquistados com as inovações implantadas pela prefeitura no sistema de transporte coletivo.</li> </ul>
Urbanismo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Revitalização de espaços públicos pela prefeitura e as expectativas com o programa Viva o Centro;</li> <li>- A poluição visual e a lentidão da prefeitura em regularizar a publicidade nas ruas.</li> <li>- Empenho da prefeitura ao adotar medida educativa para regularizar a situação da poluição visual.</li> </ul>

QUADRO 4 – A IMAGEM DE PORTO ALEGRE: TEMAS E ENQUADRAMENTOS DE 2007 E 2008  
 FONTE: O autor.

A cobertura realizada pelo jornal Zero Hora durante este período chama a atenção pelo espaço reservado às declarações de órgãos ligados à administração municipal, o que resultou em um número significativo de enquadramentos positivos para a imagem da cidade e de seus gestores ao serem enfatizados o empenho da prefeitura em buscar soluções para os problemas que Porto Alegre vinha enfrentando nas áreas de habitação, transporte coletivo, infraestrutura e urbanismo. O jornal também salientou a responsabilidade de outras esferas de governo pelo

agravamento da situação da saúde e do aumento das favelas. Uma postura que se aproxima do tratamento dado à cidade de Curitiba pela Gazeta do Povo no período anterior, visto que a prefeitura teve um espaço significativo para expor suas opiniões e comentar suas ações no tratamento de diversos casos. Se distanciava, neste ponto, de sua cobertura realizada às vésperas das eleições de 2004, onde não foram identificados enquadramentos voltados para as declarações dos gestores da época.

Ainda que tenha preservado o viés crítico adotado no período anterior em relação à gravidade dos casos e denunciado a situação precária em que se encontravam alguns serviços e espaços públicos da cidade, a cobertura dos temas relacionados à cidade de Porto Alegre havia construído, mais uma vez, um cenário desfavorável para os antigos gestores da Frente Popular, que acabaria por se consolidar como a principal candidatura de oposição durante a disputa eleitoral. Ao salientar que os problemas atingidos pelas ações da prefeitura em diferentes áreas de sua responsabilidade já se estendiam por muitas gestões, a Zero Hora contribuía com enquadramentos positivos ao candidato à reeleição em detrimento da administração do principal partido concorrente na disputa eleitoral.

Conclui-se através das análises realizadas até este momento, que, diante da evidente sustentação dos temas e dos traços comuns encontrados em seus tratamentos, conforme as características de acumulação e consonância do conteúdo midiático apontadas no capítulo anterior (NOELLE-NEUMANN, 1973), os enquadramentos identificados nas coberturas dos temas referentes a Curitiba e Porto Alegre em seus principais periódicos, ao longo dos anos que antecederam as eleições municipais de 2004 e 2008, revelaram importantes elementos para a construção das imagens das cidades na mídia, entendidas aqui como as protagonistas do discurso eleitoral em pleitos municipais.

Ainda que ambos os jornais tenham adotado, nos dois períodos, tratamentos críticos em relação aos problemas que as cidades vinham enfrentando, através do enquadramento de denúncias e ênfase na gravidade dos casos, significativas diferenças foram encontradas no espaço dedicado aos seus gestores. No primeiro período (2003-2004), enquanto a Gazeta do Povo reservava grande espaço para as declarações de agentes ligados aos órgãos municipais de Curitiba e enfatizava a importância do projeto urbanístico desenvolvido ao longo das últimas gestões,

remetendo-se ao grupo dos urbanistas como os responsáveis pelo título de *cidade-modelo*, em Porto Alegre, a Zero Hora referia-se à hegemonia de seus administradores como um reinado que havia se desgastado ao longo dos últimos dezesseis anos e abordava boa parte dos temas através de enquadramentos que desqualificavam a prefeitura diante dos problemas da cidade. No período seguinte (2007-2008), enquanto o espaço reservado à cidade de Curitiba era marcado por reportagens com enquadramentos que contribuíam para o aprofundamento do debate dos temas relacionados a ela, enfatizando diferentes pontos de vista ao reservar espaço tanto aos argumentos da administração municipal quanto de especialistas e antigos gestores, na cobertura de Porto Alegre, a administração passava a ganhar espaço em reportagens com enquadramentos voltados para as iniciativas da prefeitura em solucionar problemas enraizados ao longo das gestões anteriores, um cenário favorável à gestão em curso, mas ainda desfavorável ao partido que havia administrado a cidade por quase duas décadas. O quadro a seguir, ilumina as principais características de cada cenário.

	2004		2008	
VIÉS	CURITIBA	PORTO ALEGRE	CURITIBA	PORTO ALEGRE
NEGATIVO	Crítico em relação ao problemas: atribuídos ao crescimento da cidade e comuns às grandes metrópoles. Situação agravada por impasse político com o governo estadual.	Crítico em relação aos problemas: drama vivido pela população que convivia com os problemas da cidade. Desfavorável aos administradores, que, ao longo das últimas gestões, foram responsáveis pela crise orçamentária que prejudicava a manutenção dos serviços públicos, além do não cumprimento de promessas e da demora em admitir problemas.	Crítico em relação aos problemas: especialistas criticam soluções adotadas pela prefeitura. Antigos gestores apontam a necessidade de a cidade voltar a inovar.	Crítico em relação aos problemas que esperam soluções há muitos anos.

POSITIVO	Favorável aos administradores, que, ao longo das últimas gestões, haviam amenizado os problemas e garantido uma situação melhor do que em outras cidades. A cidade ainda era modelo em planejamento urbano.		Favorável aos administradores: sucesso da parceria com o governo federal nos programas de habitação e empenho em solucionar o problema de vagas nas creches, dar continuidade ao planejamento do sistema viário e realizar um grande número de obras.	Favorável aos administradores: Empenho da prefeitura em solucionar problemas enraizados ao longo das gestões anteriores e colocar em prática antigos projetos.
----------	---	--	---	--

QUADRO 5 – CARACTERÍSTICA DOS CENÁRIOS MIDIÁTICOS DE 2004 E 2008

FONTE: O autor.

Assim, no período que antecedeu as eleições municipais de 2004, a Gazeta do Povo havia construído um cenário onde Curitiba enfrentava problemas devido ao seu crescimento e precisava de novos projetos, pois o planejamento implantado ao longo das últimas gestões, que havia transformado a cidade em modelo para outras capitais do mundo e contribuído para que sua situação não fosse pior, estava saturado diante de problemas comuns às grandes metrópoles, enquanto na Zero Hora, o cenário apresentava Porto Alegre em uma situação muito ruim, marcada pelo desgaste de seus gestores após quatro mandatos seguidos e o drama vivido pela população que dependia de serviços públicos precários, afetados por uma crise orçamentária nas contas da prefeitura. Na cobertura das cidades ao longo dos anos que antecederam a disputa de 2008, enquanto o cenário construído na cobertura da Gazeta do Povo, através de um viés crítico em relação à gravidade dos problemas e uma referência positiva aos antigos gestores, apresentava uma Curitiba que vinha se beneficiando com o sucesso de programas nas áreas de habitação e infraestrutura do sistema viário, mas que precisava voltar a inovar para enfrentar outros desafios nas demais áreas, na Zero Hora, as melhorias que vinham sendo conquistadas em Porto Alegre apareciam em um cenário marcado pelo empenho e as dificuldades da prefeitura em tentar solucionar antigos problemas da cidade ao colocar em prática projetos que normalmente não saíam no papel por falta de recursos, também através de uma postura crítica e de denúncia diante da gravidade dos problemas, mas com uma referência negativa aos governos anteriores.

Através da análise dos esquemas de seleção e ênfase dos eventos noticiados na cobertura dos temas referentes às cidades, foi possível identificar os quadros interpretativos (*frames*) sustentados ao longo dos anos que antecederam as eleições de 2004 e 2008, e que resultaram em diferentes cenários com características próprias capazes de indicar definições particulares de interpretação para cada um dos contextos representados na mídia. Diante da evidência destes cenários, segue-se com a análise da apropriação de seus elementos pelos principais candidatos de cada disputa para verificar as hipóteses de tematização e *framing*, a que este estudo se dedica, com o intuito de esclarecer o papel da mídia na estruturação das estratégias discursivas adotadas pelos agentes políticos durante processos eleitorais.

## 4 OS CENÁRIOS NAS CAMPANHAS

Este capítulo busca esclarecer os processos de tematização e *framing* das campanhas a partir dos diferentes cenários construídos sobre as imagens das cidades na mídia. Para isso, segue-se com uma análise comparativa da incidência dos temas e enquadramentos da imprensa na programação apresentada no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral da televisão de Curitiba e Porto Alegre em 2004 e 2008.

### 4.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Os programas dos candidatos a prefeito exibidos na televisão durante o Horário Gratuito Eleitoral de 2004 e 2008 em Curitiba e Porto Alegre foram exibidos às segundas, quartas e sextas-feiras e ocuparam o horário das 13h às 13h30 e das 20h30 às 21h, conforme o Código Eleitoral (Lei n.4737, de 15 de julho de 1965). A análise a seguir realiza o levantamento de dados em ambos os turnos eleitorais nos programas dos partidos transmitidos no período da noite, por se tratar do horário nobre de sua programação, e mensura os discursos dos dois principais candidatos de cada pleito.

A unidade de análise quantitativa adotada na coleta dos dados apresentados foi o segmento, definido pelo conjunto conteúdo, orador e cenário, que confere autonomia às partes (segmentos) do programa (FIGUEIREDO *et alii*, 2000; CERVI E PANKE, 2011). A partir dos temas enfatizados na programação, segue-se com uma análise qualitativa e comparativa dos discursos adotados pelos candidatos em relação aos temas e *frames* dos jornais Gazeta do Povo e Zero Hora, identificados no capítulo anterior.

### 4.2 TEMAS ABORDADOS NOS HGPES DE 2004 E 2008 EM CURITIBA E PORTO ALEGRE

A divisão dos temas nos programas dos candidatos selecionados para este estudo aponta para significativas diferenças na forma como os enquadramentos dos



FONTE: Núcleo de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública da UFPR

Em uma visão geral dos dados destacados acima, nota-se que as campanhas de 2008 estiveram mais afinadas com os cenários construídos nos jornais do que no período anterior, o que significa que um número maior de temas fora tratado com os enquadramentos enfatizados pela mídia durante a última disputa eleitoral. Vale lembrar que os cenários identificados em 2007 e 2008 foram marcados pelo tom crítico em relação aos problemas que as cidades vinham enfrentando, mas também pelo empenho dos novos administradores em tentar solucioná-los, o que fornecia argumentos tanto às candidaturas de oposição, quanto aos candidatos à reeleição, que já haviam assumido a prefeitura diante de cenários marcados pela crítica aos problemas das cidades. Isso, aliado aos enquadramentos que construíram uma boa imagem de suas gestões, fornecia argumentos para que construíssem discursos baseados na continuidade das mudanças iniciadas em seus governos.

Nota-se também que as imagens dos candidatos tiveram a maior incidência entre os temas abordados nas campanhas, com uma média de 36% dos segmentos dos programas, chegando a 63% no programa de José Fogaça (PPS) em 2004. Priorizava-se, assim, as qualidades pessoais e as trajetórias de vida dos candidatos, geralmente apresentadas através de um discurso vago, baseado na confiabilidade apregoada por familiares, personalidades políticas e do meio artístico ou pelo próprio candidato. Um personalismo por vezes reproduzido na imprensa em uma cobertura apática e descritiva do dia-a-dia das campanhas, voltada mais para a agenda dos candidatos do que para suas propostas de governo e que, em conjunto com a programação do HGPE, resultam em cenários eleitorais muito próximos do tipo ideal de *Democracia de Público* (MANIN, 1995), no qual as campanhas seriam construídas mais sobre as qualidades pessoais dos candidatos do que sobre propostas pouco aprofundadas, limitadas pela atual complexidade do âmbito de atuação das esferas governamentais.<sup>138</sup>

Por outro lado, o caráter extremamente repetitivo dos segmentos voltados para as imagens dos candidatos, fez com que a novidade de cada programa acabasse ficando por conta do tratamento dado aos temas relacionados às políticas públicas. Por se tratarem de assuntos específicos da gestão municipal, são o espaço

---

<sup>138</sup> Sobre a cobertura factual dos episódios diários de campanhas eleitorais pela imprensa, ver Cervi (2003) e Pendiuk e Souza (2007, 2009).

onde os candidatos e suas equipes encontram mais oportunidades de reproduzirem os cenários construídos na mídia sobre a imagem das cidades ou se dedicarem à produção de imagens alternativas, seja para abordar propostas futuras ou assumir uma retórica de ataque à administração em curso. Diante disso, segue-se com uma análise do tratamento dado aos temas abordados nos programas dos candidatos selecionados para verificar a incidência destes cenários nas campanhas eleitorais.

#### 4.3 TEMATIZAÇÃO E *FRAMING* DAS CAMPANHAS DE 2004

O programa apresentado no HGPE de Curitiba pelo PSDB, em 2004, mesmo representando um candidato da situação, pelo fato de ter sido vice-prefeito e ter em sua campanha o apoio de Jaime Lerner, líder do grupo político dos urbanistas, não atribuiu a Beto Richa uma postura tecnicista, típica do perfil construído durante as campanhas dos candidatos daquele grupo, investindo na construção de uma imagem mais popular, da preocupação com os bairros da cidade, sob o *slogan* de um prefeito da “cidade da gente”, e não dos projetos urbanísticos modernos ou do modelo para outras cidades do mundo. Beto Richa se apresentava, então, como uma opção de mudança, ainda que menos radical do que a representada por seu principal adversário, Ângelo Vanhoni, do PT, o que condizia com um cenário construído na Gazeta do Povo sobre a ênfase na necessidade de novas soluções para os problemas que a cidade vinha enfrentando com seu crescimento, mas isento de críticas ao grupo que havia administrado a cidade nos últimos quatro mandatos.

Em sua estratégia de campanha, nota-se que o PSDB reservou um espaço significativo à saúde pública, com 7,6% dos segmentos do programa dedicados ao tema. Em boa parte de sua programação voltada para as políticas públicas, eram apresentadas suas propostas para resolver o problema da demora no atendimento das especialidades nos postos de saúde.<sup>139</sup> Um tema que não aparecia nas páginas do jornal desde que o problema fora enfatizado entre abril e julho de 2003, mas que voltou a ser notícia após sua ênfase nos primeiros programas do PSDB, o que aponta para uma relação de agendamento da mídia pela propaganda eleitoral. Nota-

---

<sup>139</sup> “Para diminuir a fila e melhorar o atendimento nos postos de saúde, propomos três soluções: reforçar o corpo médico, contratando cento e vinte novos médicos, construir quatro centros de especialidades e fazer mutirões permanentes para reduzir as filas em consultas como otorrino, oftalmologia e cardiologia” (HGPE, 25 de agosto de 2004).

se também que a Gazeta do Povo passa a tratar o assunto com o mesmo enquadramento do candidato ao abordar o tema da saúde enfatizando a importância de se buscar soluções para a falta de médicos especialistas nos postos, o que caracteriza o inverso do processo pressuposto pela *teoria da tematização* (LUHMANN, 2000) e o conceito de *framing* (GANSON, 1985; ENTMAN, 1993).

Além da construção de centros de especialidades e a realização de mutirões permanentes para reduzir as filas no atendimento, uma das propostas para solucionar o problema na saúde pública, que ajudou a dar destaque ao tema na propaganda eleitoral de Beto Richa, foi a ampliação do programa de atendimento às gestantes, o “Mãe Curitibana”, criado por seu vice, o médico Luciano Ducci, enquanto secretário municipal da saúde. Durante toda a programação, pequenas chamadas apresentavam o sucesso do programa nos últimos anos e as melhorias que seriam implantadas pelo candidato com a construção de uma nova unidade de saúde materna.<sup>140</sup>

Outro tema que, durante o primeiro turno, ganhou destaque entre as propostas do candidato do PSDB foi a geração de emprego, tratado através de um discurso vago sobre a importância da capacitação dos desempregados para atender a demanda de um mercado tecnológico e globalizado.<sup>141</sup> Sem entrar nos detalhes de como este preparo seria feito, Beto Richa concluía que a maior tecnologia estava na capacidade e no talento do curitibano.<sup>142</sup> Um tema que em nenhum momento fora enfatizado pela Gazeta do Povo, o que mostra uma campanha voltada para apenas um dos elementos da imagem da cidade construída naquele periódico, explorando somente as necessidades apontadas na mídia através de promessas de melhorias,

---

<sup>140</sup> “O programa criado pelo vice do Beto, Doutor Luciano, já atendeu setenta e cinco mil gestantes. Com o Mãe Curitibana a futura mãe fica sabendo onde vai ter o seu filho e recebe toda a assistência durante a gravidez e depois do nascimento do bebê. E o Beto vai ampliar o atendimento com a Unidade de Saúde Materna e Infantil Mãe Curitibana: uma unidade ambulatorial equipada especialmente para gestantes, mães e recém nascidos que enfrentem problemas” (HGPE, Curitiba, 28 de agosto de 2004).

<sup>141</sup> O destaque ao tema do emprego no programa de Beto Richa foi dado em segmentos mais longos, que representaram 6% do seu tempo no HGPE. Com a exceção deste, os percentuais referentes ao tempo das políticas públicas abordadas no programa do PSDB mostraram-se muito próximos dos números revelados na análise por segmentos (Fonte: Núcleo de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública da UFPR, 2004).

<sup>142</sup> “Nós sabemos que há a exigência por mais preparo, cada vez mais conhecimento, mais informação. Isso é uma exigência do mundo globalizado que nós vivemos hoje. A prefeitura vai se ocupar da capacitação das pessoas pra que estejam realmente aptas à inclusão no mercado de trabalho, porque hoje muitas indústrias e fábricas com tecnologia de ponta, cada vez empregam menos mão-de-obra e quando se tem uma oferta mínima de mão-de-obra, a exigência é cada vez maior por esse preparo e por essa qualificação. Então, a prefeitura quer contribuir para que as pessoas tenham a informação e o conhecimento necessários para se integrarem a essa nova realidade que nos é imposta. Se fala tanto em tecnologia, em ciência e informação, mas a maior tecnologia está aqui, dentro do curitibano, é a sua capacidade e o seu talento” (HGPE, Curitiba, 25 de agosto de 2004).

sem se referir à situação em que se encontravam os postos de saúde. A mesma estratégia avança pelo segundo turno, quando o programa de Beto Richa, além da saúde, passa a enfatizar a educação e o desenvolvimento urbano da Cidade Industrial de Curitiba. Este último era tratado através das promessas de asfaltamento e construção de uma rua da cidadania na região. Destes dois temas, que passaram a ganhar espaço na programação, o que chama mais atenção é o da educação, onde as promessas de construção de novas creches e escolas eram complementadas com a forma como o orçamento municipal previsto para o ano seguinte seria utilizado. O candidato aproveitava, então, para afirmar que suas propostas eram viáveis e concretas, o que poderia amenizar o fato de suas promessas para a geração de emprego no primeiro turno terem sido um tanto quanto vagas.<sup>143</sup>

É evidente também o caráter personalista da campanha de Beto Richa na televisão, dado que menos da metade de seus segmentos tratavam de assuntos substantivos da campanha, como suas propostas de governo, enquanto 36% eram voltados apenas para a imagem do candidato, enfatizada através de argumentos que ressaltavam a experiência administrativa adquirida enquanto secretário de obras e vice-prefeito, além de associar constantemente sua capacidade política com o fato de ser filho do falecido ex-governador do estado, José Richa.<sup>144</sup> A idéia de que Beto Richa havia herdado a capacidade política de seu pai era ainda destacada com uma série de depoimentos de sua mãe, Arlete Richa, tratando das qualidades que pai e filho tinham em comum, o que conferia um tom extremamente personalista à campanha. Além disso, outro personagem, que contribuiu para a construção da boa imagem do candidato durante a campanha, foi o ex-peemedebista Gustavo Fruet, ao

---

<sup>143</sup> “Os educadores e os professores vão ser muito importantes pra fazer a educação infantil avançar. Vamos contratar mais gente pra ajudar acabar com as filas nas creches. Beto Richa vai reformar quarenta e uma creches, construir outras vinte e mais vinte e duas pré-escolas. Vai custar sessenta e oito milhões de reais. Do orçamento municipal de trezentos e cinquenta milhões de reais previsto para educação no ano que vem, vinte milhões por ano vão para os investimentos. Oitenta milhões em quatro anos. O suficiente para pagar estas obras e ainda sobra. O Beto só trabalha com propostas concretas e obras viáveis” (HGPE, Curitiba, 26 de agosto de 2004).

<sup>144</sup> “Administrar Curitiba exige experiência administrativa e capacidade política para definir prioridades e tomar atitudes. O Beto Richa é experiente. Foi secretário de obras públicas de Curitiba e como vice-prefeito conhece a prefeitura por dentro. Sabe o que funciona e o que deve mudar para melhorar. A capacidade política, Beto Richa herdou do pai, que foi um dos melhores governadores que o Paraná já teve” (HGPE, Curitiba, 25 de agosto de 2004).

longo segundo turno.<sup>145</sup> Fruet, que havia ganhado um destaque positivo na Gazeta do Povo durante impasses entre alas internas do PMDB, aparecia no programa eleitoral exaltando as qualidades da campanha de Beto Richa e alertando sobre falsidade das acusações feitas pela oposição sobre o candidato.<sup>146</sup>

Apesar de pouco propositiva, a campanha de Beto Richa em 2004 havia enfatizado um dos elementos da imagem da cidade construída pela Gazeta do Povo, ao tratar dos problemas enfrentados na saúde com o mesmo enquadramento utilizado pelo jornal. Um tema que havia sido pouco explorado ao longo da cobertura que antecedeu a disputa, mas que voltou a ser noticiado com o destaque dado a ele durante a propaganda eleitoral. Vale lembrar que, diante de um cenário crítico em relação aos problemas da cidade, pouco restava a ser explorado por um candidato que havia sido vice-prefeito. Sua campanha buscava, então, enfatizar melhorias futuras na qualidade de vida dos curitibanos ao afirmar que estes demandavam mais cuidados da prefeitura, voltando-se para os problemas do cotidiano de qualquer grande cidade.

No programa de seu maior adversário, o candidato do PT, Ângelo Vanhoni, deu-se um destaque significativo ao tema da segurança pública, correspondendo a 10% de seus segmentos no HGPE. A segurança, que havia se tornado um importante elemento da imagem de Curitiba construída na Gazeta do Povo com um enquadramento voltado para a falta de policiais nas ruas, aparece no programa do candidato em sua principal proposta, o Programa Segurança Integrada. Esta era baseada na integração entre as polícias militar, civil, o corpo de bombeiros e a guarda municipal, ou seja, uma união entre as autoridades estaduais e municipais. Além do policiamento, outro elemento do cenário construído na mídia utilizado foi o da cidade-modelo, com a afirmação constante de que o programa da segurança seria mais um exemplo de Curitiba para outras cidades.<sup>147</sup> Um enquadramento que,

---

<sup>145</sup> “Amigos, o Beto venceu a eleição no primeiro turno e desde então só vem crescendo nas pesquisas com uma campanha muito alegre a favor de Curitiba. Por causa disso, vem sofrendo nos últimos dias todo tipo de mentira e falsas insinuações. Fique alerta, não acredite em falsas confissões, em falsas denúncias às vésperas da eleição. O Beto é sério, tem história e tradição. É uma campanha honesta e limpa. Ele vai ser um grande prefeito para Curitiba” (HGPE, 28 de outubro de 2004).

<sup>146</sup> Durante o segundo turno, Beto Richa (PSDB) fora atacado no programa do PT com denúncias de que havia assinado, enquanto vice-prefeito, a implantação de mais radares em Curitiba, ao mesmo tempo em que tratava os radares como “arapucas para os motoristas” em suas declarações.

<sup>147</sup> “Nosso programa representa uma renovação no combate à criminalidade nas grandes capitais. Um novo caminho a seguir. Curitiba estará dando mais um exemplo para todo o país, não só de pioneirismo, mas sobre tudo de seriedade e firmeza no combate à falta de segurança” (HGPE, Curitiba, 25 de agosto de 2004).

na mídia, sempre remeteu ao sucesso do planejamento implantando pelo grupo dos urbanistas.

A questão da integração entre a prefeitura e o governo do estado também teve repercussão no programa do candidato do PT. Em quase todos os programas, principalmente naqueles que abordavam as propostas para a segurança, o governador Roberto Requião aparecia como o principal apoio à candidatura de Vanhoni, afirmando que os problemas com o policiamento em Curitiba eram resultados da falta de participação da prefeitura.<sup>148</sup> Uma referência ao impasse político enfatizado pela imprensa, porém, numa tentativa de favorecer o governo do estado ao apontar a falta de participação da prefeitura na solução do problema da segurança. Como visto no capítulo anterior, o impasse era tratado na Gazeta do Povo com um enquadramento que privilegiava a posição da administração municipal, que se referia a essa relação como um boicote do governo do estado. Assim, enquanto na mídia os problemas com a segurança eram creditados a um descaso do governo estadual, motivado por razões políticas, em sua campanha no HGPE, Vanhoni tentava reverter este elemento do cenário, repassando a acusação de descaso para a prefeitura e argumentando sobre a necessidade de uma integração entre as esferas municipal, estadual e federal para administrar a cidade. Com o apoio do governador, Vanhoni se colocava, então, como o único candidato capaz de fazer isso, o que era enfatizado com anúncios diários de que um prefeito com o apoio de outras esferas de governo poderia fazer muito mais pela cidade.

Nos segmentos voltados para a imagem de Curitiba, o fato desta ter se tornado modelo para outras cidades era atribuído ao esforço da população, numa tentativa de desvincular do grupo dos urbanistas este elemento do cenário. Além disso, utilizava-se a questão da falta de segurança como justificativa para uma mudança na gestão municipal, afirmando que o candidato iria transformar a cidade modelo das inovações urbanísticas em uma “cidade modelo da paz”.<sup>149</sup>

---

<sup>148</sup> “Curitiba está acompanhando o enorme esforço do governo do estado para melhorar a segurança com o projeto Povo, que é a polícia comunitária, as patrulhas escolares e a redução do expediente da polícia militar. Agora a polícia tem que estar é na rua. Mas faltava alguma coisa. Faltava a participação da prefeitura. O Vanhoni propõe a integração da guarda municipal com a polícia estadual. E esta integração vai dar, sem a menor sombra de dúvida, mais segurança pra você, mais segurança pra população” (HGPE, Curitiba, 25 de agosto de 2004).

<sup>149</sup> “Era uma vez, uma cidade construída pelas mãos de brasileiros e de gente de todo o mundo: italianos, ucranianos, alemães, poloneses e japoneses. Gente de fibra, que sempre acreditou no trabalho e no espírito comunitário pra vencer as dificuldades. Com isso, a cidade cresceu bonita, organizada, tranqüila, virou cidade modelo, um exemplo para todo o país, tanto que atraiu pessoas do Brasil inteiro, que largaram tudo para viver aqui. Vanhoni quer transformar Curitiba na cidade modelo da paz, pra sua família viver com tranqüilidade, para

Outro tema de destaque na programação do candidato do Partido dos Trabalhadores, durante o primeiro turno, foi o da saúde pública logo após o programa de Beto Richa o ter adotado como um de seus motes de campanha e a Gazeta do Povo ter voltado a dar destaque ao assunto. Após mostrar a insatisfação da população com o serviço público de saúde através das declarações de usuários, como a Gazeta do Povo havia feito no ano anterior com o RPC nos Bairros, o programa de Ângelo Vanhoni apresentava suas propostas de construção de um centro de especialidades, integração com hospitais e ampliações nos horários de atendimento e no número de médicos especialistas das unidades de saúde.<sup>150</sup> Nota-se também que em nenhum momento o tema fora tratado através do enquadramento do uso do sistema de saúde por moradores de cidades vizinhas, como o jornal vinha fazendo após o tema surgir na propaganda eleitoral. Um enquadramento que desresponsabilizava a administração municipal das causas do problema, mas que poderia ter sido utilizado pela oposição com base em uma possível parceria da prefeitura com a região metropolitana, aproveitando que a integração já era o carro chefe da campanha na área da segurança pública.

Durante o segundo turno, no que diz respeito aos temas propositivos da campanha, o programa eleitoral do PT passou a enfatizar uma proposta que até então não havia aparecido em sua programação, nem esteve presente entre os temas abordados na Gazeta do Povo. O Orçamento Participativo, que propunha a formação de conselhos comunitários regionais para apontar as prioridades dos gastos da prefeitura nos bairros, era apresentado a partir do seu sucesso em outras administrações municipais do Partido dos Trabalhadores e do fato de ter servido de modelo para cidades administradas por outros partidos. Porém, tratava-se de um programa municipal que já existia em Curitiba, o que fazia com que o candidato

---

as crianças brincarem nas praças e nas ruas sem correrem riscos e você ficar morrendo de preocupação quando seu filho demora para chegar em casa. Vanhoni quer a paz no centro e nos bairros mais distantes. Vanhoni quer a paz no coração dos curitibanos" (HGPE, Curitiba, 25 de outubro de 2004).

<sup>150</sup> "No meu governo a saúde vai melhorar, e melhorar muito. Muita coisa pode ser feita e nós vamos fazer. Essa é uma questão de honra pra mim. Veja minhas propostas para a saúde: oito hospitais particulares serão integrados ao sistema público e passam a atender como hospitais distritais, os postos de maior movimento passam a funcionar até as vinte e três horas, cada uma das oito regiões da cidade vai ter um posto vinte e quatro horas e um centro de especialidades; através de convênios, o número de médicos no atendimento da população vai ser ampliado imediatamente de trezentos e cinquenta para quinhentos, diminuindo as filas nos postos e a espera na central de marcação de consulta; o programa saúde da família será duplicado, passando a atender setenta por cento da população, contando com equipes de saúde mental para casos de alcoolismo e drogas e será construído o primeiro pronto-socorro infantil municipal de Curitiba" (HGPE, Curitiba, 01 de setembro de 2004).

tivesse sempre que desqualificar o funcionamento dos conselhos até então. No mais, a proposta era muito pouco detalhada e não apresentava nenhuma diferença significativa do que já estava sendo feito. Supõe-se que a apropriação de um *frame* da mídia pudesse fortalecer os argumentos do candidato, caso se tratasse de um tema enfatizado pela imprensa.

Ainda que tenha dedicado um pouco mais de seu programa para temas propositivos do que o candidato do PSDB, com 43% dos segmentos dedicados às políticas públicas da cidade (contra 33% de Beto Richa), aproveitando um cenário crítico em relação aos problemas que a cidade vinha enfrentando nas áreas da saúde e da segurança, a campanha de Ângelo Vanhoni também assumiu um caráter personalista. Com 24% dos segmentos voltados para o tratamento da imagem do candidato, a programação fora marcada pela participação de uma série de personalidades políticas do PT e do PMDB, seu principal aliado, enaltecendo suas qualidades pessoais e sua capacidade administrativa em segmentos que se repetiam ao longo de todos os programas.<sup>151</sup>

A análise da campanha apresentada pelo Partido dos Trabalhadores no HGPE mostra que o programa de Ângelo Vanhoni abordou os principais temas que envolviam a imagem da cidade construída na Gazeta do Povo, se contrapondo à maneira como estes haviam sido tratados pelo jornal. Desta forma, ao abordar a integração entre as gestões municipal e estadual para solucionar o problema da segurança pública e a imagem da “cidade modelo” como fruto do trabalho de seus habitantes, a propaganda eleitoral de Vanhoni tentava reverter os enquadramentos que compunham o cenário construído na mídia, como a desqualificação do governo estadual diante do impasse político e o sucesso do planejamento urbano implantado pelo grupo lernista, utilizando a seu favor elementos de um cenário desfavorável à sua candidatura.

No mesmo ano, em Porto Alegre, onde o Partido dos Trabalhadores encontrava-se do outro lado da disputa, porém, ao contrário do candidato da

---

<sup>151</sup> “Eu conheço o Vanhoni há muito tempo e posso afirmar com segurança que ele é o melhor candidato para prefeito de Curitiba. Sempre admirei sua coragem para enfrentar desafios. Para quem se dedica de corpo e alma à luta contra as desigualdades sociais, o trabalho do Vanhoni é uma fonte de inspiração. A eleição dele para prefeitura será um presente para Curitiba” (HGPE, Curitiba, 03 de setembro de 2004). “O Vanhoni é sério, é competente, é trabalhador. Uma pessoa admirável, em quem se pode confiar. O Vanhoni tem iniciativa, defende as suas idéias. Com ele, a prefeitura e o governo do estado, pela primeira vez, vão trabalhar em perfeita sintonia. Vamos fazer juntos o que não conseguiram fazer até agora. O Vanhoni eu respeito” (HGPE, Curitiba, 09 de setembro de 2004).

situação em Curitiba, que não respondia pelo grupo que havia governado a cidade até aquele momento, Raul Pont, representando os dezesseis anos da Frente Popular na administração da cidade, teve boa parte dos segmentos de seu programa divididos entre a imagem da cidade (20%) e sua experiência como prefeito (34%). Aproveitando o espírito de mudança que envolvia as campanhas de oposição sob o argumento do desgaste do PT após quatro mandatos na prefeitura, que também havia se consolidado como um elemento do cenário construído na imprensa, a imagem de Porto Alegre aparecia no programa de Pont como uma “cidade capaz de transformar e transformar-se”, que já havia escolhido mudar e, deste então, nunca mais parou.<sup>152</sup> O partido se apresentava, assim, como representante de uma mudança que havia começado quando assumiu pela primeira vez a administração municipal e, ao admitir que ainda haviam problemas a serem enfrentados, enfatizava que enquanto houvesse uma criança sem assistência, uma família sem teto ou um doente sem atendimento, haveria motivos para continuar a conquistar novas mudanças.

Nos segmentos dedicados ao tratamento da imagem do candidato, o programa associava Raul Pont ao caráter democrático de sua gestão, o que resultou em grandes obras conquistadas com a participação consciente e voluntária dos porto-alegrenses, uma referência ao Orçamento Participativo implantado no primeiro mandato da Frente Popular.<sup>153</sup> Através de declarações de eleitores nas ruas, o candidato também era associado à continuidade de um projeto marcado pela participação popular que vinha transformando Porto Alegre em uma cidade cada vez melhor. A partir do segundo turno, este argumento da continuidade dá espaço ao discurso da mudança na fala da vice-candidata, Maria do Rosário, sobre a importância de se buscar novos caminhos, mas sem colocar em risco o que já havia

---

<sup>152</sup> “O mundo conhece Porto Alegre. A cidade que um dia decidiu mudar. Uma cidade se mede por sua capacidade de transformar, de transformar-se. Transformar a infância na rua em criança na escola, a vila sem nada em nova morada. Da rua escura à rua iluminada, do ônibus precário ao ônibus novo. Porto Alegre decidiu mudar e nunca mais parou” (HGPE, Porto Alegre, 20 de agosto de 2004).

<sup>153</sup> “O avanço da participação popular foi a maior obra do governo de Raul Pont, uma administração que entrou para a história de Porto Alegre. Raul Pont construiu a Terceira Perimetral e fez muito mais” (HGPE, Porto Alegre, 08 de setembro de 2004). “Pra mim, o meu orgulho não foi de que em meu governo, nós pudéssemos terminá-lo dizendo que foi aquele de maior investimento na história dessa cidade. Pra mim, o mais importante é que esta quantificação foi fruto da participação consciente, da participação voluntária, da participação cidadã nessa cidade. Me orgulho de ter deixado essa capital mais republicana do que ela já é. Isso deve ser o orgulho de qualquer administrador” (HGPE, Porto Alegre, 20 de setembro de 2004).

sido conquistado.<sup>154</sup> Adotava-se, então, um discurso mais afinado com o espírito de mudança daquela disputa, porém, muito próximo do que já vinha sendo usado pelo candidato do PPS, José Fogaça, desde o primeiro turno, para desqualificar o tempo de permanência da Frente Popular no poder executivo municipal, sem atacar os projetos realizados até aquele momento.

Quanto ao espaço dedicado às políticas públicas, o programa do PT havia se distanciado do cenário construído na imprensa ao voltar sua atenção para os investimentos realizados na área de educação, enfatizando o empenho da prefeitura na luta para que todos os porto-alegrenses tivessem acesso a escolas públicas com tanta qualidade e infraestrutura quanto às escolas particulares, onde os pais também tinham espaço para participar do debate sobre processo de aprendizagem e acompanhar a evolução de seus filhos. Diante de um cenário midiático extremamente negativo para a imagem de sua administração, o PT utilizava parte significativa de seus segmentos para tratar de um tema sem qualquer repercussão no principal jornal da cidade.<sup>155</sup>

Somente no segundo turno o programa da Frente Popular passou a tratar de um tema de forte incidência na mídia. Com 8,7% dos segmentos do programa, os serviços de segurança pública apareciam na fala de Raul Pont como responsabilidade do Governo do Estado, mas que nos próximos anos contaria com seu comprometimento em aumentar a guarda municipal para atender as praças e parques da cidade, liberando a Brigada Militar para combater o crime mais pesado. A prefeitura estaria, então, assumindo também esta responsabilidade, sem deixar de cobrar uma contrapartida do Estado para que o efetivo da brigada militar liberado do

---

<sup>154</sup> "Eu compreendo que o sonho de mudança faz parte da natureza humana. A gente quer sempre mais e precisa estar sempre renovando nossos objetivos, buscando novas conquistas. A mudança é um processo dinâmico, permanente e diário. É possível e necessário que isso aconteça, mas é preciso ter muito cuidado para não cair na tentação de mudar por mudar. Vamos mudar, sim, mas sem colocar em risco aquilo que nos faz felizes. Evoluir é a melhor mudança. Manter o que está sendo feito por quem sabe o que está fazendo é a melhor mudança, a mais construtiva. É assim que eu acho que a cidade vai avançar. Sabendo como fazer, como trabalhar, é nisso que eu acredito. Esse é o modo como queremos trabalhar. Continuar o que está sendo feito, fazer coisas novas, sempre novas e fazer muito mais por Porto Alegre" (HGPE, Porto Alegre, 16 de outubro de 2004).

<sup>155</sup> "Com o passar dos anos, criou-se a idéia de que existiam dois tipos de escola, a particular, com ensino de qualidade superior, com equipamentos e infraestrutura sofisticada, e a escola pública, que ensinaria apenas o básico necessário. Estamos provando que não precisa ser assim. Todas as crianças tem direito à ensino de qualidade, independente da situação socioeconômica. Hoje, as escolas municipais tem professores com remuneração digna e participam de cursos de atualização e aperfeiçoamento. Tem bibliotecas, laboratórios de informática, idiomas estrangeiros e atividades culturais. Mais do que isso, os pais debatem o processo de aprendizado e podem acompanhar a evolução escolar do seu filho. As escolas municipais de Porto Alegre comprovam que o ensino público pode ser de qualidade quando é tratado como prioridade, com investimentos e com democracia" (HGPE, Porto Alegre, 05 de setembro de 2008).

policciamento das áreas de lazer fossem deslocados para reforçar a vigilância no centro e nos bairros mais populosos da cidade, ao invés de serem enviados para o interior. Ao adotar um argumento que tirava a responsabilidade da prefeitura pela situação da segurança pública na capital até aquele momento, Raul Pont acusava o ex-governador, Antônio Britto (PMDB), que havia administrado o estado entre 1995 e 1999, de ter contribuído decisivamente para falta de policiamento em Porto Alegre com um plano de demissão voluntária, que teria feito com que a cidade perdesse quase dois mil policiais na época.<sup>156</sup> O Partido dos Trabalhadores adotava, então, um enquadramento que desviava os problemas, diariamente enfatizados na mídia, para outras esferas de governo, sem se referir ao sistema de câmeras de vigilância, tratado no jornal Zero Hora através dos enquadramentos das promessas de campanha não cumpridas, ou à necessidade de integração entre os órgãos estadual e municipal de segurança, apontada por especialistas na mídia.

Nota-se também que a Frente Popular havia construído uma campanha pouco propositiva, ainda que não tenha dedicado seu tempo no HGPE a declarações sobre as qualidades pessoais de seu candidato, optando por associar sua imagem ao perfil democrático de sua gestão e a imagem da cidade a certa capacidade transformadora. Uma propaganda eleitoral voltada para últimos dezesseis anos de governo e distante do cenário construído na mídia através de enquadramentos desfavoráveis à administração do partido ao longo de seus quatro mandatos. Assim, se em Curitiba o Partido dos Trabalhadores, ao adotar sua estratégia de oposição, revertia a seu favor os elementos de um cenário favorável ao grupo da situação, em Porto Alegre, pouco ou nada restava de uma cobertura da cidade crítica em relação ao período de hegemonia do partido, o que torna compreensível a adoção da estratégia de se dedicar a um serviço público não explorado até aquele momento e abordar o problema de maior incidência em seu

---

<sup>156</sup> "A segurança pública é uma responsabilidade do governo do estado. Mas quem deseja ser prefeito de uma cidade como Porto Alegre não pode ficar alheio a esse problema e eu vou me envolver para ajudar o governo do estado a combater a criminalidade. Nós vamos aumentar a guarda municipal para assumir o policiamento dos parques e praças da cidade e liberara a brigada para combater os crimes mais pesados. Mas vamos cobra uma contrapartida do governo do estado. Os brigadianos que forem liberados do policiamento dos parques e praças, deverão, necessariamente, serem deslocados para reforçar a vigilância do centro e dos bairros mais populosos de Porto Alegre. Vamos exigir que estes policiais não seja deslocados para o interior. A situação do Policiamento em Porto Alegre piorou muito depois que o ex-governador Antônio Britto, através do plano de demissão voluntária, demitiu quase dois mil policiais. Com isso, ele contribuiu decisivamente para a falta de segurança em nossa cidade, que hoje tem, pelo menos, dois mil policiais a menos do que necessita" (HGPE, Porto Alegre, 14 de outubro de 2004).

principal periódico através de um viés que repassava a culpa da situação para outra esfera de governo.

Com o principal jornal de Porto Alegre adotando exclusivamente enquadramentos críticos em relação aos problemas da cidade, através da ênfase nos dramas vividos pela população e na desqualificação da administração municipal, com o descumprimento de promessas de campanha, demora na conclusão de projetos e uma crise orçamentária apontada como resultado dos gastos com pessoal pela prefeitura e a falta de repasses do governo federal, o Partido dos Trabalhadores optou por uma campanha estabelecida sob o signo da mudança que vinha sendo adotado no discurso da oposição, buscando utilizar a seu favor um elemento de consenso entre as campanhas para construir uma imagem de seus dezesseis anos de gestão que se distanciava do cenário construído na mídia.

Enquanto o candidato da situação aparecia em uma campanha pouco propositiva, voltada para os projetos realizados até aquele momento pela Frente Popular, a campanha do candidato do PPS, José Fogaça, além de não apresentar propostas concretas para os serviços públicos da cidade, adotava um viés extremamente personalista, com 63% dos segmentos do programa dedicados à imagem do candidato, apresentado como o representante da mudança, uma característica que havia se desenvolvido ao longo de toda sua trajetória de vida como professor, poeta, compositor e senador.<sup>157</sup>

Ao abordar suas intenções como um candidato experiente e com disposição para mudar a cidade, Fogaça também reconhecia a importância do trabalho realizado até aquele momento pela Frente Popular, como o Orçamento Participativo e o Fórum Social Mundial, enfatizando sua pretensão de manter os programas que haviam dado certo na cidade e apontando que os problemas enfrentados no atendimento da saúde, os moradores de rua, a insegurança e a falta de incentivo ao emprego já se repetiam há 16 anos e em relação às soluções para eles o governo

---

<sup>157</sup> "Nessa eleição, Fogaça é o nome da mudança, mas não é de hoje que a mudança faz parte da sua vida. O professor da mudança: na sala de aula, Fogaça mostrava que liberdade, democracia e coragem de mudar são matérias importantes no currículo da vida. O poeta da mudança: nas suas canções embalava o sonho de uma geração amordaçada e suas músicas se tornaram símbolo da luta por um mundo mais justo e solidário. O senador da mudança: Fogaça é respeitado e admirado em todo o país. Competente, foi o relator da medida provisória do plano real que mudou a vida dos brasileiros. Ético, deu fim a imunidade parlamentar para crimes comuns, mudando a política nacional. Sério, trouxe recursos para o saneamento básico em Porto Alegre, para mudar a qualidade de vida dos mais carentes. O prefeito da mudança: com transparência e franqueza, com responsabilidade e firmeza, Fogaça vai manter as conquistas da cidade e fazer Porto Alegre avançar para todos" (HFPE, Porto Alegre, 01 de setembro de 2004).

do PT já havia chegado ao seu limite.<sup>158</sup> O candidato do PPS utilizava, assim, um enquadramento incidente na mídia ao abordar outros elementos daquele cenário através da necessidade de mudança com o desgaste dos gestores da cidade após quatro mandatos, sem entrar em detalhes nos diversos temas que envolviam os problemas enfrentados pela cidade. Somente durante o segundo o turno o programa de Fogaça passou a ceder um espaço significativo ao tema da saúde, que representou 12% dos segmentos do seu programa, explorando o drama dos usuários dos postos de atendimento com as faltas de médicos e medicamentos e a demora para marcar consultas, o mesmo enquadramento utilizado na Zero Hora para tratar dos problemas no sistema ao colocar em destaque as declarações da população diante da situação precária em que se encontrava a saúde pública de Porto Alegre ao longo dos últimos anos. Assim como no espaço dedicado à imagem do candidato, o desgaste do Partido dos Trabalhadores na gestão da cidade também era citado com a afirmação de que mesmo após dezesseis anos no controle da prefeitura, ainda sobravam filas e faltavam médicos e remédios nos postos.<sup>159</sup>

Enfatizando o longo tempo de permanência do PT na prefeitura, Fogaça justificava a importância de um projeto capaz de reconhecer o trabalho realizado até aquele momento e propor mudanças para melhorar, o que resultou em uma campanha com pouco espaço reservado ao tratamento de temas específicos relacionados aos problemas que a cidade vinha enfrentando ou ao detalhamento de propostas concretas de governo, limitando-se a enfatizar um único elemento do cenário construído na mídia ao longo de toda sua programação, o desgaste da Frente Popular. Uma estratégia, a primeira vista, pouco eficaz diante de um cenário repleto de enquadramentos desfavoráveis ao grupo da situação, porém, justificável quando levado em consideração que os elementos deste cenário eram constantemente reproduzidos na programação de outros candidatos de oposição

---

<sup>158</sup> "Reconhecer o que foi feito não significa dizer que a gente não precisa de mudanças. Afinal, a falta de soluções para a saúde, os meninos nas ruas, a insegurança e a falta de incentivo ao emprego são problemas que se repetem há dezesseis anos. Em relação a estes problemas, o atual governo chegou ao limite da sua capacidade. A cada eleição, promete de novo resolver e não resolve. Por isso, com a mesma clareza, eu reafirmo: a política da prefeitura nessas áreas, no meu governo, vai mudar. Eu tenho projetos, tenho equipes, tenho experiência, para manter o que deve ser mantido e tenho firmeza e disposição para mudar aquilo que Porto Alegre precisa que seja mudado" (HGPE, Porto Alegre, 13 de setembro de 2004).

<sup>159</sup> "Hoje nosso programa vai falar de saúde, uma assunto difícil, afinal envolve a vida de muitas pessoas e, infelizmente, Porto Alegre ainda tem muitas carências na gestão da saúde. Depois de dezesseis anos com o mesmo partido no poder, sobram filas e faltam médicos e remédios nos postos. São dezesseis anos!" (HGPE, Porto Alegre, 15 de outubro de 2004).

com mais tempo no horário eleitoral gratuito.<sup>160</sup> Vale lembrar também que Raul Pont era o favorito nas intenções de voto, o que mostrava que boa parte da população aprovava o trabalho da Frente Popular, e uma campanha baseada no ataque ao trabalho dos antigos gestores o colocaria ao lado dos demais candidatos e distante das expectativas dos eleitores satisfeitos. Além disso, uma pesquisa Ibope realizada às vésperas do período eleitoral sobre a avaliação da gestão da Frente Popular revelava que a grande maioria da população estava satisfeita com o seu desempenho e apenas 14% dos eleitores a avaliavam negativamente, o que, aparentemente, refuta a hipótese do processo de enquadramento da opinião pública pela mídia.<sup>161</sup>

Ainda assim, Fogaça se encontrava mais próximo do cenário construído na imprensa do que o candidato de situação, visto que, mesmo ao adotar um discurso que respeitava a administração do grupo que havia vencido as últimas quatro eleições e era líder nas pesquisas, não deixava de atender aos anseios da outra parcela de eleitores ao corresponder ao espírito de mudança das outras campanhas em sintonia com um cenário midiático desfavorável ao candidato da situação. Nota-se também que, enquanto a campanha de Raul Pont creditava as realizações da prefeitura ao longo dos últimos dezesseis anos à participação popular, deixando de vincular sua imagem ao desempenho de seu partido, no programa do PPS, Fogaça favorecia-se deste argumento ao representar o vínculo com a continuidade das conquistas da população através da constante afirmação de que iria “manter o que fizemos e mudar o que é preciso”. Portanto, assim como Beto Richa, em Curitiba, o candidato representava uma mudança moderada para Porto Alegre ao se apresentar como um novo perfil de gestor e enfatizar poucos elementos críticos do cenário, deixando os ataques à cargo dos demais candidatos de oposição.

Quanto aos segmentos dedicados à imagem da cidade, o programa do PPS apresentava uma Porto Alegre no presente e outra no futuro. A primeira, com uma

---

<sup>160</sup> Utilizando como fonte os registros e imagens do jornal Zero Hora, Mendes Ribeiro (PMDB) e Jair Soares (PP) apresentavam o centro da cidade como um cenário para roubos, assaltos, tráfico de drogas e venda de produtos roubados, onde delinquentes eram confundidos com trabalhadores honestos. Da mesma forma, os altos índices de desemprego eram enfatizados para que Onyx Lorenzoni (PFL) e Vieira da Cunha (PDT) apresentassem suas propostas de mudanças na política tributária da cidade para que as empresas pudessem contratar mais. Outros elementos reproduzidos nas propagandas eleitorais foram o grande número de moradores de rua, abordado por Jair Soares (PP), e a precariedade do atendimento nos postos de saúde gerada pela falta de médicos e medicamentos, destacados por Mendes Ribeiro (PMDB).

<sup>161</sup> Pesquisa Ibope registrada em julho de 2004.

variedade de vítimas dos principais problemas enfatizados na mídia, como os moradores de ruas, os desempregados e os doentes nas filas dos postos de saúde. Um tratamento muito próximo dos enquadramentos voltados para o drama vivido pelos porto-alegrenses que conviviam com as mazelas da cidade, porém, sem se aprofundar em nenhum dos casos, limitando-se a concluir que havia faltado a grande obra de construir pessoas vivendo com mais dignidade e cidadania. A segunda, tratada de forma poética, através de associações vagas entre soluções para diferentes áreas que resultariam em um lugar melhor, onde o Orçamento Participativo seria ainda mais importante porque a população teria a garantia de acesso à saúde, a eficiência do transporte coletivo seria maior no momento em que as pessoas estivessem seguras dentro dos ônibus, a pavimentação de ruas seria mais bem vinda quando fossem pavimentados os caminhos para o emprego e o Fórum Social Mundial teria uma maior repercussão ao contar ao mundo que as mães trabalhadoras tem mais creches para seus filhos. A Porto Alegre do futuro aparecia também na apresentação de oito metas propostas pelo candidato para se chegar a uma cidade sem crianças nas ruas, com melhor acesso aos serviços de saúde, jovens protegidos da violência, das drogas e da gravidez precoce, com apoio à mulher trabalhadora, mais empregos, melhor qualidade de vida nas regiões mais pobres, tratamento digno aos idosos e mais segurança. Assim, apesar de se referir a elementos do cenário construído na mídia, o programa do PPS construía uma imagem vaga de uma cidade ideal, sem se aprofundar nos temas ou propor soluções concretas. Uma estratégia que se enquadra no perfil personalista das campanhas de uma Democracia de Público (MANIN, 1995).

Ao adotar, em seu discurso de oposição, a retórica da mudança que vinha se consolidando nas campanhas daquela disputa, porém, sem ataques diretos aos projetos implantados durante a administração do Partido dos Trabalhadores, a campanha de Fogaça abriu mão das associações entre os problemas da cidade e seus gestores, fazendo poucas menções aos enquadramentos mais incidentes na cobertura da Zero Hora. Diante de um cenário desfavorável aos administradores da cidade, o programa do PPS limitava-se a enfatizar as dificuldades enfrentadas por aqueles que conviviam com os problemas e a associá-los a um suposto limite na capacidade da Frente Popular em encontrar soluções para eles com uma referência ao desgaste do partido após tantos anos à frente do executivo municipal. Construía-

se, assim, uma campanha em sintonia com o espírito de mudança daquela disputa, o cenário construído na imprensa e os anseios de uma parte significativa do eleitorado que estava satisfeita com a gestão em curso.

A análise da incidência de elementos dos cenários construídos nos jornais durante as campanhas de 2004 traz importantes contribuições para a compreensão dos processos de tematização e *framing* do discurso eleitoral a que esta tese volta para estudar os efeitos da mídia. Além do perfil personalista das campanhas de ambas as cidades, atribuído pelo espaço reservado aos segmentos voltados para a imagem dos candidatos, características próprias destes processos podem ser apontadas em cada conjuntura. Em Curitiba, o agendamento do jornal por um elemento enfatizado no discurso de Beto Richa (PSDB) e o tratamento dado aos *frames* da mídia por Ângelo Vanhoni (PT), revelam tanto a prática inversa da relação presumida pelos teóricos do *framing*, quanto a pressuposta possibilidade de manipulação dos conteúdos transmitidos no campo da recepção. Em Porto Alegre, o distanciamento do discurso de Raul Pont (PT) do cenário construído na imprensa e o uso moderado de apenas dois temas identificados na cobertura do jornal durante a campanha de José Fogaça (PPS), revelam campanhas divididas entre um cenário muito crítico em relação aos problemas da cidade e seus gestores e o resultado das pesquisas Ibope de intenção de voto e avaliação do desempenho da Frente Popular na prefeitura, o que evidencia os limites da hipótese de tematização do discurso eleitoral diante da oposição entre uma cobertura unilateral da mídia e o resultado das pesquisas de opinião com os eleitores.

#### 4.4 TEMATIZAÇÃO E *FRAMING* DAS CAMPANHAS DE 2008

Em 2008, diante de cenários ainda muito críticos em relação aos problemas das cidades, mas com espaço significativo reservado ao empenho das novas administrações em solucioná-los, ou seja, cenários propícios à tematização dos discursos eleitorais, tanto de candidatos da situação quanto da oposição, construíram-se campanhas em maior sintonia com as coberturas da mídia do que no período anterior. No caso de Curitiba, o programa do candidato do PSDB, em sua campanha de reeleição, havia dividido sua programação de forma mais homogênea em relação aos temas relacionados às políticas públicas da cidade do que em 2004,

quando voltou sua atenção para a área da saúde. No tratamento dado ao tema da habitação, Beto Richa enfatizava seu bom relacionamento com o governo federal no atendimento dado às áreas de ocupação irregular com diversos projetos da prefeitura financiados pelo PAC. Desta forma, o sucesso dos projetos de habitação financiados com verbas federais, que vinha ganhando destaque na mídia desde 2007, era reproduzido na propaganda eleitoral do PSDB através da constante afirmação de que o governo do Presidente Lula fora um bom parceiro, que havia entendido o trabalho da prefeitura, e que esta parceria se estenderia por mais quatro anos, atendendo mais quarenta mil famílias.<sup>162</sup> Assim, além de utilizar um enquadramento de grande repercussão na Gazeta do Povo, o programa de Beto Richa dividia com sua principal adversária, Gleisi Roffmann, do PT, o argumento de apoio do governo federal.

Da mesma forma como vinha fazendo a Gazeta do Povo ao tratar da situação do trânsito em Curitiba, o programa do PSDB também associou os problemas que a cidade vinha enfrentando com congestionamentos ao aumento de carros em circulação nas ruas da cidade, apresentando os mesmos números publicados no jornal e aproveitando para enfatizar o grande número de obras realizadas pela prefeitura no sistema viário que iriam escoar o trânsito.<sup>163</sup> Beto Richa reproduzia, assim, sua imagem de tocador de obras enfatizada pela Gazeta do Povo, desviando de outros argumento desfavoráveis à imagem da cidade durante sua gestão, como a perda do título de capital ecológica e a ineficiência do sistema de transporte coletivo, apontadas por especialistas em trânsito e motoristas que enfrentavam os congestionamentos.

Outro elemento da imagem da cidade construída na Gazeta do Povo encontrado no programa do PSDB, era o enquadramento da continuidade do projeto

---

<sup>162</sup> "Gostaria de agradecer ao Governo do Presidente Lula, que entendeu o nosso trabalho e se mostrou um bom parceiro" (HGPE, Curitiba, 20 de agosto de 2008). "Assim que o presidente lançou o PAC, Curitiba entrou com o pedido de 500 milhões de reais pra execução de obras" (HGPE, Curitiba, 29 de agosto de 2008). "O resultado de tanto trabalho foi reconhecido pelo governo federal, que investiu aqui, foi um bom parceiro. Juntos, fizemos muito. Juntos, vamos fazer mais ainda. Nos próximos quatro anos quarenta mil famílias vão ser atendidas. Está tudo planejado" (HGPE, Curitiba, 03 de setembro de 2008).

<sup>163</sup> "O crescimento da frota de carros é um problema para o tráfego em muitas cidades do Brasil. No primeiro semestre deste ano, a venda de carros foi 30% maior do que no mesmo período do ano passado. Uma cidade como São Paulo corre o risco de parar daqui a apenas 8 anos. Curitiba está longe disso, mas quem anda de carro, sabe que a cidade sofre nos horários de pico. Só no último ano, 70 mil carros entraram em circulação. É hoje a capital que mais tem automóveis em proporção ao número de habitantes. Problemas como esse, requerem previsão e planejamento. E Curitiba vem tomando as providências" (HGPE, Curitiba, 10 de setembro de 2008).

urbanístico da cidade no tratamento dado ao tema do planejamento urbano e do transporte coletivo. Ao abordar o transporte público da cidade e suas propostas de ampliação do sistema, enfatizando sua intenção de continuar sendo o prefeito que deu sequência ao planejamento iniciado nas gestões anteriores, Beto Richa revertia a seu favor um tema tratado na Gazeta do Povo através de enquadramentos críticos em relação às ações da prefeitura, com outro argumento incidente no jornal em sua cobertura do projeto viário da Linha Verde.<sup>164</sup> Em sua proposta de construção de um Metrô que seria mais uma etapa do grande plano de transportes de uma cidade já acostumada a ser modelo nesta área, e que nos próximos anos serviria de padrão para o transporte subterrâneo de outras cidades, Beto Richa somava ao enquadramento da continuidade do planejamento iniciado pelos urbanistas, o argumento da cidade-modelo.<sup>165</sup> Desta forma, o discurso da mudança adotado na campanha de 2004, era substituído pela continuidade não apenas do seu plano de governo, mas também do projeto iniciado nas gestões anteriores, valendo-se de enquadramentos identificados no cenário anterior. Ou seja, diante de um cenário mais crítico em relação aos problemas da cidade (2007-2008), com a ênfase dada aos argumentos de especialistas em diversas áreas, onde as declarações dos ex-prefeitos ainda tinham espaço significativo, a campanha de Beto Richa volta-se para os enquadramentos de um cenário favorável ao projeto desenvolvido pelos urbanistas (2003-2004), se apresentando como o candidato que havia dado sequência a ele.

Elementos da imagem da cidade construída na cobertura da Gazeta do Povo no período que antecedeu as eleições de 2004 também foram utilizados nos segmentos voltados para a saúde em 2008, ao serem lembradas as filas no atendimento das especialidades no início do mandato. Beto Richa apresentava, então, o número de profissionais contratados, a ampliação do programa para gestantes (Mãe Curitibana) e a construção de unidades especiais de pronto atendimento infantil (PAI), afirmando que os avanços eram inegáveis, mas diante da complexidade do problema, mesmo com tantos investimentos na área da saúde, a

---

<sup>164</sup> “Quero continuar sendo o prefeito que dá sequência ao grande plano de transporte coletivo de Curitiba. Fazem parte deste plano e desta evolução a ligação Pinheirinho-Centro pela Linha Verde, o ligeirão para o Boqueirão e, em seguida, para o Santa Cândida e Campo Comprido” (HGPE, Curitiba, 29 de agosto de 2008).

<sup>165</sup> “É mais um etapa de um grande plano de transportes que não para de evoluir e que não pode parar. Uma cidade acostumada a ser modelo nesta área, Curitiba apresenta agora o seu metrô, que será o novo padrão para todas as cidades do Brasil” (HGPE, Curitiba, 29 de agosto de 2008).

prefeitura não havia conseguido acabar com todas as filas.<sup>166</sup> O atendimento especializado aparecia, ainda, em suas propostas para os próximos anos, com a criação do Hospital do Idoso, do Centro Especializado do Homem Curitibano e do Programa Saúde do Coração. Nota-se também que, mesmo se referindo a enquadramentos incidentes no cenário anterior para tratar do empenho da prefeitura em buscar soluções para os antigos problemas na área das especialidades da saúde, mais uma vez o candidato não havia comentado sobre o uso do sistema de saúde por moradores de cidades vizinhas, um enquadramento ainda incidente na cobertura do jornal.

Ao abordar o tema da educação, Beto Richa admitia o problema da falta de vagas nas creches municipais apontada pela mídia e por seus adversários, afirmando que as reclamações estavam corretas e que havia ainda muito o que fazer, pois quatro anos eram pouco tempo para resolver todos os problemas de uma cidade com quase dois milhões de habitantes. O candidato reproduzia, então, a forma equilibrada com que o tema vinha sendo tratado pela Gazeta do Povo, ao admitir o problema, apresentando o número de crianças a espera de vagas nos Centros de Educação Infantil, e enfatizar seu empenho em reverter a situação agravada pelo crescimento da cidade, se apresentando como o prefeito que mais abriu vagas para a educação infantil e assumindo o compromisso de continuar se empenhando até zerar a fila das creches nos próximos anos.

Nota-se que em 2008, Beto Richa não se apresentava mais como o candidato da mudança, como havia feito em sua campanha anterior, mas como o prefeito capaz de dar continuidade ao plano iniciado pelos antigos gestores e ao empenho de sua administração em buscar soluções para os problemas gerados pelo crescimento da cidade. Para isso, tinha a seu favor os temas e enquadramentos do antigo cenário, que exaltava a importância do projeto desenvolvido pelos ex-prefeitos urbanistas ao longo de seus 16 anos de governo, e importantes elementos do cenário que vinha sendo construído até aquele momento, como o empenho da prefeitura em solucionar os problemas na área da educação, o grande número de

---

<sup>166</sup> “A cidade tem hoje uma rede de atendimento que não tinha há quatro anos. São mini-hospitais com pronto atendimento infantil, equipados e preparados para atender casos complicados que não podem esperar. O atendimento é um problema tão complexo, que nem com os mini-hospitais, nem com dezessete novas unidades de saúde, nós conseguimos resolver todo o problema das filas. Mas todo mundo sabe, que melhorou, melhorou” (HGPE, Curitiba, 12 de setembro de 2008).

projetos da prefeitura para o sistema viário e o sucesso de sua parceria com o governo federal nos programas habitacionais.

No espaço reservado ao tratamento da imagem do candidato, o programa do PSDB utilizou boa parte de seus segmentos para enfatizar que Beto Richa havia sido eleito por cinco vezes o melhor prefeito do Brasil por diversas pesquisas, o que não havia se repercutido na imprensa até aquele momento. Além disso, sua experiência como gestor era utilizada como referência para afirmar que se tratava de um candidato que sabia o que e como precisava ser feito para que a cidade continuasse a melhorar. Desta forma, a imagem do “prefeito tocador de obras”, consolidada na Gazeta do Povo em sua cobertura dos projetos do sistema viário, teve sua reprodução limitada aos segmentos dedicados ao Planejamento Urbano. Nota-se também que, apesar de reservar em média 35% de seus programas aos segmentos voltados para o tratamento de sua imagem, a programação do PSDB havia adotado um tom menos personalista do que em 2004, ao enfatizar uma variedade maior de temas substantivos em relação às políticas públicas da cidade, sem atrelar sua imagem a declarações vagas sobre suas qualidades pessoais ou à hereditariedade política do candidato, como no período anterior. Desta forma, o programa havia reproduzido mais enquadramentos utilizados pela Gazeta do Povo na cobertura dos temas referentes à cidade do que na disputa anterior, aproveitando os elementos favoráveis à sua gestão e ao projeto desenvolvido pelos urbanistas para construir uma campanha mais propositiva e sob o signo da continuidade.

O Partido dos Trabalhadores também havia reproduzido mais enquadramentos do cenário construído na Gazeta do Povo do que na campanha de 2004, porém, reafirmando os elementos mais críticos aos problemas da cidade e, novamente, revertendo a seu favor argumentos até então enfatizados no jornal com um viés favorável aos antigos gestores da cidade. Ao adotar a saúde como um de seus principais temas propositivos, o programa de Gleisi Hoffmann reproduzia o enquadramento do grande número de obras do projeto viário para enfatizar que o governo municipal havia realizado muitas obras, mas carecia de sensibilidade para o sofrimento das pessoas, visto que mesmo com um orçamento de 3 bilhões e 500 milhões de reais, deixava milhares de pessoas à espera de exames e consultas com

médicos especialistas.<sup>167</sup> Em outros momentos a candidata afirmava, ainda, que mesmo com tantas obras, a prefeitura havia esquecido o essencial, utilizando, assim, o enquadramento dado ao planejamento urbano na mídia em outro tema, como havia feito a campanha de Ângelo Vanhoni no período anterior, quando utilizava o relacionamento da prefeitura com o governo do estado e o slogan da cidade-modelo no tratamento do tema da segurança.

A campanha de Gleisi Hoffmann também apresentava o problema do uso de entorpecentes sob o viés da saúde, reproduzindo o enquadramento da falta de estrutura no tratamento de dependentes para abordar sua proposta de criação de um centro municipal de desintoxicação, que garantiria uma rede de tratamento através de convênios com instituições que já realizavam este trabalho.<sup>168</sup> Um viés adotado pela mídia através do destaque dado a argumentos críticos de especialistas, visto que a prefeitura vinha tratando o caso como um problema de segurança pública. Outro enquadramento incidente na Gazeta do Povo, reproduzido entre as propostas da candidata para saúde, foi o uso das unidades de atendimento por moradores de cidades vizinhas e a necessidade de integração com a região metropolitana através do reforço às equipes médicas que garantissem um serviço de qualidade para todos. Gleisi Hoffmann abordava, então, um assunto ainda inédito entre as campanhas, mas que vinha ganhando destaque no jornal desde o período que antecederia as eleições de 2004.<sup>169</sup>

Ao tratar do tema da segurança, Gleisi voltava a enfatizar os problemas que a cidade vinha enfrentando com o tráfico e o consumo de drogas, afirmando que a prefeitura não poderia mais continuar perdendo seus jovens para o Crack e permitindo que Curitiba se transformasse em uma cidade sitiada, onde seus

---

<sup>167</sup> “É importante melhorar a Avenida Silva Jardim, cuidar da Munhoz da Rocha e se preocupar com a Deodoro, mas quem vai cuidar da dona Maria, quem ajuda o Paulo, quem se preocupa com a Ana? Não há situação que fragilize tanto uma pessoa, quanto uma doença. E se a pessoa não recebe tratamento, ela chega ao desespero. Aí não é só o doente que sofre, toda a sua família se fragiliza. Eu não me conformo que uma prefeitura que tem um orçamento de três bilhões e quinhentos milhões de reais deixe milhares de pessoas meses e meses na fila, esperando por um exame ou uma consulta com médico especialista” (HGPE, Curitiba, 20 de agosto de 2008).

<sup>168</sup> “Uma questão grave em Curitiba é falta de estrutura no tratamento de dependentes de drogas. Isso atinge toda a família. Nós vamos criar um centro municipal de desintoxicação e garantir uma rede de tratamento através de convênios, inclusive com instituições religiosas que já fazem esse trabalho” (HGPE, Curitiba, 22 de agosto de 2008).

<sup>169</sup> “A saúde é um exemplo claro da necessidade de integração. Onde começa e termina Curitiba? Onde começa e termina Colombo? Precisamos trabalhar em parceria com os municípios vizinhos, fortalecendo o consórcio da saúde e reforçando as equipes médicas para oferecer um serviço melhor” (HGPE, Curitiba, 5 de setembro de 2008).

habitantes se sentiam seguros apenas dentro de suas casas.<sup>170</sup> Assim, ao atrelar a violência na capital ao uso de entorpecentes, a candidata utilizava os enquadramentos da epidemia de Crack e do sentimento de insegurança da população, que vinham incidindo na Gazeta do Povo em grandes séries de reportagens publicadas ao longo dos anos que antecederam a disputa. Gleisi também afirmava constantemente a necessidade de não se combater somente as consequências, mas também as causas da violência, investindo mais em educação, cultura e esporte do que em policiamento.<sup>171</sup> Um argumento também incidente no espaço reservado a especialistas em segurança pública na imprensa.

Outro enquadramento incidente na Gazeta do Povo e reproduzido no programa do PT está no tratamento dado ao tema da educação. É recorrente a afirmação de que a prefeitura havia gasto milhões em propaganda, que poderiam ser investidos na construção de centros de educação infantil.<sup>172</sup> Gleisi Hoffmann argumentava, ainda, que não adiantaria a prefeitura afirmar ter construído muitas creches, visto que não havia feito o suficiente, por falta de prioridades, alegando que um asfalto poderia esperar quatro anos, mas uma criança não.<sup>173</sup> O programa da candidata do PT utilizava, assim, dois elementos do cenário construído na imprensa que não haviam sido tratados com o mesmo viés negativo em relação à prefeitura, dado o significativo espaço reservado às declarações de representantes dos órgãos municipais, que enfatizavam a importância das obras do sistema viário e que os gastos com o serviço público eram muito maiores do que as despesas com propaganda, já que os números do orçamento citados pela imprensa desconsideravam as verbas estaduais.

No tratamento dado ao tema do transporte coletivo da cidade, o programa de Gleisi Hoffmann reproduzia o principal enquadramento com que o tema fora tratado

---

<sup>170</sup> “O número de crianças e adolescente envolvidos em situações de uso e trafico de drogas não para de aumentar. A maioria dos que matam ou dos que morrem, tem entre treze e vinte e cinco anos de idade. Não podemos continuar perdendo nossos jovens para o tráfico, não podemos permitir que Curitiba se transforme em uma cidade sitiada, onde as pessoas só se sentem seguras dentro de casa. A prefeitura pode fazer muito pela segurança, trabalhando nos bairros e vilas, junto com as comunidades” (HGPE, Curitiba, 27 de agosto de 2008).

<sup>171</sup> “O que nos temos que combater não são apenas as consequências. Nós temos que combater as causas da violência. Nós precisamos mais de educação, cultura e esporte do que de polícia” (HGPE, Curitiba, 27 de agosto de 2008).

<sup>172</sup> “Nos últimos quatro anos, a prefeitura gastou 85 milhões em propaganda. Com esse dinheiro, daria para construir cento e treze creches ou trinta e cinco escolas municipais” (HGPE, Curitiba, 25 de agosto de 2008).

<sup>173</sup> “Não adianta a prefeitura dizer que fez muitas creches, porque não fez o suficiente para resolver o problema. E não foi por falta de dinheiro, mas por falta de prioridades. Um asfalto pode esperar quatro anos, mas uma criança não. É muito tempo pra vida dela” (HGPE, Curitiba, 29 de setembro de 2008).

na Gazeta do Povo ao afirmar constantemente que o sistema estava saturado por ser pensado da mesma forma que há trinta anos, quando a cidade possuía a metade da população registrada naquele momento. Nota-se também que enquanto o jornal enfatizava o descontentamento dos usuários com as superlotações e a insuficiência de ônibus nos horários de pico, ao mesmo tempo em que apontava a contradição no resultado das pesquisas de avaliação do sistema pela população, que em sua maioria considerava-o ótimo ou bom, o programa do PT afirmava que o transporte coletivo de Curitiba parecia algo a servir de modelo para outras cidades apenas para aqueles que o observavam à distância, o que soava como uma resposta à contradição apontada na mídia.<sup>174</sup> Outro enquadramento reproduzido no discurso da candidata ao tratar do tema, foi o agravamento da situação de superlotação com a implantação da frota de micro-ônibus sem cobrador, que comprometia as condições de trabalho dos motoristas, tornando as viagens mais perigosas, o que remete ao viés de denuncia com que o assunto havia sido tratado na Gazeta do Povo.<sup>175</sup>

Nota-se também que, mesmo tendo utilizado um maior número de elementos do cenário construído na mídia do que no período anterior, a programação do PT havia assumido um caráter ainda mais personalista em 2008, com 40% de seus segmentos voltados para o tratamento da imagem da candidata. Com um espaço significativo voltado para depoimentos de membros do partido que atuavam no governo federal, o programa enfatizava as experiências adquiridas pela candidata na equipe de transição do Governo Lula, enquanto secretária do governo do Mato Grosso do Sul e como diretora da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Uma carreira acompanhada de perto pelo Presidente Lula e por ministros e deputados do PT, que afirmavam se tratar de uma mulher de garra, capaz de aliar capacidade técnica e sensibilidade social. Em seguida, associando o mandato de Beto Richa ao período de hegemonia do grupo político dos urbanistas para alegar que se tratava de um projeto ultrapassado, a candidata aparecia como representante de uma nova

---

<sup>174</sup> "De longe, o sistema de transporte de Curitiba ainda parece modelo pra todo o país, mas de perto a situação é bem diferente. A cidade cresceu, mas o sistema de transporte ainda é pensado como há trinta anos, quando Curitiba tinha metade da população que tem hoje. Curitiba parou no tempo. O modelo atual está esgotado. A prefeitura não consegue apresentar soluções, nem encontrar novos caminhos para o transporte público da cidade" (HGPE, Curitiba, 29 de agosto de 2008).

<sup>175</sup> "Eu hoje quero falar com você que usa o transporte coletivo para trabalhar ou estudar. Você acha justo diminuir o tamanho dos ônibus e aumentar ainda mais o desconforto dos passageiros? Eu também não e nós vamos mudar isso. Vamos rever essa história do micro-ônibus e de colocar motorista pra cobrar passagem, que piora a condições de trabalho dos motoristas, é perigoso, atrasa a viagem e tira o emprego do cobrador. Isso tem que mudar" (HGPE, Curitiba, 10 de setembro de 2008).

maneira de governar, capaz de resgatar a capacidade inovadora da cidade, com propostas realistas, concretas e modernas, o que remete ao enquadramento das críticas feitas pelos ex-prefeitos à gestão em curso.<sup>176</sup>

Ao manipular certos enquadramentos incidentes na Gazeta do Povo, o programa de Gleisi Hoffmann investia em elementos de um cenário marcado pela ênfase nas declarações de especialistas e ex-gestores que atribuíam um tom crítico ao tratamento dado aos temas referentes à cidade. Ou seja, diante de uma cobertura crítica em relação aos problemas da cidade, mas que enfatizava o empenho da prefeitura em solucioná-los e dar continuidade ao projeto desenvolvido pelos antigos gestores, a campanha do PT optou por uma estratégia de ataque que reproduzia as críticas em destaque na Gazeta do Povo e atribuía um viés negativo a elementos que haviam recebido outra conotação no jornal.

Em Porto Alegre, as campanhas de 2008 também haviam reproduzido um número maior de enquadramentos identificados na imprensa do que na disputa anterior. O programa do candidato à reeleição, José Fogaça (PMDB), que em 2004 havia reproduzido apenas um enquadramento incidente na cobertura da Zero Hora em uma campanha pouco propositiva, passou a abordar elementos daquele cenário para enfatizar as melhorias realizadas em sua gestão. Como na campanha passada, o programa do candidato havia priorizado o tema da saúde pública entre os segmentos voltados para os serviços públicos da cidade, porém, desta vez, utilizando elementos do cenário anterior, como a falta de médicos e medicamentos, para alegar que o sistema se encontrava em piores condições quando havia assumido a prefeitura.<sup>177</sup> Apresentava, ainda, um comparativo entre o número de equipes do programa Saúde da Família ao fim dos anos de governo do PT e a contratação de novos profissionais em seu mandato. Ao enfatizar a origem dos problemas nas gestões anteriores, Fogaça admitia os problemas apontados por

---

<sup>176</sup> "Curitiba precisa de uma nova maneira de governar, com propostas modernas, realistas e concretas, que regatem a sua capacidade de inovar" (HGPE, Curitiba, 20 de agosto de 2008).

<sup>177</sup> "Faltava médico, faltava estrutura nos postos, faltava distribuir melhor os remédios. Na saúde era problema para todo lado quando Fogaça assumiu. Aí ele resolveu começar pelo começo. Melhorou a gestão e garantiu recursos para Saúde, cortando de outras áreas. Para melhorar o atendimento, primeiro reformou os postos de saúde, com a ajuda das comunidades. Com a casa e os postos arrumados, mais médicos e profissionais começaram a ser contratados e 6 regiões conquistaram atendimento à noite. Com isso, mais pessoas foram sendo atendidas. E foi preciso melhorar também a distribuição de remédios. Surgiram oito farmácias distritais espalhadas pela cidade. Ainda existem problemas, mas está melhorando com o aumento do número de equipes de 56 para 90 e vai melhorar mais com a informatização e com 200 equipes do Saúde da Família" (HGPE, Porto Alegre, 22 de setembro de 2008).

seus adversários e se comprometia em continuar trabalhando para realizar o que não havia sido feito em dezesseis anos de governo pela Frente Popular. Uma estratégia também afinada com cenário recente, que enfatizava o enraizamento dos problemas da cidade ao longo das últimas gestões. Nota-se também que o candidato do PMDB não havia reproduzido em seu discurso o enquadramento dos investimentos da prefeitura para tentar amenizar a falta de apoio das outras esferas de governo, o que, apesar de contribuir para a boa imagem de sua gestão na imprensa, remeteria ao fato do governo estadual estar sob o comando do mesmo partido, o que já vinha servindo de argumento para a oposição.

Outro tema enfatizado no cenário anterior que ganhou um espaço significativo entre os segmentos do programa de Fogaça em 2008, foi o orçamento municipal. Afirmando que havia recebido a prefeitura com três anos de déficit em suas contas, o que inviabilizava o investimento em melhorias nos serviços públicos da cidade, o candidato alegava ter organizado as finanças durante sua gestão ao sanar as dívidas do município. Ao longo de sua programação, Fogaça se referia constantemente à crise orçamentária, mesmo no tratamento de outros temas, alegando ter “arrumado a casa” e conquistado condições mais favoráveis para que a cidade avançasse com novos projetos. Aproveitava, assim, um elemento que não havia sido explorado até aquele momento, para enfatizar as mudanças recém iniciadas em seu mandato e a viabilidade de suas propostas com a conquista do equilíbrio das contas da prefeitura.<sup>178</sup> Desta forma, diante de um cenário crítico aos problemas da cidade, construído sob um viés ainda muito negativo em relação às gestões da Frente Popular, mas com ênfase no empenho da prefeitura em buscar soluções para os antigos males da cidade, a campanha de Fogaça adotava, mais uma vez, o mote da mudança, explorando elementos do cenário anterior para salientar a importância de um projeto que desse continuidade às melhorias

---

<sup>178</sup> “Fogaça recebeu a prefeitura com 3 anos de déficit. As contas estavam no vermelho e as dívidas de curto prazo, chegavam a 153 milhões de reais. Fogaça arrumou a casa, organizou as finanças e fez isso sem aumentar nenhum imposto” (HGPE, Porto Alegre, 29 de agosto de 2008). “Há apenas três anos e nove meses, todos nós começamos juntos uma mudança que vem mantendo conquistas e construindo avanços para quem mais precisa. Arrumamos a casa com esforço, com coragem e sempre contando a cooperação de todos. Agora que nós construímos juntos condições mais favoráveis, a cidade está preparada para novos projetos e avanços. E por isso que eu e você sabemos: a mudança não pode parar.” (HGPE, Porto Alegre, 15 de setembro de 2008). “A primeira mudança foi arrumar a casa. As dívidas chegavam a cento e trinta e três milhões. Tiramos as contas do vermelho, recuperamos o crédito e cidade voltou a investir” (HGPE, Porto Alegre, 26 de setembro de 2008).

conquistadas até aquele momento em serviços públicos ainda incidentes na cobertura da imprensa.

Enquadramentos que vinham incidindo na cobertura da Zero Hora ao longo dos últimos anos que antecederam aquela disputa também tiveram espaço no programa do candidato do PMDB. No tratamento dado ao tema da infraestrutura, Fogaça reproduzia elementos favoráveis à sua gestão e críticos em relação ao período de governo do PT ao anunciar o fim dos alagamentos após o término das obras do sistema de drenagem pluvial em um dos pontos mais críticos da cidade, enfatizando que havia concluído em quatro anos, o que a Frente Popular não havia feito em dezesseis.<sup>179</sup> Apresentava, ainda, os resultados e as expectativas futuras com o programa de saneamento e habitação popular desenvolvido em sua gestão, afirmando que se tratava de um projeto prometido há anos, mas que nunca havia saído do papel.<sup>180</sup> Desta forma, o candidato adotava uma retórica de ataque aos antigos gestores, reproduzindo os temas enfatizados com os mesmos enquadramentos adotados pela Zero Hora.

As benfeitorias no sistema de transporte público da capital, que vinham ganhando espaço na imprensa através das declarações de agentes ligados aos órgãos municipais responsáveis, também apareciam no programa do PMDB sob o mesmo viés, ao serem reproduzidos os enquadramentos da inovação e do número de beneficiados pelas iniciativas implantadas nos últimos quatro anos, como a Passagem Integrada e a renovação da frota. Fogaça prometia, ainda, dar continuidade às mudanças e ao processo de modernização do sistema com o monitoramento dos veículos via satélite para que os usuários pudessem acompanhar seus deslocamentos em terminais e paradas, cujas expectativas da prefeitura e os primeiros testes com o equipamento ganharam destaque na Zero

---

<sup>179</sup> “Coisas novas? Fogaça também fez. O Conduto Álvaro Chaves ficou pronto e ninguém mais vê as obras, mas agora também não se vê mais os alagamentos. E hoje a gente trabalha tranquilo, porque a Avenida Goethe não está mais cheia de água. Em dezesseis anos o PT não fez o Conduto Álvaro Chaves, em quatro, Fogaça fez” (HGPE, Porto Alegre, 26 de setembro de 2008).

<sup>180</sup> “O Novo Socioambiental é um programa de saneamento e habitação popular, que há anos era prometido e não saía do papel. Com experiência e seriedade, Fogaça construiu o socioambiental e conquistou 83 milhões de dólares para o programa, aprovados pelo senado. Quando Fogaça assumiu o Socioambiental era um projeto de papel. A prefeitura estava há 3 anos no vermelho e não tinha pago nem a 3a Perimetral. Sem quitar as dívidas, não tinha crédito com o banco que iria financiar o programa. Fogaça teve que começar tudo do zero.” (HGPE, Porto Alegre, 1 de setembro de 2008).

Hora em 2007.<sup>181</sup> Assim como no tratamento dado a outros temas relacionados às políticas públicas da cidade, a campanha de Fogaça reproduzia elementos de um cenário marcado pelo empenho da prefeitura em tirar do papel antigas promessas para a cidade, o que fica evidente também no discurso de desqualificação dos antigos gestores adotado nos segmentos de cardápio durante o segundo turno, com uma variedade de projetos concluídos em seu mandato frente aos dezesseis anos de governo do PT.<sup>182</sup>

Este discurso afinado com o cenário construído na imprensa, baseado nos antigos problemas da cidade e no empenho da prefeitura em solucioná-los, também aparecia no tratamento dado à imagem de Porto Alegre em segmentos do programa que a apresentavam como uma cidade consciente de seus problemas e do tempo necessário para resolvê-los, mas que vinha acompanhando os esforços de seus gestores em organizar a prefeitura e que reconhecia os avanços que estavam sendo construídos.<sup>183</sup>

Apesar de apresentar uma campanha mais propositiva do que em 2004, o programa de Fogaça tornou a dedicar uma parte significativa de seus segmentos ao tratamento de sua imagem. Assim como na disputa anterior, ao longo de toda sua programação, o viés personalista da campanha era dado pela ênfase em sua trajetória de sucesso como líder na luta contra a ditadura militar, professor, deputado federal e senador, acrescentando apenas o título de prefeito que havia “arrumado a casa para garantir uma vida melhor àqueles que mais precisavam”, uma referência ao equilíbrio do orçamento da prefeitura conquistado durante sua gestão, o que já vinha sendo enfatizado em outros temas.

---

<sup>181</sup> “Fogaça é inovação nos transportes: já renovou 50% da frota de ônibus e criou a linha T11, integrando a zona sul com a zona norte, beneficiando vinte e dois bairros e quarenta e cinco mil moradores. Nos próximos quatro anos, Fogaça vai fazer mais mudanças e continuar inovando com o monitoramento via satélite em todos os veículos da frota municipal, com informação aos usuários nos terminais e paradas” (HGPE, Porto Alegre, 27 de agosto de 2008). Passagem Integrada: quem precisa pegar dois ônibus paga a metade da segunda passagem. Mais de cem mil pessoas já aproveitaram” (HGPE, Porto Alegre, 15 de setembro de 2008).

<sup>182</sup> “Em 16 anos, o PT não fez funcionar o Distrito da Restinga, em 4, Fogaça fez. Em 16 anos o PT não fez o Conduto Forçado, em 4, Fogaça fez. Em 16 anos o PT não fez o Camelódromo, em 4, Fogaça fez. Quem você acha que merece mais 4 anos” (HGPE, Porto Alegre, 22 de outubro de 2008).

<sup>183</sup> “A cidade reconhece seus velhos problemas, mas também reconhece os avanços que nós estamos construindo. Porto Alegre está avançando e tem um grande futuro pela frente. Se é verdade que já caminhamos bastante, também é verdade que estamos no meio do caminho de uma travessia” (HGPE, Porto Alegre, 26 de setembro de 2008). “Porto Alegre olha para o futuro. As comunidades sabem muito bem que as coisas não caem do céu, e a população sempre caminhou lado a lado conosco, pra arrumar a casa, organizar a gestão, investir na cidade de maneira segura, séria, sem querer dar o passo maior do que a perna. Por isso, essa mesma população reconhece e defende nas ruas, com alegria, com convicção, tudo o que já foi conquistado” (29 de setembro de 2008).

Diante de um cenário mais favorável à administração municipal, a campanha de reeleição do candidato do PMDB utilizava os mesmos enquadramentos encontrados no espaço reservado às ações da prefeitura na Zero Hora em sua cobertura dos principais temas referentes à cidade. Ao adotar uma postura de ataque ao período de hegemonia da Frente Popular, o programa de Fogaça contava ainda com elementos do cenário anterior para admitir os problemas da cidade e apontar sua origem ao longo das últimas gestões, utilizando os elementos do cenário recente para enfatizar o empenho de sua gestão em concluir antigos projetos e dar início a soluções não implantadas pelos antigos gestores. Nota-se, assim, uma significativa diferença no processo de tematização das campanhas de situação em 2008, quando comparado com Curitiba, onde o candidato à reeleição também vinha utilizando elementos do cenário anterior, porém, reproduzindo elementos favoráveis ao grupo que havia governado a cidade por quatro mandatos em uma campanha baseada na continuidade do projeto iniciado por eles.

O programa da candidata da Frente Popular, em sua campanha de oposição à Fogaça, adotava a estratégia de crítica à situação dos principais serviços públicos da cidade e ênfase na necessidade de uma maior sintonia entre a administração municipal e o Governo Lula, através da captação de recursos de diversos programas federais. Diante de um cenário ainda crítico em relação ao período de hegemonia do partido, Maria do Rosário investia também nas experiências do PT em outras cidades para propor soluções aos principais problemas que vinham sendo enfatizados na imprensa. No tratamento dado ao tema da saúde, que teve espaço ao longo de toda programação, um repórter denunciava a situação precária do atendimento nos postos de saúde e realizava entrevistas com usuários que enfrentavam frio e chuva nas filas para marcar consultas. A candidata propunha, então, solucionar o problema copiando o projeto do Centro de Saúde Especializada de Belo Horizonte, que informatizaria e integraria todo o sistema de atendimento do município.<sup>184</sup> Para isso, além de contar com programas federais de financiamento,

---

<sup>184</sup> “Maria vai trazer para Porto Alegre os Centros de Especialidade em Saúde que vão funcionar em sintonia com as equipes do Saúde da Família e das unidades básicas. Com o apoio do Governo Lula e de hospitais filantrópicos e universitários, será possível montar em Porto Alegre essa experiência que já vem dando certo na prefeitura do PT em Belo Horizonte. Lá o paciente é encaminhado ao centro de especialidades pelo posto de saúde ou através de um médico do Saúde da Família. Ao constatar a necessidade de um exame ou consulta especializada, o próprio médico entra na internet, acessa a rede que interliga as unidades de saúde com o centro de especialidades e marca a consulta para o seu paciente” (HGPE, Porto Alegre, 17 de setembro de 2008).

exigiria do governo estadual as verbas que não estavam sendo repassadas à saúde pública da capital, o que na Zero Hora era tratado com ênfase nos esforços da prefeitura em suprir esta carência de recursos.<sup>185</sup>

A experiência do partido em outras cidades também aparecia nos segmentos que tratavam da segurança pública, onde Maria do Rosário, além de fazer críticas ao cotidiano violento da capital e as deficiências na rede de proteção, apresentava sua proposta de utilizar recursos federais do Programa Nacional de Segurança Pública (Pronasci) para copiar a experiência do PT em Campinas ao implantar uma Central de Monitoramento por câmeras. Durante as críticas ao sistema, a candidata reproduzia em seu discurso o enquadramento da situação precária em que se encontrava a rede de monitoramento adotada pela prefeitura, citando reportagens da Zero Hora sobre o número de câmeras quebradas na cidade. O programa do PT adotava, ainda, uma retórica de ataque ao candidato do PMDB, associando a falta de policiamento e o descaso com a manutenção das câmeras à inércia do prefeito diante da falta de apoio do governo estadual, satirizando o argumento de Fogaça de que os problemas haviam se agravado na gestão anterior.<sup>186</sup>

Nota-se que mesmo com um cenário que apontava a origem dos problemas nas gestões anteriores, a Frente Popular manipulava elementos da imagem da cidade construída na imprensa em sua estratégia de oposição, reproduzindo o tom crítico em relação a seus problemas, chegando a citar a Zero Hora como fonte, mas, ao contrário do jornal, associando suas origens à falta de integração com o Governo Lula e o descaso do prefeito diante da falta de apoio do governo do estado, que se encontrava sob o comando do mesmo partido.

Outro tema que ganhou contornos próximos aos atribuídos pela imprensa foi a infraestrutura, cujos problemas, que vinham ganhando espaço na cobertura da Zero Hora, eram apontados tanto para enfatizar a importância das propostas da

---

<sup>185</sup> “Porto Alegre merece mais. Mais saúde, mais dignidade. Claro que não é possível resolver tudo de uma hora para outra. Mas é possível, sim, fazer muito buscando recursos onde eles estiverem. Trabalhando em parceria com o Governo Federal e exigindo do Governo Estadual tudo o que Porto Alegre tem direito. O que a prefeitura não pode é ficar parada” (HGPE, Porto Alegre, 11 de setembro de 2008).

<sup>186</sup> “Quando fala da questão Segurança Pública, o candidato Fogaça diz que a prefeitura não tem nada a ver com este assunto. Deve ser por isso que Fogaça, o candidato da governadora Yeda, não exige os 2000 brigadianos que faltam em Porto Alegre e assim facilita a atuação dos criminosos. Deve ser por isso também que ele não se mexe para consertar as poucas câmeras de segurança que a cidade possui, como está aqui nas reportagens da Zero Hora. Sessenta e um por cento das câmeras estão quebradas. Ora candidato! O prefeito precisa assumir as suas responsabilidades. Ou vai dizer que isso também é culpa da gestão anterior? (HGPE, Porto Alegre, 19 de outubro de 2008).

candidata, quanto em segmentos que tratavam da imagem da cidade. Ao longo de toda a programação da Frente Popular, a insuficiência dos serviços de coleta de lixo e a falta de manutenção da rede de iluminação apareciam no discurso da candidata e nas declarações da população, sob o argumento de que a cidade se encontrava suja e às escuras. A candidata aproveitava, assim, elementos críticos do cenário para afirmar que a situação atual contrastava com uma Porto Alegre que já havia sido limpa e iluminada, e que poderia voltar a ser o que era com o uso de recursos federais, se contrapondo à retórica de um passado ruim adotada por Fogaça e enfatizada na imprensa no tratamento de outros temas.<sup>187</sup>

Ao enfatizar a educação entre suas propostas, com a apresentação de seu projeto de escolas em período integral, que seria implantando com recursos do Fundo de Apoio à Educação Básica, o PT dedicava-se mais uma vez a um tema sem repercussão na Zero Hora durante os dois períodos analisados, o que poderia ser considerado uma estratégia plausível diante de cenários desfavoráveis às gestões da Frente Popular, porém, ao final do primeiro turno, Maria do Rosário passa a afirmar que traria com ela os dezesseis anos de experiência de seu partido, que havia olhado para o futuro quando aumentou de vinte e nove para noventa e dois o número de escolas municipais na cidade.<sup>188</sup> Um elemento que na imprensa fora tratado com base em um suposto desgaste do partido após quatro mandatos consecutivos à frente do executivo municipal e, no cenário recente, em referências a um tempo em que os projetos não saiam do papel e que os problemas da cidade se estendiam por anos sem solução. Vale ressaltar que o argumento do período de hegemonia do PT na administração da cidade não era enfatizado em segmentos de outros temas e passa a ser utilizado somente a partir dos últimos dias de campanha do primeiro turno, podendo ter sido adotado como uma resposta a sua incidência na

---

<sup>187</sup> “A cidade está escura, eu sinto a insegurança de andar por ela. A cidade está suja. É isso que eu sinto, a nossa cidade escura, suja e abandonada” (HGPE, Porto Alegre, 22 de agosto de 2008). “A cidade era mais limpa e iluminada. O cotidiano de uma cidade mais iluminada todo mundo reconhece, seja nos bairros mais populares, seja nos bairros de classe média. Todo mundo vivia numa cidade melhor para se viver” (HGPE, Porto Alegre, 15 de setembro de 2008). “Nos últimos anos os serviços de coleta de lixo têm piorado muito. A coleta de lixo perdeu a eficiência. Queremos melhorar essa eficiência da coleta em toda a cidade e apoiar os galpões de reciclagem. Mas queremos avançar ainda mais. Vamos criar o programa Lixo é Luz, um programa importante para o meio ambiente e que vai gerar uma grande economia para a nossa cidade” (HGPE, Porto Alegre, 18 de outubro de 2008). “É possível iluminar Porto Alegre. Porto Alegre já foi mais iluminada. Vamos usar os recursos do Programa Reluz, do Governo Lula, no valor de 32 milhões para acabar com os pontos escuros e iluminar a cidade com lâmpadas de sódio” (HGPE, Porto Alegre, 22 de setembro de 2008).

<sup>188</sup> “Trago a experiência de 16 anos da Frente Popular, que olhou para o futuro quando aumentou de 29 para 92 as escolas municipais. Essas e outras conquistas não fizemos sozinhos, nós construímos juntos, junto contigo.” (HGPE, Porto Alegre, 29 de setembro de 2008).

campanha de Fogaça, já que até aquele momento o programa da candidata vinha enfatizando somente a experiência do partido em outras cidades. Nota-se, também, que o tratamento dado à educação no programa de Rosário também havia se repercutido no programa do PMDB, que passou a explorar o tema durante o segundo turno, a partir de críticas à proposta de expansão da jornada escolar, que já havia sido implantada durante seu governo. Fogaça questionava, ainda, o fato da Frente Popular não ter implantado escolas de período integral e fechado as que existiam ao longo de seus dezesseis anos de governo.<sup>189</sup> Assim, ainda que tenha evitado até o final do primeiro turno mencionar um elemento tratado sob um viés negativo na imprensa, o PT acabou ajudando a enfatizá-lo ainda mais no programa de seu adversário.

Quanto ao tratamento dado à imagem da candidata, apesar do programa da Frente Popular ter adotado uma campanha mais propositiva do que em 2004, este ainda era o tema de maior incidência no programa. Ao contrário da retórica adotada na disputa anterior, onde a imagem de Raul Pont fora associada ao projeto democrático desenvolvido ao longo de seu governo, em 2008, o discurso adotado nestes segmentos se aproximavam dos argumentos que vinham sendo utilizados pelo programa de Fogaça, ao enfatizar as qualidades pessoais desenvolvidas ao longo de sua trajetória na política, enquanto o tom personalista mais vago ficava por conta da ênfase dada às qualidades que Rosário havia desenvolvido durante sua infância, como a capacidade de liderança, apontada ao longo de toda a sua programação por um professor de seus tempos de escola, e a capacidade de ouvir e querer ajudar as pessoas, que possuía em comum com o presidente Lula.

Apesar dos candidatos analisados terem em comum campanhas mais propositivas em 2008 e se apropriarem dos enquadramentos críticos aos problemas que as cidades vinham enfrentando – ainda que boa parte dos segmentos de seus programas estivessem voltados para o tratamento de suas qualidades pessoais, como na disputa anterior –, é possível apontar particularidades distintas entre os

---

<sup>189</sup> “Na educação também tem novidade: Fogaça implantou o ensino integral em 17 escolas. Viu só? Tem candidato por aí prometendo o que já existe. Cidade Escola, um projeto inovador de educação integral, que já é realidade em 17 escolas. Aqui a cidade toda ensina e os alunos aprendem música, dança, robótica, esportes e informática em múltiplos espaços de aprendizagem” (HGPE, 01 de outubro de 2008). “Em 16 anos na prefeitura, o PT não fez nenhuma escola de ensino integral e acabou com as que existiam. No que você acredita? No que eles prometem agora, na eleição, ou no que eles fizeram no governo?” (HGPE, Porto Alegre, 15 de outubro de 2008).

processos de tematização e *framing* das campanhas de situação e oposição. Nota-se que, tanto em Curitiba quanto em Porto Alegre, as campanhas do PT adotaram a estratégia de manipulação dos *frames* da mídia ao tratar de temas de grande incidência nos jornais. Assim, enquanto Gleisi Hoffmann utilizava a seu favor elementos que na imprensa ganhavam um viés positivo em relação ao grupo dos urbanistas, Maria do Rosário, ao se distanciar do viés crítico com que a Zero Hora continuava a tratar o período de hegemonia do PT na prefeitura, enfatizava os principais problemas abordados no jornal através da experiência do partido em outras cidades. Quanto aos candidatos de situação, ambos haviam se apropriado de *frames* incidentes nas coberturas do período 2003-2004 para enfatizar as melhorias conquistadas ao longo de suas gestões, o que evidencia a possibilidade da tematização do discurso eleitoral se dar através da apropriação de elementos de cenários anteriores. Uma situação não pressuposta entre os fundamentos teóricos desta tese e que poderia se revelar como uma postura típica de disputas com candidatos à reeleição. Evidencia-se também a maneira como os novos prefeitos candidatos afinaram seus discursos com o tratamento dado pelos jornais às gestões anteriores. Utilizando elementos de um cenário positivo em relação aos ex-prefeitos, Beto Richa adotava o discurso da continuidade entre seus motes de campanha, enquanto José Fogaça, ao utilizar elementos de coberturas críticas quanto aos últimos gestores, enfatizava a mudança iniciada em seu mandato para justificar sua proposta de permanência na prefeitura.

A análise realizada até este momento mostra a influência dos enquadramentos de cada cenário sobre as estratégias discursivas adotadas na propaganda eleitoral dos principais candidatos de 2004 e 2008. Para verificar as afinidades das campanhas com as características gerais de cada cenário, vale direcionar este estudo através de uma metodologia de análise específica das estratégias de persuasão adotadas pelos candidatos. Adota-se, a seguir, as variáveis propostas por Marcus Figueiredo *et alii* (2000) inicialmente idealizadas para o estudo de *spots* eleitorais, mas já adaptadas ao estudo de programas do HGPE por outros pesquisadores (CERVI, SOUZA e VEIGA, 2011; QUADROS, 2011).

#### 4.5 AS CONSTRUÇÕES RETÓRICAS E AS CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS CENÁRIOS

De acordo com Figueiredo *et alii* (2000), a disputa eleitoral consiste em um processo de comunicação entre candidatos e eleitores que dialogam e estabelecem um pacto fundamentado em uma troca de intenções, onde os eleitores demandam ter seus desejos e interesses contemplados, enquanto os candidatos buscam ser eleitos ofertando uma estrutura argumentativa que atenda suas expectativas. Assim, lançam mão do debate eleitoral para a construção retórica de “um mundo atual possível, igual ou pouco diferente do mundo real e, com base nele, projetam um novo e bom mundo futuro possível” (*idem*, p. 4). A partir daí formam-se duas estruturas argumentativas possíveis: um mundo atual ruim, que ficará bom – supostamente adotado pelos candidatos de oposição –, e um mundo atual bom, que ficará melhor – adotado pelos representantes da situação. Como já apontou a análise anterior, este mundo real mostra-se profundamente fundamentado por suas representações veiculadas na mídia, entendidas aqui como elementos que compõem um cenário.

Fazendo, ainda, uma nova adaptação da metodologia proposta, para dar conta de características específicas das cenas políticas que compõem este estudo, é possível incluir outras variáveis nesta construção que se referem aos mandatos anteriores do grupo dos urbanistas, em Curitiba, e da Frente Popular, em Porto Alegre. Desta forma, surgem na retórica das campanhas um *mundo passado* bom, supostamente adotado pelos candidatos que vinculem suas imagens ou propostas ao projeto desenvolvido pelos antigos gestores, e outro ruim, no caso dos candidatos que se opõem a ele.

INTERPRETAÇÃO	CURITIBA		PORTO ALEGRE	
	B. Richa (PSDB)	Â. Vanhoni (PT)	R. Pont (PT)	J. Fogaça (PPS)
Mundo Passado		Bom: “A cidade cresceu bonita, organizada, tranqüila, virou cidade modelo, um exemplo para todo o país”.	Bom: A mudança para melhor aconteceu há 16 anos e nunca mais parou. “A cidade tornou-se capaz de transformar e transformar-se”.	Ruim: A falta de soluções para a saúde, os moradores de rua e a insegurança são problemas que se repetem há muitos anos.

Mundo Atual	Bom, mas precisa de um jeito mais humano de governar, voltado para os problemas do cotidiano.	Ruim: A prefeitura atual abandonou os bairros da cidade. Faltou integração com o Governo do Estado.	Bom, mas ainda há problemas a serem resolvidos, o que é um motivo para continuar a conquistar novas mudanças.	Regular: Existem bons projetos, mas precisam melhorar e o grupo que governa a cidade há 16 anos já chegou ao seu limite.
Mundo Futuro	Construir a “Cidade da Gente”, com grandes projetos na área social (principalmente na saúde).	Em parceria com outras esferas de governo, a prefeitura vai cuidar de toda a cidade e melhorar a segurança.	Continuar as mudanças iniciadas há 16 anos.	Dar continuidade ao que foi feito de bom ao longo dos últimos 16 anos e fazer o que falta.

QUADRO 6 – ESTRUTURAS DOS DISCURSOS EM 2004

FONTE: O autor

Ao evidenciar as diferenças entre as construções retóricas dos candidatos de cada cidade em 2004, o quadro acima revela também campanhas em sintonia com os cenários construídos na imprensa. Ainda que não tenham se distanciado muito dos comportamentos pressupostos por Figueiredo *et alii* (2000) no que se refere às descrições do mundo atual e de um mundo futuro melhor, com os candidatos de oposição adotando se colocando como desafiantes ao enfatizar os problemas da cidade, enquanto a situação tentava amenizá-los com uma imagem positiva de suas gestões, assumindo uma posição típica de mandatários, nota-se que o tratamento dado ao mundo passado se aproximava mais das características gerais de cada cenário. Desta forma, diante de uma Curitiba representada através de enquadramentos críticos em relação a seus problemas atuais, mas favoráveis ao projeto desenvolvido pelos antigos gestores, a oposição, representada entre os principais candidatos por Ângelo Vanhoni, descrevia o passado como bom ao utilizar o slogan da cidade-modelo, enquanto o ex-vice-prefeito Beto Richa, representante de uma mudança moderada e sem referências ao grupo dos urbanistas (papel assumido por Osmar Bertoldi, do PFL, apoiado pelo então prefeito Cássio Taniguchi), voltava-se para o mundo atual e seu futuro, dedicando-se aos problemas do cotidiano de uma cidade ainda boa para se viver, mas que vinha sofrendo os

males do crescimento.<sup>190</sup> Em Porto Alegre, com um cenário crítico em relação a seus gestores e seus 16 anos à frente do executivo municipal, ao longo dos quais haviam supostamente se desgastado, o programa do candidato da situação, Raul Pont, pouco se dedicava à descrição de um mundo passado, limitando-se a enfatizar o argumento vago de que a cidade havia adquirido a capacidade de “transformar e transformar-se”, uma resposta ao espírito de mudança das demais campanhas – que também vinha se repercutindo na imprensa –, enquanto José Fogaça afirmava que a Frente Popular havia feito um bom trabalho, mas se aproximava do cenário construído na imprensa ao alegar que após quatro mandatos na administração da cidade o PT havia chegado ao seu limite no que se refere a soluções para certos problemas que já se repetiam há muitos anos.

INTERPRETAÇÃO	CURITIBA		PORTO ALEGRE	
	B. Richa (PSDB)	G. Hoffmann (PT)	J. Fogaça (PMDB)	M. Rosário (PT)
Mundo Passado	Bom: Importância do projeto desenvolvido pelos ex-prefeitos urbanistas ao longo de seus 16 anos de governo.	Bom: O planejamento era inovador, mas a cidade tinha a metade da população que tem hoje.	Ruim: A Frente Popular fez muito pouco ao longo de seus 16 anos de governo. Com as contas no vermelho, a prefeitura não conseguia investir.	Bom: A cidade era mais limpa e iluminada.
Mundo Atual	Bom: Melhorou muito com investimentos no sistema viário, novos programas habitacionais e ampliação no atendimento especializado na saúde, mas ainda há muito que fazer.	Ruim: A cidade é pensada através de um projeto ultrapassado e mesmo com tantas obras, a prefeitura esqueceu o essencial, que é ter sensibilidade para os problemas dos bairros.	Bom: Tiramos as contas do vermelho e agora a cidade está melhorando com o empenho da prefeitura em ampliar o que já existia e dar início aos projetos que não saiam do papel.	Ruim: A cidade estava abandonada, suja, mal iluminada e sem manutenção em seu sistema de monitoramento por câmeras.

<sup>190</sup> Cervi, Souza e Veiga (2011), em artigo sobre as estratégias discursivas do PT em 2004, apontam o deslocamento dos discursos em sentidos opostos ao esperado para suas posições na disputa. De acordo com eles, Beto Richa teria deslocado seus argumentos rumo à oposição para permanecer ao centro do espectro, enquanto Vanhoni seguia em direção à neutralidade, ainda que se encontrasse mais próximo da oposição do que seu adversário. Ambas as posturas esclarecidas aqui pela proximidade de seus discursos com um cenário marcado pelo viés positivo em relação ao passado da cidade e negativo quanto aos problemas que vinha enfrentando com seu crescimento, o que teria propiciado a construção de estratégias de campanha mais neutras, sem ataques às últimas gestões.

Mundo Futuro	Dar continuidade ao grande plano desenvolvido pelos urbanistas e continuar ampliando a capacidade e a qualidade dos serviços públicos.	Resgatar a capacidade inovadora da cidade e construir uma Curitiba para todos.	Dar continuidade ao trabalho iniciado após o equilíbrio das contas da prefeitura.	Trabalhar em parceria com o Governo Federal e exigir do Governo Estadual os repasses que a cidade tem direito.
--------------	--	--	---	--

QUADRO 7 – ESTRUTURAS DOS DISCURSOS EM 2008

FONTE: O autor

O quadro 5 mostra que, em 2008, as construções retóricas de mundos atuais e futuros permaneciam muito próximas da lógica argumentativa de mandatários e desafiantes colocada por Figueiredo *et alii* (2000) e, ao se referirem aos períodos de hegemonia dos antigos gestores, também se aproximavam das retóricas pressupostas neste estudo para o tratamento do mundo passado, com exceção do PT, em Curitiba, cujo discurso havia novamente se aproximado mais do cenário construído na imprensa – marcado pelos problemas acarretados pelo crescimento da cidade, mas ainda muito positivo em relação às gestões do grupo dos urbanistas – do que o esperado para uma candidata de oposição, que não tinha suas propostas vinculadas ao projeto desenvolvido por eles. Ainda em Curitiba, o candidato à reeleição, Beto Richa, ao adotar a linguagem do continuísmo e assumir o posicionamento de mandatário, apresentava o passado e o presente da cidade de forma positiva ao reproduzir os elementos dos cenários construídos na Gazeta do Povo desde o período anterior, vinculando sua imagem e suas propostas para os sistemas viário e de transporte público ao planejamento iniciado nas gestões anteriores. Em Porto Alegre, diante de um cenário composto por elementos favoráveis ao candidato da situação e críticos em relação às gestões anteriores, Fogaça comparava o mundo atual com seu passado através do empenho da prefeitura em equilibrar suas contas e executar antigas promessas não cumpridas, alegando ter conquistado em quatro anos o que a Frente Popular não havia feito ao longo de seus dezesseis anos de governo, enquanto a candidata de oposição, Maria do Rosário, reproduzia os mesmos enquadramentos negativos utilizados pela Zero Hora no tratamento dado ao tema da infraestrutura em sua construção retórica do presente e os manipulava para descrever o passado como bom, afirmando que a cidade já havia sido mais limpa e melhor iluminada.

Com base nos pressupostos sob os quais este estudo se orienta e nas análises realizadas neste capítulo, sustenta-se que, ao pautar as campanhas com temas que contribuíram para a construção das imagens de Curitiba e Porto Alegre em seus principais periódicos impressos ao longo dos anos que antecederam as disputas eleitorais de 2004 e 2008, a imprensa teve significativa influência sobre as estratégias discursivas dos candidatos, que, para corresponder à realidade – percebida através do tratamento dado a ela pelos meios de comunicação –, reproduziam ou tentavam reverter a seu favor elementos dos cenários construídos a partir de enquadramentos incidentes na cobertura dos temas relevantes ao debate eleitoral. Nota-se também que diante de determinadas características do cenário construído na imprensa, os candidatos podem adotar uma retórica distante da esperada para sua posição na disputa, como no caso da construção de um mundo passado pelos candidatos de oposição em Curitiba, que o haviam descrito como bom, optando por reproduzir enquadramentos de um cenário favorável ao projeto idealizado e implantando pelos antigos gestores. Evidencia-se, portanto, a relação entre os cenários construídos na imprensa e os processos de tematização e *framing* pelos quais os atores políticos constroem seus discursos (CALLAGHAN e SCHNELL, 2001).

## 5 CONCLUSÃO

Cabe, por fim, apontar as principais constatações reveladas por este estudo dos efeitos da mídia sobre o discurso eleitoral, realizada através da análise dos cenários construídos a partir dos temas que se referiam às cidades de Curitiba e Porto Alegre ao longo dos anos que antecederam as eleições municipais de 2004 e 2008 nos jornais *Gazeta do Povo* e *Zero Hora* e sua incidência nas construções retóricas de seus principais candidatos a prefeito. Tal estudo permitiu identificar uma série de temas e enquadramentos que, ao longo destes períodos, construíram diferentes imagens midiáticas das cidades, entendidas aqui como importantes elementos que acabariam por compor a cena política durante as disputas, delimitando o espaço argumentativo das estratégias de campanha.

Ainda que em ambas as cidades as disputas tenham se estabelecido sob os signos da mudança e do personalismo, evidenciam-se significativas diferenças na incidência dos temas e enquadramentos identificados na mídia ao longo das campanhas apresentadas no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral. Nas campanhas de 2004, em Curitiba, o cenário crítico aos problemas da cidade, mas favorável ao projeto desenvolvido pelos antigos gestores, fora reproduzido na ênfase dada às propostas para a área da saúde no programa de Beto Richa (PSDB), que havia representado uma mudança moderada ao optar por uma retórica sem ataques à administração anterior, voltada para a descrição positiva do mundo atual e, portanto, próxima do pressuposto para um candidato da situação, enquanto o programa de Ângelo Vanhoni (PT) tratava os principais temas abordados na *Gazeta do Povo* utilizando argumentos inversos aos enfatizados pelo jornal. Ao propor uma maior integração da prefeitura com o governo do estado, descrever o passado como bom e adotar a cidade-modelo como um de seus slogans de campanha, distanciava seu discurso do esperado para um candidato de oposição, que não tinha sua imagem vinculada ao projeto desenvolvido pelos gestores urbanistas, aos quais a conquista do título era atribuída, mas o aproximava dos temas incidentes na imprensa, ainda que manipulados a seu favor.

No mesmo ano, em Porto Alegre, com um cenário também crítico em relação aos problemas da cidade, porém, desfavorável a seus administradores, poucos

enquadramentos foram reproduzidos nas campanhas dos principais candidatos, apesar de terem adotado a mudança como mote de campanha. Diante da satisfação de boa parte da população com o trabalho da última gestão e a liderança do candidato da situação nas pesquisas de intenção de voto, o programa de José Fogaça (PPS) limitava-se a explorar as dificuldades enfrentadas pelos porto-alegrenses que conviviam com problemas ainda sem solução e o desgaste de seus últimos gestores após dezesseis anos de governo, assim como vinha fazendo a Zero Hora em sua cobertura da cidade, porém, descrevendo o mundo passado como ruim e o atual como regular, sem se aprofundar nos temas ou fazer ataques diretos ao trabalho da administração anterior, se comprometendo a dar continuidade ao que havia sido conquistado ao longo dos últimos anos através da participação popular e propondo mudar o que fosse preciso para melhorar a cidade. Raul Pont (PT), ao distanciar sua campanha de um cenário composto por elementos negativos a sua gestão, explorava o tema da educação, um serviço público sem qualquer repercussão no principal jornal impresso da cidade, e repassava a responsabilidade dos problemas com a segurança pública à esfera estadual de governo, o que lhe permitia construir imagens positivas do passado e do presente da cidade. Estratégias compreensíveis tanto para um candidato que evitava ataques diretos ao projeto desenvolvido até aquele momento, o que já vinha sendo enfatizado através da reprodução dos enquadramentos e das próprias reportagens da Zero Hora na programação dos demais candidatos de oposição, quanto para o candidato de situação, a quem pouco havia restado diante de um cenário midiático desfavorável ao período de hegemonia de seu partido à frente do executivo municipal, senão tratar de um tema ainda inédito ao longo dos últimos anos na cobertura do principal periódico da cidade, que lhe possibilitasse descrever o mundo atual de forma positiva.

Em 2008, o período de hegemonia dos grupos que administraram a cidade frente a um único mandato dos novos prefeitos fez com que o espírito de mudança permaneça-se nos discursos dos candidatos, com exceção de Beto Richa (PSDB), em Curitiba, que, em uma campanha afinada com os enquadramentos da mídia, havia adotado a linguagem do continuísmo, reproduzindo os elementos de um cenário midiático favorável a sua administração e resgatando o viés positivo com que havia sido tratado o planejamento urbano implantado pelos antigos gestores no

cenário anterior. Enfatizava, assim, seu empenho em dar sequência ao plano dos transportes com o grande número de obras realizadas no sistema viário, construir novas unidades de atendimento especializado na saúde, ampliar o número de famílias beneficiadas pela parceria com o governo federal nos programas de habitação e reduzir a zero o número de crianças sem acesso às creches municipais. Desta forma, valendo-se dos *frames* da mídia que lhe eram favoráveis, Beto Richa adotava uma retórica típica de mandatário com a descrição de um mundo atual bom e um futuro ainda melhor, indo além ao resgatar *frames* do cenário anterior para descrever o passado de forma positiva e declarar sua intenção de dar continuidade ao projeto que vinha sendo desenvolvido antes de sua gestão. Assim como na disputa anterior, em sua campanha de oposição, o PT adotava a estratégia de manipulação dos temas em que o empenho da prefeitura era enfatizado na imprensa. Gleisi Hoffmann (PT) reproduzia, então, os enquadramentos do grande número de obras realizadas pela prefeitura e dos gastos com propaganda, tratados como falta de prioridades diante do número de crianças fora das creches. Diante de cenários favoráveis aos antigos gestores, mas ainda repleto de enquadramentos críticos aos problemas da cidade, graças ao espaço reservado à especialistas e ex-prefeitos, Gleisi Hoffmann também resgatava elementos do cenário midiático anterior ao tecer elogios ao planejamento implantado no passado e enfatizar que, ao ser perpetuado na gestão de Beto Richa, mostrava-se ultrapassado, já que a cidade havia crescido e carecia de um plano que a fizesse voltar a inovar. Mais uma vez o PT apresentava, em sua estrutura argumentativa do passado, um mundo distante daquele esperado para uma candidata sem vínculos com os antigos gestores da cidade ao aproximar seu discurso de elementos do cenário construído na imprensa.

Em Porto Alegre, ao contrário do que havia acontecido em 2004, a disputa de 2008 é fortemente marcada pelos processos de tematização e incidência dos *frames* encontrados na cobertura da imprensa. Diante de um cenário favorável à administração municipal em curso e ainda muito crítico em relação às gestões anteriores, José Fogaça (PMDB) adotava o slogan da continuidade das mudanças iniciadas em seu governo, reproduzindo em seu discurso enquadramentos ideais para a descrição de um mundo atual melhor do que o herdado após os dezesseis anos de governo da Frente Popular, ao enfatizar o empenho da prefeitura em reverter antigos problemas da cidade, como os alagamentos, solucionados pelas

obras no sistema de drenagem pluvial, a situação de moradores de áreas irregulares, realocados através de programas de habitação e saneamento que antes não saíam do papel, e as contas da prefeitura, que, regularizadas em sua gestão, garantiriam os próximos investimentos e a concretização de seu projeto de governo. Enquanto isso, o programa de Maria do Rosário (PT), ao adotar o descaso da prefeitura com a manutenção da infraestrutura dos sistemas de iluminação e coleta de lixo, reproduzia os *frames* da mídia para descrever o mundo atual como ruim, e os manipulava para construir a imagem de um passado melhor, com a descrição de uma cidade que já havia sido mais limpa e bem iluminada. Ao optar por uma descrição vaga do passado, baseada na manipulação de um *frame* negativo em relação à imagem da cidade, Maria do Rosário evitava a referência ao período de hegemonia da Frente Popular na cidade, que, mesmo no tratamento dado a outros temas no espaço reservado a suas propostas de governo, fora substituído pela experiência do partido em outras cidades, distanciando seu discurso do viés negativo com que vinha sendo tratado os dezesseis anos de hegemonia do PT, tanto na imprensa quanto no programa de seu principal adversário.

Com base na análise das imagens das cidades construídas na imprensa e sua incidência na propaganda eleitoral de seus principais candidatos a prefeito, conclui-se que, ao tematizar as campanhas, a mídia passa a ter significativa influência sobre as estratégias discursivas dos candidatos. Estes, por sua vez, ao corresponderem à realidade em suas retóricas argumentativas, reproduzem ou tentam reverter a seu favor os enquadramentos incidentes nos cenários construídos nos meios de comunicação de massa ao longo de sua cobertura dos temas que se tornarão objetos do debate eleitoral. Evidencia-se, assim, a tematização e o *framing* das campanhas, entendidos aqui como os processos pelos quais os atores políticos definem e dão sentido aos assuntos tratados pela mídia em seus discursos.

Vale ressaltar, entre estas notas conclusivas, as situações não pressupostas anteriormente que se revelaram ao longo das análises. Evidenciou-se que a hipótese de *framing*, quando adaptada à recepção dos enquadramentos da mídia pela elite política durante o HGPE, não acontece necessariamente da mesma maneira como descrita por seus primeiros teóricos em relação à opinião pública (GANSON, 1985; ENTMANN, 1997), segundo os quais os esquemas de seleção e ênfase adotados na elaboração da notícia promoveriam o modo como os receptores

interpretariam o fato noticiado. O que se percebe é que, dependendo de quem seja o favorecido pelo *frame* (situação ou oposição), pode haver a manipulação deste quadro interpretativo de acordo com os interesses dos receptores (neste caso, os agentes do discurso eleitoral), como ficou evidente nas estratégias discursivas adotadas pelos candidatos que desconstruíram elementos dos cenários para utilizá-los a seu favor, adaptando-os a outros temas ou invertendo seus significados, a exemplo dos candidatos do PT, tanto em Curitiba (2004 e 2008) quanto em Porto Alegre (2008). Verificou-se também os limites da hipótese de *framing* das campanhas diante da situação de oposição entre uma cobertura unilateral da mídia e o resultado das pesquisas de opinião junto ao eleitorado, onde o candidato tenha que se posicionar entre os *frames* da mídia e os *frames* do público, a exemplo do que aconteceu na disputa de 2004, em Porto Alegre, quando os candidatos transitavam entre um cenário exclusivamente crítico em relação às ações da prefeitura e aos problemas que a cidade vinha enfrentando e a satisfação dos eleitores com a gestão em curso.

O mesmo se pode dizer da Teoria da Tematização (LUHMANN, 1978, 2000) aplicada ao estudo da propaganda eleitoral, onde se revelou a possibilidade de um tema adotado como mote de campanha pautar a cobertura da mídia. Como no caso da saúde pública, durante a disputa de 2004, em Curitiba, que voltou a ser enfatizada na Gazeta do Povo após as primeiras referências à necessidade de melhorias no atendimento das especialidades durante o programa do candidato do PSDB. Outra possibilidade é a incidência de elementos do cenário anterior em disputas com candidatos à reeleição, revelada nas campanhas de Beto Richa e José Fogaça, em 2008, ao apontarem os problemas da cidade no início de seus mandatos e as melhorias conquistadas ao longo de suas gestões.

Com a pretensão de contribuir com novos elementos no debate sobre o papel dos meios de comunicação de massa em processos políticos eleitorais, sustenta-se as hipóteses de tematização e *framing* das campanhas pela mídia através da apropriação de seu conteúdo pelos principais candidatos da disputa, conforme o evidenciado nos diferentes casos analisados neste estudo. Espera-se, ainda, que os resultados apresentados sirvam de estímulo para novos desdobramentos desta pesquisa aplicada a outras conjunturas, seja através do estudo dos emissores, voltada para os critérios de valores-notícia mobilizados pelos jornalistas na adoção

dos enquadramentos que compõem os cenários construídos na mídia às vésperas de processos eleitorais, ou da recepção de elementos destes cenários na opinião pública.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. **Television and the Patterns of Mass Culture** (1954). In: Rosenberg, B., White, D. (eds.), *Mass Culture: The Popular Arts in America*, p. 474-488. New York: Free Press, 1964.

ALBUQUERQUE, Afonso de; DIAS, Márcia Ribeiro. **Partidos políticos em campanha: notas para uma metodologia de análise da propaganda política na televisão**. Anais da Anais do 26º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2002.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **O Agendamento na Política**. In: RUBIM, Antônio C. (org.). *Comunicação e Política: conceitos e abordagens*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **Mídia e Democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político**. In: *Opinião Pública*, vol. 12, no. 1. Campinas: CESOP/UNICAMP, 2006.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **Corrupção, Mídia e Escândalos Midiáticos no Brasil**. *Revista Em Debate*, vol. 2, n. 3, p. 14-19. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

BANTIMAROUDIS, Philemon e KAMPANELLOU, Eleni. **The Cultural Framing Hypothesis: Attributes of Cultural Aliances and Conflicts**. *Harvard International Journal Press*, n. 12 (2), 80-90, 2007.

BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na Comunicação: da informação ao receptor**. São Paulo: Ed. Moderna, 2001.

BERGER, Peter e LUCKMANN, Tomas. **A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 7ª.ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1987.

BÖCKELMANN, Frank. **Formación y Funciones Sociales de la Opinión Pública**. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1983.

BORBA, Julian. **Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro**. *Revista Opinião Pública*, Vol. XI, n.1, p. 147-168. Campinas: CESOP/UNICAMP, 2005.

CALLAGHAN, Karen e SCHNELL, Frauke. **Assending the Democratic Debate: How the News Media Frame Elite Policy Discourse**. *Political Communication*, n. 18, 183-212, 2001.

CALLAGHAN, Karen e SCHNELL, Frauke (Org.) **Framing American Politics**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2005.

CARVALHO, Anabela. **Discourse Analysis and Media Texts: a Critical Reading of Analytical Tools**. Anais da International Conference on Logic and Methodology, International Sociology Association, Köln, 2000.

CERVI, Emerson. **A cobertura da imprensa e as eleições presidenciais de 2002**. Revista Eletrônica da Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, Portugal, 2003a.

CERVI, Emerson U. e FUKS, Mário. **Mídia e Legislativo: A cobertura da Assembléia Legislativa do Paraná (1999-2003)**. In: Anais do 29º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2005.

CERVI, Emerson U.; SOUZA, Nelson R. **Imprensa e eleições municipais de Curitiba em 2000 e 2004: As coberturas da Folha do Paraná e da Gazeta do Povo**. Temas & Matizes, n. 6, p. 34-44. Cascavel: Edunioeste, 2001.

CERVI, Emerson U.; SOUZA, Nelson R. e VEIGA, Luciana F. **Da expectativa de vitória à derrota: Quais foram as estratégias discursivas do PT em Curitiba e Porto Alegre?**. Anais do 29º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2005.

CERVI, Emerson U.; PANKE, Luciana. **Análise da comunicação eleitoral: Uma proposta metodológica para estudos do HGPE**. Revista Contemporânea: Comunicação e Culutra, Vol.9, n.03, setembro-dezembro, 2011.

COHEN, B. C. **The Press and Foreign Policy**. Princenton: Princenton University Press, 1963.

COLLING, Leandro. **Agenda-setting e framing: reafirmando os efeitos limitados**. Porto Alegre: Revista Famecos, n.14, abril, 2001.

CORREIA, João Carlos. **O Jornalismo e o Sistema Político: audiências e manipulação**. In: CORREIA, J. C. (Org.), Comunicação e Política, Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2004.

CRUZ, Marcio. **A Mídia e os Formadores de Opinião no Processo Democrático**. In: Ponto-e-virgula, no. 9. São Paulo: PEPG/PUC-SP, 2011.

ENTMAN, Robert M. **Framing: toward classification of a fractured paradigm**. Journal of Communication, v. 43, n.4, p. 51-58, 1993.

ENTMAN, Robert M. **Framing Bias: Media in the Distribution of Power.** *Jornal Of Communication*, vol. 57, n. 1, p.163-173, 2007.

FERREIRA, Giovandro Marcus. **As origens Recentes: os meios de comunicação de massa pelo viés do paradigma da sociedade de massa.** In: Hohlfeldt, A.; Martino, L.; França, V. (Org.), *Teorias da Comunicação: Conceitos, Escolas e Tendências*, p. 99-116. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

FIGUEIREDO, Marcus e ALDÉ, Alessandra. **Intenção de Voto e Propaganda Política: efeitos e gramáticas da propaganda eleitoral.** Recife: UFPE, 2003.

FIGUEIREDO, Marcus; ALDÉ, Alessandra; DIAS, Heloisa; JORGE, Vladimyr. **Estratégias de persuasão em eleições majoritárias: uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral.** In: FIGUEIREDO, Rubens. *Marketing político e persuasão eleitoral.* São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

FONTCUBERTA, Mar de. **A Notícia: Pistas Para Compreender o Mundo.** 2ª ed. Lisboa: Editorial Notícias, 1999.

GAMSON, William. **Goffman's Legacy to Political Sociology.** *Theory and Society*, Vol. 14, No 5, p. 605-622, 1985.

GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. **Cidade Espetáculo: política, planejamento e city marketing.** Curitiba: Ed. Palavra, 1997.

GUTMANN, Juliana Freire. **Quadros narrativos pautados pela mídia: framing como segundo nível do agenda-setting?** *Contemporânea, Revista de Comunicação e Cultura*, Vol.4, n.1, p. 25-50. Salvador: UFBA, 2006.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa.** São Paulo: Paulus, 2004.

HALL, Stuart. **New ethnicities.** In: MERCER, K. e outros. *Black films – British Cinema.* London: ICA, 1988.

HOHLFELDT, Antonio. **Hipóteses Contemporâneas de Pesquisa em Comunicação.** In: Hohlfeldt, A.; Martino, L.; França, V. (Org.). *Teorias da Comunicação: Conceitos, Escolas e Tendências*, p.187-240. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

KATZ, E. **The Two-Step Flow of Communication: An Up-to-Date Report on an Hypothesis.** *New York: Studies in Public Communication*, vol. 21, p. 61-78, 1957.

LANG, K e LANG, G. E. **The Mass Media and Voting** (1962). In: BURDICK-BRODECK (Eds.), *American Voting Behavior*, p. 678-700. New York: Free Press, 1962.

LASSWELL H. D. **The Structure and Function of Communication in Society** (1948). In: W. Schramm & D. F. Roberts (eds.), *The process and effects of mass communication*, p. 84-99. Chicago: University of Illinois Press, 1972.

LAZARSELD, P. **Radio and the Printed Page: An introduction to the Study of Radio and Its Role in the Communication of Ideas**. New York: Duell, Sloane and Pearce, 1940.

LUHMANN, Niklas. **L'Opinione Pubblica**. In: *Stato Stato di Diritto e Sistema Sociale*. Napoli: Guida Editori, 1978.

LUHMANN, Niklas. **La Realidad de Los Médios de Masas**. Barcelona: Ed. Anthropos, 2000.

MANIN, Bernard. **As metamorfoses do governo representativo**. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 29, ano 10, p. 5-34. São Paulo: Anpocs, 1995.

MCCOMBS, Maxwell. **Estableciendo La Agenda: el impacto de los medios en la opinión pública y en el conocimiento**. Barcelona: Paidós Ibérica, 2006.

MCCOMBS, Maxwell E. e SHAW, Donald L. **The agenda-setting function of mass media**. New York: *Public Opinion Quarterly*, vol. 36, n. 2, p. 176-187, 1972.

MCCOMBS, Maxwell E. **Influências de las noticias sobre nuestras imágenes del mundo**. In: BRYANT, Jennings e ZILLMANN, Dolf (eds.), *Los efectos de los medios de comunicación: investigaciones y teorías*, p. 13-34. Barcelona: Paidós Ibérica, 1996.

MCCOMBS, Maxwell; LOPES-ESCOBAR, Esteban e REY, Federico. **Candidate images in Spanish elections: second-level agenda-setting effects**. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 74, p. 703-717, 1997.

MCQUAIN, Denis. **Media Performance: mass communication and the public interest**. London: Sage, 1993.

MCQUAIN, Denis. **Teoria da Comunicação de Massas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

MERTON, R. **Pattern of Influence: A Study of Interpersonal Influence and of Communications Behaviors in a Local Community**. In: Lazarsfeld, P., Stanto, F. (eds.), *Communications Research*, p. 180-219. New York: Free Press, 1949

MEYROWITZ, J. **No Sense of Place: The Impact of Electronic Media on Social Behavior**. Oxford: Oxford University, 1985.

MEYER, Thomas e HINCHMAN, Lew. **Democracia Midiática**. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.

MIGUEL, Luis Felipe. **Representação Política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, n. 51, p. 123-140. São Paulo: ANPOCS, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe. **Mídia e Vínculo Eleitoral: a literatura internacional e o caso brasileiro**. In: *Opinião Pública*, vol. 10 no. 1. Campinas: Unicamp, 2004

MIGUEL, Luis Felipe. **Impasses da Accountability: dilemmas e alternativas da representação política**. *Revista Sociologia Política*, n. 25, p. 25-38. Curitiba: UFPR, 2005.

NETO, Lauro Maranhão Aires. **Líderes de Opinião no Ambiente Mediático: uma abordagem teórica no campo da Comunicação**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade de Brasília (UnB), 2008.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. **Return to the Concept of Powerful Mass Media**. *Studies of Broadcasting*, vol. 9, p. 67-112, 1973.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. **Pesquisa eleitoral e clima de opinião**. *Revista Opinião Pública*, v.1, n.2, p. 47-62. Campinas: CESOP/UNICAMP, 1993.

PAULA, Carolina Almeida de. **O Poder Legislativo e os Jornalistas: A cobertura Política de uma Assembléia Legislativa Estadual**. *Revista Estudos Legislativos*, n. 3. Porto Alegre: ALERGS, 2012.

PENDIUK, Fábio e SOUZA, Nelson R. **A imagem da cidade na mídia e seus reflexos nas campanhas eleitorais de 2004 em Curitiba**. *Anais da II Compólitica, GT Imagem Pública Política*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

PENDIUK, Fábio e SOUZA, Nelson R. **Cenário Político Curitibano: A imagem da cidade na mídia e a introdução de um novo perfil de liderança**. *Anais do I*

Seminário Nacional de Sociologia & Política, GT Mídia e Política. Curitiba: UFPR, 2009.

PORTO, Mauro. **Enquadramentos da mídia e política**. Salvador: Anais da INTERCOM, Set. 2002.

PORTO, Mauro. **Enquadramentos da mídia e política**. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). Comunicação e política: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004.

QUADROS, Doacir G.; SANTOS, Romer M.; MORAES, Thiago P. B.; RIBIERSKI, Audrilise A. R.; MAIA, E. R. **Mídia Impressa e Eleições 2010: Uma análise parcial da cobertura do jornal o Estado do Paraná**. Revista Intersaberes, vol. 6, n. 12, p. 142-154. Curitiba: Facinter, 2011.

QUADROS, Doacir G. **Partido Político e Propaganda Política: A imagem partidária em ação no horário gratuito (HGPE) nas eleições de 2000, 2004 e 2008 para prefeito de Curitiba**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

RESENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial**. SP: Summus, 2000.

ROCCO, Maria Thereza Fraga. Linguagem Autoritária: Televisão e Persuasão. SP: Ed. Brasiliense, 1991.

ROBERTS, Donald. **The nature of communication effects**. In W. Schramm & D. F. Roberts (Eds.), The process and effects of mass communication, p. 349-387. Chicago: University of Illinois Press, 1972.

RUBIM, A.A.C. e AZEVEDO, F.A. **Mídia e política no Brasil: textos e agenda de pesquisa**. São Paulo: Lua Nova, n.43, p. 186-216, 1998.

SAPERAS, E. **Efeitos Cognitivos da Comunicação de Massas**. Porto: Edições Asa, 1993.

SCHEUFELE, Dietram A. **Framing as theory of media effects**. In: Journal of Communication, n. 49 (1), p. 101-120, 1999

SCHEUFELE, Dietram A. e TEWKSBURY, David. **Framing, agenda-setting, and priming: the evolution of three media effects models**. In: Journal of Communication, n. 57 (1), p. 9-20, 2007.

SILVA, Gislene. **Para Pensar Critérios de Noticiabilidade**. Revista Estudos em Jornalismo e Mídia, vol. 2, n. 1. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVEIRA, Flávio. **Porto Alegre: a bipolarização gaúcha**. In: SILVEIRA, F. e CHAIA, V. L. (Orgs.) Estratégia, mídia e voto: a disputa eleitoral em 2000. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

SOUSA, Jorge Pedro. **As Notícias e os Seus Efeitos: As teorias do jornalismo e dos efeitos sociais dos *media* jornalísticos**. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 1999.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da Notícia e do Jornalismo**. Chapecó: Ed. Argos, 2002.

VEIGA, Luciana F. **O eleitor diante do horário eleitoral**. Revista Meio & Mensagem, Abril, 2002.

VEIGA, Luciana F. **Desdém, mas nem tanto: a relação dos eleitores com os partidos**. Revista Sociedade em Estudos, v.1, n.1, p. 59-76. Curitiba: UFPR, 2006.

VEIGA, Luciana F. e PAULA, Carolina de. **Deputados, Eleitores e Mídia**. In: II Congresso da Associação Brasileira de Ciência Pesquisadores em Comunicação e Política, Belo Horizonte, 2007.

WEBER, Max. **A Objetividade do Conhecimento nas Ciências Sociais**. In: COHN, Gabriel (Org.) e FERNANDES, Florestan (Cord.), Weber, p. 79-127. São Paulo: Ed. Ática, 2005.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massas**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.